



CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

**ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA**
(ORGANIZADOR)



Editora Poisson

VOLUME 4

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 4

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2024

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

MSc. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

MSc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas

Interdisciplinares - Volume 4/ Organização:

Anderson Lincoln Vital da Silva - Belo Horizonte -

MG: Editora Poisson, 2024

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-465-9

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências
Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br

Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Reflexões sobre a participação dos serviços de saúde na dinâmica urbano-regional de Caicó/RN 06

Deise Santos Saldanha, João Manoel de Vasconcelos Filho

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.01

Capítulo 2: Cidades, vilas, aldeias e quilombos na província da Paraíba: agentes sociais e dinâmicas espaciais/regionais 23

Valter Luiz de Macedo

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.02

Capítulo 3: Educação e fatores determinantes do empreendedorismo no Brasil 40

Thiago Henrique Leite, Luiz Eduardo de Araujo

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.03

Capítulo 4: A narrativa jornalística da negação aos dados do INPE sobre devastação florestal..... 56

Adriano Izhar Cansanção, Heitor Costa Lima da Rocha, Rafael Ferreira Dantas Santos

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.04

Capítulo 5: Jornalismo: bastidores de reportagens e outras histórias..... 73

Carlos Golembiewski

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.05

Capítulo 6: “O som ao redor e Aquarius. os discursos de Filmes Pernambucanos falando para o mundo sobre os dilemas urbanos que, no século XXI, nos remetem ao século XIX ” 89

Ary Luiz de Oliveira Peter Filho

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.06

Capítulo 7: Silenciamento da memória periférica e a narrativa constitucional: uma análise da (incômoda) visita de Flávio Dino ao Complexo da Maré 103

Nelson Camatta Moreira, Rodrigo Bandeira de Mello Ribeiro

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Violência conjugal: os fatores que levam a mulher a permanecer na relação	113
--	-----

Nubia Costa Nascimento, Agnaldo Junior Santana Lima

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.08

Capítulo 9: Harriet Martineau, a mulher e a sub-representação do feminino na religião: uma questão de natureza estrutural em análise	135
---	-----

Livia Denise Castro Duarte, Susane Patrícia Melo de Lima

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.09

Capítulo 10: Atualidade do materialismo histórico-dialético como método para a pesquisa em história da educação: breves comentários gnosiológico, epistemológico e ontológico	143
--	-----

José Ribamar Lima Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.10

Capítulo 11: A sociedade São Vicente de Paulo e o desenvolvimento social do Brasil	163
---	-----

Angela Maria de Oliveira

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.11

Capítulo 12: Intervenção no Parque Itaimbé, distrito criativo de Santa Maria RS: a paisagem do ponto de vista de gênero e envelhecimento	171
---	-----

Marina Belloli Pedroso, Ricardo de Souza Rocha

DOI: 10.36229/978-65-5866-465-9.CAP.12

Autores	189
----------------------	-----

Capítulo 1

*Reflexões sobre a participação dos serviços de saúde na
dinâmica urbano-regional de Caicó/RN*

Deise Santos Saldanha

João Manoel de Vasconcelos Filho

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho discute e apresenta algumas reflexões sobre a participação dos serviços de saúde no que diz respeito a dinâmica urbano-regional em Caicó, se preocupando em demonstrar como a estrutura de serviço de saúde contribui de forma significativa para os fluxos e fixos que estão presentes no espaço urbano da cidade de Caicó, repercutindo por sua vez, numa maior dinâmica que ultrapassa a escala da cidade e alcança a dimensão regional polarizada por Caicó-RN.

É oportuno salientar que a cidade é resultado das relações estabelecidas no e pelo território, pois se caracteriza como um dos pilares para a compreensão da formação e da atual estrutura política, econômica e cultural de um país (Salvador; Brito, 2018). As atividades comerciais e de serviços desempenham um importante papel no processo de expansão e desenvolvimento das cidades, sobretudo pelo fato de algumas delas, como a cidade de Caicó, terem seu surgimento e crescimento urbano influenciado a partir das relações econômicas, que em Caicó estava ligado a atividade pecuária e a cultura algodoeira. O constante fluxo de capital, pessoas e mercadorias permitiram o dinamismo do espaço urbano caicoense através da pecuária, da cotonicultura e, posteriormente, do setor terciário (Araújo, 2003).

Caicó está localizado no estado do Rio Grande do Norte, sendo considerada a principal cidade da região do Seridó Potiguar. É, também, uma região imediata e intermediária a um só tempo. O município dista 282 km da capital norte-rio-grandense: Natal. As suas coordenadas geográficas são 6° 27' 25" de latitude sul e 37° 05' 56" de longitude oeste em relação ao meridiano de *Greenwich*. O clima característico do espaço é o Semiárido e o bioma predominante é a Caatinga.

Segundo dados do IBGE (2022), Caicó é uma das cidades mais populosas do estado, sendo a segunda mais populosa do interior do Rio Grande do Norte. Em 2010, Caicó possuía população total de 62.709 habitantes, sendo 57.461 residentes na área urbana e 5.248 no espaço rural. Em 2022, a população municipal diminuiu, totalizando 61.146 habitantes. O PIB de Caicó é o oitavo principal do estado e o primeiro da região imediata.

Basicamente este capítulo se distribui em duas etapas, a primeira faz uma abordagem espaço-temporal da trajetória urbana de Caicó, mostrando as atividades econômicas que possibilitaram o crescimento da cidade, e também seus momentos de ascensão e declínio. E segunda etapa vai apresentar, discutir e refletir sobre a estrutura dos serviços de saúde especializados na cidade de Caicó-RN, mostrando suas contribuições para a dinâmica urbano-regional desta cidade.

A primeira fase de expansão urbana de Caicó teve início no século XVIII e se estendeu até a década de 1930 (De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018). No decorrer deste período, a cidade passou por um processo gradual de crescimento e desenvolvimento, impulsionado principalmente pela atividade agropecuária.

Durante a fase inicial de expansão urbana, Caicó era uma cidade de pequeno porte, com uma população reduzida e uma economia baseada no binômio gado-algodão. Foi um período marcado pela construção de novas residências, estabelecimentos comerciais e infraestrutura básica. A chegada da estrada de ferro no final do século XIX e a expansão da malha rodoviária no século XX também contribuíram para a expansão urbana caicoense. Essas vias de transportes facilitaram o acesso à cidade e impulsionaram o comércio e a atividade econômica local. No entanto, a expansão urbana da cidade foi considerada lenta, ainda que portasse serviços de interesse da população, como Agência

Postal, Escola Primária, Comarca, Mercado Público Municipal, Prefeitura e Cartório Judiciário (De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018).

A segunda fase da expansão urbana, segundo Queiroz *et al.* (2018), ocorreu nas décadas de 1940 a 1970. A cidade passou por um processo de crescimento acelerado, impulsionado principalmente pela atividade comercial e pela chegada de novas indústrias. Na década de 1940, Caicó começou a se consolidar como um importante centro comercial da região do Seridó. O comércio se expandiu, surgiram novas lojas, armazéns e estabelecimentos comerciais, atraindo consumidores de cidades vizinhas. A economia da cidade se diversificou, com a produção e comercialização de produtos agrícolas, como algodão, feijão, milho e frutas.

Além do comércio, a indústria também teve um papel importante na segunda fase da expansão urbana de Caicó. Novas indústrias foram instaladas na cidade, como fábricas de tecidos, cerâmicas e outras atividades manufatureiras. Essas indústrias contribuíram para a geração de empregos e o crescimento econômico da região. A infraestrutura urbana da cidade também foi ampliada nesse período. Foram construídas novas vias de acesso, como estradas e pontes, facilitando o transporte de mercadorias e o deslocamento da população. Recebeu, ainda, melhorias nos serviços públicos, como a expansão do sistema de água, energia elétrica e saneamento básico.

A segunda fase da expansão urbana também foi marcada pelo crescimento populacional de Caicó. A cidade atraiu migrantes de outras regiões em busca de empregos e melhores condições de vida. É neste momento que se compreende a importância do período da cotonicultura para a expansão urbana caicoense, pois o algodão inferiu a urbe a condição de principal cidade da região do Seridó (De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018). O crescimento urbano pode ser observado a seguir (tabela 3).

Tabela 3: População total, urbana e rural de Caicó (1940 – 1970)

Censo	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
1940	25.233	4.639	20.597
1950	24.214	7.755	16.459
1960	27.447	16.233	11.214
1970	36.521	24.538	11.983

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1940, 1950, 1960, 1970). Elaborado pela autora (2023).

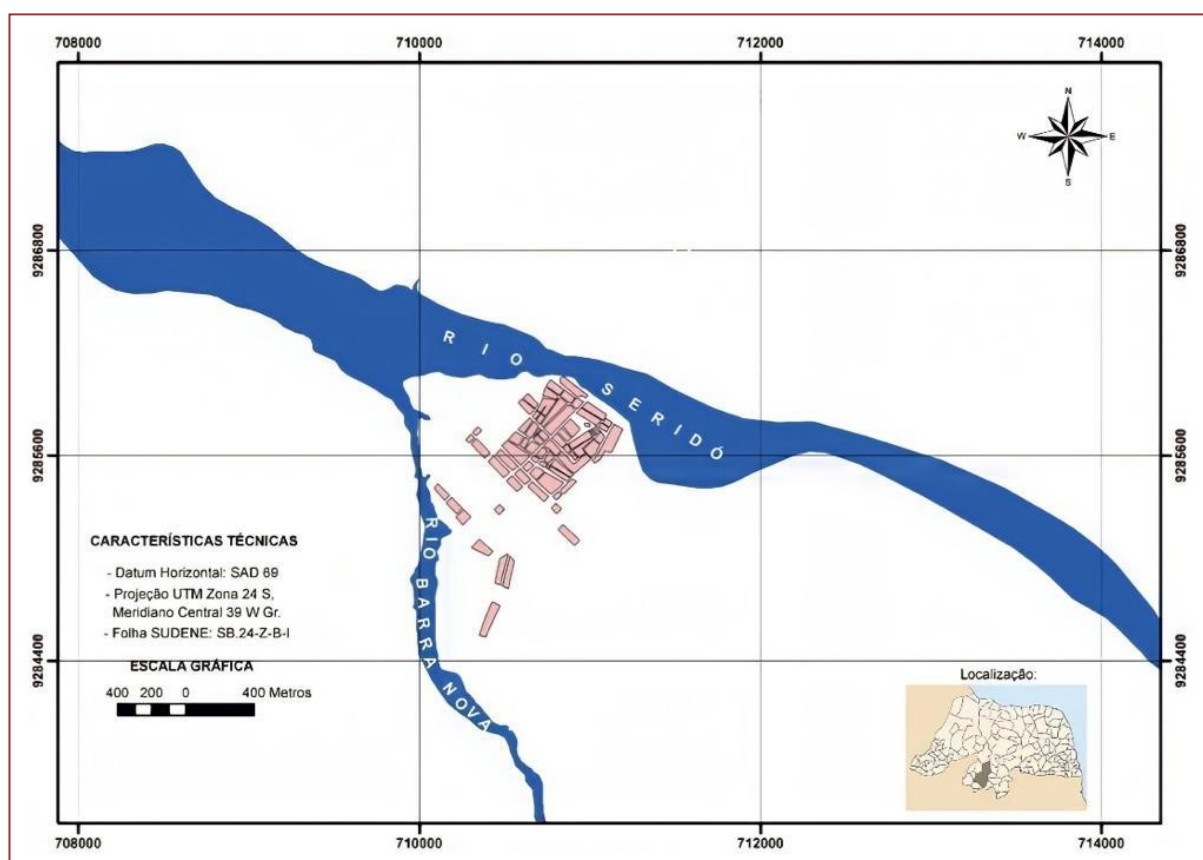
O Censo de 1940 mostra que a população rural era predominante, isto se dava justamente pela economia girar em torno da produção do algodão e da pecuária. Na década de 50, percebe-se um aumento na área urbana que continuou de maneira significativa no decorrer dos anos, fazendo a população urbana ultrapassar a rural, que, por sua vez, teve uma queda de 46,77% de moradores.

No entanto, não foi apenas a cotonicultura em si que possibilitou essa crescente na mancha urbana, foi a partir do capital cotonicultor que outras atividades econômicas e investimentos foram impulsionados, contribuindo para esta expansão. O capital da

cotonicultura, proveniente da produção e comercialização do algodão, permitiu o surgimento de uma classe empresarial e de investidores da região. Esses empreendedores, além de investirem na própria cotonicultura, diversificaram seus negócios e investiram em outras áreas, como comércio, indústria e serviços, como evidenciados anteriormente.

Esses tempos de expansão desencadeado pela atividade algodoeira, proporcionou a Caicó, durante os anos de 1950 e 1960, a chegada de novos serviços na rede urbana da cidade. Queiroz et al (2018, p. 8) ainda mostra, no mapa 6, que em 1950 Caicó era apenas um sítio urbano que “sequer ocupava totalmente o terreno delimitado pelos rios Seridó e Barra Nova”.

Mapa 6: Cidade de Caicó, 1950



Fonte: Moraes (1999) apud De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018.

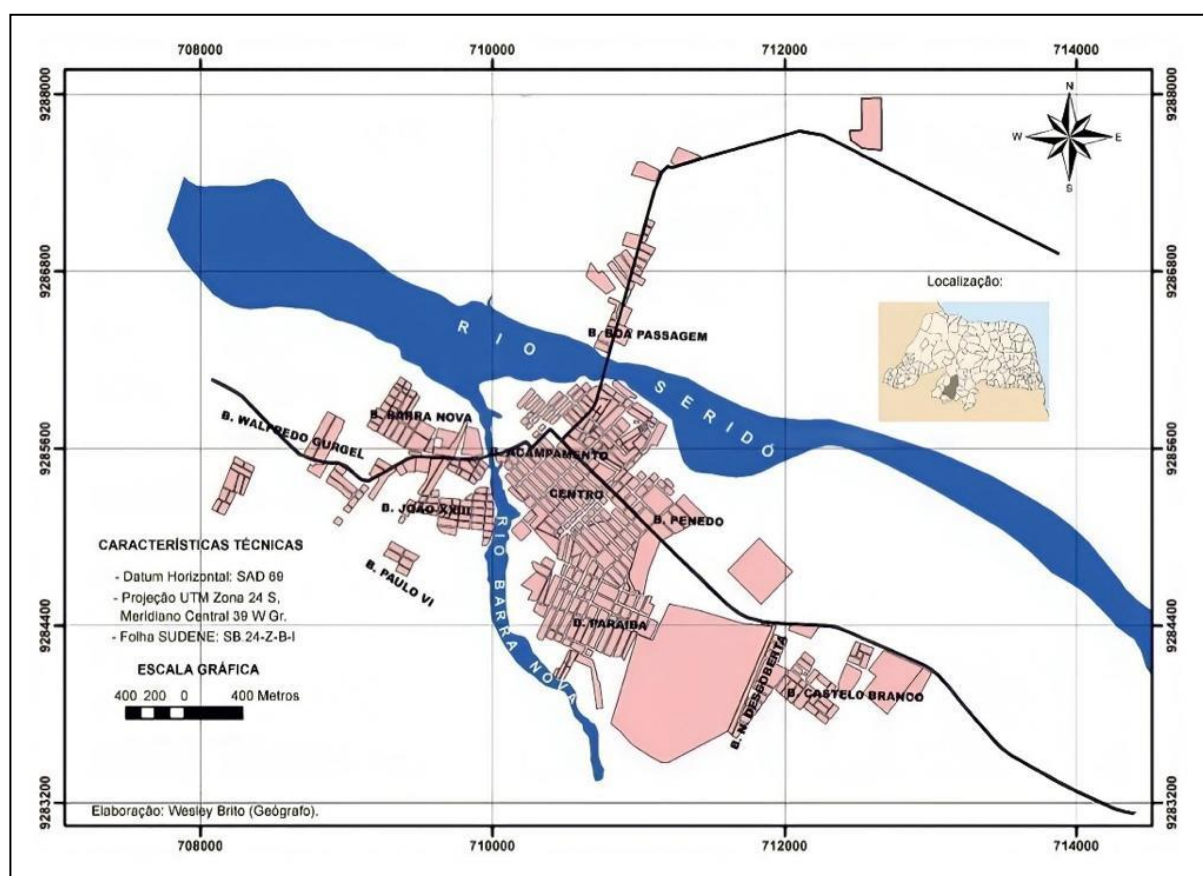
Na década de 60, a cidade cresceu para além dos rios que antes a limitava, ocasionando o surgimento de novos bairros. Todavia, nos anos de 1970 e 1980, a cotonicultura do Rio Grande do Norte começou a declinar em detrimento a fatores econômicos, políticos e naturais (Clementino, 1987). Nesse contexto, embora a cotonicultura tenha sido uma atividade econômica importante para a região de Caicó, o crescimento da cidade não dependia exclusivamente dessa atividade, por isso que a crise cotonicultor não afetou de maneira significativa a urbe.

O capital cotonicultor, acumulado durante o período de prosperidade da cotonicultura, foi direcionado para investimentos em outras áreas econômicas, como comércio, indústria e serviços. Essa diversificação econômica contribuiu para a criação de empregos e o crescimento da cidade, independente da crise da cotonicultura.

Além disso, é importante considerar que a cidade de Caicó possui outros setores econômicos, como agricultura, pecuária, turismo e serviços públicos, que também contribuíram para o crescimento urbano. Essa diversificação econômica e a presença de outros setores ajudaram a mitigar os impactos da crise da cotonicultura.

Assim, no ano de 1980, como reação ao crescimento urbano significativo que ocorreu na década de 70, é possível perceber, no mapa 7, que o processo de expansão urbana impactou todas as áreas do município.

Mapa 7: Cidade de Caicó, 1980



Fonte: Moraes (1999) apud De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018.

Este torna-se o início da terceira fase de expansão urbana, que se estabeleceu na década de 80 até os dias atuais (De Queiroz; Moraes; Aloufa, 2018), onde surgem novos focos de um terciário diversificado que se sustenta em um considerável comércio e em uma boa estrutura de prestações de serviços. É justamente neste período entre a crise da cotonicultura e o aparecimento de novos rumos que a cidade apresentou um importante crescimento populacional (tabela 4).

Tabela 4: População total, urbana e rural de Caicó (1980 – 2022)

Censo	POPULAÇÃO		
	Total	Urbana	Rural
1980	40.028	30.793	9.235
1991	50.658	42.801	7.857
2000	57.002	50.624	6.378
2010	62.709	57.461	5.248
2022	61.146	–	–

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010, 2022).

Esse cenário de crescimento populacional de Caicó, juntamente com a urbanização, vem principalmente da economia terciária, embora seus primeiros impulsos estejam na cidade do gado e do algodão. Moraes (1999, p. 128) coloca que a expansão urbana caicoense “relaciona-se muito mais a uma estrutura em torno do terciário, com destaque para os seguimentos do comércio e o setor de serviços”.

Assim, nota-se que, na transição entre a crise do algodão e essa nova estrutura terciária, o que sustentou a economia e o território da cidade foi uma espécie de ajuda múltiplas, onde um setor tem a possibilidade de incrementar outro e, nesse sentido, há uma dinamização da economia. Isto ocorreu ao longo dos demais períodos técnicos e que fizeram a cidade continuar se expandindo e, notoriamente, se consolidar como cidade de maior importância no território, do qual ela é o centro mais importante.

Nesse contexto, a população e a economia foram dois aspectos essenciais na espacialização da cidade, pois influenciaram diretamente o crescimento e o desenvolvimento urbano da região. A relação entre população e economia é bidirecional, ou seja, a população influencia a economia e, por sua vez, a economia influencia a população.

A população desempenha um papel fundamental na espacialização da cidade, pois é a demanda por serviços, infraestrutura e empregos que impulsiona o crescimento urbano. A quantidade e distribuição da população determinam a necessidade de serviços básicos, como saúde, educação, transporte e saneamento. Além disso, a população também influencia a demanda por bens de consumo, como alimentos, vestuários e moradia, o que estimula o comércio e a indústria local.

Por outro lado, a economia também desempenha um papel importante na espacialização da cidade. A atividade econômica, como agricultura, comércio, indústria e serviços, determina a oferta de empregos e a geração de renda na região. A presença de atividades econômicas diversificadas atrai investimentos, estimula o crescimento urbano e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população.

Dessa forma, população e economia, juntos, proporcionaram no município de Caicó o aprimoramento de bairros existentes e, conseqüentemente, o surgimento de novos, podendo ser observado em todas as zonas geográficas da cidade. Entre 1980 e 2022, a cidade passou de 11 bairros para 37 bairros (quadro 2).

Quadro 2: Cidade de Caicó, por zonas e bairros, quanto ao período de formação – 1980/2023

ZONAS GEOGRÁFICAS	BAIRROS	
	Formação Antiga (até 1980)	Formação Recente (após 1980)
Centro	Centro Acampamento	
Sul	Paraíba	Soledade
Norte	Boa Passagem	Vila do Príncipe Recreio Darcy Fonseca Samanaú Salviano Santos Alto da Boa Vista Nova Caicó Loteamento Serrote Branco Loteamento Serrote Branco II Loteamento Serrote Branco III
Oeste	Walfredo Gurgel Paulo VI João XXII Barra Nova	Frei Damião João Paulo II Adjunto Dias Distrito Industrial Novo Horizonte
Leste	Penedo Nova Descoberta Castelo Branco	Santa Costa Canuto e Filhos Jardim Satélite – IPE Vila Altiva Loteamento Graciosa Maynard Itans Loteamento Santa Clara Bento XVI Loteamento Severiano Alves dos Santos

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Esta análise sobre a expansão urbana caicoense mostrou que a estrutura terciária possibilitou a urbe um conjunto de objetos técnicos bastante diversificados, afirmando a importância da cidade de Caicó, quando comparada às demais cidades ao seu entorno. Observando as prestações de serviços que a urbe disponibiliza, o campo da saúde está entre os fatores principais que fazem o município se destacar. Caicó é composta por serviços de saúde variados, atendendo necessidades de pacientes por atendimento básico e por serviços de média e alta complexidade.

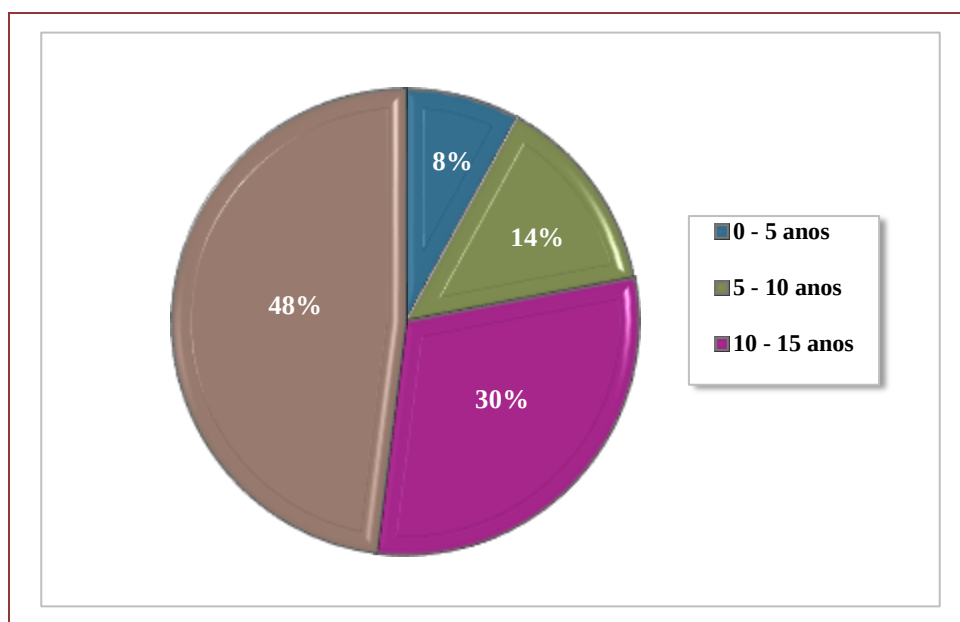
Logo, é interessante analisar a dinâmica da cidade voltada à oferta de serviços de saúde, principalmente para conseguirmos compreender de maneira significativa a sua influência.

Nos últimos 40 anos, Caicó tem sido alvo de importantes investimentos em infraestrutura para proporcionar serviços de saúde de qualidade, fato que resultou no crescimento desse setor e impulsionou atividades relacionadas a ele, como o setor imobiliário e a educação. Como resultado, a paisagem urbana de Caicó destaca-se pela ênfase nos serviços, principalmente os de saúde, cuja oferta ultrapassa os limites da cidade e estabelece conexões com cidades vizinhas, de modo que Caicó atrai grande parte das relações urbanas.

A fim de obter um maior conhecimento da dinâmica urbano-regional de Caicó, de acordo com os EPSS, foram realizadas entrevistas com gestores responsáveis por esses estabelecimentos. A finalidade foi compreender as ações que esses gestores desempenham para garantir a qualidade dos serviços prestados. A gestão dos EPSS é necessária e importante, pois envolve decisões estratégicas, controle e avaliação dos resultados obtidos, definição de metas e objetivos, implementação de políticas públicas e participação de agentes públicos e/ou privados no desenvolvimento dos estabelecimentos prestadores de serviços de saúde.

O trabalho do gestor envolve inúmeras responsabilidades e tarefas, especialmente no tocante aos resultados a serem alcançados por meio de ações. Requer do profissional conhecimento técnico, habilidades de liderança e coordenação. A experiência do gestor está notoriamente relacionada à forma como ele coordena o EPSS, afetando a produtividade, o engajamento e a posição estratégica e social das atividades do estabelecimento no contexto urbano-regional. Dessa forma, no gráfico 1 apresentamos dados sobre o tempo de permanência dos gestores nos EPSS de Caicó.

Gráfico 1: Caicó/RN – Tempo de atuação dos gestores dos EPSS



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

A análise dos dados do gráfico revela que a grande maioria dos gestores atua em EPSS de Caicó por um longo período de tempo, o que impacta positivamente na excelência dos serviços oferecidos. Isso se deve ao fato de que a vasta experiência desses gestores está diretamente relacionada a um ambiente de trabalho favorável, maiores chances de crescimento profissional e, conseqüentemente, uma regulação eficiente da qualidade dos EPSS.

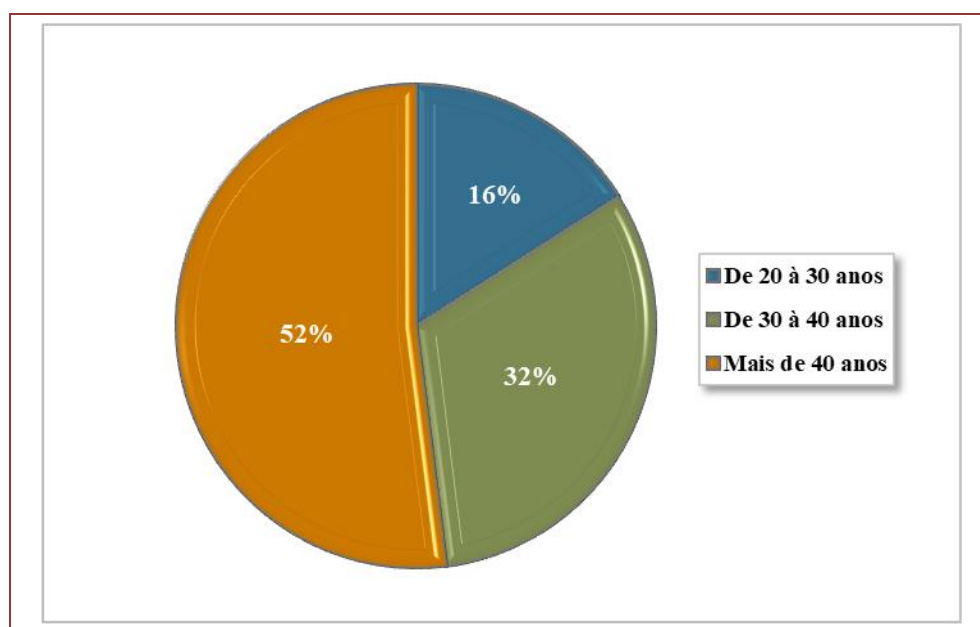
A gestão eficiente e equilibrada de EPSS é fundamental para a produção de bens e serviços, exigindo ações tanto individuais como coletivas. É preciso alcançar resultados de curto, médio e longo prazo, e para isso é necessário eficiência e equilíbrio. Nesse sentido, constatou-se que 78% dos gestores que atuam há mais de 10 ou 15 anos demonstraram possuir habilidades estratégicas, comunicação assertiva e capacidade de contribuir para

o crescimento dos profissionais envolvidos nos EPSS, assim como do próprio estabelecimento.

Profissionais que atuam como gestores nos EPSS, sejam eles com 0 a 5 anos de experiência ou de 5 a 10 anos, são considerados menos experientes, pois em alguns casos foram contratados ou nomeados com base em aspectos político-administrativos. Contudo, isso não implica em menor dedicação às suas funções, apenas indica que esses gestores têm a oportunidade de aprimorar suas habilidades profissionais por meio da vivência, possibilitando uma gestão mais eficaz dos estabelecimentos de saúde.

Os gestores com maior experiência (gráfico 1) são majoritariamente pessoas com 30 anos ou mais (gráfico 2), ou seja, pessoas mais experientes tanto em termos de experiência de vida, como de experiência profissional.

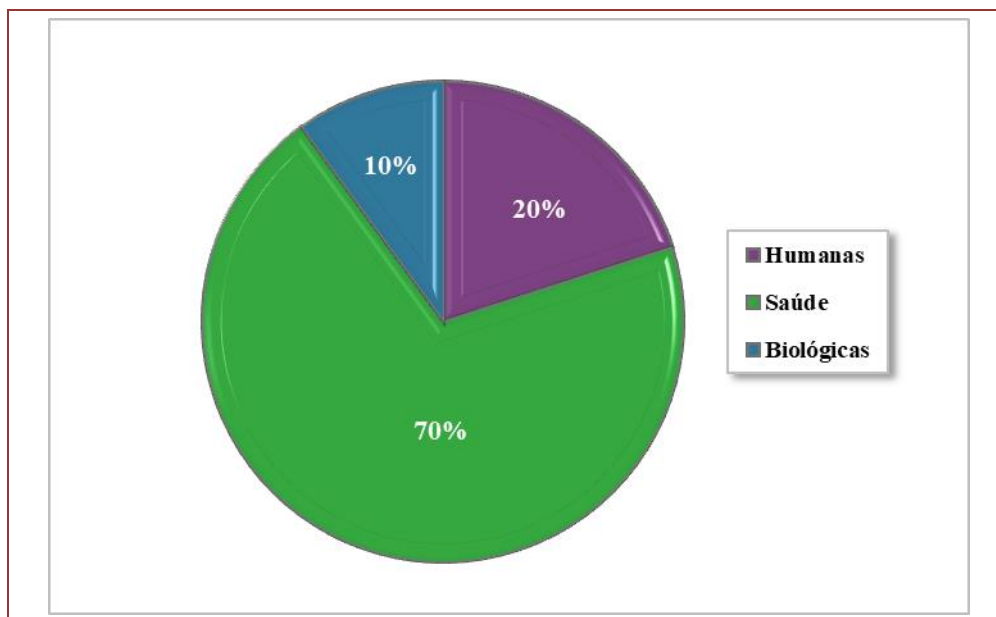
Gráfico 2: Caicó/RN – Faixa etária dos gestores dos EPSS



Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Os gestores com maior experiência, tanto em termos de idade quanto de experiência profissional, geralmente conseguem contribuir de forma significativa para o avanço técnico, econômico e social no setor da saúde. Isso acontece porque esses gestores já enfrentaram diversas situações no dia a dia e no âmbito profissional, o que lhes proporciona um conhecimento quantitativo e qualitativo. São gestores que valorizam a excelência nos serviços prestados, transmitindo confiança e estabelecendo relacionamentos de proximidade, profissionalismo e responsabilidade com os usuários e funcionários dos EPSS. Demonstram, dessa forma, que estão convencidos de que a competitividade do mercado não se limita apenas ao aspecto econômico, mas também a aspectos sociais, culturais e espaciais.

Quanto à área de formação profissional dos gestores de EPSS em Caicó, o gráfico 3 aponta que, de maneira geral, eles são formados, respectivamente, nas áreas de saúde, humanas e biológicas.

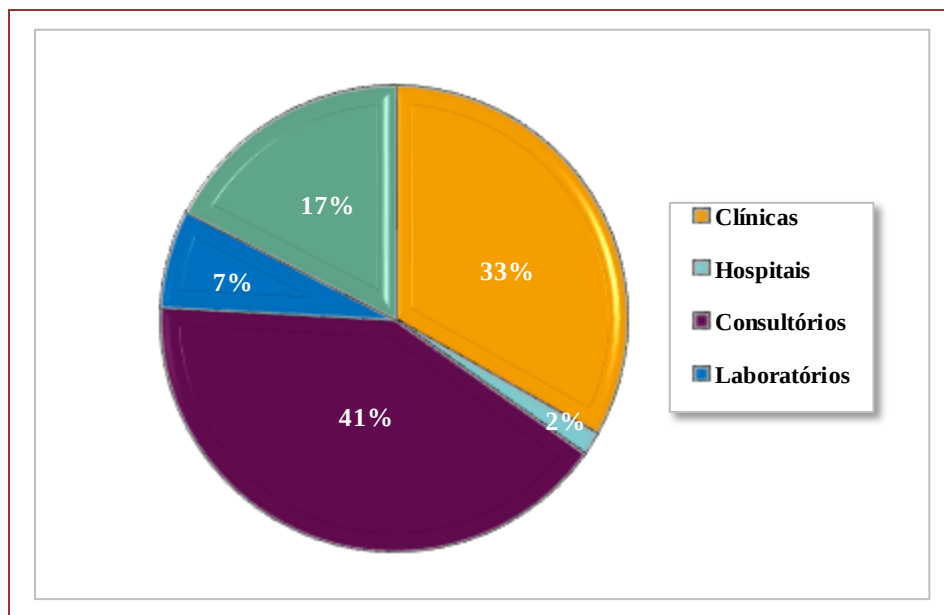
Gráfico 3: Caicó/RN – Áreas de formação profissional dos gestores dos EPSS

Fonte: Pesquisa de campo. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Segundo os dados apresentados no gráfico 3, a maioria dos gestores, isto é, 70%, possui formação na área de Saúde, mais especificamente em cursos como Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem – tanto em nível técnico, como superior. Por outro lado, 20% dos gestores possuem formação na área de Humanas, tendo cursado Administração, Serviço Social ou Ciências Contábeis. Já os restantes 10% dos entrevistados, possuem formação em cursos Biológicos, como Biomedicina, Biologia e Bioquímica.

Mesmo que os gestores dos EPSS tenham diferentes cursos de formação, é necessário salientar que todos contribuem de maneira significativa para a qualidade dos serviços prestados, possibilitando uma gestão eficiente dos estabelecimentos e, assim, cooperando para o destaque urbano-regional de Caicó quanto a especialidade saúde.

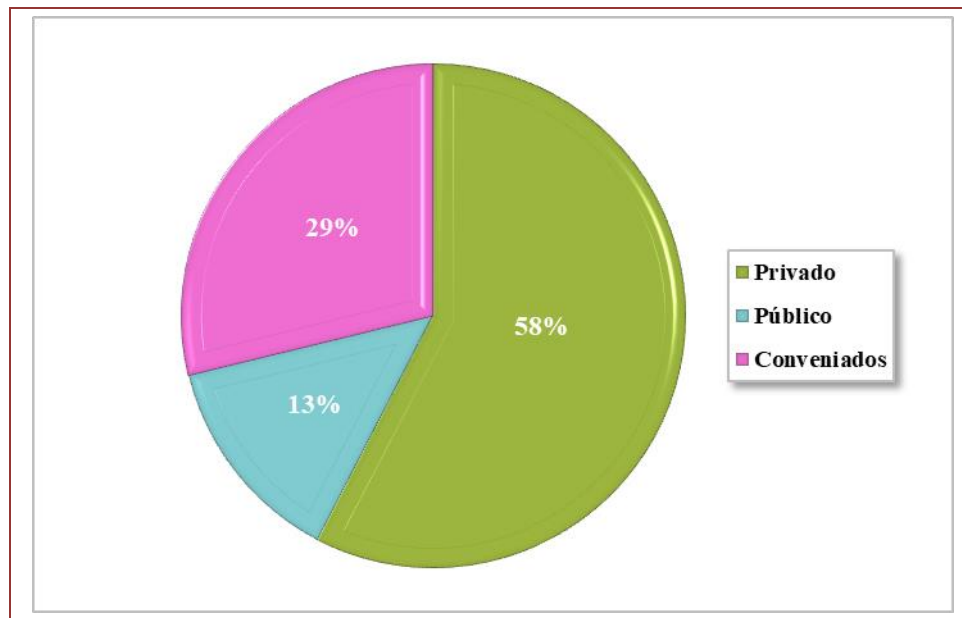
De acordo com as diretrizes do CNES (cadastro nacional de estabelecimentos de saúde), o gráfico 4 apresenta uma análise dos diferentes tipos de estabelecimentos de saúde existentes em Caicó, bem como a quantidade de cada um. Esses dados evidenciam a diversidade do setor de saúde na cidade, tanto em termos de variedade dos estabelecimentos quanto na qualidade dos serviços oferecidos.

Gráfico 4: Caicó/RN – Tipos e quantidades EPSS existentes na urbe

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Os dados do Gráfico 4 revelam que a maioria dos EPSS em Caicó são do tipo consultório, representando 41% do total, seguido por clínicas, que correspondem a 33%. As unidades básicas de saúde representam 17% dos EPSS pesquisados e desempenham um papel fundamental, pois são um dos primeiros estabelecimentos a serem procurados pelos usuários que precisam de atendimento, portanto, muitas vezes, a porta de entrada para os demais EPSS. Em tese, a variedade de EPSS na cidade de Caicó mostra a estrutura da dinâmica urbana na perspectiva da urbanização terciária, bem como a consolidação da urbe como centro de destaque no setor de saúde na região do Seridó.

A variedade de tipos de EPSS existentes em Caicó se relaciona com as modalidades às quais esses estabelecimentos correspondem, predominando os EPSS do setor privado (gráfico 5).

Gráfico 5: Caicó/RN – Modalidades de EPSS existentes na urbe

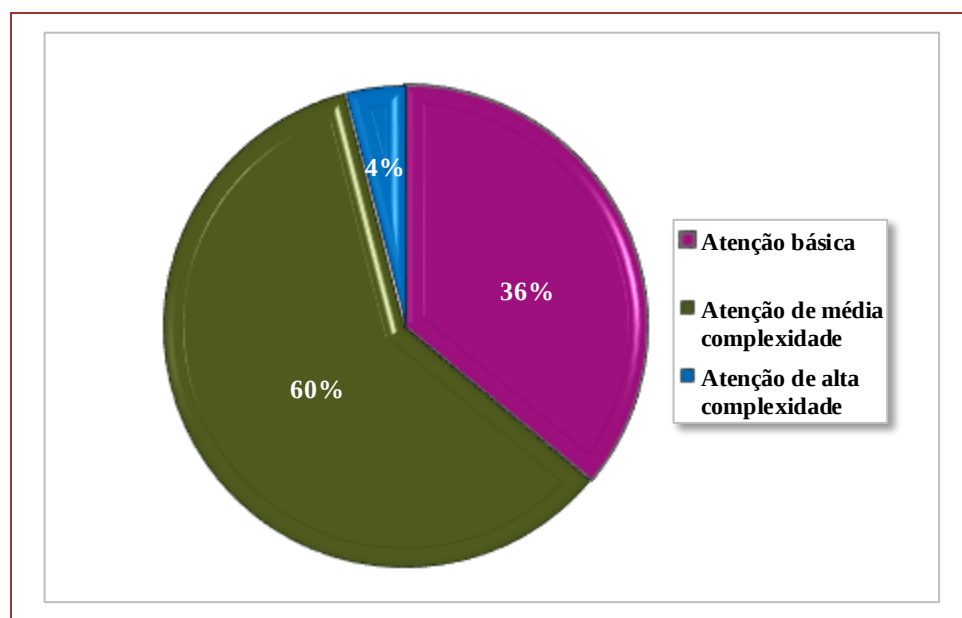
Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Do total de EPSS de Caicó, mais da metade pertence ao setor privado, seguido por 29% de EPSS conveniados e 13% de estabelecimentos públicos. A eficácia na prestação de serviços de saúde nesses estabelecimentos depende de características como regulação, acessibilidade, comodidade, equidade, efetividade e custo do tratamento. Embora esses fatores não sejam os únicos determinantes da saúde dos pacientes, eles são essenciais e, quando combinados, contribuem para a melhoria da qualidade da assistência em saúde.

A presença de diferentes modalidades de EPSS em Caicó permite a circulação de pessoas nesses estabelecimentos, proporcionando diferentes níveis hierárquicos no sistema de saúde. Essa diversidade de EPSS resulta em uma oferta mais ampla e serviços de melhor qualidade para a população, em termos qualitativos. Isso significa que os pacientes têm acesso a uma variedade de opções de atendimento, podendo escolher o estabelecimento que melhor atende às suas necessidades e preferências. Isto contribui para a melhoria do sistema de saúde como um todo, promovendo uma maior oferta de serviços e uma capacidade significativa de assistência à população de Caicó.

Junto aos sistemas público e privado, encontra-se a modalidade do EPSS conveniado, cujo desenvolvimento ocorre por meio de acordos e/ou ajustes de transferências que relacionam a administração pública – estadual, federal, municipal – com associações sem fins lucrativos. Em outras palavras, o EPSS conveniado é a execução de um projeto de colaboração recíproca entre diferentes agentes sociais e instituições.

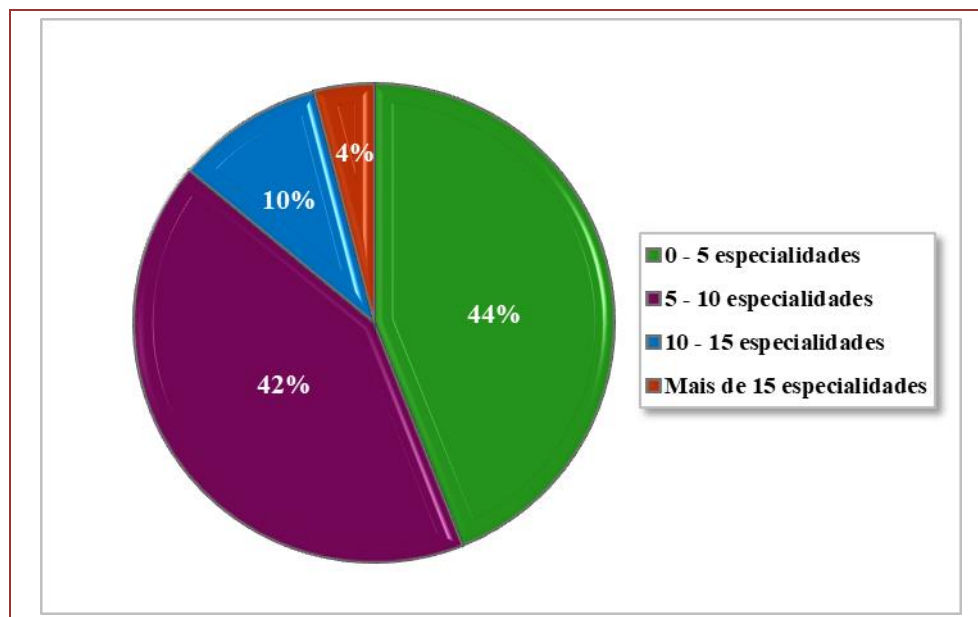
No que se refere aos níveis de complexidade dos serviços de saúde prestados em Caicó, o gráfico 6 evidencia que uma quantidade considerável de EPSS está voltada para serviços de atenção básica e média complexidade. No entanto, também há a presença de serviços de alta complexidade na cidade, o que demonstra uma dinâmica diversificada na oferta de serviços de saúde.

Gráfico 6: Caicó/RN – Níveis de complexidade dos EPSS

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

O gráfico 6 identifica que em Caicó há uma predominância de serviços de média complexidade (60%), seguido pela atenção básica (36%) e pelos serviços de alta complexidade (4%). É uma distribuição relativamente equilibrada entre os diferentes níveis de complexidade – e levando em consideração o tamanho da urbe – e indica uma variedade no setor de saúde da cidade, contribuindo para a ampliação e consolidação da influência de Caicó em relação às cidades vizinhas. De forma geral, os serviços de alta complexidade são encontrados em hospitais, enquanto as clínicas especializadas oferecem serviços de média complexidade e os postos de saúde são responsáveis pela atenção básica. Essa estrutura de serviços de saúde atende às diferentes necessidades da população, desde cuidados preventivos e primários, até diagnósticos e tratamento de condições mais complexas.

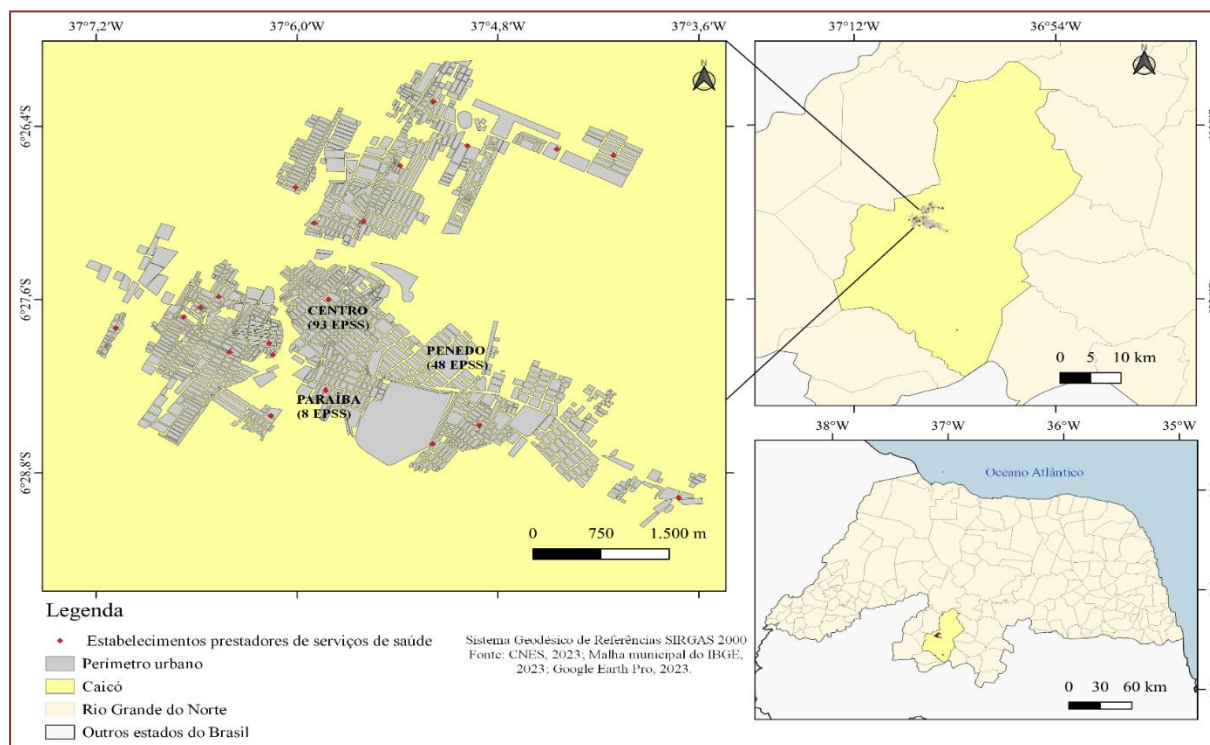
Além disso, o gráfico 7 também demonstra diversidade de especialidades oferecidas nos EPSS, de acordo com as demandas mais frequentes da sociedade.

Gráfico 7: Caicó/RN – Quantidade de especialidades ofertadas nos EPSS

Fonte: Pesquisa de campo, 2023. Elaborado por Deise S. Saldanha (2023).

Na análise dos dados, percebe-se que a maioria dos EPSS de Caicó ofertavam até 10 especialidades, atendendo, assim, demandas de usuários que eram encaminhados para, geralmente, a realização de exames laboratoriais, consultas e internações. Isso mostra que Caicó está preparada para atender às necessidades de saúde da população em diversas áreas, proporcionando uma oferta abrangente e qualificada de serviços especializados, especialmente em períodos como a pandemia da Covid-19, que exige uma procura mais intensa para certas especialidades.

Durante conversa com os gestores dos EPSS de Caicó, foi perguntado o motivo da escolha da localização desses estabelecimentos na urbe. Em resposta, destacaram a dinâmica urbano-regional de Caicó como um fator determinante, pois atrai pessoas de outras localidades que buscam atendimento de saúde. Ressaltaram, ainda, que Caicó é um polo de serviços de saúde, já que, no contexto da Região do Seridó, a cidade é pioneira e destacada na oferta desses serviços.

Mapa 8: Caicó/RN – Concentração de EPSS na urbe

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Elaborado pela autora (2023).

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a qualidade dos serviços de saúde prestados em Caicó, a dinâmica urbano-regional da cidade vem sendo ainda mais amplificada, pois além de pacientes, a urbe também é atrativa para profissionais vinculados aos serviços oferecidos e, com isso, buscam Caicó para realização de concursos e/ou a adesão a contratos junto aos setores públicos e/ou privado.

Dessa maneira, os EPSS da cidade são, cada vez mais, aparelhados e qualificados e a dinâmica urbano-regional caicoense tem a sua abrangência social e geográfica amplificada ou consolidada, uma vez que a presença de estabelecimentos prestadores de serviços de saúde qualificados torna a cidade mais atrativa para moradores e visitantes, impulsiona também o desenvolvimento econômico por gerar empregos diretos e indiretos, atraindo investimento e estimulando o comércio local, além de uma melhora na qualidade de vida, pois as pessoas têm acesso a tratamentos adequados, prevenção de doenças e cuidados de saúde em geral.

Os EPSS de Caicó podem ser encontrados, em sua maioria, no centro da cidade – espaço que concentra, quantitativa e qualitativamente, fixos e fluxos – e no bairro Penedo – espaço especializado para a localização de EPSS. Sendo assim, 95% dos gestores afirmaram que os respectivos EPSS sempre funcionaram na mesma localização, desde o início das suas atividades, enquanto 5% destacaram que os estabelecimentos haviam sido implementados, inicialmente, no centro da cidade, mas, posteriormente, foram realocados para o bairro Penedo, tendo-se em vista a especialização desse espaço e a sua proximidade com o centro da urbe.

Assim, a maioria dos EPSS de Caicó estão notoriamente concentrados em dois bairros da cidade (mapa 8), principalmente na área central, evidenciando que o município não fugiu do padrão, pois muitas cidades brasileiras onde existe concentração de serviços, os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde são localizados, em grande quantidade, no centro da urbe.

No entanto, em Caicó pode estar ocorrendo o que chamamos de desconcentração, mesmo que de forma desigual de EPSS no espaço urbano, com a migração de alguns estabelecimentos do centro da cidade para o bairro Penedo, embora a maioria dos EPSS ainda permaneçam no centro. Além disso, o bairro Penedo se apresenta como, talvez, um novo espaço de concentração de serviços de saúde. Desse modo, a concentração de EPSS em Caicó ainda permanece sendo realidade e, quando se fala em desconcentração de atividades do centro, se faz, principalmente, na direção do bairro Penedo, indicando uma nova concentração.

A concentração de EPSS no centro e no bairro Penedo da cidade de Caicó é quantitativa e qualitativa. Além de concentrarem um número significativo dos EPSS da urbe, o centro e o bairro Penedo concentram também os serviços mais qualificados, cujas localizações levam em consideração os bairros que dispõem de melhores infraestruturas especializadas no tocante ao serviço ofertado, como também as maiores e mais frequentes circulações de pessoas, objetos e capitais.

Por conseguinte, os EPSS que não estão no centro ou no bairro Penedo caracterizam-se por ofertarem os serviços mais básicos – à exceção do bairro Paraíba e João Paulo VI, que comportam os dois hospitais públicos da cidade –, como posto de saúde, sendo localizados nos bairros afastados do fluxo. É, portanto, uma lógica desigual de produção do espaço, especificamente, quanto a distribuição de estabelecimentos prestadores de serviços cuja importância é confirmada na atual dinâmica urbano-regional caicoense.

REFERÊNCIAS

- [1] CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo, Ática. 1994.
- [2] _____. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. 51, p. 113-137, 1989.
- [3] _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- [4] _____. **O espaço urbano**. 4ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- [5] CORSI, F.L. Os limites da recuperação da economia brasileira em 2021. **Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, v. 5, n. 7, p. 39-50, 2022.
- [6] DA ALVES, F.A. Coronavírus e conflito federativo: Como a gestão da crise da pandemia afetou a relação entre a união e os entes federados, por meio do populismo autoritário, no contexto constitucional periférico do Brasil. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 23, n. 3, p. 182-203, 2021.
- [7] DA SILVA, M.H.A.; PROCÓPIO, I.M. A fragilidade do sistema de saúde brasileiro e a vulnerabilidade social diante da COVID-19. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 33, 2020.
- [8] DA SILVA, M.L.; DA SILVA, R.A. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020.
- [9] MORAIS, I.R.D. **Desvendando a cidade**: Caicó em sua dinâmica espacial. Brasília: Editora do Senado Federal, 1999.
- [10] MORAIS, I.R.D. Seridó norte-rio-grandense: reestruturação e planejamento regional. **Encontro da**

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v. 11, 2005.

[11] SALVADOR, D.S.C.O.; BRITO, D.M. Planejamento e ordenamento do território urbano de Caicó/RN na atualidade. **Geografia em Questão**, v. 11, n. 1, p. 157-173, 2018.

[12] SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. 214p.

Capítulo 2

Cidades, vilas, aldeias e quilombos na província da Paraíba: agentes sociais e dinâmicas espaciais/regionais

Valter Luiz de Macedo

Resumo: O texto analisa a Província da Paraíba em meados do século XIX a partir do levantamento de seus núcleos populacionais e suas relações, realçando diferentes aspectos e escalas geográficas. Inventariando e questionando a urbanização paraibana daquele momento, destaca dois pontos centrais: as dinâmicas espaciais que estruturavam tanto o território interno quanto parcelas para além dos limites da província, o que evidencia uma dimensão regional dessa urbanização e territorialidades ainda não plenamente contempladas pela produção acadêmica; e a importância de determinados agentes e processos sociais, a exemplo da presença da população negra no território e sua espacialidade de lutas, por vezes desconsiderados na historiografia consagrada sobre a Paraíba daquele período.

Palavras-chave: Província da Paraíba, urbanização pretérita, dinâmicas regionais, aldeias e quilombos na Paraíba.

1. INTRODUÇÃO

Neste fim de 2024, notícias no Brasil mostram um processo de reconhecimento efetivo, por parte do governo federal, do direito de povos originários e quilombolas ao território que historicamente ocupam. Mais especificamente no caso do atual estado da Paraíba, o noticiário mostrou, por exemplo, a assinatura do “Título de Domínio” (última das quatro etapas de regularização oficial de um território quilombola) para a comunidade Caiana dos Crioulos, nos municípios de Alagoa Grande e Matinhas e onde vivem atualmente 145 famílias (Brasil, 2024a) e a assinatura do “Decreto de Interesse Social”, desapropriando terreno em prol do Quilombo Pitombeira, com 91 famílias no município de Várzea (Brasil, 2024b).

No primeiro caso, Caiana dos Crioulos, no Agreste do Estado, é agora a primeira comunidade quilombola da Paraíba a receber o título definitivo de suas terras. No caso de Pitombeira, no Sertão paraibano, a conquista deste direito histórico se avizinha, uma vez que o Decreto de Interesse Social que agora possui é a penúltima das etapas para regularização oficial de uma terra quilombola em nosso país.

Longe de serem casos isolados, tais notícias nos mostram o quanto o processo de formação territorial em nosso país carece de mais estudos, em especial, que elenquem dinâmicas, temas e agentes sociais não efetivamente considerados pela historiografia consagrada ou apenas considerados muito recentemente.

Caiana dos Crioulos e Pitombeiras são apenas dois exemplos entre algumas dezenas na Paraíba e um total que quase chega aos dois mil casos de comunidades quilombolas com processos de regularização atualmente abertos no Brasil. E quando o assunto nos remete aos povos originários, para muito além das Terras Indígenas (TIs) já oficializadas, também são numerosos os casos em nosso país de processos que ainda aguardam andamento visando demarcação de seus territórios ancestrais.

A luta dos povos originários e dos da diápora negra por terras remonta ao passado colonial brasileiro, atravessou o período imperial, agravando-se, e chegou ao período republicano com reiteradas dificuldades e algumas conquistas apenas mais recentemente. Mesmo que a historiografia brasileira consagrada tenha, por muito tempo, centrado atenção nas personalidades e forças sociais hegemônicas e na configuração espacial por elas evidenciada, “lugares” e dinâmicas territoriais indígenas e quilombolas lá estavam também em meio à criação de cidades, vilas, caminhos, cadeias, fazendas, dinâmicas econômicas e fluxos de ordem que expressavam o aparato de controle político e social e a cooptação do território pelos projetos colonial e, posteriormente, nacional, notadamente excludentes e discriminatórios.

Este texto, assim, fazendo uma leitura geohistórica do território da Paraíba até meados do século XIX, busca contribuir com as discussões sobre a urbanização em si da província, considerando “fixos” importantes constituídos e fluxos internos e também interprovincias, inventariando ainda aldeias e quilombos. Busca, portanto, somar esforços para reler a história deste estado, em especial, e do Brasil, de uma forma geral, entendendo que tais formações socioespaciais expressam processos de múltiplas dimensões, cuja compreensão impõe diferentes aspectos e escalas.

Assim, o texto vai ao território paraibano através de panorama de sua ocupação e estruturação enquanto Capitania até o levantamento de seu quadro urbano em meados do século XIX, quando Província. A partir de investigação documental primária que toma Saint Adolphe (1845) como ponto fundamental de partida, acrescido de L’île Adam (1848

e 1851), as demais obras trazidas para tal estudo (autores de distintos campos do saber que dialogam com as temáticas que nossa investigação) e a leitura do território através do tempo visam a compreensão ampliada e crítica da realidade analisada.

Este trabalho, portanto, é um olhar acerca do processo e dos agentes (dominantes e subalternizados) de uma urbanização na província da Paraíba e suas relações com províncias outras, em meados dos oitocentos, buscando contribuir com os debates sobre a estruturação do território paraibano e o próprio processo de urbanização e formação socioespacial brasileira como um todo.

2. DINÂMICAS COLONIZADORAS NO TERRITÓRIO DA PARAÍBA

O território em que hoje se assenta o Estado da Paraíba foi efetivado pela colonização portuguesa, em detrimento de povos originários ali predominantes, de maneira lenta em seus primeiros séculos. Mesmo lembrando que sua capital (a atual João Pessoa) se constitui em uma das primeiras cidades fundadas no Brasil, ainda no século XVI, datada de 1585 e inicialmente denominada de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, ressaltamos que por cerca de um século a ação colonizadora portuguesa se restringiu ao litoral paraibano, em detrimento de suas áreas do Agreste, Borborema e Sertão. Tal ação diz respeito à criação de assentamentos urbanos e fortificações como forma dominante de efetivar, nas condições materiais daquele momento, a presença e o controle político, jurídico e administrativo no território.

Neste processo, na Paraíba, houve por mais de um século em toda a Capitania apenas a Câmara da Capital, na Zona da Mata. E o assentamento ali fundado, no contexto da conquista portuguesa sobre o território do atual Nordeste brasileiro a partir da expansão produtiva das capitanias de Pernambuco e Itamaracá, se somaria a núcleos fundamentais neste intento como Natal (de 1599) e, mais além, São Luís (1614) e Belém (1616), denotando uma ocupação inicialmente litorânea e com pretensões à formação de um sistema urbano (Carvalho, 2008), em escala regional.

Importante lembrar que a colonização portuguesa envolvia conquistas territoriais da América à Ásia e que tal ação se consubstanciava, pelo menos em seu momento inicial, no século XVI em especial, em um conjunto de rotas oceânicas a interligar fixos isolados constituídos na costa litorânea de suas colônias. Neste sentido, a construção de feitorias em um primeiro momento e, depois, fortificações e assentamentos urbanos, como pontos que interligavam as rotas marítimas estabelecidas por Portugal entre suas possessões e território metropolitano, nos permite, por exemplo: 1) pensar na imagem de um grande “impériomar adentro” (Carvalho, 2008, p. 15), em que estes pontos costeiros fortificados serviam menos como vetores de efetiva conquista e interiorização naquele momento e mais como nós da rede de navegação que estruturava o império ultramarino português; e 2) compreender, até de maneira tautológica, que tal arranjo geopolítico estabeleceu um padrão praticamente exclusivo de ocupação litorânea (em detrimento do interior) por parte de Portugal no início de sua colonização, sendo a navegação primordial como forma também de contato entre os “lugares” costeiros e, posteriormente, avançando para o modal fluvial na medida da ocupação efetiva do território.

No caso da Paraíba, tal lógica se reafirma quando pontuamos a presença única do aparato de conquista português restrito à sua Zona da Mata por mais de um século através da cidade/capital no litoral, da produção efetiva de cana-de-açúcar como motoreconômico e de assentamentos simplórios que se constituiriam nas várzeas do rio Paraíba do Norte.

Apenas depois deste tempo transcorrido, e de maneira lenta até fins do século XVIII, assentamentos populacionais outros e demais infraestruturas do poder metropolitano (como freguesias e julgados) chegariam ao Agreste e Sertão paraibanos.

No caso do Sertão, um parêntese. O termo possuía naqueles idos uma conotação de área desconhecida, pouco povoada e distante do litoral, expressa, inclusive, no primeiro dicionário da língua portuguesa, elaborado originalmente em 8 volumes pelo padre Raphael Bluteau entre 1712 e 1721. Em seu volume 7, “sertão” aparece como “[...] o interior, o coração das terras, oppões-se ao marítimo, e costa. [...] O sertão tomase por mato longe da costa [...]” (Bluteau, 1720, p. 613). E tal concepção se mantém em importantes obras similares elaboradas posteriormente, como nos casos de Moraes Silva (1789) e de Silva Pinto (1832), reforçando, de maneira correlata, uma percepção que associava os seus habitantes originários (notadamente, indígenas, mas também negros quilombolas no decorrer da escravidão no Brasil) à ideia de “bárbaros perigosos” (Soares e Moura Filha, 2013). Fecha parêntese.

Para registrar datas importantes do processo de ocupação portuguesa na Paraíba que vínhamos considerando, temos: a capital próxima à foz do Rio Paraíba do Norte, é de 1585; o primeiro arraial dinâmico no Agreste (Areia) é de 1764; e o primeiro pedido de Julgado no Sertão semiárido ocorreu em 1711 (Piancó). Vale salientar, reforçando a dinâmica espacial aqui considerada, que, também a presença holandesa foi fortemente circunscrita à Zona da Mata. Na formação territorial inicial da Capitania da Paraíba, o período entre a conquista pelos portugueses e a expulsão definitiva dos holandeses foi aquele em que a região litorânea foi pioneira e efetivamente ocupada pela ordem colonizadora.

Tal dinâmica nos faz pensar em um sentido quase “normalizado” do litoral para o interior quando falamos na ocupação colonial do território brasileiro e paraibano, em especial. Ele não deixa de ser real em muitos casos, refletindo a dinâmica de instalação dos mecanismos oficiais de controle. No entanto, não deve ser tomado como exclusivo, uma vez que dinâmicas outras foram verificadas no sentido inverso (do interior/sertão para o litoral), como no caso específico da capitania da Paraíba. Com efeito,

O povoamento da Paraíba se deu em duas frentes: uma delas partindo do interior em direção ao litoral, realizada por colonizadores vindos da Bahia ou Pernambuco que, estabelecendo-se no sertão, formaram fazendas de criação de gado; e outra que, partindo do litoral seguiu para o interior. Aos que escolhiam se fixar eram concedidas terras em sesmarias, que podiam variar entre 1 a 4 léguas em quadro, dando origem, também no sertão, a um sistema fundiário baseado no predomínio das grandes propriedades que perdurou, em grande medida, até os dias atuais. (Fortes e Lucchesi, 2013, p. 49).

Até 1670, a ocupação do espaço paraibano se restringia apenas ao litoral. A partir de então deu-se início à ocupação do interior, em duas direções: uma do litoral ao sertão, comandada pela família Oliveira Ledo, responsável pela fundação de vários povoados, hoje municípios; outra, mais importante, partia do sertão do São Francisco, na Bahia, e prosseguiu na direção norte, chegando ao interior paraibano. (Brasil, 2022b).

Em outras palavras, o que queremos enfatizar é que a presença do aparato oficial metropolitano não tem o condão exclusivo de iniciar a ocupação em si do território. Este, sem o alcance ainda do aparato legal português, foi dinamizado, por exemplo, no sertão paraibano pelas rotas regionais coloniais de conquista privada, a partir da Bahia e Pernambuco e que, na verdade, avançou constituindo “lugares” no sertão nordestino como um todo. Tais lugares, como no caso da Paraíba, após uma existência já de muitas décadas, passaram a reivindicar órgãos e instituições do controle português (como a instalação oficial de localidades ou sua elevação à vila), na maioria das vezes, reportando às autoridades da Capitania uma vida em constante nível de violência e perigo diante sobretudo das resistências apresentadas pelos povos originários, atacados e despossuídos a partir das rotas pecuaristas do sertão (Pires, 1990). O aparato colonial português, nestes casos e em relação aos quilombos também, oficializaria e ampliaria o massacre e a exploração em nome da escravidão dos povos indígenas e africanos.

Assim, observamos na Paraíba, que a institucionalidade portuguesa, seus aparatos de poder, chega no caso mais evidente do Sertão semiárido depois de uma vida imposta pelo colonizador privado, via caminhos que entrecortavam o interior do atual Nordeste brasileiro sobretudo a partir da Bahia e que seguiam em direção às províncias do norte e oeste da colônia. Importante registrar, que na Paraíba por exemplo, tais caminhos não se referenciavam e nem se conectavam à capital em si (que permanecia como centro da dinâmica restrita praticamente à Zona da Mata enquanto os sertões eram atingidos pela lógica privada em suas conexões com províncias outras).

Como ocorrera na Zona da Mata, com a ocupação se dando primordialmente pela presença do rio Paraíba do Norte, importante observar também que a formação de núcleos populacionais no sertão paraibano, ainda que simplórios naquele momento, esteve diretamente relacionada à presença do rio Piranhas e seus afluentes importantes como os rios Piancó, do Peixe, Seridó, Espinharas e Sabugy, sendo as delimitações que viriam a ser estabelecidas no território definidas, em grande medida, por esses vetores naturais da ocupação branca colonizadora.

No que se refere às conexões entre as distintas realidades regionais do território paraibano, notemos que foi entre 1664 e 1694 que se verificou o estabelecimento de caminhos, a partir da capital, para se adentrar na província na direção leste-oeste. Visavam, via Agreste, iniciar rotas para o sertão em linha direta com a capital. Antes disto, caminhos de gado vindo de outras capitanias já cortavam o oeste da Paraíba, promovendo o surgimento “lugares” e “povoações” que passariam a requerer aparatos jurídicos, como no caso já mencionado de Piancó. No atendimento à solicitação, em 1711, o El-Rei autorizaria o Governador da Paraíba a criar o Julgado do Piancó (Pombal), o primeiro marco da organização judiciária no sertão da capitania, sendo o próprio Governador João da Maia Gama o seu primeiro Juiz Ordinário (Brasil, 2022b; Seixas, 1962). Importante ressaltar que tal localidade já possuía colonização branca desde o ano de 1680, conforme nos informa Guedes (2006).

Ressaltemos que a gênese e estruturação de núcleos populacionais, com funções oficialmente urbanas, no sertão paraibano são processos datados, então, do século XVIII (Soares e Moura Filha, 2013) quando o “sertão de Piranhas e Piancó” foi incorporado ao processo de conquista portuguesa a partir da chegada de seu aparato institucional frente à solicitação de colonos privados pecuaristas em seus constantes conflitos com os povos originários ali presentes de forma autônoma até então. Mesmo reforçando que no início do século XVIII era criada por ordem régia o primeiro Julgado em áreas do atual sertão paraibano (Brasil, 2022b), o que marcava o início do aparato legal de uma captura mais

efetiva do território paraibano para além de seu litoral, ressaltamos que tal ocupação ocorreu não sem enfrentamentos às resistências possíveis por parte dos seus habitantes originários (como Cariris, Icós e Curemas) e às dificuldades impostas aos estrangeiros pelo quadro natural semiárido.

No quadro geral da capitania, os caminhos que se organizavam para a conquista branca do território iam possibilitando a constituição dos primeiros “lugares” ocupados por colonizadores, mesmo que ainda sem expressão jurídica e administrativa essencial aos portugueses. Neste sentido, a Zona da Mata preponderava com a capital Parahyba enquanto um grupo ainda restrito de localidades iam lentamente se constituindo nas demais regiões da capitania (Agreste/Borborema e Sertão).

Na verdade, tais regiões viveram apenas em fins do século XVIII o que podemos chamar de primeiro surto de criação de assentamentos urbanos, resultado da política centralizadora de ocupação do território brasileiro como um todo levado à prática pelo governo metropolitano na gestão do Marquês de Pombal. São exemplos neste contexto da colônia a mudança da capital de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, a efetivação de política fiscal mais rigorosa sob comando das provedorias da Fazenda, fusões entre capitanias (como no caso da Paraíba, anexada à Pernambuco entre 1756 e 1799) e a referida política sistemática de criação de vilas e municipalidades. Neste sentido, estudo sobre a demografia da Paraíba entre 1798 e 1805 nos informa que:

Embora não estejam disponíveis fontes para caracterização da composição social da capitania em data anterior a 1798, a constatação dos mulatos livres como grupo mais numeroso deve estar diretamente relacionada à política de incentivo à miscigenação empreendida pelo Marquês de Pombal a partir de 1755 (...) A Paraíba sempre contou com uma elevada população indígena, embora sua dimensão viesse a ser continuamente reduzida desde o contato inicial com os europeus. Portanto, o baixo valor [percentual] de índios e o elevado índice [percentual] de mulatos pode ser lido, duplamente, como uma consequência do incentivo à miscigenação promovido durante o período pombalino, que se processou com a criação de vilas a partir das antigas aldeias indígenas, com o deslocamento de aldeamentos, assim como com a promoção de casamentos entre brancos e indígenas. (...) Na Paraíba esta determinação deu lugar à criação da Vila da Baía de São Miguel (1762), da Vila de Montemor (1762) e da Vila de Nossa Senhora do Pilar (1763) [1758]. (Paiva, 2015, p. 218).

Na Paraíba, o amplo programa pombalino de reformas centralizadoras teve forte impacto na organização do território, respondendo pela criação de um primeiro número relevante de vilas em curto tempo, especialmente concentradas ainda na Zona da Mata. Se até meados do XVIII, a despeito de diferentes e simplórios “lugares” e “povoações” (dentre eles, também aldeamentos indígenas e quilombos) existentes na capitania, o fato é que política e administrativamente o território paraibano contava apenas com a cidade-capital no litoral e a recém-criada vila de Santo Antônio de Piancó (de 1748) no Sertão. Só a partir da referida ação pombalina, diferentes vilas foram constituídas entre 1758 e 1772. Neste contexto, na Zona da Mata, foram criadas as vilas de Alhandra e Pilar em 1758, Monte-Mor e São Miguel da Baía da Traição em 1762 e a vila do Conde em 1768. E no Sertão, cria-se a sua segunda vila (a de Pombal) em 1772 (Saint-Adolphe, 1845; L’ile Adam, 1848 e 1851; Nascimento Filho, 2006).

Assim, com poucos acréscimos, o território paraibano permanecerá até o fim do período colonial, vivendo novo surto urbano apenas após a Independência do Brasil e sua correspondente legislação como Estado-Nação. A partir daí, a província da Paraíba (nomenclatura imperial que substituiria a de capitania), atrelada à dinâmica de sua economia algodoeira e pecuarista, contará com novas municipalidades e dinâmica territorial (inclusive, regional interprovíncias) como veremos na sequência.

3. DINÂMICAS URBANAS E REGIONAIS NA PROVÍNCIA DA PARAÍBA

Com cerca de 212 mil habitantes, em meados do XIX, sendo 13,4% de população escrava (Luna e Klein, 2010, p. 193), a Paraíba ecoava em seu território o tipo de estrutura burocrática do Império que tomava o território em quatro instâncias de gestão: administrativa, religiosa, judicial e militar. Neste sentido, a divisão das províncias em comarcas e distritos atendia a tais demandas e envolvia uma quantidade significativa de cargos públicos, muitos deles obrigatórios em lugares mais importantes política e administrativamente. Na obra “Chorographia do Brazil”, de 1854, vemos que:

A administração é confiada em cada província a um presidente; a da fazenda a uma tesouraria; e a militar a um chefe militar, que nas grandes províncias se chama governador, e nas pequenas comandante, sempre subordinado ao presidente, exceto o do distrito do Rio de Janeiro, assento do governo geral, que é subordinado ao ministro da guerra, e não ao presidente. Nas comarcas não há administrador civil, são os presidentes das câmaras municipais que exercem essas funções. E o mesmo fazem os juízes de paz em cada distrito. (Pereira, 1854, p. 63).

Reafirma-se a centralidade das câmaras municipais neste processo de controle do território e, por conseguinte, a importância dos assentamentos urbanos em geral como locus para a sua realização. Afinal, a localização de instâncias fundamentais deste sistema (como as próprias câmaras ou ainda as sedes de comarcas e dos “distritos de paz”) nos remete efetivamente aos aglomerados populacionais das províncias e aos seus sistemas hierarquizados de lugares (urbanos).

Se assentamentos populacionais de diversos tipos (como “povoações”, arraiais e vilas) já se destacavam em detrimento da vida rural, passando a concentrar população e estruturas de comando político, religioso e/ou administrativo, era a cidade, “povoação superior a villa na graduação” (Silva Pinto, 1832, p. 30) que denotava um centro de poder privilegiado na organização político-administrativa do Império brasileiro e de suas províncias. E tal status poderia vir de atributos como um grande e relativo contingente populacional que abrigava ou sua localização estratégica. É ilustrativo aqui o caso de Areia, ascendendo de arraial à cidade e sede de comarca:

Era ao principio uma povoação pertencente á freguezia de São-Pedro e São- Paulo de Mamanguape [Vila de Monte-Mor], que se foi progressivamente augmentando com a frequentação da estrada que vai das províncias do norte para a cidade do Recife. (...) Quando em 1833 a provincia da Parahiba foi dividida em três comarcas, a villa de Brejo d'Arêa foi nomeada por cabeça da comarca de seu nome. (...) Uma feira de gado, e dos diversos produtos agricolas da provincia, que todos os domingos e dias santos se faz nesta villa, lhe dá um certo ar de vida. (Saint-Adolph, 1845, Tomo I, vocábulo: Brejo d'Arêa, pp. 172-173).

Observar o processo de retalhamento do território a partir da constituição do queseriam municipalidades, comarcas e freguesias, por exemplo, nos permite elencar instrumentos importantes do enquadramento espaço-temporal a que nos referimos neste texto, quando de sua metodologia de trabalho.

Assim, segundo levantamento das informações relativas à Paraíba em meados do século XIX, como dito, realizado junto à Saint-Adolphe (1845) e L'île Adam (1848 e 1851), observamos que ela contava naquele momento com um total de 17 municipalidades (sendo 2 cidades e 15 vilas) reunidas política e administrativamente em 3 Comarcas (a da capital, Parahyba, e ainda Brejo da Areia e Pombal). Importante ressaltar que, apenas Parahyba e Brejo da Areia tinham, naquele tempo, o estatuto de cidade, enquanto as 15 vilas mencionadas eram as de Alhandra, Mamanguape, Pilar e Ingá (na 1ª Comarca, a da Capital), Bananeiras, Independência, Campina, Alagoa Nova, Cabaceiras e São João (na 2ª Comarca, a de Brejo da Areia) e Pombal, Catolé, Patos, Piancó e Souza (na 3ª Comarca, a do Sertão, com sede na ainda Vila de Pombal).

Ainda, segundo o mencionado levantamento, eram 25 as freguesias existentes na Paraíba naquele momento: Parahyba, Alhandra, Mamanguape, Pilar, Ingá, São Miguel da Baía, Livramento, Santa Rita, São Miguel de Taipu, Conde e Taquara (na Comarca da Capital); Brejo da Areia, Bananeiras, Independência, Campina, Cabaceiras, São João, Coité e Santo Antônio da Lagoa (na Comarca de Brejo de Areia); e Pombal, Catolé, Patos, Piancó, Souza e São José de Piranhas (na Comarca de Pombal).

Além destes fixos fundamentais para a ordem política, jurídica e religiosa do Império no território paraibano, nosso levantamento ainda apontou a existência de diversas outras localidades (indicadas nas obras utilizadas para este levantamento por termos como “capelas”, “povoações” e “lugarejos”), além de diferentes aldeamentos indígenas. Sobre este ponto, é necessário dizer que tais localidades fazem referência a assentamentos humanos mais simplórios, pequenos núcleos urbanos sem status de vila ou de cidade (algumas citadas, por exemplo, como “povoações medíocres” por Saint-Adolph), cujas existências, juntamente às informações sobre aldeias indígenas, nos ajudam a entender diferentes aspectos do processo mais amplo de ocupação do território da província pela ordem nacional do Império brasileiro.

Entre tais localidades, muitas delas, em um total de 49 em nosso levantamento, foram referenciadas pela existência de uma capela em seu interior. São elas: 24 na 1ª Comarca (Lucena, Santa Ana, Pitimbu, São José Bento do Abiaí, Conceição, Penha de França, Tambaú, Nossa Senhora da Batalha, Espírito Santo da Cruz, Brejo do Facundes, Rosário da Jatuba, Itabaiana, Bacamarte, Canidituba, Rosário do Gurinhém, Meriry, Bonsucesso, Arassugi, São João, Montemor, Serra da Raíz, Camaratuba, Mataraca e São Bento); 6 na 2ª Comarca (Conceição do Estreito, Boa Viagem, Santo Antonio do Molunga, Santa Ana do Congo, São Pedro de Caraúba e Serra Branca); e 19 na 3ª Comarca (Remédios, Cajaceira, Santa Catarina, Taquarituba, Serra Furada, Canoa, São José das Pombas, Paulo Mendes, Conceição, São João, Comissário, Conceição do Arauaí, Serra Branca, Lagoa, Teixeira, Cruz e Catolé de Baixo, além de duas nomeadas Boa Vista).

Por sua vez, sem referência explícita à existência de capela em seus termos, catalogamos 27 “povoações” e 20 “lugarejos” na província da Paraíba em meados do XIX. Por ordem alfabética, as 27 “povoações” foram: Aguiar, Belém, Boqueirão, Caiçara, Caiporas, Cais, Camafistula, Canto do Feijó, Caraça, Cipó, Conceição, Coronel, Cupiçura, Gamelas, Guia, Jardim do Rio do Peixe, Jinado, Livramento, Mata Redonda, Pedras de Fogo, Santa Luzia,

Santo André, São José, Tabatinga, Tramataia, Trapiá e Umari. E os 20 “lugarejos” citados foram: Araçais, Esperas, Extremas, Formiga, Gamelas (que não se confunde com a “povoação” de mesmo nome), Jatobá, Jenipapo, Oiteiro, Pau Ferrado, Piabuçu, Pilar, Pipirituba, Prazeres, Quixabá, Rancho do Povo, São Boaventura, São Gonçalo, São Lourenço, São Pedro e Várzea da Ema.

Por fim, o levantamento realizado junto à Saint-Adolphe (1845) e L’île Adam (1848 e 1851) identificou 11 aldeias indígenas na Paraíba nos meados do século XIX. São elas, em ordem alfabética: Acaúma, Alagoa, Alagoa do Bé, Alagoa do Pau, Brandão, Branquinho, Cairiri, Japoca, Paupina, Perguiça (ou Preguiça) e Pitigulares. Muitas destas aldeias, inclusive, estão na origem de diferentes cidades atuais do estado da Paraíba. Em registro clássico, de 1959, tal processo já era apontado:

Nos séculos XVII e XVIII, intensa foi a atividade missionária dos Jesuítas em terras nordestinas (...) Remontam a essa época muitos aldeamentos, que hoje se apresentam como cidades e vilas: (...) Alhandra, antiga Uratauaui; Campina Grande, antiga Paupina; Mamanguape, antiga Preguiça; e Vila do Conde, antiga Jacoca — todas na Paraíba. (Azevedo, 1959, pp. 32-33).

Observar tais formações em meados do século XIX também se torna oportuno quando consideramos a presença escrava na província da Paraíba, sobretudo quando a historiografia clássica sobre a realidade paraibana “minimizou a importância do negro na constituição da população local” (Fortes e Luchesse, 2013, p. 48). Se tal produção discursiva até enfatizou a presença de homens e mulheres negras, escravos ou libertos, sobremaneira, associada às culturas da cana-de-açúcar e do algodão desenvolvidas principalmente em áreas respectivas da Zona da Mata e do Agreste quando da Colônia, mais ainda durante o século XVIII e primeiras décadas do XIX, importante registrar que a presença de negros também era verificada no Sertão, no trabalho escravo na pecuária ali desenvolvida (Galliza, 1979), em suas conexões com províncias outras.

A corroborar os números apresentados por Luna e Klein (2010), ao fim da década de 1840 a população escrava na Paraíba se mantinha na faixa dos 14% do total da província (Fortes e Luchesse, 2013). E este dado é revelador da sua dinâmica espacial se lembrarmos que “nas plantações de algodão, o uso de mão-de-obra escrava ocorreu com mais intensidade até o ano de 1850, quando o tráfico foi extinto” (ibidem, p. 51) e que a atividade açucareira no litoral vivia momento de inflexão. Parte considerável, então, dessa população escrava estava sendo deslocada para terras sertanejas. Segundo Monteiro (2013), um processo de aumento da população escrava em áreas criatórias da província, em detrimento das demais, foi registrado quando se verificou que, em 1852, o Sertão já contava com 33,5% de toda população escrava paraibana e que tal percentual passaria para 38%, em 1872, e para 41%, em 1884.

Este aumento da concentração de escravos no Sertão, tradicionalmente voltado à criação de gado e que experimentava em meados do XIX um momento importante também na cultura algodoeira, é significativo para o trabalho em tela. Tanto por denotar dinâmicas espaciais no que se referem à produção econômica em si da província no momento estudado, com o avanço e quase deslocamento momentâneo do algodão para terras sertanejas, quanto por denotar ainda o deslocamento de escravos das duas primeiras comarcas para a Comarca do Sertão. A esse tempo, foi significativo o aumento do número de registros de escravos nos termos de vilas como a de Catolé (ao norte da Comarca), de

Piancó (abrangendo terras do sul da comarca) e da própria vila-sede de Pombal (ao cento da Comarca) (SÁ, 2005). E esta concentração de população escrava na dinâmica produtiva sertaneja pode também ser pensada como matriz de processos étnicos se observada, no processo histórico, a partir da ótica dos próprios escravizados, suas lutas diante da escravidão e das consequências múltiplas dela decorrentes.

Diante desta possibilidade, recorreremos ao movimento mais recente (sobretudo, pós Constituição Federal de 1988) de autorreconhecimento de comunidades remanescentes de quilombolas na Paraíba e seus correlatos processos que pleiteiam a oficialização e sua titulação fundiária à luz dos preceitos constitucionais de que o Estado brasileiro deve proteger as “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, Art. 215 § 1º) e de que “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” (Brasil, 1988, Art. 216 § 5º).

A lista de comunidades quilombolas na Paraíba certificadas pela Fundação Cultural Palmares (órgão federal com competência para tal) perfazia um total de 36 em 2013 (Banal, 2013) e, mais recentemente, totalizava 44 (Brasil, 2022a), localizadas do litoral ao sertão, denotando aprofundamento nos estudos sobre tais formações socioespaciais no que se refere, no caso específico deste texto, à gênese de cada uma delas. E isto é dito a partir do fato de que 24 destas comunidades, portanto mais da metade do total de 44 reconhecidas como remanescentes de quilombos, estão em área da então Comarca do Sertão vigente em meados do século XIX (Niemeyer, 1850; Soares, 2012). Mais ainda, 18 das 24 comunidades do Sertão já certificadas estão em áreas dos outrora termos das vilas de Catolé (5 delas), Pombal (8) e Piancó (5), o que pode nos remontar a meados do século XIX quando do início do aumento de população escrava no sertão paraibano, deslocada das demais comarcas, a partir de tais vilas.

Importante lembrar que a ideia de “remanescente”, na atualidade, foi revestida de um caráter político-jurídico para incorporar também comunidades descendentes de escravos constituídas após o fim oficial da escravidão no Brasil, fazendo-nos pensar além da ideia de quilombos como locais de fuga de escravos. E, assim, tal ressignificação, reforçando o caráter étnico e coletivo de manifestações culturais definidoras de uma dada organização social, expressa, em última análise, o caráter destas comunidades como realidade histórica espacialmente referenciada, territorializada. Devem ser lidas, portanto, como expressão territorial das formas de dominação expressas no processo colonial e imperial escravista em si e, ato contínuo, como referência de localização das distintas e variadas situações/vivências delas decorrentes. São espaços referenciais que, com a continuidade dos estudos sobre escravização e ocupação territorial como um todo, inclusive considerando a toponímia dos lugares e a relação terra/ancestralidade, revelam realidades antes silenciadas na produção acadêmica.

No caso da Paraíba em meados do XIX, como pontuado, já podemos considerar a presença de negros de uma forma generalizada, tanto como mão-de-obra nos engenhos do litoral, no Agreste algodoeiro e mesmo no Sertão pecuarista quanto através de quilombos constituídos nestes diferentes quadros da província naquele contexto. São exemplos, comunidades quilombolas históricas como: Paratibe (no atual município de João Pessoa) e Gurugi (município de Conde), ambos na Zona da Mata, 1ª Comarca da província; Caiana dos Crioulos (Alagoa Grande) e Tapuio/Cruz da Menina (Dona Inês), no Agreste, parte da 2ª Comarca; e Serra do Talhado (Santa Luzia), Pitombeira (Várzea), Curralinho/Jatobá (Catolé do Rocha) e Livramento (São José de Princesa), em áreas distintas da então 3ª Comarca da província, a do Sertão.

Todas essas comunidades, inclusive, mantiveram-se ao longo do tempo, através de seus descendentes, como realidade étnica a denotar processos históricos de resistência e são, inclusive, certificadas na atualidade como tal pela Fundação Cultural Palmares, de acordo com a lista de 44 comunidades já mencionada (Brasil, 2022a). Importante frisar, segundo a mesma fonte, que tal processo de reconhecimento se baseia em Relatório Técnico de Identificação e Delimitação destas comunidades que, por sua vez, inclui um Relatório Antropológico, com aspectos históricos e socioculturais da comunidade e suas relações com o território, e um Laudo Agrônomo e Ambiental, com levantamento dominial do território, cadastro de famílias, mapa e memorial descritivo da área. A título de ilustração, a lista da Fundação Cultural Palmares de 2022 certifica 04 comunidades remanescentes de quilombolas localizadas em pontos da então 1ª comarca da Paraíba em meados do XIX (a Comarca da Capital), 16 comunidades (sendo 09 no Agreste e 07 na Borborema) em pontos da outrora 2ª Comarca da província (cuja sede era a cidade de Brejo da Areia) e, como já realçado, 24 comunidades (mais metade das 44 que formam o total) localizadas naquela que era a 3ª Comarca paraibana, a do Sertão (encabeçada pela Vila de Pombal).

Neste sentido, a continuação de estudos regressivos sobre tais comunidades, buscando o correlato enquadramento espaço-temporal de suas origens, por exemplo, acrescidos das informações já existentes sobre realidades quilombolas históricas como as aqui listadas, revelarão dinâmicas e estratégias de lutas e traços culturais dos grupos negros postos na marginalidade no processo de constituição da Paraíba, em particular, mas não apenas, e, de uma forma dialética, também permitirão a discussão necessária sobre a questão fundiária em nosso país em suas históricas desigualdades e injustiças.

Por fim, um último ponto a ser indicado no escopo deste texto, como linha para próximas pesquisas a partir das informações e dados já reunidos até aqui, diz respeito às dinâmicas territoriais de diferentes aspectos que, para além da percepção centrada nas relações que se estabeleciam na vida interna da província da Paraíba em meados do século XIX, denotavam dinâmicas regionais interprovinciais. Estas, inclusive, já vinham sendo sinalizadas aqui desde as origens da presença colonizadora branca em território paraibano quando da própria fundação de sua capital pelos portugueses, na segunda metade do século XVI, como ação regional fundamental no processo de conquista do atual Nordeste brasileiro (chegando até o atual Norte, na foz do rio Amazonas) através de uma ocupação litorânea assentada em um conjunto de núcleos urbanos (alguns já com estatuto de cidade, como a capital paraibana) estrategicamente localizados. Ou ainda, com o passar lento dos primeiros séculos, que na Paraíba se consolidou com a existência de apenas uma cidade e comarca em seu território, da dinâmica também regional estabelecida no interior do atual Nordeste através das rotas da pecuária no semiárido que partiam de Pernambuco e, sobremaneira, da Bahia, constituindo “lugares” no Sertão por iniciativa de agentes particulares antes mesmo que a racionalidade e institucionalidade de controle e subjugação dos nativos e do território por parte da Coroa portuguesa se estabelecesse oficialmente.

De forma sucinta, dinâmicas regionais via litoral ou via interior sertanejo deram atônica na gênese do processo de captura metropolitana da atual Paraíba. E a dinâmica econômica que seria implantada ao longo do período colonial e, mais especificamente neste nosso trabalho, nas primeiras décadas do Império até meados do século XIX, reforçariam tanto o caráter regional intraprovincial quanto, em particular, o caráter interprovincial que queremos destacar e indicar como campo ainda em aberto nos estudos sobre a nossa formação socioespacial brasileira.

Este caráter intraprovincial é ilustrado, por exemplo, nas citações a seguir, quando aspectos

distintos da vida na 2ª comarca são documentados em relatos de época. Nelas, a centralidade da cabeça desta comarca é efetivada através das funções que desenvolvia em territórios para além do seu termo municipal. Com efeito,

A Cadeia d'esta cidade da Areia recolhe, como sabeis, presos de diversos municípios onde não há prisões seguras. Quando são chamados a responder ao jury, é necessario escolta-los. (Parahyba, 1854, p. 07).

A Povoação de Alagoa Grande, segundo, me participou a Camara do respectivo municipio em officio de 27 de Março próximo passado, é actualmente presa da febre amarela (...) e ordenei ao Delegado da Policia que lhe fornecesse pela botica da Cidade d'Areia os medicamentos necessários (Parahyba, 1854, p. 22).

Consideramos que muitas têm sido as contribuições da historiografia paraibana, através de seus textos mais gerais e seus estudos de caso, sobre a realidade interna à província em diferentes momentos e em suas múltiplas dimensões e leituras. No entanto, mesmo entendendo o muito ainda a se construir e avançar, por exemplo, na medida em que se acessa documentação primária inédita, o escopo pretendido para este texto aponta em especial para dinâmicas regionais interprovinciais.

E, novamente recorrendo a relatos oficiais da época, é importante indicar camadas da realidade da província no mesmo período que nos fazem pensar também em suas relações para além do seu território em si. Neste sentido, a ausência de instituição de ensino superior na Paraíba, os discursos sobre (in)segurança dos lugares e a presença de “diferentes estradas” no seu sertão, por exemplo, são aspectos que sinalizam relações com províncias outras. Assim, tomando exemplo de cada uma das comarcas, temos:

O Lycêo desta Cidade [Parahyba] continua em boa ordem (...) O Professor da Cadeira de Inglez acha-se com licença , que lhe concedeo, sem ordenado, o meo antecessor por tempo de 9 mezes para estudar na Academia Jurídica de Olinda, ficando em seo lugar hum substituto (...). (Parahyba, 1848, p. 06).

No Destricto de Cabaceiras, lemite do Rio Grande do Norte tem apparecido varios facinoras, que n'aquella Provincia encontravão proteção, e que vinhão a Bananeiras cometer atentados. Fiz crear na dita Villa hum Destacamento, que lá se acha da Guarda Nacional (...). (Parahyba, 1850, p. 04).

Representaram-me os moradores da Povoação de Cajazeiras do Municipio da Villa de Souza, sobre a necessidade que tinha aquella Povoação d'uma escola de instrucção primaria. (...) Não será n'este lugar fora de proposito comunicar-vos que (...) são vantajosas as circumstancias d'aquelle lugar onde cruzam diferentes estradas (...) (Parahyba, 1854, p. 13).

Neste sentido, e para além de tais citações, lembremos que a própria produção econômica paraibana voltada à exportação, marcada ao longo do tempo sobretudo pelo açúcar e

algodão, era efetivamente escoada pelo porto de Recife e não através de sua capital, por exemplo. A corroborar tal dinâmica de dependência, é importante frisar que:

No início da década de 1850 as principais discussões parlamentares estavam relacionadas aos problemas da lavoura paraibana, dentre eles a falta de instrução dos agricultores, os precários instrumentos agrícolas e os prejuízos tarifários causados aos cofres públicos devido aos produtos exportados diretamente pela Província de Pernambuco. (Diniz, 2020, p. 345).

No entanto, paralela à esta dinâmica espacial envolvendo as duas primeiras comarcas da Paraíba e o porto recifense, a produção da 3ª comarca (a do sertão, com suas “diferentes estradas”) encontrava em importante praça da província do Ceará seu canal prioritário para escoamento. Desta forma, a administração da Paraíba oficializava mecanismos de controle das rendas destes comércios (que se mostravam variáveis no tempo) confirmando realidades regionais interprovinciais ainda a serem efetivamente estudadas. Com efeito, vejamos o que relatava o presidente paraibano em 1854 sobre agências fiscais nestas duas outras províncias:

Grande parte dos gêneros de produção d’esta Província em vêz de procurarem o mercado d’esta capital, procurão o da de Pernambuco e o da cidade de Aracaty no Ceará, já pela economia do transporte, já pela vantagem do preço. É por isto que em cada uma d’estas cidades se tem estabelecido uma agencia fiscal.

A de Pernambuco tem provado plenamente a utilidade da sua criação, e desenvolvido o melhor possível o pensamento do legislador. (...)

A do Aracaty porém será condenada a um eterno desmancho se quanto antes o governo não providenciar com muita eficácia. (...) A grande distancia em que ella se acha (...) é inconveniente muito poderoso para a bôa fiscalização da agencia. (...)

Entretanto a agencia o Aracaty pode ser muito útil a esta provincia; correndo para ali grande parte dos produtos da 3ª Comarca, porque é esse o porto que lhe fica próximo, a importância dos direitos que ahi devem ser arrecadadas não é tam diminuta como talvez pareça.

O rendimento dos meses de que trata o quadro nº 2 prova o que acabo de dizer, e é muito presumível, que se o agente empregasse n’esta fiscalização o zelo e actividade necessários seria ainda maior. (Parahyba, 1854, pp. 57-58).

No mais, a implantação de pecuária em número considerável de propriedades rurais não sertanejas, constituindo o que poderíamos chamar de uma agropecuária paraibana emergente em meados do século XIX (Diniz, 2020), realça uma outra face de uma realidade regional interprovincial que aqui destacamos. Entre exemplos possíveis desta realidade (como relações entre os Cariris paraibano e pernambucano ou entre o Seridó na Paraíba e no Rio Grande do Norte, além de relações diversas entre o sertão da Paraíba e os caminhos para outras províncias e não apenas Aracati), destacamos aqui o caso da antiga Vila da Rainha, depois Vila de Campina Grande, que ganhará destaque na realidade da província sobretudo por se constituir como ponto estratégico de comércio do Agreste/Borborema (ponto de sua localização) tanto para o litoral (tendo a Capital em especial) quanto para o

sertão (através de caminhos que remontam os idos coloniais, como já dito aqui) e, mais ainda, para as províncias vizinhas.

Enfim, diferentes aspectos das realidades regionais na Paraíba e entre a Paraíba e outras províncias foram aqui pontuados reforçando a ideia de que analisar território em sua complexidade requer contínuo exercício de escalas. Também o quadro urbano paraibano, visto em seu processo de constituição histórica e especialmente em meados do século XIX, reforça a ideia de um olhar em diferentes escalas e atento aos distintos agentes sociais (envolvidos tanto nas políticas de controle, pelo Estado ou à margem dele, quanto nas reações e resistências a elas) e suas dinâmicas distintas.

Observar o território através de seu quadro urbano pressupõe, portanto, estar atento: 1) a pontos “fixos” neste território (em nossos objetos de pesquisa e recorte temporal: cidades, vilas, povoações, lugares, sedes de comarcas, capelas, aldeias indígenas e quilombos); 2) à dinâmica hierárquica que envolve tais pontos, muitas vezes, assentamentos populacionais simplórios (observando desde a criação estratégica de alguns até a promoção política e administrativa que muitos viriam a experimentar em momentos específicos); e 3) em especial neste texto, às relações estabelecidas entre os pontos considerados (vistas, por exemplo, através de caminhos fluviais ou terrestres comunicando partes da província e/ou estas com outras províncias, vínculos comerciais, fluxos diversos, intercâmbios sociais e relatos de conexões entre lugares).

Tal olhar confirma diferentes escalas de análise, da criação de localidades e sua quantificação até as conexões e ordens entre elas. E, por tal feita, afirmamos que, na Paraíba, o quadro urbano levantado aponta também para territórios organizadores de realidades regionais internas à província e, em muitos casos, de caráter interprovincial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território do atual estado da Paraíba tem longa história no contexto da própria formação socioespacial brasileira. Remonta ainda do século XVI quando da fundação de sua primeira povoação oficial, já com titulação de cidade: Filipeia de Nossa Senhora das Neves, posteriormente, Frederica, Parahyba por muito tempo e João Pessoa desde 1930.

Até idos da segunda metade do século XVIII, tal cidade se manteve como única instância política e administrativa da capitania, sendo-lhe a própria capital e sede de sua única comarca. Situação esta alterada em fins do XVIII e efetivamente a partir do século XIX, quando ações estatais estabeleciam limites internos para a compartimentação do território e especialização de sua captura e administração jurídica, política e econômica.

Tal realidade, no processo histórico, demandou a constituição de assentamentos populacionais que desenvolveriam funções de controle sobre importantes extensões do espaço, tornado território português no período colonial ou do Estado brasileiro nas décadas do período imperial observadas neste texto. Ressaltamos um olhar que buscou distintas escalas de análise: da mais pontual (indicando povoações, cidades e vilas, por exemplo) até a dimensão espacial das conexões percebidas entre tais pontos.

Pontos e conexões pressupõem redes. E, assim, o levantamento feito do quadro urbano da Paraíba ao longo dos seus primeiros séculos e mais especificamente em meados do XIX, nos permite falar em urbanização como mecanismo de controle do território, marcadamente agropecuário, na medida em que também aponta para a necessidade de lermos tal processo em seu caráter relacional/funcional, percebendo realidades espaciais

que muitas vezes se manifestam para além da própria província. Em última análise, vale repetir, aponta para a necessidade de pensarmos na dimensão regional dessa urbanização.

O esforço aqui de empiricização do tempo pretérito possibilitou a percepção da complexidade das dinâmicas apontadas, realçando ainda agentes e processos não centrais (e, por vezes, desconsiderados) na historiografia consagrada sobre a Paraíba ou, de uma forma mais geral, sobre a nossa própria formação socioespacial enquanto nação. Contribuir com esforços que busquem suprir tais hiatos é uma intenção do texto.

Desta forma, são exemplos de agentes e processos importantes aqui apontados: o caráter regional da formação do território paraibano, desde a sua gênese até a política posterior de institucionalização de núcleos urbanos em seus limites internos, marcando ainda o caráter simples mas efetivo das redes estabelecidas; as múltiplas conexões dessa urbanização com o cotidiano de outras províncias, ignorando limites político-administrativos existentes e, muitas vezes, realçando ações e agentes não alcançados pela ação do Estado; e a presença da população negra e sua espacialidade de lutas, em especial, nos sertões de Pombal e Piancó em tempos nos quais a literatura sobre suas dinâmicas poucos registros nos oferece.

Por fim, o levantamento da urbanização na província da Paraíba nos faz repensar ideias consagradas sobre o fenômeno urbano entre nós, requalificando realidades socioespaciais e seus processos múltiplos. No caso estudado, foi fundamental discutir a capacidade da população, de uma forma geral, e em específico de determinados grupos (sobretudo, os subalternizados da própria História que se construiu) na dinamização de territorialidades que articulariam redes que se esboçavam. Tais agentes sociais aqui são considerados para além da lógica dominante do próprio aparato colonial ou imperial e sua realização econômica. Em paralelo a esse aparato ou em reação a ele, localidades diversas e conexões se constituíram nas condições possíveis existentes. Povoações e “lugares” nos sertões do semiárido paraibano criados por agentes privados brancos quando o Estado se instituiu apenas na Zona da Mata, o significativo número de atuais cidades da Paraíba que se originaram de assentamentos indígenas e ainda a luta de diversas comunidades remanescentes de quilombolas por reconhecimento de sua existência (inclusive, fundiária) na formação geral da Paraíba e do Brasil são exemplos aqui trazidos que denotam a complexidade que deve ser percebida quando estudamos o quadro urbano em um dado território, ainda mais em tempo pretérito.

REFERÊNCIAS

- [1] AZEVEDO, Aroldo de. Aldeias e aldeamentos de índios. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 33, 1959, pp. 23-40.
- [2] BANAL, Alberto. A via crucis das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Organizadores): **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell, 2013, pp. 18-42.
- [3] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 12/11/2022.
- [4] BRASIL. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de Quilombos (CRQS) publicadas no DOU de 22/08/2022**. Fundação Cultural Palmares, 2022a. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551> Acesso em 25/01/2023.
- [5] BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal Conheça Cidades e Estados do Brasil.

Pombal/PB. IBGE, 2022b. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pombal/historico>> Acesso em 12/12/2021.

[6] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caiana dos Crioulos é a primeira comunidade quilombola titulada pelo Incra na Paraíba**. Publicado em 24/09/2024. 2024a. Disponível em <<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/caiana-dos-crioulos-e-a-primeira-comunidade-quilombola-titulada-pelo-incra-na-paraiba>> Acesso em 02/12/2024.

[7] BRASIL. Presidência da República. **Presidente Lula assina decretos que desapropriam áreas para quilombos**. Publicado em 29/11/2024. 2024b. Disponível em <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/presidente-lula-assina-decretos-que-desapropriam-areas-para-quilombos>> Acesso em 03/12/2024.

[8] CARVALHO, Juliano Loureiro de. Do Império marítimo ao proveito da terra, uma cultura territorial em mutação (Capitania da Paraíba, 1574-1654). **Cadernos PPG-AU**, Salvador/BA, v.7, n. 1, 2008, pp. 13-30. Disponível em <<https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/3554/2593>> Acesso em 12/04/2022.

[9] DINIZ, Leandro Neves. Vida econômica na Paraíba imperial (1850-1880): as famílias livres e pobres e a produção agropecuária. **Revista de Pesquisa Histórica** - CLIO (Recife. Online), vol.38, Jan-Jun, 2020, pp. 344-368. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.13>> Acesso em 12/01/2023.

[10] FORTES, Maria Ester Pereira; LUCCHESI, Fernanda. Comunidades quilombolas na Paraíba. In: BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Organizadores): **Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**. João Pessoa: Imprell, 2013, pp. 44-62.

[11] GALLIZA, Diana Soares. **O declínio da escravidão na Paraíba, 1850-1888**. João Pessoa: EdUFPB, 1979.

[12] GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos: 1650-1730**. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFPB: João Pessoa, 2006. (Dissertação de Mestrado)

[13] LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EdUSP: Imprensa Oficial, 2010.

[14] MONTEIRO, Karoline dos Santos. **As mulheres quilombolas na Paraíba: terra, trabalho e território**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. (Dissertação de Mestrado)

[15] NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A fronteira móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba**. Universidade Federal da Paraíba, Faculdade de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFPB: João Pessoa, 2006. (Dissertação de Mestrado)

[16] PAIVA, Yamê. A demografia da Paraíba. Uma análise preliminar, 1774-1820. **Anais de História de Além-mar**, 16, 2015, pp. 205-226. (Centro de História d'Aquém e d'Além-mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa; Universidade dos Açores)

[17] PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial**. Recife: FUNDARPE, 1990.

[18] SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

[19] SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal) no centenário de sua elevação à cidade**. João Pessoa: A Imprensa, 1962.

[20] SOARES, Maria Simone Moraes. **Formação da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó na Capitania da Paraíba setecentista**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2012. (Dissertação de Mestrado)

[21] SOARES, Maria Simone Moraes; MOURA FILHA, Maria Barthilde. O Sertão da Paraíba no século XVIII: representações espacial e imagética. **InterScientia**, João Pessoa, v.1, n.2, pp. 84-99, maio/ago. 2013

FONTES PRIMÁRIAS DE PESQUISA

[22] BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino (Volume 07: Letras Q-S). Lisboa: Oficina

Pascoal da Sylva, 1720. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5443>> Acesso em 25/05/2022.

[23] L'ILE ADAM, Visconde J. de Villiers de. **Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Parahyba**, 1848.

[24] L'ILE ADAM, Visconde J. de Villiers de. **Mapa Geral do Império do Brasil**, 1851.

[25] MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia, 1789. Disponível em <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>> Acesso em 24/02/2013.

[26] NIEMEYER, J. Carta Corographica da Parahyba do Norte, extraída da Carta Corographica do Império do Brazil. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1850.

[27] PARAHYBA, Presidência da Província. 1848. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o bacharel João Antonio de Vasconcellos, em 1º de agosto de 1848**. Volume: 1847. Typ. Imparcial, Pernambuco. Disponível em <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000486&m=4035&n=rpparaiba1848c> Acesso em 12/12/2023.

[28] PARAHYBA, Presidência da Província. 1850. **Exposição feita pelo Exm. Sr. Dr. João Antonio de Vasconcellos. Presidente da Provincia da Parahyba do Norte Ao Exm. Presidente dela Sr. Coronel José Vicente de Amorim Bizerra, no acto de passar-lhe a administração da mesmaprovincia em 23 de Janeiro de 1850**. Typographia de José Rodrigues da Costa, Parahyba.

[29] PARAHYBA, Presidência da Província. 1854. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo excellentissimo presidente da provincia, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinaria em 5 de maio de 1854**. Typ. de José Rodrigues da Costa, Parahyba. Disponível em <<http://archive.org/details/rpparaiba1854a>> Acesso em 12/12/2023.

[30] PEREIRA, João Félix. **Chorographia do Brazil**. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1854.

[31] SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Paris: J. P. Aillaud (Editor); Typographia de Fain e Thunot, Tomos I (A-L, 588 páginas) e II (M-Z, 810 páginas), 1845. Disponível em <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/a4965476-de3a-466f-bd12-d1127025eb09>> Acesso em 12/08/2020.

[32] SILVA PINTO, Luiz Maria da. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Lisboa: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>>. Acesso em 25/05/2022.

Capítulo 3

Educação e fatores determinantes do empreendedorismo no Brasil

*Thiago Henrique Leite
Luiz Eduardo de Araujo*

Resumo: A dinâmica empresarial passou por profundas transformações ao longo do último século. Entre essas mudanças, destaca-se o esgotamento da capacidade das grandes firmas estabelecidas de gerar novos postos de trabalho. Nesse contexto, o empreendedorismo, como fonte de criação de pequenas e médias empresas, tem adquirido importância crescente no campo da política. O presente estudo tem como objetivo investigar a validade da educação dos pais como instrumento em equações que estimem os determinantes do empreendedorismo. Adicionalmente, busca verificar os principais fatores que influenciam o empreendedorismo no Brasil, considerando as heterogeneidades de sexo, cor e nível educacional. Para atingir tais objetivos, foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, que, por meio de seu questionário complementar, possibilitam acessar o número de anos de estudo dos pais. Os resultados trazem evidências de endogeneidade na variável educação em modelos Probit, o que indica uma subestimação da influência da educação no ato de empreender devido ao viés de omissão de variáveis relevantes. Além disso, o uso da educação dos pais como instrumento na metodologia alternativa IV Probit parece lidar satisfatoriamente com o problema da endogeneidade. Os principais determinantes que aumentam a probabilidade de empreender foram identificados como: maior experiência no mercado de trabalho, ser homem, ser casado, ser branco, residir nas regiões Norte e Nordeste, e atuar no setor da agricultura. Por outro lado, fatores que diminuem essa probabilidade incluem: maior demora para obter o primeiro emprego e trabalhar nos setores da indústria, serviços ou demais atividades.

Palavras chave: Empreendedorismo, educação dos pais, mercado de trabalho no Brasil, variáveis instrumentais.

1. INTRODUÇÃO

A dinâmica e a estrutura empresarial passaram por transformações profundas ao longo do último século. O esgotamento da capacidade de criação de novos postos de trabalho por parte das grandes firmas estabelecidas impôs pressões sobre a taxa de desemprego, tanto em países desenvolvidos quanto, de forma mais acentuada, em países em desenvolvimento. Nesse contexto, a atividade empreendedora tem importância como um meio alternativo para os governos reduzirem as taxas de desemprego, uma vez que a criação de novos negócios tem o potencial de absorver mão de obra ociosa, gerar renda e fomentar o desenvolvimento regional.

A atividade empreendedora é complexa e possui diversas particularidades. Além disso, ela pode ser impulsionada tanto por fatores endógenos, como a vocação para o empreendedorismo, quanto por fatores exógenos, como as características socioeconômicas. A sociedade é movida pelo desenvolvimento econômico e pelas transformações sociais, culturais e empresariais. O status de produtos e serviços é constantemente atualizado, e o velho dá lugar ao novo, em um processo conhecido como destruição criativa, que é impulsionado especialmente pelo empreendedor inovador.

Todos os benefícios associados ao empreendedorismo anteriormente citados são acompanhados por entraves e dificuldades inerentes ao ato de empreender. Desigualdades sociais, econômicas e culturais acabam gerando assimetrias no surgimento de novos empreendimentos pessoais. A sociedade brasileira apresenta significativas desigualdades socioeconômicas. Nesse sentido, a educação desempenha um papel crucial como um fator equalizador dessas diferenças. Maior nível educacional pode resultar em aprimoramento pessoal, elevando as habilidades individuais e estimulando a capacidade criativa, conforme abordado por Martins, Mauritti, Nunes, Costa e Romão (2016).

Com base em Bulgacov, Cunha, Camargo, Meza e Bulgacov (2011), pode-se afirmar que a população brasileira é diversa e plural. Sua caracterização étnica é ampla, e a grande extensão territorial do país possibilita expressivas diferenças regionais e culturais. Toda essa heterogeneidade, somada ao fato de o Brasil ser um país em desenvolvimento com grandes desigualdades, resulta em menor participação de grupos como pessoas não brancas, mulheres e indivíduos de regiões menos desenvolvidas no contexto econômico e empresarial. Essas desigualdades também se refletem na atividade empreendedora.

Nesse contexto, a educação é um fator importante para o ato de empreender. No entanto, sua contribuição para a obtenção de maiores rendimentos, melhores ocupações e na decisão de empreender é permeada por dúvidas relacionadas à endogeneidade dessa variável. A educação, por si só, deixa de considerar fatores essenciais, como a habilidade individual, o histórico familiar e a qualidade do ensino, gerando viés devido à omissão de variáveis. Assim, é fundamental estabelecer sua contribuição de forma alternativa, por meio da utilização de instrumentos que controlem o problema da endogeneidade da variável educação, conforme mencionado por Blackburn e Neumark (1993).

Com base em Thurik, Carre, Stel e Audretsch (2008), correlacionar a educação ao empreendedorismo tem se tornado uma abordagem popular entre os formuladores de políticas públicas, sendo considerada uma ferramenta importante para o fomento do mercado de trabalho, o desenvolvimento dos setores de atividade e, consequentemente, para o crescimento econômico de um país. Conforme citado por Le (1999), Parker (2009) e Sena, Scott e Roper (2010), diversos fatores são conhecidos por influenciar o empreendedorismo e o desempenho empresarial. Contudo, a educação destaca-se entre os formuladores de políticas públicas, pois pode ser diretamente influenciada por eles.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre educação e empreendedorismo no Brasil, bem como avaliar a validade da variável "educação" em equações que estimem seu retorno sobre a atividade empreendedora. Adicionalmente, pretende-se identificar os principais fatores que influenciam o ato de empreender e explorar as diferenças desses determinantes em função das heterogeneidades da sociedade, como cor, sexo e nível de escolaridade. Este estudo justifica-se pela necessidade de obter estimativas consistentes e compreender os fatores que impactam as decisões de empreender, permitindo a otimização da atividade empreendedora em um país onde ela é indispensável para o crescimento econômico e a geração de empregos.

Para atender aos objetivos mencionados, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta breve introdução, apresenta-se o referencial teórico, a descrição da estratégia empírica utilizada, a caracterização da base de dados, a análise dos resultados e, por fim, as considerações finais acerca dos principais achados da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A educação é historicamente uma variável tradicional em equações destinadas a estimar rendimentos. Contudo, desde os achados de Blackburn e Neumark (1993), Griliches e Manson (1972) e Webbink (2005), surgiram questionamentos sobre a presença de endogeneidade, o que pode resultar em viés de variável omitida ou erros de medida. Esse mesmo problema parece ocorrer em equações que utilizam a educação para estimar a decisão empreendedora, conforme apontado por Van der Sluis, Van Praag e Vijverberg (2008) e Block, Hoogerheide e Thurik (2011).

Os resultados de Block et al. (2011) indicam que o uso de modelos Probit padrão ou Logit padrão subestima o efeito da educação sobre a decisão de empreender devido à endogeneidade presente na variável educação. Adicionalmente, esses autores utilizaram o setor de atividade dos pais como um instrumento para a educação, verificando uma influência positiva da educação sobre o empreendedorismo.

Diversos estudos recentes têm utilizado a educação, plausivelmente endógena, como variável em modelos para estimar os determinantes do empreendedorismo, aplicando modelos usuais como Probit e Logit nos contextos nacionais e regionais brasileiros. Exemplos incluem os trabalhos de Camargo Neto, Barbosa, Orellana e Menezes (2017); Rosa, Orellana e Rauter (2017); Paes, Camargo Neto, Moraes e Menezes (2019); e Silva e Bastos (2022). Os resultados desses estudos sugerem que a educação é um determinante positivo relevante para o ato de empreender. Entretanto, as estimativas apresentadas podem conter algum grau de viés decorrente da omissão de variáveis relevantes ou de erros de medição.

A literatura sobre empreendedorismo e seus determinantes tem se concentrado, sobretudo, nas características associadas ao comportamento empreendedor, como, por exemplo, aspectos sociais e individuais, desejo de empreender, necessidade de renda, busca por autonomia, independência financeira e ascensão do status socioeconômico familiar, conforme citado por Cuervo (2005), Baum e Bird (2010), e Ortiz, Estruch e Caranana (2014).

De acordo com Davidsson (1995a) e Davidsson, Lindmark e Olofsson (1995), o crescente interesse político pela atividade empresarial tem enfatizado, ao longo das últimas décadas, o papel do setor de pequenas empresas. Desde as transformações iniciadas na década de 1970, muitos países ocidentais enfrentam um contexto em que grandes

empresas estabelecidas não conseguem gerar empregos líquidos, resultando em altas taxas de desemprego. Nesse cenário, as pequenas empresas desempenham um papel crucial na absorção da força de trabalho. Dessa forma, os estudos sobre empreendedorismo têm buscado compreender os fatores que levam as pessoas a empreender, utilizando modelos explicativos que consideram características psicológicas, sociais, individuais e situações contextuais, como observado nos trabalhos de Shaver e Scott (1991) e Bird (1993).

O estudo de Castaño, Méndez e Galindo (2016), por exemplo, apresenta evidências sobre os fatores que influenciam o empreendedorismo em diferentes tipos de países, incluindo europeus, caribenhos e latino-americanos. Foi analisado se há variações entre esses contextos em relação a elementos econômicos, sociais e culturais que impactam o comportamento empreendedor. Observou-se que, em todos os países analisados, a liberdade econômica, o estado de direito, o controle da corrupção e a educação são fatores que afetam positivamente o empreendedorismo.

Tunali e Sener (2019) investigaram os determinantes do empreendedorismo na Turquia utilizando dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). Para isso, consideraram variáveis demográficas e econômicas, como idade, gênero, educação e renda familiar. Entre os principais resultados, constatou-se que ser jovem, do sexo masculino e possuir maior nível de renda aumentam a probabilidade de empreender. Por outro lado, maior nível educacional reduz a probabilidade de empreender. Adicionalmente, identificaram que o medo do fracasso é o principal fator que leva as pessoas a optarem por não empreender.

Llussá (2010) utilizou dados do GEM de 46 países para examinar se as características que impactam a probabilidade de empreender diferem entre homens e mulheres, com foco em empreendedores por oportunidade e por necessidade. Entre os resultados, destacou-se que mulheres um pouco mais velhas, que trabalham em casa, possuem menor nível de renda e menor nível educacional são mais propensas ao empreendedorismo. Além disso, foram identificadas diferenças de gênero, como o menor impacto da educação secundária e da pós-graduação sobre o empreendedorismo feminino em comparação ao masculino. Por outro lado, entre os fatores que favorecem o empreendedorismo feminino em relação ao masculino, destacam-se o maior impacto das habilidades pessoais e o menor medo do fracasso.

3. METODOLOGIA

3.1. MODELO PROBIT

De acordo com Long (1997), um modelo de probabilidade linear habitualmente nomeado de Probit e Logit é um modelo aplicado a uma variável dependente binária, e se estrutura conforme:

$$y_i = x_i\beta + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que: x_i é um vetor de valores com i variáveis, β é um vetor com parâmetros e ε_i um vetor com termos de erro, já a variável dependente y assume duas possibilidades conforme:

$$y = \begin{cases} 1 & \text{se ocorre o evento "empreende"} \\ 0 & \text{se não ocorre o evento "não empreende"} \end{cases}$$

Para o modelo de regressão, as expectativas condicionais seguem:

$$E(y_i|x_i) = [1 \times \text{Pr}(y_i = 1|x_i)] + [0 \times \text{Pr}(y_i = 0|x_i)] = \text{Pr}(y_i = 1|x_i) \quad (2)$$

Em suma, o valor esperado quando $y = 1$ dado x é expresso por:

$$\text{Pr}(y_i = 1|x_i) = x_i\beta \quad (3)$$

O modelo Probit resulta em probabilidades prevista que são limitadas entre 0 e 1, e segue a distribuição normal padrão:

$$F(x'\beta) = \varphi(x'\beta) = \int_{-\infty}^{x'\beta} \varphi(z)dz \quad (4)$$

Os efeitos marginais no modelo Probit são dados por:

$$\frac{\partial p}{\partial x_i} = \varphi(x'\beta)\beta_i \quad (5)$$

A interpretação dos coeficientes indica que um aumento em x_i pode aumentar ou diminuir a probabilidade de $y_i = 1$, ou seja, a probabilidade de empreender. Um aumento em qualquer variável de controle torna o resultado de empreender mais ou menos provável. Os coeficientes devem ser interpretados apenas em relação ao seu sinal e não à sua magnitude, uma vez que as estimativas apresentam diferenças de escala. Já os efeitos marginais são interpretados como uma mudança relativa, refletindo a alteração na probabilidade de $y_i = 1$ e, conseqüentemente, de empreender em resposta a uma variação de 1 unidade em uma variável independente x_i .

3.2. MODELO PROBIT COM VARIÁVEIS INSTRUMENTAIS

O modelo Probit com variáveis dependentes instrumentais (IV Probit) é similar ao modelo de regressão em dois estágios habitual e pode ser formalmente expresso por:

$$y_{1i}^* = y_{2i}\beta + x_{1i}\gamma + \mu_i \quad (6)$$

$$y_{2i} = x_{1i}\Pi_1 + x_{2i}\Pi_2 + v_i \quad (7)$$

Em que, $i = 1, \dots, N$, y_{2i} é um vetor de variáveis endógenas $1 \times p$, x_{1i} é um vetor de variáveis exógenas $1 \times k_1$ e x_{2i} um vetor de instrumentos. A equação (7) é escrita na forma reduzida e por suposição $(\mu_i, v_i) \sim N(0, \Sigma)$. Por fim, β e γ são os vetores de parâmetros estruturais, e Π_1 e Π_2 são matrizes de parâmetros na forma reduzida. As equações (6) e (7) fazem parte de um modelo recursivo, onde y_{2i} aparece em (6) mas y_{1i}^* não aparece em (7), assim, em vez de observar y_{1i}^* , observa-se:

$$y_{1i} = \begin{cases} 1 & y_{1i}^* < 0 \\ 0 & y_{1i}^* \geq 0 \end{cases} \quad (8)$$

A condição de ordem para identificação dos parâmetros estruturais exigem que $k_2 \geq p$.

4. DESCRIÇÃO DA BASE DE DADOS

O presente estudo utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao ano de 2014. Foram analisadas informações que captam características socioeconômicas dos indivíduos, como sexo, cor, anos de estudo, anos de estudo do pai e da mãe, estado civil, experiência, setor de atividade e região.

Para a construção da variável dependente, utilizou-se a questão V4809 da PNAD de 2014, que identifica os grupamentos de atividade. Consideraram-se as situações de trabalho por conta própria e de empregador para criar uma proxy representativa do empreendedorismo. A escolha dessa base de dados foi motivada pela disponibilidade de informações sobre a escolaridade dos pais, sendo a PNAD de 2014 a edição mais recente a incluir tais dados.

Para este caso foram utilizadas funções Probit que seguem a definição:

$$\Pr(y_i \neq 0|x_i) = \varphi(x_i\beta) \quad (9)$$

Onde $\Pr(\bullet)$ corresponde a probabilidade de um indivíduo empreender ou não (trabalhar por conta própria ou não), y é uma variável binária que assume valores iguais a 1 se o indivíduo respondeu no questionário da PNAD que trabalha por conta própria ou é empregador e, 0 para os demais casos. β é um vetor de parâmetros para cada variável do modelo que explica uma mudança marginal nas probabilidades de mudança na variável x_i . φ é a distribuição acumulada normal padrão e, $x_i = (x_{1,i}, \dots, x_{n,i})$ é um vetor de variáveis observadas classificadas como:

$x_{1,i} = \text{Educação}_i$, número de anos completos de estudo para o indivíduo i .

$x_{2,i} = \text{Educação do pai}_i$, número de anos completos de estudo do pai para o indivíduo i .

$x_{3,i} = \text{Educação da mãe}_i$, número de anos completos de estudo da mãe para o indivíduo i .

$x_{4,i} = \text{Experiência}_i$, número de anos que o indivíduo i já trabalhou.

$x_{5,i} = \text{Duração no desemprego}_i$, número de anos até ter o primeiro emprego.

$x_{6,i} = \text{Sexo}_i$, variável binária que traz a situação de ser homem ou mulher.

$x_{7,i} = \text{Estado civil}_i$, variável binária que traz a situação de ser casado ou pertencer as demais situações.

$x_{8,i} = \text{Cor}_i$, variável binária que traz a situação de ser branco ou demais cores.

$x_{9,i} = \text{Agricultura}_i$, se o setor de atividade é o da agricultura.

$x_{10,i} = \text{Indústria}_i$, se o setor de atividade é o da indústria.

$x_{11,i} = \text{Varejo e transporte}_i$, se o setor de atividade é o do varejo ou de transporte.

$x_{12,i} = \text{Serviços}_i$, se o setor de atividade é o de serviços.

$x_{13,i} = \text{Outras atividade}_i$, se o setor de atividade é algum que não os citados anteriormente.

$x_{9,i} = \text{Norte}_i$, se o entrevistado mora na região Norte.

$x_{9,i} = \text{Nordeste}_i$, se o entrevistado mora na região Nordeste.

$x_{9,i} = Centro - Oeste_i$, se o entrevistado mora na região Centro-Oeste.

$x_{9,i} = Sudeste_i$, se o entrevistado mora na região Sudeste.

$x_{9,i} = Sul_i$, se o entrevistado mora na região Sul.

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas, com os valores mínimos e máximos, as médias e os desvios padrão das variáveis de interesse. A média de anos de estudo dos entrevistados foi de 9,2 anos, enquanto as médias de anos de estudo da mãe e do pai foram, respectivamente, 5,24 e 5,21 anos, evidenciando o avanço no número de anos de estudo ao longo das gerações nas últimas décadas.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas, Brasil, 2014

Variáveis	2014			
	Min	Max	Média	Desvio padrão
Empregado por conta própria	0	1	0.293	0.455
Educação	0	15	9.259	4.548
Educação do pai	0	15	5.212	4.418
Educação da mãe	0	15	5.241	4.339
Experiência	0	61	25.668	12.138
Duração no desemprego	10	60	15.290	4.651
Sexo				
Homem	0	1	0.559	0.496
Mulher	0	1	0.441	0.496
Estado civil				
Casado	0	1	0.292	0.454
Demais situações	0	1	0.708	0.454
Cor				
Branco	0	1	0.502	0.500
Demais cores	0	1	0.498	0.500
Setores				
Agricultura	0	1	0.086	0.281
Indústrias	0	1	0.219	0.414
Varejo e transportes	0	1	0.225	0.418
Serviços	0	1	0.365	0.481
Outras atividades	0	1	0.102	0.303
Região				
Sul	0	1	0.206	0.404
Sudeste	0	1	0.105	0.306
Centro Oeste	0	1	0.346	0.476
Nordeste	0	1	0.228	0.419
Norte	0	1	0.112	0.316
Observações	15.604			

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (PNAD 2014).

A média de anos de experiência no mercado de trabalho foi de 25,6 anos, enquanto a média de anos até obter o primeiro emprego foi de 15,2 anos. Das 15.604 observações, 55,9% eram de indivíduos do sexo masculino e 44,1% do sexo feminino. Quanto ao estado civil, 29,2% eram casados, e, em relação à cor, 50,2% eram brancos e 49,8% eram de outras etnias. A caracterização da amostra por setor de atividade pode ser resumida da seguinte forma: o setor de serviços apresentou a maior composição, com 36%, seguido

por 22,5% no setor de varejo e transportes, 21,9% na indústria, 10,2% em outras atividades e 8,6% no setor agrícola. Em relação às regiões do Brasil, a composição observada foi de 34,6% das observações na região Centro-Oeste, 22,8% no Nordeste, 20,6% no Sul, 11,2% no Norte e 10,5% no Sudeste.

5. RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os resultados das regressões para os modelos Probit e IV Probit. O primeiro ponto a ser observado é que os resultados para a educação corroboram a hipótese de endogeneidade na variável educação, discutida, por exemplo, por Griliches e Manson (1972), Blackburn e Neumark (1993) e Webbink (2005). Com base no modelo Probit, no qual a variável educação é reconhecidamente endógena, o efeito da educação sobre o comportamento de empreender foi negativo ($\beta = -0.012$). Já no modelo IV Probit, utilizando a educação dos pais como instrumento para a educação e, portanto, tratando o problema de endogeneidade, o efeito da educação foi positivo ($\beta = 0.058$). Estimar equações sobre a decisão de empreender com base no modelo Probit padrão parece subestimar o efeito da educação na decisão de iniciar um negócio, e o viés para baixo nas estimativas corrobora os achados observados por Angrist e Krueger (1991) e Block et al. (2011).

De acordo com Block et al. (2011), existem duas principais causas para o viés presente na variável educação. A primeira refere-se à omissão de uma variável relevante que tenha efeito negativo na decisão de empreender. Um alto nível de escolaridade pode aumentar o custo de oportunidade de se tornar empreendedor, pois a alta escolaridade oferece uma maior consciência dos riscos envolvidos e também a possibilidade de se tornar um funcionário público concursado ou um empregado de grandes empresas, recebendo altos salários para os padrões médios nacionais. A segunda causa é citada por Begley e Tan (2001) e está mais relacionada a um fator filosófico: estar na faculdade pode criar uma imagem negativa sobre a atividade empreendedora, uma visão de exploração do trabalho alheio, que pode ser difundida por instituições de ensino superior. Além disso, pessoas com espírito empreendedor podem também ignorar a alternativa do ensino superior, optando por buscar o ensino profissionalizante.

Em relação aos coeficientes do modelo IV Probit, destaca-se que maior escolaridade, maior experiência no mercado de trabalho, ser homem (em comparação com a mulher), ser casado (em comparação com as demais situações), ser branco (em comparação com as demais etnias), estar no setor da agricultura e residir nas regiões Nordeste e Norte são fatores que aumentam a probabilidade de empreender. Por outro lado, demorar mais tempo para conseguir o primeiro emprego, estar nos setores da indústria, serviços e demais atividades diminuem a probabilidade de ser empreendedor.

Tabela 2 – Coeficientes das regressões dos modelos Probit e IV Probit e os efeitos marginais do modelo IV Probit

Variáveis	Probit (2014)	IV Probit (2014)	Efeitos marginais IV Probit (2014)
Educação	-0.012***	0.058***	-
Educação do pai	0.013***	-	0.004***
Educação da mãe	0.016***	-	0.005***
Experiência	0.025***	0.027***	0.007***
Duração no desemprego	-0.001	-0.008**	-0.001
Homem	-0.005	0.030	0.001
Casado	0.001	0.009	0.001
Branco	0.129***	0.068***	0.039***
Agricultura	0.338***	0.519***	0.103***
Indústrias	-0.119***	-0.069**	-0.036***
Serviços	-0.743***	-0.785***	-0.227***
Outras atividades	-0.321***	-0.399***	-0.098***
Sul	-0.012	-0.011	-0.003
Centro Oeste	0.012	0.005	0.003
Nordeste	0.171***	0.192***	0.526***
Norte	0.299***	0.301***	0.091***
Constante	-1.120***	-1.530***	-
Observações	15.604	15.604	15.604
Chi² Teste de Wald	3863.04	1950.57	

Níveis de significância ***1%, **5% e *10%.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (PNAD 2014).

Os efeitos marginais do modelo IV Probit indicam o impacto de um acréscimo nas variáveis independentes sobre a probabilidade de empreender. Destaca-se que o efeito incremental da educação dos pais é pequeno e positivo, cerca de 0,5% na probabilidade de empreender a cada ano adicional de estudo. Por outro lado, cada ano adicional de experiência no mercado de trabalho aumenta a probabilidade de empreender em 0,7%. Além disso, ser branco, em comparação com as demais etnias, eleva a chance de empreender em 3,9%.

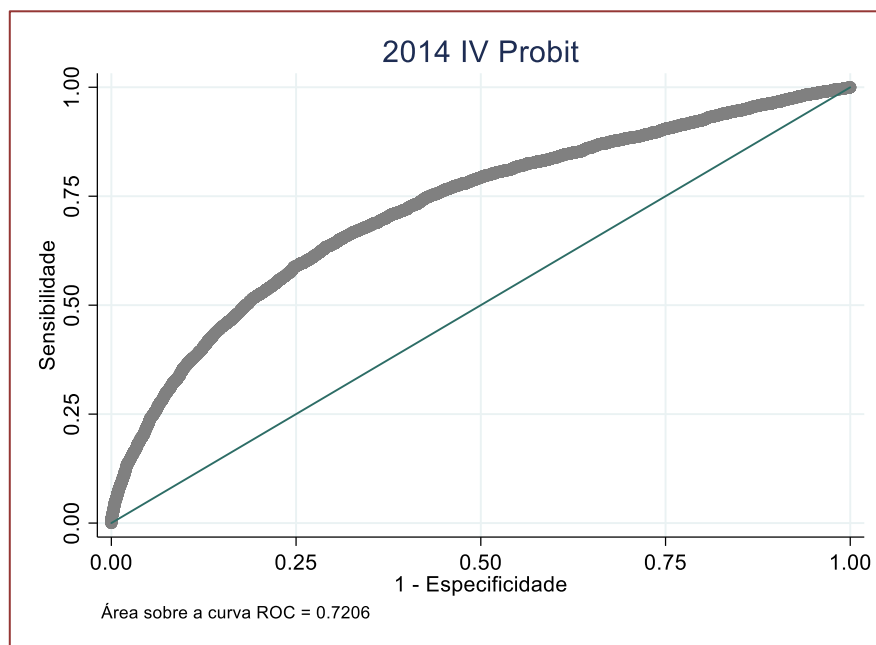
Quanto aos setores de atividade, observa-se que estar no setor da agricultura, em comparação com o setor de varejo e transportes, torna os indivíduos mais propensos ao empreendedorismo, em cerca de 10,3%. Já os demais setores tornam os indivíduos menos propensos, com resultados de -3,6%, -22,7% e -9,8% para os setores da indústria, serviços e outras atividades, respectivamente. Esses resultados evidenciam a maior composição da atividade empreendedora nos setores da agricultura e de varejo e transportes no Brasil.

Em termos de regiões, destaca-se que residir nas regiões Norte e Nordeste, comparativamente à região Sudeste, torna os indivíduos mais propensos à atividade empreendedora em cerca de 9,1% e 52,6%, respectivamente. As evidências sugerem que a alta propensão ao empreendedorismo na região Nordeste se deve ao fato de que a variável dependente captura a atividade de trabalhar por conta própria, e a taxa de desocupação é elevada nessa região. Conforme citado nos Indicadores do IBGE (2014) da

PNAD Contínua do 2º trimestre de 2014, a taxa de desocupação da região Nordeste era a mais alta entre todas as regiões, cerca de 9%, enquanto a taxa de desocupação do Brasil foi de 6,8% no mesmo período. Esses achados sugerem que tal discrepância pode ser fruto do empreendedorismo por necessidade, em razão da elevada taxa de desocupação na região.

Sobre o poder preditivo do modelo, com base em Green e Swets (1966), a Figura 1 apresenta a análise não paramétrica da característica operacional do receptor, ou curva ROC. Trata-se de um gráfico de sensibilidade contra 1 - especificidade. A sensibilidade diz respeito à fração de resultados positivos observados corretamente classificados, enquanto a especificidade é a fração de resultados negativos observados que estão corretamente classificados.

Figura 1 – Curva ROC, para o modelo Probit com variáveis instrumentais



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (PNAD 2014).

A curva começa no ponto (0,0), onde $c = 1$, e vai até o ponto (1,1), onde $c = 0$. Em suma, o poder preditivo do modelo IV Probit é indicado pela curva ROC. No caso de um modelo com baixo poder preditivo, a curva seria uma linha a 45º, resultando em uma área sob a curva ROC de 0,5. Quanto melhor a predição, mais curvada será a curva ROC, indicando um maior poder preditivo. Um modelo perfeito teria uma área sob a curva ROC igual a 1. Para as estimativas apresentadas na Tabela 2, obteve-se uma área sob a curva ROC de 0,72, indicando que o modelo possui um poder preditivo razoável.

Na Tabela 3, podem-se observar os coeficientes de regressão do modelo IV Probit para as heterogeneidades de cor, sexo e anos de estudo. Destaca-se que, para todas as heterogeneidades, os coeficientes de educação e experiência foram positivos, indicando que a educação e a maior experiência no mercado de trabalho são fatores que aumentam a probabilidade de empreender para indivíduos brancos e não brancos, do sexo masculino e feminino, e para todos os níveis de educação. A duração no desemprego teve efeito negativo na propensão a empreender em todos os casos, exceto para o grupo com entre 0

e 4 anos de ensino. Em relação ao sexo, indivíduos brancos possuem maior chance de empreender, enquanto homens não brancos são menos propensos. Já homens com 15 anos ou mais de escolaridade apresentam uma propensão positiva.

Entre os setores de atividade, destaca-se que indivíduos brancos são mais propensos ao empreendedorismo no setor da agricultura, em comparação com o setor de varejo e transportes, assim como homens não brancos nesse mesmo setor. Quanto às distinções de sexo no setor da agricultura, observa-se uma propensão positiva tanto para homens quanto para mulheres. Nos níveis de educação, a presença nesse setor foi positiva para todos os grupos de anos de ensino. Para os demais setores, todas as propensões foram negativas em relação à atividade empreendedora, exceto para o setor de serviços no grupo com 15 anos ou mais de escolaridade. As regiões Norte e Nordeste foram mais propensas à atividade empreendedora em comparação com a região Sudeste, para todas as heterogeneidades estudadas.

Por fim, a Tabela 4 apresenta os resultados dos efeitos marginais das estimativas do modelo IV Probit para as heterogeneidades estudadas. Destaca-se que o efeito marginal da educação dos pais, como instrumento, exerce efeitos positivos em todos os casos. O maior efeito observado foi para o caso dos homens, onde cada ano adicional de educação da mãe elevou a probabilidade de empreender em 0,5%, e a educação do pai aumentou a probabilidade em 0,6%.

Tabela 3 – Coeficientes das regressões do modelo Probit de variáveis instrumentais por cor, sexo e anos de estudo

Variáveis	Branco	Não branco	Homem	Mulher	0 até 4 anos de ensino	8 até 11 anos de ensino	15 anos ou mais de ensino
Educação	0.073***	0.033**	0.063***	0.053***	0.357***	0.170***	0.074***
Experiência	0.026***	0.027***	0.027***	0.026***	0.032**	0.026***	0.219***
Duração no desemprego	-0.008*	-0.008*	-0.023***	0.003	0.010**	-0.005	-0.014**
Homem	0.097**	-0.063*	-	-	-0.027	-0.016	0.166***
Casado	0.031	0.013	-0.036	0.053	-0.038	0.001	0.002
Branco	-	-	0.0966**	0.028	-0.018	0.097***	-0.013
Agricultura	0.686***	0.331***	0.418***	0.910***	0.388***	0.589***	0.657***
Indústrias	-0.128***	-0.018	-0.106**	0.040	0.043	-0.075*	-0.458***
Serviços	-0.747***	-0.842***	-0.730***	-0.802***	-0.758***	-0.615***	1.001***
Outras atividades	-0.276***	-0.632***	-0.353***	-0.447***	-1.026***	-0.571***	-0.268***
Sul	0.047	-0.165**	0.030	-0.086	-0.117	-0.021	0.057
Centro Oeste	0.043	-0.047	0.001	0.010	-0.120*	0.056	-0.014
Nordeste	0.222***	0.152**	0.190***	0.199***	0.447***	0.192***	0.731
Norte	0.171**	0.325***	0.397***	0.159**	0.533***	0.281**	0.094
Constante	-1.671***	-1.202***	-1.324***	-1.653***	-2.119***	-2.789	-1.415
Observações	7.841	7.763	8.710	6.894	6.250	8.134	3.367
Chi² Teste de Wald	954.23	1051.37	1011.67	809.50	1138.79	874.85	679.80

Níveis de significância ***1%, **5% e *10%.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (PNAD 2014).

Tabela 4 – Resultados dos efeitos marginais do modelo Probit de variáveis instrumentais por cor, sexo e anos de estudo

Variáveis	Branco	Não branco	Homem	Mulher	0 até 4 anos de ensino	8 até 11 anos de ensino	15 anos ou mais de ensino
Educação do pai	0.005***	0.003**	0.006***	0.002***	0.007***	0.002***	0.005***
Educação da mãe	0.006***	0.003***	0.005***	0.003***	0.005***	0.003***	0.006***
Experiência	0.008***	0.007***	0.008***	0.006***	0.009***	0.008***	0.005***
Duração no desemprego	0.001	-0.001	-0.004***	0.002*	0.003*	0.001	-0.001
Homem	0.020**	-0.027**	-	-	-0.012	-0.013	0.032**
Casado	0.001	0.001	-0.020*	0.014*	-0.003	-0.002*	-0.007
Branco	-	-	0.055***	0.020*	0.034*	0.039***	0.036**
Agricultura	0.161***	0.055***	0.080***	0.191***	0.070***	0.147***	0.008
Indústrias	-0.057***	-0.016	-0.052***	0.001	-0.004	-0.033***	-0.184***
Serviços	-0.217***	-0.239***	-0.212***	-0.215***	-0.313***	-0.185***	-0.265***
Outras atividades	-0.055***	-0.171***	-0.081***	-0.109***	-0.450***	-0.165***	-0.040*
Sul	0.018	-0.052**	0.011	-0.024	-0.021	-0.011	0.032
Centro Oeste	0.019***	0.039	0.005	0.001	-0.030	0.021	0.010
Nordeste	0.065***	0.039***	0.053***	0.052***	0.098***	0.063***	-0.001
Norte	0.057**	0.093***	0.128***	0.045**	0.180***	0.093***	0.022
Observações	7.841	7.763	8.710	6.894	4.103	8.134	3.367

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da (PNAD 2014).

Em relação aos níveis de ensino, ter no máximo o ensino fundamental (ou seja, de 0 a 4 anos de estudo) apresentou a maior propensão ao empreendedorismo, com um aumento de 0,7% por cada ano adicional de educação. Esse efeito diminui para 0,2% quando se considera no máximo o ensino médio. Para o nível de ensino superior, a probabilidade observada foi de 0,5% a cada ano adicional de estudo, comportamento similar ao observado para a educação da mãe.

A experiência no mercado de trabalho foi significativa em todos os casos, exercendo um efeito de aproximadamente 0,8% de probabilidade a cada ano adicional de experiência, indicando que estar no mercado de trabalho eleva a propensão ao empreendedorismo. Quanto ao gênero masculino, os efeitos marginais foram positivos para homens brancos e para homens com 15 anos ou mais de escolaridade, enquanto ser homem não branco reduziu a propensão a iniciar um empreendimento em 2,7%, sugerindo diferenças étnicas na atividade empreendedora.

Em relação aos setores de atividade, observa-se que a atividade empreendedora no setor da agricultura é maior para pessoas brancas em comparação às não brancas. Isso ocorre porque, para a amostra de pessoas brancas, estar no setor da agricultura eleva a probabilidade de empreender em 16,1%, enquanto para a amostra de pessoas não brancas, esse aumento é de apenas 0,5%.

Outra diferença relevante no setor da agricultura é que as mulheres são 19,1% mais propensas à atividade empreendedora, enquanto para os homens, a propensão foi de 8%. Em relação ao nível de educação, a maior propensão ocorreu no grupo com 8 a 11 anos de ensino, com cerca de 14,7%, em contraste com 0,8% para aqueles com ensino superior, indicando que a atividade empreendedora no setor agrícola é predominantemente composta por pessoas com menor nível de escolaridade. Os demais setores apresentaram menor propensão em comparação ao setor de varejo e transporte, especialmente o setor de serviços.

Por fim, assim como no caso geral, as regiões Nordeste e Norte mostraram-se mais propensas à atividade empreendedora em comparação à região Sudeste. Destaca-se que, entre os indivíduos com no máximo ensino fundamental, a região Norte apresentou uma propensão de 18% à atividade empreendedora, enquanto para os homens, essa propensão foi de 12,8% na mesma região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre a educação e o comportamento empreendedor, além de avaliar a validade da utilização da variável educação em um modelo Probit padrão, com a forma funcional habitual, para estimar os efeitos da educação na variável dependente. Adicionalmente, procurou-se evidenciar os principais fatores que determinam o ato de empreender, bem como as diferenças entre as heterogeneidades da sociedade, como cor, sexo e níveis de escolaridade. É importante ressaltar que este estudo não foi capaz de capturar o conceito de empreendedorismo em sua essência, devido às limitações das bases de dados existentes no Brasil. No entanto, utilizou-se uma questão da PNAD que captura a atividade de trabalhar por conta própria e/ou ser empregador. Dessa forma, os entrevistados que se identificam como empreendedores foram considerados em conjunto com aqueles que prestam serviços de forma autônoma, o que, no contexto laboral, também pode ser caracterizado como um empreendimento pessoal.

Os resultados corroboram a presença de endogeneidade na variável educação na estimação dos determinantes do empreendedorismo por meio do modelo Probit, indicando que essa variável sofre viés devido à omissão de variável relevante e/ou erros de medida, o que acaba subestimando os efeitos da educação na atividade empreendedora. Além disso, a utilização da educação dos pais como instrumento parece ser válida, oferecendo uma alternativa ao modelo IV Probit, o que ajuda a tratar parte do problema da endogeneidade. As estimativas viesadas do modelo Probit resultaram em coeficientes de regressão negativos, enquanto os resultados do modelo IV Probit apresentaram coeficientes positivos, sugerindo que maior escolaridade torna os indivíduos mais propensos ao empreendedorismo.

Ademais, maior experiência no mercado de trabalho, ser homem, ser casado, ser branco, residir nas regiões Norte e Nordeste, e estar nos setores da agricultura, varejo e transportes aumentam a probabilidade de os indivíduos empreenderem. Já os fatores que diminuem a propensão ao empreendedorismo incluem demorar mais tempo para conseguir o primeiro emprego e estar nos setores da indústria, serviços e outras atividades. Em relação aos efeitos marginais, observou-se que cada ano adicional de educação eleva a probabilidade de empreender em aproximadamente 0,5%, enquanto cada ano adicional de experiência no mercado de trabalho aumenta essa probabilidade em 0,7%.

Em suma, ser branco aumenta a chance de empreender em 3,9%, estar no setor da agricultura, comparado ao setor de varejo e transporte, eleva a probabilidade em 10,3%, e residir nas regiões Norte e Nordeste, em comparação à região Sudeste, aumenta a probabilidade em 9,1% e 52,6%, respectivamente. Essas evidências indicam que a atividade empreendedora está positivamente relacionada a um maior nível educacional e, portanto, a uma maior sofisticação pessoal. Além disso, a população branca tem maior chance de empreender, com esses empreendimentos se concentrando principalmente nos setores da agricultura e de varejo e transporte. A maior probabilidade observada nas regiões Norte e Nordeste, onde o desemprego é mais elevado, reforça a ideia de empreendedorismo por necessidade, que tende a ser precário e de baixa sofisticação.

Em relação às heterogeneidades estudadas, destaca-se que a educação e a experiência possuem efeito positivo na chance de empreender para todos os casos (brancos, não brancos, homens, mulheres e em todos os níveis de ensino). Entretanto, o maior efeito da educação foi observado para homens, com um aumento de cerca de 0,6% na chance de empreender a cada ano adicional de educação do pai. Ser homem não branco reduz a chance de empreender em 2,7%, evidenciando as disparidades étnicas também na atividade empreendedora. A propensão à atividade empreendedora no setor da agricultura foi maior para pessoas brancas, com um aumento de cerca de 16,1%. Ainda sobre o setor da agricultura, destaca-se que sua composição é predominantemente formada por pessoas com escolaridade média, considerando a propensão de 14,7% a cada ano de ensino no grupo que possui entre 8 e 11 anos de escolaridade. Em relação às regiões Norte e Nordeste, que apresentam as maiores propensões à atividade empreendedora, as características de ser homem e possuir no máximo ensino fundamental são as que apresentam maior probabilidade de empreender, com 12,8% e 18% na região Norte, e 9,8% e 5,3% na região Nordeste, indicando uma grande participação de empreendedores por necessidade.

Ao observar o efeito marginal da educação nos grupos por nível de ensino, destaca-se que a maior chance foi observada para pessoas com no máximo 4 anos de ensino, com um aumento de cerca de 0,7% de chance a cada ano adicional. Isso indica que a educação é um fator importante, principalmente para aqueles que possuem menos dela. Já para aqueles com entre 8 e 11 anos de escolaridade, o efeito marginal diminuiu para 0,2% a mais de chance a cada ano, reforçando o fato de que a composição da massa salarial é formada principalmente por pessoas com ensino médio. Por fim, ao observar indivíduos que possuem 15 anos ou mais de ensino, ou seja, os no mínimo graduados, verificou-se uma elevação para 0,5% no efeito marginal, o que significa que a educação superior e, portanto, maior especialização são fatores relevantes para o empreendedor.

Os resultados obtidos neste estudo revelam dois caminhos promissores para pesquisas futuras. O primeiro diz respeito à análise de possíveis instrumentos para a educação que possam ser utilizados em bases de dados de maior amplitude no Brasil. O segundo refere-se à investigação sobre o empreendedorismo por necessidade, citado por Wagner (2007) e Kautonen, Down, Welter, Vainio, Palmroos e Althoff (2010), tendo em vista a grande composição dessa categoria no contexto de um país em desenvolvimento, permeado por conflitos políticos e econômicos, como é o caso da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- [1] Angrist JD & Krueger AB (1991). Does compulsory school attendance affect schooling and earnings? *Quarterly Journal of Economics* 106(4): 979–1014.
- [2] Baum JR & Bird BJ (2010). The successful intelligence of high-growth entrepreneurs: links to new venture growth. *Organ Sci* 21(2):397–412
- [3] Bird, B. (1993). Demographic Approaches to Entrepreneurship: the Role of Experience and Background, *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence, and Growth*, 1, 11-48.
- [4] Blackburn, M., & Neumark, D. (1993). Omitted-ability bias and the increase in the return to schooling. *Journal of Labor Economics*, 11(3), 521–544.
- [5] Block, J., Hoogerheide, L. & Thurik, R. (2013). Education and entrepreneurial choice: an instrumental variables analysis. *International Small Business Journal* 31: 23–33.
- [6] Bulgacov, Y. L. M., Cunha, S. K., Camargo, D., Meza, M. L., & Bugacov, S. (2011). Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão?. *Revista de Administração Pública - RAP*, 45(3),
- [7] Camargo Neto, R. P; Barbosa, M. N; Orellana, V. S. Q; Menezes, G. R. Condicionantes do Empreendedorismo no Brasil: uma análise regional. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 11, n. 4, p. 447-466, 2017.
- [8] Castaño, M. S., Méndez M. & T, Galindo, M. A. (2016). “The Effect of Public Policies on Entrepreneurial Activity and Economic Growth” *Journal of Business Research* 69: 5280-5285.
- [9] Cuervo A (2005). Individual and environmental determinants of Entrepreneurship. *Int Entrep Manag J* 1:293–311.
- [10] Davidsson P. (1995a). Determinants of entrepreneurial intentions. Working paper.
- [11] Davidsson, P., (1995b). *SMEs and Job Creation in Sweden*. Report submitted to the OECD.
- [12] Davidsson, P., L. Lindmark & C. Olofsson (1995). “The Trend towards Smaller Scale during the 1980s: Empirical Evidence from Sweden”, paper presented at the *40th ICSB World Conference*, Sydney, June 18-21. Jönköping, Sweden: Jönköping International Business School.
- [13] Green, D. M., & J. A. Swets. (1966). *Signal Detection Theory and Psychophysics*. New York: Wiley.
- [14] Griliches, Z., & Mason, W. M. (1972). Education, income, and ability. *Journal of Political Economy*, 80(3), S74–S103.
- [15] Kautonen T, Down S, Welter F, Vainio P, Palmroos J Althoff, K et al. (2010). ‘Involuntary self-employment’ as a public policy issue: A cross-country European review. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research* 16(2): 112–129.
- [16] Le A, T. (1999). Empirical studies of self-employment. *Journal of Economic Surveys* 13(4): 381–416.
- [17] Long J, Scott. (1997). *Regression models for categorical and limited dependent variables* (1st edn). Advanced quantitative techniques in the social sciences California, Sage Inc.
- [18] Llussa, F. (2010). “Determinants of Entrepreneurship: Are Women Different?” FEUNL Working Paper Series No. 555. <https://ssrn.com/abstract=1799334>. DOI: <https://doi.org/10.2139/ssrn.1799334>
- [19] Martins, S. C., Mauritti, R., Nunes, N., Costa, A. F., e Romão, A. L. (2016). A educação ainda é importante para a mobilidade social? Uma perspectiva das desigualdades educacionais da Europa do Sul no contexto europeu. *Revista Portuguesa de Educação*, 29(2), 261-285.
- [20] Paes, N. N.; de Camargo Neto, R. P.; Moraes, I. S. & Menezes, G. R. Determinantes do empreendedorismo no Rio Grande do Sul. *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, v. 23, n. 2, p. 59-68, 2019.
- [21] Ortiz, P.M., Estruch, F.V., & Caranana, D.C. (2014). Entrepreneurship and innovation in a context of crisis. In K. Rüdiger, M. Peris-Ortiz, & A. Blanco González (Eds.), *Entrepreneurship, innovation and economic crisis*. New York: Springer Parker SC (2009) *The Economics of Entrepreneurship* (2nd edn). Cambridge: Cambridge University Press.

- [22] Rosa, S. S.; Orellana, Q. S. V. & Rauter, G. Determinantes do empreendedorismo feminino no Brasil e regiões. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, V.14, n.4, p. 690-713, 2020.
- [23] Sena V, Scott J. & Roper S (2010). Gender, borrowing patterns and self-employment: Some evidence for England. *Small Business Economics*, epub 13 March.
- [24] Shaver, K.G. & L.R. Scott (1991). Person, Process, Choice: The Psychology of New Venture Creation, *Entrepreneurship Theory & Practice*, Winter, 23-45.
- [25] Silva, M. R. & Bastos, A. L. Determinantes do empreendedorismo brasileiro: uma análise por setores. *Caderno de Ciências Sociais Aplicadas*, N. 33, p. 57-76, 2022.
- [26] Thurik AR., Carree MA., Van Stel A. & Audretsch DB (2008). Does self-employment reduce unemployment? *Journal of Business Venturing* 23(6): 673–686.
- [27] Tunali, C. B., & Sener, S. (2019). The determinants of entrepreneurship in Turkey. *Procedia Computer Science*, 15 8(1), 648-652.
- [28] Van der Sluis, J., M. Van Praag, & W. Vijverberg. 2008. "Education and entrepreneurship selection and performance: A review of the empirical literature". *Journal of Economic Surveys*. 22(5): 795–841.
- [29] Wagner J (2007). What a difference a Y makes: Female and male nascent entrepreneurs in Germany. *Small Business Economics* 28(1): 1–21.
- [30] Webbink, D. (2005). Causal effects in education. *Journal of Economic Surveys*, 19(4), 535–560.

Capítulo 4

A narrativa jornalística da negação aos dados do INPE sobre devastação florestal

Adriano Izhar Cansanção

Heitor Costa Lima da Rocha

Rafael Ferreira Dantas Santos

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral analisar a cobertura jornalística acerca do negacionismo praticado pelo governo Bolsonaro aos dados científicos sobre devastação florestal coletados pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) durante os meses de julho a setembro de 2019, e tem como objetivos específicos: a) determinar o tipo de divulgação científica preconizado pelo jornal Folha de São Paulo a partir do paradigma positivista focado no dado e na estatística ou o modelo construtivista fincado no consenso e no debate; b) evidenciar se o jornal considera como verdadeiros os atos de fala do presidente e dos seus ministros sobre a polêmica dos dados. Para alcançar estes objetivos, a pesquisa analisa conteúdos jornalísticos a partir das categorias da inteligibilidade (a pressuposição de que o leitor compreende a mensagem); verdade (que trata da correspondência entre objeto e fato); retidão (que estipula que os atores sociais presentes nas reportagens seguem às normas procedimentais); e sinceridade (que pressupõe que as fontes entrevistadas estão sendo honestas em seus atos de fala) (Rocha, 2007; França, 2008). O estudo aplica estas categorias através do método da análise da narrativa (Motta, 2005) e de análise de conteúdo assistida por computador (Santos, 2012; Neves, Massarani, 2022) e apresenta como principal contribuição o detalhamento da forma como a notícia foi tratada pelo jornal, mesclando características dos dois paradigmas para sensibilizar o leitor sobre os riscos do desmate e utilizando efeitos de sentido para alertar sobre o que considera mentira nos atos dos gestores.

Palavras-chave: narrativa jornalística, análise da narrativa, análise de conteúdo, INPE.

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma floresta tropical que cobre uma área de 6.000.000 km² e contém um bioma fundamental para a manutenção das temperaturas do planeta e um elemento chave na prevenção às mudanças climáticas (Ipam, 2021). Há, inclusive, três grupos de serviços que merecem “ampla justificativa para manter áreas grandes de floresta: biodiversidade, ciclagem de água e armazenamento de carbono” (Fearnside, 2006, p. 396). Porquanto, nesta floresta existe:

Cerca de 45 mil espécies de plantas e vertebrados conhecidos, o que corresponde aproximadamente a ¼ das espécies terrestres globais. A evaporação e a condensação de vapor de água na Floresta Amazônica são motores da circulação atmosférica global, tendo efeitos nas precipitações ao longo da América do Sul e outras regiões. Aproximadamente oito trilhões de toneladas de água evaporam anualmente, influenciando o fluxo de calor e a circulação atmosférica global. Estima-se que na Floresta Amazônica sejam realizados 15% da fotossíntese terrestre global e que a biomassa ali encontrada contenha 100 bilhões de toneladas de carbono. Tais fatos tornam evidente que a manutenção da integridade biótica dos serviços ecossistêmicos amazônicos é fundamental (Mello; Artaxo, 2017, p. 110 - 1).

Esta floresta, no entanto, apresentou um aumento exponencial de desmatamento a partir dos anos 1960, quando programas específicos de desenvolvimento e ocupação da área estimularam o crescimento populacional e econômico da região sem um plano que equilibrasse a utilização política e econômica às questões socioambientais (Mello; Artaxo, 2017, p. 112). Esta falta de planejamento e execução de políticas públicas levou “à perda de aproximadamente 18 milhões de hectares de área florestada” nas décadas de 1970 a 90. Esse período foi marcado pela “construção de estradas e rodovias e do processo desordenado de ocupação de solo”. Em 2001, estimou-se que “aproximadamente 837.000 km² da Floresta Amazônica original havia se sido devastada no Brasil” (Mello; Artaxo, 2017, p. 113 - 114).

Estes números alarmaram organizações ambientais do Brasil e do mundo que se preocupavam e reconheciam o aumento do desmate e a necessidade de desenvolver políticas públicas para minimizar a questão. Assim, dois anos depois, “foi assinado o Decreto Presidencial de 3 de julho de 2003, que estabeleceu um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial com finalidade de propor medidas e coordenar ações que visavam à redução dos índices de desmatamento na Amazônia” (Mello; Artaxo, 2017, p. 126). O trabalho desse grupo culminou no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAM), uma estratégia governamental que já em 2005 evidenciou que “a taxa de desmatamento na Amazônia Legal apresentou expressiva redução, e tal tendência foi mantida até o ano de 2013” (Mello; Artaxo, 2017, p. 126).

A partir de 2013, no entanto, o desmatamento voltou a preocupar e alcançou um aumento de 92%, chegando a um total de 7.900 km² devastados apenas em 2018, um cenário que piorou no ano seguinte com o advento de um governo que primava pela utilização econômica da floresta e que realizou uma série de ações que contribuíram direta e indiretamente para o aumento do desmate, tais como: a extinção da Secretaria de Mudanças Climáticas; a transferência do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, a redução de 96 para 23 do número de conselheiros do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), dentre outras ações

realizadas por um governo que contestava a gravidade da devastação florestal (Tuffani, 2019).

Não é de surpreender então que, quando o INPE divulgou que as duas primeiras semanas de julho de 2019 registraram um aumento de mais de 1.000 km² de desmate em relação ao mesmo período do ano anterior, este dado foi recebido com perplexidade pelo presidente Jair Bolsonaro. Para o mandatário, os dados não condiziam com a realidade e precisavam ser reanalisados do ponto de vista científico e metodológico. O político insinuou ainda que o diretor do órgão poderia “estar a serviço de alguma ong” e manipulou os números para prejudicar a imagem do país (Brant, 2019). Este questionamento aos dados do INPE acendeu uma discussão sobre a negação do aumento da devastação florestal e, a esta análise interessa a cobertura realizada pelo jornal Folha de São Paulo, um dos quinze jornais com maior número de assinantes do mundo (Poder360, 2019), pelo fato de o veículo de comunicação ter publicado centenas de notícias sobre o tema no período de julho a setembro de 2019, de acordo com a ferramenta de pesquisa do site do próprio jornal.

A pesquisa tem como objetivo analisar a cobertura realizada por este jornal neste episódio buscando especificar: o tipo de divulgação científica preconizado pelo periódico (se positivista e focado na ciência como única forma válida de conhecimento seguindo a teoria da Verdade como correspondência ou construtivista fincado no diálogo e no debate conforme a teoria consensual da verdade); a avaliação das pretensões de validade evidenciadas pelo jornal sobre os atos de fala do presidente e dos seus ministros a partir das categorias de inteligibilidade, veracidade, retidão e honestidade. Para consecução deste propósito, o estudo recorre ao conceito habermasiano que estipula que:

Todo jogo de linguagem que funciona de maneira adequada ancora-se num acordo subjacente caracterizado pelo reconhecimento intersubjetivo de pelo menos quatro pretensões de validade, quais sejam: a pretensão de inteligibilidade da enunciação, a de verdade de sua componente proposicional, a pretensão de retidão (correção) normativa de sua componente performativa e a de sinceridade (veracidade) de intenção daquele que realiza o ato de fala (França, 2008, p. 56).

Assim, para realizar uma comunicação fundamentada na intersubjetividade da concepção de verdade consensual, espera-se que o narrador jornalístico adote o pressuposto de que seu leitor está ciente de que há uma distinção entre objeto captado e fato reportado; que se comunique nas mesmas bases cognitivas do público; compartilhe os mesmos valores éticos e morais e que haja uma honestidade tanto da fonte da notícia como de quem a reporta. Tem-se então que:

À pergunta sobre o que se pode considerar verdadeiro ou falso, responde Habermas que a verdade é uma pretensão de validez, vinculada aos enunciados afirmados como atos de fala constatativos, o que pode ser realizado com razão ou sem razão, mas sempre envolvendo a pretensão de ser algo verdadeiro. Portanto, não é o caso de se verificar se as afirmações são verdadeiras ou falsas, mas se a pretensão de validez que encerram é capaz de ser reconhecida ou deve ser rejeitada, implicando a conclusão de as afirmações serem consideradas justificadas ou não (Rocha, 2007, p. 176).

Esta justificação parte da distinção entre objeto e fato, pois, de acordo com Habermas, “as coisas e eventos, as pessoas e suas manifestações, quer dizer, os objetos da experiência são aquilo acerca do que fazemos afirmações ou do que enunciamos algo” (2001, p. 117). Teoricamente, então, tem-se que a devastação florestal é um objeto e o fato é o desmate acelerado no governo Bolsonaro, tendo em vista que o fato é uma consequência interpretativa do objeto analisado.

A inteligibilidade funciona como uma tábua das categorias habermasianas. Isso se deve ao fato de que, “para que quaisquer uma das outras três pretensões de validade possam vir a ser colocadas em discussão, faz-se necessário que o sentido da enunciação esteja claro, e assim se possa decidir sobre o que se discorda realmente” (França, 2008, p. 66).

Em uma situação ideal de fala, o narrador divulga a mensagem em um vocabulário compreensível à sua audiência e o narratário a entende sem maiores esforços (França, 2008). Essa situação também preza pela retidão, que consiste em assinar aos princípios e valores éticos evocados pelo narrador, pois fazem sentido ao público. Por isso, acredita-se no discurso. Além disso, a sinceridade é outro aspecto importante. Ela se refere à presunção de que “não pode haver discrepância entre uma sentença linguística, seu significado discursivo e a intenção subjetiva dos participantes do discurso” (Bachur, 2017, p. 544). Isso implica que não deve haver diferença entre ação e fala.

Estas presunções podem ser detectadas em toda e qualquer narrativa, inclusive na jornalística. No entanto, elas ficam comprometidas na mídia noticiosa quando adquirem uma ênfase embasada no cientificismo positivista. Isso porque neste tipo de reportagem há uma tendência natural em considerar que é verdadeiro apenas o que é acadêmico e produzido através de observação empírica e levantamento estatístico. Logo, é considerado inteligível apenas o que é produzido por cientistas e técnicos que falam uma linguagem especializada. Nesta perspectiva, é reto apenas o que se pressupõe como neutro e imparcial e se propõe a suprimir a subjetividade em prol de uma reportagem. E é honesto apenas o relato “objetivo” que se propõe a espelhar a realidade. Estas são as presunções do jornalismo científico tradicional que foi desenvolvido no século XX e que tem o saber científico como:

Único conhecimento válido, menosprezando os “saberes” do senso comum (cientificismo positivista das ciências empírico-analíticas), postura identificada com as técnicas quantitativas a quem se denomina de *hard science*, com a sua presunção à objetividade mitificada, como procedimento para verificar a propriedade última e inquestionável das proposições científicas (teoria da verdade como correspondência da realidade) (Rocha et. al., 2016, p. 89).

Trata-se de um jornalismo científico positivista que, tal como outras modalidades do jornalismo, tem a presunção de traduzir os fenômenos sociais para a audiência e a refletir a realidade através de um espelho preciso e detalhado, a se focar na descrição empírica e avaliativa dos acontecimentos e não emitir juízos de valor, destacando as declarações dos entrevistados sem interpelá-los e desenvolvendo um jornalismo declaratório que expõe “uma das faces nefastas da estratégia da objetividade” (Barsotti, 2023, p. 83). Ou ouvir os dois lados admitindo a controvérsia interpretativa como espetacularização, apenas para cativar a audiência através de uma narrativa focada em conflito e intriga para estimular a polêmica.

Na narrativa científica, este tipo de jornalismo ganha uma conotação ainda mais relevante pelo fato de que o objeto reportado não se distingue do fato noticiado, e a fala do cientista é associada à “verdade”, assumindo a ideologia epistêmica positivista da objetividade (Piaget; Garcia, 2011). Nesta perspectiva, o cientista adquire uma aura de honestidade e justeza a partir da presunção de que a audiência possui um tipo de déficit cognitivo e cultural que deve ser suprido por uma inquestionada informação científica qualificada e aprimorada pela avaliação por pares.

O desafio, portanto, é desenvolver um jornalismo científico que também contemple o leigo, o político e o economista e que estimule a maior parcela possível da população e que permita “a contestação do próprio sistema conceitual utilizado e sua substituição por outro mais adequado” (França, 2008, p. 77). Para realizar esta aproximação entre a ciência e o público, sugere-se a proposta construtivista baseada na teoria consensual da verdade. Esta teoria extrapola a ideia de uma única e definitiva verdade e a substitui pela noção de que os diversos grupos sociais, em cada período e local, possuem múltiplas realidades interpretativas. Trata-se de uma concepção que supera a ideia de divisão entre ato e fala e que sustenta que a comunicação deve ser analisada tanto em sua dimensão enunciativa e midiática como social e pragmática. É, desta forma, um paradigma que permite a preponderância do melhor argumento, mas que garante e resguarda o dissenso e a opinião de quem discorda.

A dialética positivista/construtivista fundamenta a narrativa jornalística moderna e representa um desafio a cientistas e repórteres que desejam transcender o paradigma cientificista e realizar uma narrativa fincada em verdades consensuais. Entretanto, na busca por este acordo, muitas vezes, a cobertura noticiosa configura um jornalismo declaratório que faz uma equiparação como iguais entre a fala do cientista que apresenta dados e evidências e a do político que os contesta com base em crenças, sob a justificativa de realizar uma narrativa “objetiva” que visa ao equilíbrio entre as partes do debate, mas deixa de apurar, contextualizar e questionar, repassando estas tarefas para os articulistas das colunas de opinião.

Este jornalismo declaratório produz uma falsa equivalência entre o consenso científico e o dissenso político e questiona as descobertas da ciência a partir de certezas subjetivas de alguns indivíduos. Essa prática nega a possibilidade do consenso intersubjetivo e desenvolve uma narração focada no conflito entre ciência e política. Trata-se de uma estratégia comunicativa que visa prender a atenção do leitor em dezenas de reportagens que se conectam ao tema e de uma abordagem que não esclarece sobre a teoria e metodologia científica e não informa sobre questões sociotécnicas fundamentais como a mudança climática ou a preservação florestal, reascendendo discussões já superadas no meio acadêmico.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo é desenvolvido a partir de matérias jornalísticas publicadas no jornal Folha de São Paulo sobre a negação ao desmatamento florestal ocorrido nas duas primeiras semanas de julho de 2019. O critério para a escolha deste veículo é o fato desta publicação jornalística ter produzido centenas de textos sobre o caso (critério quantitativo) e ter lançado diversas dúvidas sobre a verdade, inteligibilidade, retidão e sinceridade dos atos de fala daqueles que lançaram dúvidas sobre os dados (a qualidade dos informes). Quanto ao período, o marco zero da análise é o dia 19 de julho, data em que o presidente Bolsonaro declarou dúvidas e incertezas quanto aos dados, e o marco final é o dia 24 de setembro,

data em que o antigo mandatário discursou na Organização das Nações Unidas (ONU) acerca da Amazônia.

Para recompor o acontecimento jornalístico dos dados do INPE sobre devastação florestal, a pesquisa separou e delimitou o objeto a partir dos procedimentos da análise de conteúdo assistida por computador e da análise pragmática da narrativa desenvolvido por Luiz Gonzaga Motta (2005). A análise de conteúdo assistida por computador é “similar à análise de conteúdo tradicional, ou seja, em que um texto é sistematicamente classificado em categorias de interesse e inferências são feitas a partir das características identificadas” (Neves; Massarani, 2022, p. 193). Nesta pesquisa, a análise de conteúdo assistida por computador consistiu na utilização do software AntConc como ferramenta que possibilitou a detecção das URs e UCs, enquanto a análise pragmática da narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2005) contribuiu para a detecção de elementos como o principal conflito da trama, os personagens, as estratégias, o tipo de narrador e a meta narrativa desenvolvida pelo jornal.

O percurso metodológico se iniciou com a aplicação da regra da exaustividade, que prima por “esgotar todo o assunto sem omissão de nenhuma parte” (Santos, 2012, p. 385), e que, no caso, levou à detecção de 243 matérias contendo a palavra-chave “INPE” publicadas pelo jornal no período de julho a setembro de 2019.

Nesta etapa foi realizada uma leitura flutuante do material, a partir dos títulos de todas as reportagens, e a leitura das matérias que mais indicassem polêmicas levantadas pelo presidente Jair Bolsonaro aos dados, sendo esta a fase em que foram elaboradas as hipóteses e os objetivos da análise, buscando desenvolver “afirmações iniciais que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do estudo” (Santos, 2012, p. 385).

Após a detecção do montante inicial de reportagens, a pesquisa avançou para um segundo passo analítico: selecionar uma amostra que permitisse a realização de inferências sobre o objeto. Para realizar esta ação, foi feita uma seleção a partir do critério da representatividade que “preocupa-se com amostras que representem o universo” (Santos, 2012, p. 385). Este critério foi utilizado de forma qualitativa e o referencial foi “a presença ou a ausência de características de um dado fragmento” (Santos, 2012, p. 345). No caso, este fragmento foi a dúvida sobre os atos de fala do presidente Jair Bolsonaro com relação aos dados. Estariam Bolsonaro e seus ministros levantando dúvidas verdadeiras sobre os dados? Estariam os gestores familiarizados com a teoria e metodologia utilizada? Estariam preocupados com as normas técnicas? E, sobretudo, estariam sendo sinceros? Estas foram as perguntas desenvolvidas para delimitar o corpus a um conjunto de 19 notícias que levantam dúvidas desta negação aos dados realizada pelo governo Bolsonaro.

O terceiro critério utilizado para a separação deste *corpus* foi o da pertinência, que estabelece uma delimitação de documentos “adaptados aos objetivos da pesquisa” (Santos, 2012, p. 385) e que gerou uma amostra de quinze matérias noticiosas e quatro colunas de opinião, conforme é a seguir detalhado:

Quadro 1 – Corpus de notícias analisadas

Matéria	Editoria	Pertinência
1. Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' o nome do Brasil	Ambiente (notícia)	Inicia a discussão sobre a extensão do desmate (presunção de verdade)
2. 'Posso até ser demitido, mas não se pode atacar o INPE', diz diretor	Ambiente (notícia)	Apresenta a ideia de perseguição ao instituto (presunção de retidão)
3. Salles diz que dados de desmate não são corretos, mas confirma que há aumento	Ambiente (notícia)	Sugere uma dúvida sobre o método utilizado (presunção de retidão)
4. Governo prejudica imagem do país ao questionar dados de desmatamento do INPE	Ambiente (notícia)	Critica a postura do mandatário (presunção de retidão)
5. Em resposta a Bolsonaro, INPE diz prezar por honestidade científica	Ambiente (notícia)	Ressalta o Instituto como rigoroso e científico (presunção de sinceridade)
6. Diretor do INPE será exonerado após críticas do governo a dados de desmate	Ambiente (notícia)	Questiona a retidão do ato (presunção de correção)
7. Ministério do Meio ambiente e Incra não cumprem política de dados abertos	Blog Ambiência (opinião)	Demanda transparência e agilidade na comunicação (presunção de verdade)
8. Diretor interino do INPE é tecnicamente adequado, dizem cientistas	Ambiente (notícia)	Questiona o caráter ideológico da seleção (presunção de verdade)
9. Por aumento de desmate, Alemanha suspende parte da verba que iria para a Amazônia	Ambiente (notícia)	Critica a reação internacional ao caso (presunção de retidão)
10. Galvão, ex-diretor do INPE, afirma que sistema privado de monitoramento é jogar dinheiro fora	Ambiente (notícia)	Destaca o ponto de vista do ex-diretor do Instituto (presunção de retidão)
11. Governo Bolsonaro abre edital para empresa privada monitorar Amazônia	Ambiente (notícia)	Destaca a ação do governo para obter novos dados (presunção de verdade)
12. Satélites mostram invasão de 'rio de fumaça' de queimadas sobre São Paulo	Ambiente (notícia)	Notícia incidente climático e enfatiza os dados (presunção de verdade)
13. O dia do Fogo	Blogs (opinião)	Relata incêndios promovidos por fazendeiros (presunção de retidão)
14. Operação de combate a incêndios se concentra em Rondônia, diz governo	Ambiente (notícia)	Questiona a ação do governo na preservação florestal (presunção de retidão)
15. Veja 10 ações do governo Bolsonaro no desmonte das políticas ambientais	Ilustríssima (opinião)	Caracteriza e qualifica a gestão Bolsonaro (presunção de retidão)
16. Desmatamento na Amazônia cresce 22% em relação ao mesmo mês de 2018	Ambiente (notícia)	Reforça a narrativa de um governo antiambiental (presunção de retidão)
17. Nós falhamos na Comunicação, diz Salles sobre crise ambiental	Ambiente (notícia)	Procura uma causa para a polêmica dos dados (presunção de verdade)
18. Ricardo Salles chega a Washington para amenizar danos das queimadas à imagem do país	Ambiente (notícia)	Texto focado na visita do ministro aos EUA (presunção de sinceridade)
19. O presidente mente	Blogs (opinião)	Conclui a narrativa (presunção de sinceridade)

Fonte: os autores, 2024.

Por fim, considera-se que estas matérias foram selecionadas seguindo ao critério da homogeneidade, que estipula que “os dados devem referir-se ao mesmo tema” (Santos, 2012, p. 385) e que, nesta pesquisa, tratou das dúvidas e incertezas à ciência geradas pelo

governo Bolsonaro e aos questionamentos que o jornal faz à inteligibilidade, verdade, retidão e sinceridade às ações e falas dos gestores públicos federais.

Após esta delimitação, avançou-se para a detecção das principais URs – unidades de registro – que são as menores partículas de análise que são compostas por palavras e termos mais frequentes e a percepção de UCs - Unidades de Contexto –, que são maiores partículas de análise que são compostas por frases e expressões.

A etapa posterior consistiu na inferência a partir dos dados como, por exemplo, a função de cada matéria e personagens na história: “protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes” (Motta, 2005, p. 7). No campo das estratégias comunicativas, o método permitiu detectar o sentido gerado por palavras-chave que são classificadas como “efeitos de real” gerados através de expressões que retratam o espaço e tempo sociais. Um exemplo dessas expressões é o trecho “os estudos refletem a realidade atual da devastação da Amazônia”. O método também permitiu a captação de “efeitos poéticos” gerados através de uma narrativa que cria um espaço-tempo ficcional em expressões como “nunca se desmatou tanto”, uma frase que não se funda necessariamente no real.

Também foi possível detectar o narrador da história através das categorias do “narrador heterodiegético (onisciente, que tudo sabe, vê e conta desde uma perspectiva ilimitada) e homodiegético (o narrador que conta a partir do “eu” retrospectivamente ou no momento em que as coisas acontecem)” (Motta, 2005, p. 12). Nesta pesquisa, toma-se o homodiegético como focado no posicionamento científico e o heterodiegético como dialogando com o leigo. Por fim, detectou-se a metanarrativa social que fundamentou a narrativa do jornal pelo fato de que esse método compreende como metanarrativa tramas como “o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece...” (Motta, 2005, p. 15), dentre outros significados captados no espectro social que são reproduzidos pelo jornal.

3. RESULTADOS DA ANÁLISE

A narrativa dos dados do INPE sobre devastação florestal se inicia com a matéria “Bolsonaro critica diretor do INPE por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' o nome do Brasil”, publicada em 19 de julho de 2019. Nesta reportagem, o periódico repercutiu a afirmação do presidente de que os dados sobre devastação florestal levantados pelo instituto não condiziam com a realidade:

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta (19) que vai conversar com o diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, por causa de dados sobre desmatamento que o capitão reformado diz não condizerem com a verdade e que prejudicam o nome do Brasil no exterior. Dados preliminares de satélites do INPE mostram que mais de 1.000 km² de floresta amazônica foram derrubados na primeira quinzena deste mês, aumento de 68% em relação a julho de 2018. “É lógico que eu vou conversar com o presidente do INPE. [São] Matérias repetidas que apenas ajudam a fazer com que o nome do Brasil seja malvisto lá fora”, afirmou, ao final de um evento no Ministério da Cidadania em comemoração do Dia Nacional do Futebol (Brant, Folha de São Paulo, 2019).

Nesta matéria, o jornal seleciona, dentre as falas proferidas pelo mandatário, a que questiona a correlação entre o objeto “devastação florestal” e o fato “aumento do desmate”

e destaca que o político não põe em xeque o objeto e sim o fato “aumento no desmate durante o governo Bolsonaro”, realizando, desde o início da narrativa, uma crítica à relação “enunciado/preensão de validade” (França, 2008, p. 67), ou seja, à justificação entre o conteúdo discursivo do presidente e sua pretensão de verdade. Uma evidência desta crítica é a segunda fala que o jornal destaca no discurso do presidente:

“Com toda a devastação de que vocês nos acusam de estar fazendo e ter feito no passado, a Amazônia já teria se extinguido”, disse. O presidente afirmou que os dados do INPE não correspondiam à verdade e sugeriu que Galvão poderia estar a “serviço de alguma ONG” (Brant, Folha de São Paulo, 19 de julho de 2019).

O jornal, portanto, destaca a fala em que o presidente acusa (sem provas) o diretor do instituto de estar ligado a uma organização não-governamental, uma acusação que não é justificada, tendo em vista que “a atribuição por parte de um argumentante de um predicado a um objeto é tida como justificada na medida em que todos os outros possíveis interlocutores com os quais este indivíduo pudesse manter uma discussão também atribuísem o mesmo predicado ao mesmo objeto” (França, 2008, p. 64). E, no caso, o atributo de membro de uma ONG não é considerado como justificado pelo periódico, ao contrário, é fruto de uma especulação subjetiva e arbitrária e não pode ser reconhecida como válida.

É neste primeiro capítulo que se forma a premissa da narrativa da Folha de São Paulo aos dados do INPE, cujo principal foco é desmistificar a acusação pouco verossímil de que Ricardo Galvão estaria a serviço de uma ONG e esclarecer a verossimilhança entre as estatísticas do instituto e a devastação florestal. E, a partir desta “perspectiva narrativa” (Motta, 2005, p. 12), o jornal desenvolve centenas de matérias a favor da ciência e dos dados (apesar de este estudo se focar apenas em 19), e um exemplo é a reportagem “Posso até ser demitido, mas não se pode atacar o INPE, diz diretor”, que apresenta a versão de Galvão:

Depois de receber críticas do presidente Jair Bolsonaro (PSL), para quem os dados sobre desmatamento da Amazônia são incorretos, exagerados e prejudicam a imagem do país, o engenheiro Ricardo Galvão, diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), disse à Folha que ele até pode ser demitido, mas que o instituto é cientificamente sólido o suficiente para resistir aos ataques do governo. Os ataques ao INPE, relata Galvão, começaram desde janeiro, mas tinham origem no Ministério do Meio Ambiente. “A única coisa que o INPE faz é colher dados, nada mais, mas havia insatisfação sobre isso. Isso estava concentrado no MMA e eu não esperava que subisse à presidência da república, mas aparentemente subiu, não sei exatamente pelo esforço de quem” (Alves, 2019).

Nesta matéria, o jornal enfatiza que existem duas verdades: a propagada pela ciência de dados desenvolvida pelo INPE e que se denota como verossímil (eikós) e a divulgada pelo governo e que se demonstra menos verídica (éndoxon) (Motta, 2005). Este posicionamento leva o periódico a inclinar a narrativa por meio de conteúdos que consideram que “o instituto é cientificamente sólido” e “a única coisa que o INPE faz é colher dados”. Ao mesmo tempo, o jornal retrata os governantes como realizando “ataques”.

E assim como a premissa de contestação aos atos de fala de Bolsonaro, esta caracterização de personagens permanece em toda a narrativa, sobretudo na matéria “Diretor do INPE será exonerado após críticas do governo a dados de desmate” (Brant, Watanabe, Folha de São Paulo, 2 de agosto 2019) em que o jornal destaca a demissão do diretor do instituto e questiona os motivos deste ato. No texto, percebe-se que o veículo de comunicação não considera as dúvidas e incertezas do presidente e ministros como válidas, no sentido habermasiano deste termo, ou seja, inteligível, verdadeira, correta e sincera, e sim uma dúvida que parte de um pressuposto equivocado. Esta abordagem de desconfiança aos atos de fala permeia esta matéria que reporta a demissão de Galvão da seguinte forma:

O ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) decidiu exonerar nesta sexta (2) o diretor do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, após críticas a dados sobre desmatamento considerados sensacionalistas pelo governo. Pontes e Galvão se reuniram por cerca de duas horas na manhã desta sexta. Ao final, Galvão falou por três minutos a jornalistas. Segundo ele, o motivo de sua exoneração foi porque seu discurso em relação ao presidente Jair Bolsonaro (PSL) criou constrangimento (Watanabe, 2019).

Esta narrativa, no entanto, atinge o clímax em meados de agosto de 2019, quando se evidencia que o jornal se vale de estratégias comunicativas que buscam sensibilizar o leitor quanto à seriedade da devastação florestal tanto em seus efeitos de real (descrição objetiva da realidade) como em seus efeitos poéticos (relação subjetiva com a verdade), através do destaque a dois elementos naturais: a escuridão e o fogo.

A escuridão é destacada na matéria “Satélites mostram invasão de 'rio de fumaça' de queimadas sobre São Paulo”, publicada em 22 de agosto de 2019, que noticia o dia em que a capital paulistana anoiteceu às três horas da tarde. Nesta matéria, o real é representado pela tese de que a escuridão dos céus urbanos adveio da devastação das árvores silvestres e o poético se apresenta em expressões como “o dia virou noite”, utilizada três vezes durante a reportagem e que procura relatar a mudança climática como uma tragédia moderna, de maneira que texto e imagens procuram impactar com conteúdos que reportam um colapso:

No dia 19 de agosto anoiteceu por volta das 15h na cidade de São Paulo. A principal hipótese é de que o acúmulo de material particulado oriundo de queimadas na Amazônia, Bolívia e Paraguai tenha contribuído para o evento - Programa Copernicus/ESA...

"Há incêndios silvestres de grande magnitude acontecendo no Paraguai, na região do Pantanal. Desde o final de semana os ventos fortes estão favorecendo a vinda de elemento particulado por Mato Grosso do Sul chegando a São Paulo. O material particulado ajuda na formação das nuvens, e quando se formam junto com ele, o céu fica ainda mais escuro", diz Villela, do Inmet.

O próprio Inmet (órgão responsável pelas informações oficiais do clima no país) disse em nota que a escuridão repentina registrada na capital paulista nesta segunda foi intensificada pela presença de material particulado de queimadas. “Parte deste material é de origem local e oriundo da Amazônia, mas outra parte considerável, talvez a predominante, de queimadas de grandes proporções, originadas nos últimos dias perto da tríplice fronteira da Bolívia, Paraguai e Brasil, próximo da região de Corumbá, no Pantanal sul-matogrossense”.

O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) tem outra explicação. Para o instituto, os ventos nessa época do ano se movimentam no sentido anti-horário, o que possibilitou que a fumaça do leste da Amazônia fosse para o oeste e então para o sul (Moreira; Toledo, 2019).

Na matéria, evidencia-se a tentativa de descrição emocional da realidade em uma ação que aproxima o contexto da Amazônia ao cenário urbano. Essa estratégia é desenvolvida pelo jornal para sensibilizar o leitor sobre a interconexão entre os biomas, ao mesmo tempo em que exacerba, através da palavra “escuridão”, a narrativa que vincula a negação aos dados do INPE às trevas e à ignorância e associa o evento a um inferno bíblico. Escuridão, noite e fogo são as imagens que o jornal evoca para conectar o leitor a uma história que é continuada dois dias depois com a publicação da reportagem “O dia do fogo” em uma abordagem que se vale de efeitos poéticos focados na caracterização de Bolsonaro e em efeitos de real que vinculam a impressão subjetiva do jornalista à descrição objetiva da realidade, pois, para o autor:

É na questão ambiental que Jair Bolsonaro revela sua face mais perigosa e ameaçadora. O presidente da República espanta o mundo civilizado com declarações negacionistas do aquecimento global, mas não se trata mais de mera controvérsia retórica. Bolsonaro põe em risco a sustentabilidade da floresta amazônica e de seus povos, flertando, concretamente, com o crime comum e com o crime de responsabilidade (Carvalho Filho, 2019).

Nesta matéria, publicada em uma coluna opinativa, os conteúdos “projeto xucro de poder”, “rastro de destruição” e “flertando com o crime comum e o de responsabilidade” denunciam o negacionismo florestal tanto dos atos como das falas do presidente em uma trama que se vincula à realidade social através do episódio do “Dia do Fogo”, um evento advindo do mundo da vida e que é reportado pelo jornal desta forma:

Fazendeiros do sudoeste do Pará celebraram em 10 de agosto o “dia do fogo”. O INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) registrou centenas de focos de incêndio nas margens da rodovia BR-163. Os manifestantes “amparados pelas palavras do presidente” teriam organizado o movimento para mostrar que eles “querem trabalhar” sem autuações e licenças (Carvalho Filho, 2019).

A narrativa desenvolvida pelo jornal realiza a crítica de que as ações de Bolsonaro estariam estimulando diretamente os incêndios realizados por agricultores, sendo estas ações detalhadas como irresponsáveis e inconsequentes quanto à preservação ambiental e à redução da devastação das florestas. Esta articulação de sentido se desfecha na coluna de Marcelo Leite com o texto “O presidente mente”, que funciona como uma conclusão da saga, quando o colunista aponta as incoerências dos atos de fala do presidente em seu discurso na Organização das Nações Unidas (ONU) e se foca na repercussão perante a comunidade internacional:

O presidente mentiu na ONU quando disse que seu governo tem compromisso com a preservação do meio ambiente. Sob seu jugo, o bilionário Fundo Amazônia foi esnobado; as verbas para pesquisa climática, reduzidas a 5%; o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), vilipendiado; seus dados de satélite sobre desmatamento, desqualificados como falsos. O Ibama e o ICMBio foram manietados; as

multas por infrações ambientais, rebaixadas ao menor montante em 11 anos; as queimadas, denegadas (mesmo após enviar tropas para apagá-las).

O presidente mentiu na ONU quando declarou que a Amazônia permanece praticamente intocada. Não faltam estudos, imagens, dados e registros oficiais mostrando que quase um quinto do bioma já virou fumaça.

O presidente mentiu na ONU quando se jactou de ser o Brasil um dos países que mais protegem o ambiente. Ranking das universidades Columbia e Yale com o Fórum Econômico Mundial, fundado em 24 indicadores, o relega à 69ª colocação entre 180 nações. Para o Banco Mundial, está em 32º lugar em preservação de florestas.

O presidente mentiu na ONU quando acusou a terra indígena Yanomami de abrigar 15 mil pessoas em área maior que Portugal. São mais de 25 mil...

O presidente mentiu na ONU quando declarou que se usam aqui só 8% das terras para produzir alimentos. As pastagens onde ruminam vacas e bois cobrem outros 21% do território nacional.

O presidente mentiu na ONU quando encheu a boca para recitar João, 8, 32. Ele desconhece a busca pela verdade, pois despreza as evidências, e permanece escravo da ignorância, da soberba e de uma ideologia sinistra (Leite, 2019).

A narrativa dos dados do INPE se encerra de forma assertiva e provocativa e põe em xeque todas as presunções comunicativas consideradas por Habermas (inteligibilidade, sinceridade, correção e verdade), realizando uma profunda crítica ao governo Bolsonaro tanto em suas ações políticas e diplomáticas como em seus atos de fala. Para o periódico, há um descolamento entre seu discurso de que o governo realizava todo o possível para reduzir o desmatamento quando, de fato, estimulava o desmate através da (in)ação quanto à devastação e queimadas. E, tomando como base os conteúdos publicados nesta narrativa, esta análise realiza algumas inferências sobre a cobertura produzida pela Folha ao objeto dados do INPE à devastação florestal com base tanto na frequência dos conteúdos (critério quantitativo de análise) como na intensidade dos atos de fala (critério qualitativo de diferenciação dos conteúdos), a começar por:

3.1. O PRINCIPAL CONFLITO NARRATIVO É ENTRE POLÍTICA E CIÊNCIA

Esta inferência se baseia na frequência dos nomes dos principais personagens citados nas 19 matérias coletadas, sendo 110 citações ao INPE, 70 a Bolsonaro, 49 a Ricardo Galvão e 47 a Ricardo Salles, e sempre em contextos de conflito – INPE x Bolsonaro/Galvão X Salles -, e com os personagens executando papéis específicos na trama:

Quadro 2 – papéis desempenhados pelos personagens

Personagem	Funcionalidade	Especificidade
INPE	Protagonista	Norteia a discussão sobre a verdade dos dados
Bolsonaro	Antagonista	Coloca os dados em dúvida e restringe a divulgação
Galvão	Ajudante do protagonista	Auxilia o INPE e ratifica a veracidade dos dados
Salles	Ajudante antagonístico	Auxilia Bolsonaro e questiona a realidade divulgada

Fonte: os autores, 2024.

Estes personagens disputam em torno dos “dados” (termo que ocorre 115 vezes no corpus) em uma trama dialética onde uma das forças tenta divulgá-los e a outra tenta restringi-los e uma saga em que o objeto “indesejado” é o desmatamento, uma UR que ocorre 94 vezes na narrativa selecionada e sempre em um contexto indesejado, embora um dos lados não o deseje por questões ambientais e o outro por razões políticas.

A trama desenvolvida pela Folha desenvolve arquétipos que pressupõem o instituto e o pesquisador Ricardo Galvão como verdadeiros, inteligíveis, corretos e honestos e o presidente da República e o Ministro do Meio Ambiente como dúbios, ininteligíveis, incoerentes e contraditórios.

Considerando que os fatos têm um status distinto dos objetos, pois com os objetos só é possível fazer experiências, enquanto com os fatos só é possível afirmá-los (Rocha, 2007), infere-se que a Folha afirma através de sua narrativa que os dados do INPE são verdadeiros e justificados através de sua componente proposicional baseado nas evidências que apontam para um aumento da devastação. A partir deste achado, surge uma segunda inferência:

3.2. O PERIÓDICO RECORRE A ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS QUE VISAM A SENSIBILIZAR O LEITOR

Inferência que se baseia na qualidade de conteúdos presentes tanto nas matérias “factuais” que teoricamente deveriam ser frias e duras como nas reportagens opinativas que em tese revelam opinião e enquadramentos, conforme é exemplificado na seguinte amostra:

Quadro 3 - Efeitos poéticos utilizados pelo jornal

Conteúdo	Efeito
O INPE e os sistemas de monitoramento de desmatamento entraram na mira do governo Bolsonaro, que afirmou que não confia nos dados divulgados pelo instituto após dados de alta de alertas de desmatamento.	Indica uma perseguição a quem destaque o desmate
Fazendeiros do sudoeste do Pará celebraram em 10 de agosto o “dia do fogo”... Os manifestantes “amparados pelas palavras do presidente” teriam organizado o movimento para mostrar que eles “querem trabalhar” sem autuações e licenças.	Vinculam o governo Bolsonaro à noite e ao fogo através de imagens e conteúdos que remetem a discursos apocalípticos
O presidente mentiu na ONU quando encheu a boca para recitar João, 8, 32. Ele desconhece a busca pela verdade, pois despreza as evidências, e permanece escravo da ignorância, da soberba e de uma ideologia sinistra	Desenvolve a ideia de que o presidente distorce versículos bíblicos

Fonte: os autores, 2024.

Estes efeitos visam conectar o objeto “devastação florestal” ao fato “aumento durante o governo Bolsonaro” e o jornal realiza uma narrativa de causa e efeito na qual se depreende que, por causa da gestão ambiental do governo Bolsonaro, estava havendo um aumento na devastação florestal. Esta inferência considera que “não posso experimentar fatos nem afirmar objetos” (Habermas, 2001, p. 117) e sim experimentar objetos e afirmar fatos, o que implica que, na narrativa, a experiência com os dados do INPE é afirmada como correta de maneira poética e recorrendo a uma narrativa de tragédia contada com base nas antigas escrituras bíblicas e que se encontra consagrada na cultura popular, mas se ancorando também na realidade, nos aspectos científicos e análise dos especialistas que procuram evidenciar que os dados do INPE refletem o real. Este achado permite a seguinte inferência:

3.3. OS CAPÍTULOS E EPISÓDIOS SE CONECTAM À MACRONARRATIVA DE NEGACIONISMO AMBIENTAL

Esta inferência é baseada na funcionalidade de capítulos e episódios que se conectam à narrativa advinda do mundo da vida de que o governo Bolsonaro negava a ciência. Tal narrativa é enquadrada e replicada pelo periódico conforme é detalhado no seguinte quadro a partir da frequência da palavra INPE, que ocorre 110 ocasiões nas 19 matérias:

Quadro 4 – Os episódios da narrativa

Conteúdos	Capítulos	Episódio	Macro história
1 a 69	1 a 9	Negação da realidade	O governo Bolsonaro nega o aumento da devastação florestal em prol de uma política neoliberal
70 a 91	10 e 11	Desconfiança à inteligibilidade e retidão	
92 a 94	12 e 13	Fogo e Trevas	
95 a 110	14 a 19	Questionamentos à sinceridade	

Fonte: os autores, 2024.

Detecta-se, no *corpus* selecionado, quatro micronarrativas ou episódios: 1) a negação a dados estatísticos e científicos; 2) a desconfiança à capacidade cognitiva do político em compreender e interpretar as informações sobre o desmate e à justeza das ações do governo quanto à política ambiental; 3) Fogo e Trevas, ápice da narrativa centrado na hipótese de que o incêndio na Amazônia ocasionou uma tarde sombria da cidade de São Paulo e de que o governo estimulou esta tragédia; 4) Questionamento à sinceridade, que põe em xeque a honestidade dos atos de fala dos governantes.

Estas micro histórias se conectam à trama maior de negacionismo governamental, um pensamento propagado no mundo social e que é captado e reproduzido pelo jornal e que ganha estatuto de verdade com base em sua vinculação com a realidade. Este achado tem a ver com “a relação comunicativa narrador-narratário” (Motta, 2005, p. 12) e a associação estabelecida entre jornal e audiência que pressupõe que a conexão do jornal com o leitor é um “contrato cognitivo” tácito e implícito e que visa ratificar a visão pessimista que o público tinha com a gestão federal, denotando então um narrador homodiegético que, assente ao consenso e dado científico, considera incorreto o dissenso do negacionismo científico.

Esta inferência baseia-se no fato de que o narrador “Folha de São Paulo” duvida da inteligibilidade do Ministro Salles, pois a reportagem chega a afirmar que: “Houve

tentativas de explicar os dados do INPE para Salles, mas o ministro, segundo Galvão, não entendeu” (Watanabe, 2019); questionam a leitura do governo sobre a realidade e da retidão das ações dos governantes, pois o periódico expressa que “A fala de Salles, contudo, foi baseada na análise de somente ¼ dos contratos do fundo com entidades da sociedade civil” (Watanabe, 2019). Outra percepção é também para abordar a sinceridade dos atos de fala: “o presidente mentiu na ONU quando encheu a boca para recitar João, 8, 32. Ele desconhece a busca pela verdade...” (Leite, Folha de São Paulo, 29 de setembro de 2019), sendo uma narrativa que destaca a verdade e inteligibilidade dos dados e a ética e sinceridade do pesquisador.

Por fim, infere-se que a narrativa jornalística da Folha de São Paulo aos dados de devastação florestal do INPE avalia os atos de fala do presidente e de seus ministros e os consideram como inválidos. Ou seja, a cobertura jornalística aponta que a argumentação está desconectada da realidade, desprovida de inteligibilidade, incoerente quanto à retidão dos atos. Além disso, discorre que tais atos de fala não denotam sinceridade, mas divulgam dados a partir do ponto de vista subjetivo do mandatário e de seus ministros. Essas narrativas não são ancoradas por dados ou evidências e sim por impressões e experiências. Dessa forma, os atos de fala dos governantes denotam certeza subjetiva enquanto os atos dos cientistas demonstram validade justificada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, que a narrativa jornalística da negação aos dados de devastação florestal do INPE se foca na dialética entre política e ciência. Nessa cobertura, o jornal desenvolve personagens arquétipos que lutam por um objetivo último: a verdade, seja ela política e ideológica ou científica e metodológica. Neste sentido, a narrativa leva o leitor a uma percepção de que é a ciência que reflete a verdade do objeto devastação florestal e que os dados do INPE são fidedignos.

Esta narrativa ressalta a capacidade descritiva dos satélites do INPE como um reflexo preciso do objeto analisado, destaca hipóteses e teses científicas, realça o método e o procedimento técnico de captação de dados e descreve o cientista como um ator sério, honesto e desinteressado. Na cobertura, no entanto, ainda se detecta traços de um jornalismo declaratório, especialmente na parte da cobertura noticiosa que apresenta os posicionamentos dos cientistas e governantes como equivalentes e reserva a crítica aos atos de fala dos governantes às colunas e textos opinativos.

Considera-se, portanto, a necessidade de adotar uma substituição, na cobertura noticiosa, desta falsa equivalência do jornalismo declaratório por um enquadramento que se dedique a elucidar a ciência e os dados com análise, apuração e contextualização. Isso, sem deixar que estas tarefas imprescindíveis fiquem restritas unicamente às colunas de opinião, já que a narrativa jornalística científica deve preconizar por uma comunicação elucidativa e pedagógica.

REFERÊNCIAS

- [1] ALVES, Gabriel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/posso-ate-ser-demitido-mas-nao-se-pode-atacar-o-INPE-diz-diretor.shtml>> Acesso em 31 de ago. de 2024.
- [2] AMARAL, Ana Carolina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/08/05/ministerio-do-meio-ambiente-e-incra-nao->

cumprem-politica-de-dados-abertos/> Acesso em 31 de agosto de 2024.

[3] BACHUR, João Paulo. Intersubjetividade ou solipsismo? Aporias da teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas. **Dados**, Rio de Janeiro, **Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)**, v. 60, n. 2, p. 541-575, 2017.

[4] BARSOTTI, Adriana. As mentiras de Bolsonaro e o jornalismo declaratório: como a imprensa contribuiu para ampliar a desinformação sobre o meio ambiente. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 26, n. 01, p. 79-104, 2023.

[5] BRANT, Danielle. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/07/bolsonaro-critica-diretor-do-INPE-por-dados-sobre-desmatamento-que-prejudicam-nome-do-brasil.shtml>> Acesso em 31 de ago. de 2024.

[6] BRANT, Danielle; WATANABE, Philippe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/diretor-do-INPE-sera-exonerado-apos-criticas-do-governo-a-dados-de-desmate.shtml>> Acesso em 31 de ago. de 2024.

[7] BUTLER, Rhett. Calculating Deforestation Figures for the Amazon. **World Rain Forests**, . Disponível em: <https://worldrainforests.com/amazon/deforestation_calculations.html> Acesso em 20 de ago. de 2024.

[8] CARVALHO FILHO, Luís Francisco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/luisfranciscocarvalhofilho/2019/08/o-dia-do-fogo.shtml>> Acesso em 31 de ago. De 2024.

[9] FEARNSIDE, P. M.. (2006). Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. *Acta Amazonica*, 36(3), 395–400. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0044-59672006000300018>> Acesso em 8 de out. de 2024.

[10] FRANÇA, Clístenes Chaves de. **Discurso, verdade e justificação: o problema da verdade na pragmática formal de Jürgen Habermas**. Dissertação de mestrado (Filosofia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

[11] HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

[12] **Ipam**. Disponível em: <https://ipam.org.br/cartilhas-ipam/a-importancia-das-florestas-em-pe2/#:~:text=A%20floresta%20Amaz%C3%B4nica%20representa%20um,%25%20do%20fluxo%20total%20global>). Acesso em 17 de ago. de 2024.

[13] LEITE, Marcelo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2019/09/30/marcelo-leite-o-presidente-mentiu/>> Acesso em 31 de ago. de 2024.

[14] Mello, Natália Girão Rodrigues de; Artaxo, Paulo.. (2017). Evolução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. *Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros*, (66),108–129. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i66p108-129>> Acesso em 8 de out. de 2024.

[15] MOREIRA, Mateus; TOLEDO, Karina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/satelites-mostram-invasao-de-rio-de-fumaca-de-queimadas-sobre-sao-paulo.shtml>> Acesso em 31 de ago. de 2024.

[16] MOTTA, Luís Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Intercom**, 2005. p. 05-09.

[17] PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. *Psicogênese e história das ciências*. Petrópolis: Vozes, 2011.

[18] **PODER360**. Os maiores jornais do mundo pelo número de assinantes. Disponível em: <<https://graficos.poder360.com.br/uYo8r/2/>> Acesso em 08 jun. 2023.

[19] ROCHA, Heitor Costa Lima da. Verdade e rigor no Jornalismo: A intersubjetividade como referência na construção da notícia. **Revista Estudos em Comunicação**, no 2, dezembro de 2007, p. 171-183, Universidade da Beira Interior/Portugal, 2007

[20] ROCHA, Heitor Costa Lima da; PEREIRA, Alfredo Eurico Vizeu; QUEIROZ LIMA, Nataly. O paradigma científico construtivista e a Folkcomunicação: A superação do elitismo científico positivista e

a valorização da comunicação popular. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 95, p. 87-104, 2016.

[21] SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin, **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. 2012.

[22] TUFFANI, Maurício. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/veja-10-acoes-do-governo-bolsonaro-no-desmonte-da-politica-ambiental.shtml> Acesso em 31 de ago. de 2024.

Capítulo 5

Jornalismo: bastidores de reportagens e outras histórias

Carlos Golembiewski

Resumo: Este artigo reúne seis crônicas com histórias vividas no Jornalismo e na Universidade pelo professor e jornalista Carlos Golembiewski nos últimos 30 anos. A primeira lembra como eram os equipamentos utilizados no dia a dia da imprensa no início dos anos 90 e discute a Guerra do Golfo, iniciada pelos Estados Unidos após o Iraque invadir o Kuwait. A segunda reflete sobre qual deve ser o foco do jornalista na hora de escrever a notícia. A terceira crônica conta as dificuldades de cobrir um evento como a “farra do boi” com uma câmera e um gravador tão pesados. A quarta alerta aos repórteres para que não se desconectem do fato antes de ele acabar. Na quinta crônica, o autor ressalta a importância do jornalista “pensar” sobre a pauta que recebe, pois, muitas vezes, há um problema mais relevante no mesmo local. Por fim, a sexta crônica resgata a emoção de cobrir o jogo amistoso entre Marcílio Dias e Internacional em Itajaí, no ano em que o time gaúcho se sagrou campeão do mundo.

Palavras-chave: jornalismo, reportagem, memórias.

1. A EVOLUÇÃO DO JORNALISMO E A GUERRA FAKE

“Nada é fixo, nada é permanente”.

Monja Coen

Inspirado na frase da nossa monja budista, decidi escrever sobre o que vivi no Jornalismo e assistindo à TV brasileira. Depois de 30 anos trabalhando como professor de Telejornalismo na Univali, pensei que era hora de dizer aquilo que estou pensando, como nos instiga o Facebook. A ideia é refletir a respeito das mudanças que, querendo ou não, vão acontecer. O ser humano que sou hoje é bem diferente daquele que começou a lecionar há três décadas na universidade. E que bom que seja assim, né? Já pensaram como seria essa jornada sem eu me atualizar, e fazendo a mesma coisa?

Tive que me reinventar o tempo todo. Quando eu não fazia, as coisas aconteciam igual. Perdi horas de trabalho, cargos, e tinha que conviver com as decisões das outras pessoas que trabalhavam comigo na instituição. Compreender que o “outro” também “pensa”, que tem visões diferentes das minhas, é a parte mais difícil. Muitas vezes, sofremos com alguma decisão tomada por um gestor, mas o autor da medida está super bem, afinal, ele conseguiu fazer o que queria.

Por isso, temos que estar abertos a aprender algo novo todo dia. E isso é muito real quando lembro das mudanças que aconteceram no jornalismo nos últimos 30 anos. Meu primeiro estágio foi na Rádio Gaúcha, como repórter, em 1987. Para fazer os boletins na rua, usávamos um rádio VHF — *Very High Frequency* — (igual ao da polícia), fixado no painel do carro, que utilizava a mesma frequência das emissoras de televisão. Ou seja, aquilo tinha uma limitação técnica de mais ou menos 50 km, pois nem sempre as ondas eletromagnéticas conseguiam desviar dos obstáculos. Lembro que eu não podia me afastar muito da cidade, senão o rádio não conseguia falar com a redação. E aí não poderia entrar no ar.

Figura 1 – Rádio VHF – que tinha nos carros de reportagem



Fonte: Oluap Comunicação. Disponível em: <https://oluapmot.com.br/radio-movel-motorola-para-veiculos/>. Acesso em: 01 set. 2024.

Trabalhei com esse tipo de equipamento na rádio Guaíba em 1989, quando eu fazia os boletins de trânsito e a previsão do tempo direto do aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, a partir das 6h da manhã, e com o “telex” em 1988 no Jornal O Estado, em Itajaí-SC, que era utilizado para enviar as matérias para redação. E aqui tem algo curioso. Eu escrevia os textos na “máquina de escrever” e depois o digitava novamente no telex. Um retrabalho danado!

Figura 2 – Telex – Anos 80



Fonte: Site Anos Dourados. Disponível em: <https://www.anosdourados.blog.br/2013/10/imagens-velharia-aparelho-de-telex.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Outra experiência que tive com o “telex” foi na Guerra do Golfo¹, desencadeada pelos Estados Unidos na gestão do então presidente George W. Bush, o pai. Eu estava na rádio Guaíba. Minha missão era ficar na sala que tinha os “telex” das agências internacionais de notícias. Quando vinham notícias sobre a guerra, eu as lia, fazia uma ordem de importância e pedia para entrar no ar direto daquela sala.

Ali, percebi o “poder da informação”, mas sobretudo sobre quem é que está contando o que aconteceu. As notícias vinham sempre assim:

— De uma base militar no Golfo Pérsico.

Ora, claramente aquilo estava sendo escrito no Pentágono, em Washington, quartel-general das forças armadas norte-americanas. E com uma visão pró-Estados Unidos, que tentou “vender” ao mundo que estava fazendo uma guerra limpa. Não errava alvos e não matava civis.

Tudo falso. Claro. Naquela época, a CNN estava começando e, com apoio dos militares, enviou o repórter Peter Arnet para fazer a cobertura. Ele era o único jornalista na cidade que era alvo dos ataques. Ficava num hotel e só trazia notícias “boas” sobre a guerra. Uma troca de favores. Tu me ajudas que eu te ajudo.

Foi naquele momento que surgiu o termo “jornalista embutido” (*embedded*, em inglês). Quer dizer, o profissional fica dentro do conflito, e não fora, como era de se esperar. Vestiam a farda do exército, colocavam o colete à prova de balas e conseguiam chegar até onde os comandantes queriam, isto é, apenas reforçavam o olhar norte-americano da Guerra. Praticamente uma assessoria de imprensa de luxo.

Sobre isso, temos que reconhecer, a TV Globo não topou fazer esse papel. O repórter Marcos Uchoa cobriu o conflito a partir do Kuwait, país que fica ao lado do Iraque. Ele usou o videofone. Um telefone que tinha um vídeo acoplado. Um equipamento horrível, pesado, mas que garantiu uma certa isenção ao trabalho do jornalista.

¹ A Guerra do Golfo teve início em 2 de agosto de 1990 e terminou em 28 de fevereiro de 1991. George H. W. Bush era presidente dos Estados Unidos da América. Em 2021, o encerramento do conflito completou 30 anos. O site Brasil de Fato fez uma reportagem para marcar a data: “A ofensiva internacional liderada pelos estadunidenses contra o país árabe tinha como principal intuito expulsar as tropas iraquianas do Kuwait, invadido no ano anterior (1990) sob o comando de Saddam Hussein” (Sudré, 2021).

Afinal, sabemos. Se relatar um acontecimento já é difícil por natureza, imagina se estivermos envolvidos com uma das partes.

Figura 3 – Guerra do Golfo (1990/1991)



Fonte: Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/28/kuwait-1991-30-anos-da-primeira-guerra-televisada>. Acesso em: 28 ago. 2024.

2. PENSEM NOS MAIS POBRES!

“Faça sempre o seu melhor!”

Camila Zen

A frase da Camila Zen é baseada em um dos quatro objetivos da filosofia do Yoga, e serve para entendermos o que quero dizer nesta crônica. Isto é, não importa o que eu esteja fazendo e nem o lugar, mas sempre que for fazer algo, devo fazê-lo da melhor forma possível.

No jornalismo, não é diferente. Quando os alunos me perguntam sobre qual o enfoque devo dar à matéria, digo com todas as letras: pensem na população, na coletividade, nos mais pobres, naqueles que lutam para sobreviver, que dificilmente vocês vão errar. Afinal, o jornalismo também existe para noticiar as coisas boas da vida, mas existe, principalmente, para noticiar as que estão erradas, para que a sociedade se mobilize e possa fazer melhor.

Uma das primeiras reportagens que fiz na Rádio Guaíba foi sobre uma ocupação de apartamentos na Zona Norte de Porto Alegre. Quando cheguei, a Brigada Militar (PM) já

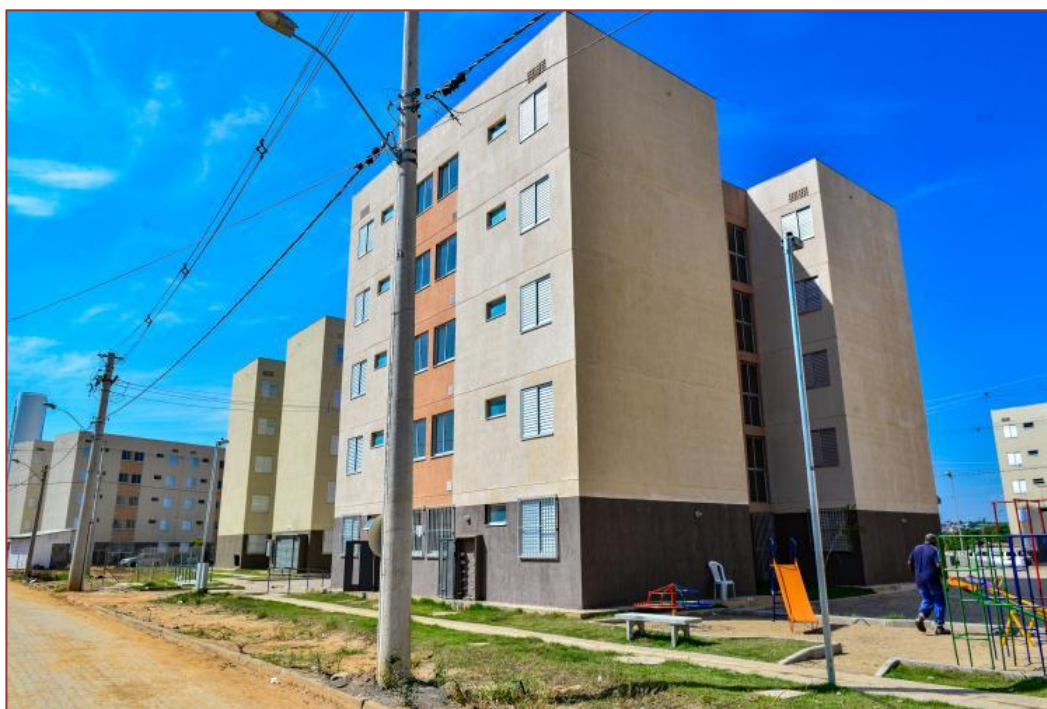
estava no local. O clima era de tensão. A PM aguardava o oficial de justiça para cumprir a reintegração de posse. Se fosse na base da força, poderia ser pior. Conversei com algumas pessoas, quando estava voltando para o carro para fazer o boletim, ouço um grito da janela:

— Vai, alemão!

Era uma mulher negra. No seu gesto, havia a esperança de que eu pudesse fazer alguma coisa por eles. Naquele momento, pensei: de que lado estou?

Ocupar ou invadir uma propriedade não está certo, mas cada pessoa tem o direito de viver com um mínimo de dignidade. Se tivéssemos salários decentes, com certeza aquela ocupação não estaria acontecendo. Isso aconteceu há 35 anos e, de lá para cá, felizmente alguma coisa melhorou, mas o problema habitacional persiste. Os salários ainda são baixos e os mais pobres sofrem com a falta de moradia.

Figura 4 – conjunto habitacional em Porto Alegre



Fonte: Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/demhab/noticias/loteamento-irmaos-maristas-comeca-receber-familias-da-nazare>. Acesso em: 27 ago. 2024.

Por isso, numa situação como essa, precisamos pensar no fato como um todo, dentro de um contexto. A população pobre tem onde morar? Vivemos numa situação de igualdade social? Muitas vezes, quem passa a vida inteira ajudando a construir os apartamentos não consegue ter o seu para morar com a sua família. E ainda é discriminado por ser pobre, negro ou nordestino. Essa, infelizmente, ainda é a nossa realidade.

Sei que avançamos em muitos aspectos, mas, ainda falta evoluir mais. Outro dia, num evento científico² na Univali, assisti por acaso uma palestra com o título “Inovação Inclusiva”. A palestrante era uma mulher negra e periférica, assim ela se definiu. Disse, entre outras coisas, que nas 500 maiores empresas do Brasil, apenas um negro ocupa o cargo de Diretor-Presidente, ou seja, está no comando da organização. Isso representa 0,25% do total, ou seja, quase nada, se pensarmos que metade da população brasileira tem descendência africana. Esse número também mostra o quanto precisamos avançar para que o “legado racista” que herdamos vá sumindo das nossas vidas.

No final da palestra, não me contive e perguntei o que ela achava do “racismo” enfrentado pelo Vini Junior, que joga futebol no Real Madrid, na Espanha. E ela respondeu:

— O que o Vini enfrenta na Espanha, a população negra passa todos os dias no Brasil. No ônibus, na empresa, no banco etc.

ela disse que procura evitar, de todas as formas, o país e que o Brasil está cheio de micro “Espanhas”. Lembrou que deixou de ir à Oktoberfest de Blumenau, em Santa Catarina, por tanto sofrer discriminação racial. Por fim, a palestrante deixou uma mensagem de otimismo: o que podemos fazer?

— Em casa, cada família deve discutir o tema com suas crianças, só assim conseguiremos evoluir.

Em outras palavras, cada um de nós deve fazer o seu melhor!!

Ainda sobre o tema discriminação, me ocorreu uma definição. Ela não tem cor. Em passagens recentes pela Espanha, senti na pele o que isso significa. Em 2018, ao chegar ao aeroporto de Barajas, em Madri, antes de apresentar o passaporte no guichê, um guarda me jogou um pó branco na minha calça, sem pedir licença nem nada. Objetivo: verificar se eu não estava trazendo cocaína na roupa. Me senti agredido. Tive que ficar quieto. O que ia fazer? Eu estava no limbo. Fiquei na dúvida: será que fazem isso nos voos que chegam dos Estados Unidos? Ou somente nos voos que vêm da América Latina? Conclusão: a discriminação não tem cor.

A outra situação ocorreu quando eu chegava a Barcelona vindo de São Paulo, Brasil. Antes de chegar na fila dos guichês para carimbar o visto de entrada, fui abordado por um policial. Ele deu bom dia e começou a fazer perguntas sobre a minha estadia na Espanha. Mesmo cansado da viagem, entrei na brincadeira. Virei para trás e apresentei a minha família. Disse-lhe que iria ficar poucos dias na Espanha e depois seguiria para outros países da Europa. Resumo: mesmo acompanhado da mulher e dos filhos crescidos, todos brancos, tive que dar explicação para o policial. Ele sorriu e seguiu o seu “trabalho”.

Quando chegamos perto da fila que antecede os guichês da aduana, passamos a ouvir um homem negro, jovem, tentando falar espanhol com o policial. Parecia carioca, estava chorando. Falava onde iria ficar, mas não estava “convencendo” o agente. Eu e minha esposa nos olhamos. O que poderíamos fazer? Nós mesmos tínhamos acabado de passar por um constrangimento...

² O evento foi realizado na Univali entre os dias 24 e 27 de junho de 2024 sob o nome ICSIS – International Conference on Sustainability, Innovation & Society (Alberton, 2024). Mais detalhes podem ser obtidos no link: <https://www.univali.br/eventos/empreendedorismo-e-inovacao/Paginas/Evento7280.aspx>.

Figura 5 – Foto de Vinicius Jr. após um gol em Valencia



Fonte: Bol Esporte. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/esporte/2024/03/14/vini-ameacou-nao-atuar-em-jogo-do-real-devido-a-postagem-do-clube-diz-site.htm>. Acesso em: 10 set. 2024.

3. FARRA, DO BOI?

“Aprecie a vida, até nos momentos difíceis”.

Monja Coen

Quando cheguei a Florianópolis no início dos anos 90, mais precisamente em 1991, nunca tinha ouvido falar na farra do boi. O evento naquela época era totalmente estranho para mim. Não só ele, mas o modo de falar dos florianopolitanos também. Tudo era novo. Minha postura foi a de tentar ouvir mais do que falar e procurar entender a vida na ilha de Santa Catarina.

Conheci Floripa em 1981, com 17 anos. Vim com uma turma de funcionários da Seguradora onde eu trabalhava em Porto Alegre. Foi bacana. Fomos recebidos pelo gerente da sucursal. Ele nos levou a vários lugares. Tudo tinha uma magia pra mim. A ponte Hercílio Luz e a lagoa da Conceição chamaram a minha atenção, como também a dificuldade para se chegar até Floripa, porque naquela época a BR-101 era de pista simples. Uma roleta russa. Quase todos os dias tinha acidente.

Aos poucos, fui compreendendo o que era a Ilha de Santa Catarina, mais conhecida como Florianópolis. Um lugar que preservou de modo tão bonito a cultura portuguesa/açoriana no seu dia a dia. O jeito de falar, com um S bem forte, eu achava incrível. Por exemplo, eles não diziam DOIS, mas DOSX. Um chiado português que resistiu ao tempo e foi incorporado por muitas gerações.

Mais adaptado à cultura da capital catarinense, fora designado para fazer uma reportagem sobre a Farra do Boi na praia do Pântano do Sul, no Sul da ilha. O Pântano, para quem não conhece, é uma vila de pescadores, que mantinha naquela época muitas tradições açorianas: o jeito de falar, o preparo do peixe, o modo de construir os barcos de pesca etc.

Eu estava na RCE, que depois virou CNT e hoje é TV Record. Uma emissora que dava muita liberdade para fazer as matérias, mas tinha uma estrutura precária. As pautas não eram produzidas. Não havia marcação com as fontes. Eu recebia o release que tinha chegado na redação e bora se virar. As únicas entrevistas marcadas eram as coletivas de imprensa, mas isso valia para todos os veículos da cidade. Às vezes, eu ganhava quatro pautas para fazer. Num dia inspirado, conseguia elaborar uma boa matéria, e o restante eram “registros”, ou seja, eu fazia o famoso “banho de luz”, isto é, fazer umas cenas do acontecimento, pegar umas informações e escrever um texto para uma nota com imagens, a chamada nota coberta.

Naquele tempo, a iluminação não estava junto à câmera, o refletor estava acoplado a um cabo que tinha um fio para ser ligado na tomada mais próxima. Normalmente, o motorista da equipe de reportagem era quem fazia a luz. No dia a dia, a função era conhecida como “pau de luz”. Sobre o trabalho de repórter na RCE/CNT, uma curiosidade. Mesmo sem produção, eu me sentia muito melhor do que quando estava na RBS TV, pois, nessa emissora, tínhamos a melhor estrutura (equipamentos/produção das pautas), mas também o maior controle daquilo que iríamos fazer. Na RBS TV, eu saía com uma pauta marcada com as fontes e um banho de luz (nota coberta). Por isso, de modo geral, a qualidade do material produzido ficava muito melhor.

Mas, por que saí de lá? Na verdade, faltou humildade para reconhecer que eu “estava começando” e jogo de cintura para aproveitar mais o que a emissora tinha a oferecer. Além disso, eu era muito crítico em relação às pautas e isso não era bem-visto pela chefia. Ali, havia um modo industrial de se fazer as coisas, seguindo a cartilha do jornalismo da TV Globo, mas com uma dose de conservadorismo. Muitas vezes, havia coisas que a emissora carioca já fazia e, em termos locais, ainda não era permitido. Enfim, assim mesmo, me deram uma chance. Me ofereceram trabalho em Blumenau, eu não quis ir e acabei demitido.

Agora volto à Farra do Boi, no Pântano do Sul. Como já disse antes, eu trabalhava na RCE/CNT, e lá os equipamentos estavam defasados em relação ao que existia na época nas outras emissoras de TV. Saímos para a rua com uma câmera Sony M3A, bem velhinha, e um gravador que pesava uns 10 quilos. Um cabo de um metro, um metro e meio, fazia a conexão entre os dois. Dentro do gravador havia uma fita gigante. O cinegrafista que lidava com isso pagava os seus pecados, pois, além de “filmar” com câmera sobre o ombro direito, no ombro esquerdo carregava a tiracolo a bolsa do gravador. Tal situação tirava a mobilidade do repórter cinematográfico. Imaginem a dificuldade de se acompanhar uma farra do boi.

Foi o que aconteceu lá no Pântano. O boi estava solto na praia e, a todo momento, corria depois de ser provocado por algum farrista. Era um “salve-se quem puder”. O animal ficava desesperado e acabava indo na direção das pessoas. Um perigo. Aliás, a farra não é

do boi. Quem se diverte normalmente é o farrista que, geralmente, está bêbado e chama aquilo de “brincadeira”.

Em termos de cobertura jornalística, a dificuldade era grande, principalmente para o cinegrafista, que tinha que se proteger do boi e ainda fazer as imagens. Um trabalho perigoso e heroico. Tentei ajudá-lo carregando o gravador, mas não deu certo. Faltou combinar: para que lado iríamos correr na hora da “fuga”? Engraçado e trágico ao mesmo tempo. No fim, acabei subindo na carroceria de um caminhão e, de lá, acompanhei a “farra” que com certeza não era do boi.

Figura 6 – câmera M3A — Sony; gravador gigante; fita



Fonte: Marcelstvmuseum. Disponível em: <http://www.marcelstvmuseum.com/sony%20dxcm3a%20totaal.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.

Outra situação engraçada aconteceu no bairro do Itacorubi, em Florianópolis. A pauta segue sendo a farra do boi. Lá, havia um campinho de terra que o pessoal chamava de mangueirão. Um local mais ou menos protegido onde o boi poderia circular. Naquele dia, inventei de gravar um “boletim” para a reportagem. É aquele momento em que o repórter fica falando na frente da câmera. Foi nessa hora que começou a zoação. Cada vez que eu ia falar, os farristas começavam a gritar:

— Olha o boi! Olha o boi!

Desconfiado, eu parava de falar e “estragava” o meu boletim. Fizeram isso pelo menos duas vezes. Acho que só na terceira tentativa consegui finalizar a gravação. Depois de me zoar, ainda fizeram uma pergunta: sabes por que a RBS não gosta da farra do boi? Eu disse que não. Eles responderam: porque a RBS quer instalar vários CTGs em Santa Catarina. Na verdade, a relação com a empresa criada no RS era dividida. De um lado, as pessoas

reconheciam o jornalismo profissional que a emissora trouxe ao mercado catarinense e, de um outro, o modo de se fazer era totalmente gaúcho, e isso se refletia na programação local e até no modo de falar dos repórteres.

Figura 7 – Farra do boi



Fonte: Vista-se. Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/santa-catarina-mesmo-com-forte-atuacao-da-policia-militar-farra-do-boi-volta-a-acontecer/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

4. OS FATOS NÃO ESPERAM POR VOCÊ!

“Hoje vou fazer o melhor que eu posso com as ferramentas que eu tenho”.

Camila Zen

Gosto de contar essa história na sala de aula. Aliás, faz tempo que não a conto para os alunos. Nos anos 90, o Movimento dos Sem-Terra, mais conhecido como MST³, fazia muitas manifestações e ocupava prédios públicos como forma de chamar a atenção do governo federal para a falta de terras para os pequenos agricultores. O movimento alegava que as terras no Brasil estariam mal distribuídas, nas mãos de poucos e que, além disso, haveria muitas propriedades improdutivas, ou seja, que não estariam sendo utilizadas para a agricultura. E, por outro lado, existiriam pessoas que precisariam de um pedaço de terra para morar, plantar e garantir a subsistência da sua família.

Num dia normal de trabalho, chego à tarde na redação da RCE/CNT e recebo a seguinte pauta: um grupo de sem-terra invadiu o prédio da Secretaria Estadual de Agricultura em Florianópolis, que, naquela época, ficava na rodovia que liga o bairro do Itacorubi à Lagoa da Conceição. À tarde, eles seriam recebidos no Palácio do governo pelo governador

³ No site www.mst.org.br, encontramos como o MST se define: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais” (MST, 2024).

Antônio Carlos Konder Reis, que antes era vice, mas assumiu o governo no lugar de Vilson Kleinubing, que havia deixado o cargo para se candidatar a uma vaga no Senado Federal. Vai lá e cobre essa reunião, me disseram.

O governador Konder Reis era esperto. Aceitou receber os colonos no prédio sede do Executivo, que ficava na Praça Tancredo Neves, em frente aos prédios da Alesc e do Tribunal de Justiça. Mas impôs uma condição: que eles saíssem do prédio invadido no período da manhã. E fez mais. Disse que conversaria com todos, não apenas com os líderes do movimento. A ideia era que a sua fala chegasse ao maior número de pessoas que faziam parte da ocupação. Os líderes aceitaram a proposta e foram se encontrar com o chefe do executivo catarinense.

Apesar do aceite por parte dos colonos, o clima entre as partes era de tensão, afinal, um prédio público tinha sido invadido no período da manhã. Experiente, Konder Reis pediu à Polícia Militar que montasse uma pequena revista na porta do prédio em que funcionava o governo. Naquela época, os integrantes do MST iam para as ruas com ferramentas usadas no campo: facões, enxadas, foices, entre outros apetrechos. Acredito que as ferramentas cumpriam dois papéis: primeiro, o de sensibilizar a sociedade para a causa dos colonos e, em segundo, o papel de funcionar como armas para defesa dos eventuais choques com a Polícia Militar.

Depois de caminhar do Itacorubi até o centro, os colonos aportaram no Palácio. Quando chego no local com o meu cinegrafista, o circo já estava montado. Os colonos estão sendo revistados e pouco a pouco se dirigem ao Plenarinho do Palácio, que ficava no térreo. Tudo fluía bem até a chegada do deputado petista Idelvino Furlanetto, que representava os pequenos agricultores na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ele viu a cena e começou a esbravejar:

“Isso é um absurdo! Os colonos são trabalhadores, pessoas de bem!”.

Nesse momento, o governador Konder Reis está descendo as escadas e presencia à revolta do deputado. Segue na direção dele e diz:

“Aqui o senhor não vai gritar! Exijo respeito!”

Os dois discutem e se encaram como se fossem dois boxeadores num dia de luta. A discussão durou cerca de um minuto.

Por absoluta intuição de repórter, eu estava posicionado na lateral dos acontecimentos, ao lado do meu cinegrafista. Ele estava com a câmera ligada, apontada para o chão. Ao ver discussão, simplesmente levantou a câmera e começou a gravar. A cena foi histórica e somente a nossa equipe conseguiu registrar aquele momento. O cinegrafista da RBS estava conversando com uma moça na escada e com a câmera completamente desligada. Quer dizer, perdeu a chance de filmar uma das cenas mais importantes daquela tarde.

Resumo da ópera: não desvie a sua atenção. Perceba o “peso” da matéria que você está fazendo. Conversar fiado numa situação daquela foi no mínimo uma irresponsabilidade. Naquela época, as câmeras eram abastecidas por baterias, e demoravam um pouco para ligar. Não eram como as de hoje, que “ligou, está funcionando”. Com isso, mesmo que ele se apressasse, ele não conseguiria fazer as cenas, pois o fato não iria se repetir de novo.

Ao escrever o OFF (texto que narra imagens), lembro que dei um gancho para a discussão. Na TV, quando a imagem e o som são impactantes, não precisamos escrever nada, apenas deixar rolar o acontecimento. Foi o que fiz, apenas disse que os ânimos tinham se alterado. A partir daí, entrou aquele minuto interminável de discussão no qual nada mais precisou

ser dito. É o chamado “som ambiente”, o barulho real da cena, que leva os telespectadores pra dentro do acontecimento.

Depois que o material foi ao ar, o editor-chefe do telejornal veio me cumprimentar por aquele feito na reportagem. Mas o mérito maior foi do cinegrafista, que estava inteiramente comprometido com aquela situação. Com isso, fica uma lição para todos nós: uma cobertura só termina quando os fatos param de acontecer.

Figura 8 – MST



Fonte: Jornalistas Livres. Disponível em: <https://jornalistaslivres.org/marchar-e-comunicar-dois-jornalistas-contam-o-que-foi-a-caminhada-do-mst-ate-brasilia/>. Acesso em: 27 jul. 2024.

5. VIRANDO A PAUTA

*“Eu sou capaz de lidar com o que vem até mim
de forma tranquila e serena”.*

Camila Zen

O jornalismo, para se manter no sistema capitalista, depende do poder econômico. Os anúncios publicitários das empresas e as propagandas dos governos municipais, estaduais e federais mantêm o funcionamento das empresas jornalísticas. Em contrapartida, é comum as redações receberem pautas que promovem as ações dos governos. Na era das redes sociais, a situação é muito mais descarada do que era antigamente. A mídia tradicional perdeu muita receita para as mídias que atuam na internet. Por isso, do nada, aparecem imagens promovendo o município A ou B, sem

gancho nenhum, mas que, no fundo, são espaços comprados junto ao setor comercial das emissoras.

Reza a lenda que, nesse caso, o ideal é o veículo de comunicação “avisar” o seu público de que aquilo é uma matéria paga. Para isso, existem veículos que informam que o material é um “informe publicitário”, “Publi”, “Brand”, etc. Ocorre que nem sempre os veículos avisam o público leitor/telespectador que aquilo, no fundo, é um “material publicitário”, o que considero um erro, pois o consumidor de notícias é alguém bem-informado, que de cara percebe que aquilo é material patrocinado.

Um dia, chego na redação para trabalhar no início da tarde e recebo um *release* sobre uma atividade do governo do Estado que seria realizada no início da tarde numa escola estadual na região do Estreito, em Florianópolis. Era uma pauta fraca, que muitas vezes chamamos de “palha” — sem força, ou 500, pauta da empresa ou, em último caso, 5 mil. Essa última precisa ser feita, de qualquer maneira, aconteça o que acontecer.

Enquanto o evento não começava, dei uma circulada pela escola e acabei entrando na biblioteca. Ao caminhar entre as prateleiras dos livros, acabei olhando para cima e me deparei com uma situação inusitada. Uma parte do forro do teto havia caído e quase encostava nos livros. Aquilo foi um sinal. Algo não está certo por aqui, pensei. Olhei com mais atenção e percebi que a queda do teto se dava pela infiltração da água da chuva. Não parei mais de olhar a escola, e percebi que havia mais problemas de manutenção.

Em outras palavras, o que seria uma matéria “palha”, que queima logo e desaparece, acabou se transformando na reportagem daquela noite. Não lembro de todos os problemas da escola, mas o que não saiu da memória foi a pergunta que fiz para uma professora: você colocaria o seu filho pra estudar aqui? Ela respondeu: com certeza, não!!

O material foi exibido no jornal da noite e deu uma grande repercussão. No dia seguinte, a RBS TV, principal concorrente da época, convidou o secretário da Educação para o seu telejornal matinal e a primeira pergunta foi:

— O Sr. colocaria o seu filho numa escola pública do Estado?

Conclusão. Temos que pensar sempre. Não é porque a pauta veio num release que não há mais nada de importante a observar e a fazer. O repórter que sai às ruas deve estar atento. Aliás, como escreveu o saudoso jornalista português Nelson Traquina (2004), o jornalismo é uma atividade intelectual. Que assim seja⁴!!

⁴ Em 2018, o site do ND+ informou que as obras de reconstrução da escola Dayse Werner Salles começariam a ser feitas em 2019, na matéria intitulada “Nova escola Dayse Wener Salles prevê instalações para ensino fundamental e superior” (Bispo, 2018).

Figura 9 – Escola Dayse Werner Salles – demolição em 2018/2019



Fonte: ND+. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/nova-escola-dayse-werner-salles-preve-instalacoes-para-ensinos-fundamental-e-superior/>. Acesso em: 20 jul. 2024

6. UM CAMPEÃO DO MUNDO NO GIGANTÃO DAS AVENIDAS

“Fluindo como a água, eu sigo leve pela vida”.

Camila Zen

O legal da profissão de jornalista é que, se estamos num veículo de comunicação, nunca sabemos ao certo o que a vida vai nos reservar. Foi o que aconteceu no ano 2006, quando eu estava fazendo, na companhia de outros colegas, um programa de esportes. Na verdade, chamava-se Univali Esportes, e ia ao ar todos os domingos das 8h às 10h da noite pela TV Univali que, na época, só funcionava na TV a cabo de Itajaí. No programa, o tema principal era as aventuras do Marcílio Dias no campeonato catarinense de futebol, mas também tinha um pouco de esporte amador da cidade. Volta e meia, convidávamos o pessoal do handebol, do karatê, do Jiu-Jitsu, do tênis, entre outras modalidades, que vinham falar das suas conquistas e das competições que iriam participar.

Dois radialistas da região eram as grandes estrelas do programa. Zélio Prado, por ser bastante crítico em relação ao Marcílio Dias, e Melo, por ser um apaixonado pelo rádio e por ter feito grandes coberturas no futebol catarinense e até no exterior, como foi o caso da Copa do Mundo de 1994, em Los Angeles, onde o Brasil conquistou o tetracampeonato. Eu, toda semana, fazia reportagens sobre o Marcílio Dias e cobria o esporte amador da região na medida do possível.

Mas, em 2006, tive a grata surpresa de fazer a cobertura do amistoso entre Marcílio Dias e Internacional. O time gaúcho estava em Itapema fazendo a sua pré-temporada em Santa

Catarina, e acabou jogando com o Marcílio como forma de preparação para o ano que estava recém começando. O Inter saiu na frente no placar, se não me engano, mas depois o Marcílio Dias empatou. A partida terminou em 2 a 2, e eu estava todo bobo de poder ver o Inter jogar, meu time do coração, e depois entrevistar dois grandes jogadores daquela equipe colorada. No caso, o centroavante Fernandão e o zagueiro Fabiano Eller. Lembro da entrevista com o Fernandão, que foi generoso e elogiou a equipe do Marcílio.

O interessante desta cobertura é que aquele time do Internacional acabou ganhando a Copa Libertadores daquele ano e conquistou o campeonato mundial de futebol⁵ ao vencer a equipe do Barcelona por 1 a 0, no Japão, com gol marcado pelo atacante Gabiru. O time catalão tinha, entre outros nomes de destaque, o lateral direito Beletti e os meias brasileiros Ronaldinho Gaúcho e Teco, sendo que esse último atuava também na seleção portuguesa.

Enfim, uma proeza. O modesto time do Marcílio Dias, que na época era comandado por Gelson Silva, enfrentou no Gigantão das Avenidas a equipe do Internacional, treinada pelo Abel, que no final do ano conquistaria o título de campeã do mundo.

Figura 9 – Inter campeão – Fernandão levanta a taça no Japão



Fonte: Jornal Zero Hora. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/inter/noticia/2021/12/cinco-fatores-que-levaram-o-inter-ao-titulo-mundial-ha-15-anos-ckxacaoe000k015prwivr55s.html>. Acesso em: 30 ago. 2024.

⁵ O site do GE – Globo Esporte – descreveu assim a vitória do Internacional de Porto Alegre: “O Inter destronou e venceu o gigante Barcelona por 1 a 0 na eterna noite de 17 de dezembro de 2006, em Yokohama, no Japão, e conquistou o Mundial de Clubes pela primeira vez na história. O gol da vitória veio depois de muita luta, de muita garra e muito mais, aos 36 do segundo tempo. E dos pés improváveis de Adriano Gabiru, um herói às avessas. Um herói predestinado” (Globo Esporte, 2006).

REFERÊNCIAS

- [1] ALBERTON, Anete. **ICSIS: International Conference on Sustainability, Innovation & Society**. Univali, 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.univali.br/eventos/empreendedorismo-e-inovacao/Paginas/Evento7280.aspx>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- [2] BISPO, Fábio. **Nova escola Dayse Werner Salles prevê instalações para ensino fundamental e superior**. ND+, 08 fev. 2018. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/nova-escola-dayse-werner-salles-preve-instalacoes-para-ensinos-fundamental-e-superior/>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- [3] GLOBO ESPORTE. **É campeão do mundo: Inter vence o Barcelona e conquista o Mundial de 2006**. Globo Esporte, 17 dez. 2006. Disponível em: <https://ge.globo.com/rs/futebol/jogo/17-12-2006/internacional-barcelona.ghml>. Acesso em: 30 ago. 2024.
- [4] MST - Quem somos. **MST**, 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 01 set. 2024.
- [5] SUDRÉ, Lu. **Kuwait 1991: 30 anos da "primeira guerra televisionada"**. Brasil de Fato, 28 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/28/kuwait-1991-30-anos-da-primeira-guerra-televisionada>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- [6] TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume I - Porque as notícias são o que são**. Florianópolis: Insular, 2004.

Capítulo 6

“O som ao redor e Aquarius. os discursos de Filmes Pernambucanos falando para o mundo sobre os dilemas urbanos que, no século XXI, nos remetem ao século XIX¹”

Ary Luiz de Oliveira Peter Filho

Resumo: O artigo objetiva realizar uma análise através da linguagem fílmica, como metáfora de comunicação, questões relativas a características de colonialismo, individualismo, urbanismo e especulação imobiliária, a partir de uma abordagem sócio-histórica, os filmes “O som ao redor” e “Aquarius”, de Kleber Mendonça Filho, que apresentam questões inquietantes sobre estas características. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com uso da estratégia da análise fílmica. Os dados foram coletados através da análise indireta e não participante. Na análise dos filmes, a partir da Sociologia brasileira (Buarque, 1936 ; Freire, 2006) se concluiu que estes apresentam elementos em suas narrativas que representam uma crise na sociedade contemporânea que nos remete ao século retrasado, com a ainda persistente hegemonia do capitalismo pós-industrial e do patriarcalismo, evidenciando a ausência do estado e a desorganização da sociedade, modernizando as angústias e ansiedades da população para os tempos atuais atualizando as soluções para as tensões sociais, que no descrédito com relação aos meios legais, recorre a soluções personalistas e afetivas.

Palavras chave: desigualdade, análise fílmica, sociedade contemporânea.

¹ Em alusão ao poema “Pernambuco falando para o mundo” de Antônio Nóbrega e Wilson Freire.

1. INTRODUÇÃO

É oportuno que se utilize a linguagem fílmica no contexto da sociedade, uma vez que diversos fenômenos podem ser observados e mesmo vivenciados. Entende-se que cinema, ainda que na sua autonomia como arte, deve ser tomado como produto cultural de relevância no processo de socialização, não sendo possível analisar os conteúdos fílmicos separadamente dos setores que os produzem, como os da economia, da política, das ciências e das outras artes (Vanoye & Goliot-Lété, 1994).

Analisar um filme é sinônimo de decompor esse mesmo filme. E embora não exista uma metodologia universalmente aceita para se proceder à análise de um filme (Aumont, 1999) é comum aceitar que analisar implica duas etapas importantes: em primeiro lugar decompor, ou seja, descrever e, em seguida, estabelece e compreender as relações entre esses elementos decompostos.

O objetivo da análise é, então, o de explicar / esclarecer o funcionamento de um determinado filme e propor-lhe uma interpretação. O filme é o ponto de partida para a sua decomposição e é, também, o ponto de chegada na etapa de reconstrução do filme (Vanoye & Goliot-Lété, 1994).

Filmado em 2010, o *Som ao redor* estreou no circuito comercial em 4 (quatro) de Janeiro de 2013, conseguindo ser aceito em diversos festivais no Brasil e mesmo alguns fora do nosso país. Tendo estreado em pouco mais de 10 (dez) salas de cinema, este número, devido à sua aceitação, foi aumentando até que a quantidade de espectadores atingisse uma marca superior aos 100 mil espectadores. A história se passa na cidade de Recife/PE, onde a classe média de um bairro da zona sul é mostrada em meio as transformações ocorridas por conta da rápida urbanização e especulação imobiliária, em contraponto ao passado feudal, muito ainda evidenciado na figura do ator W. J. Solha, o Sr. Francisco, que encarna a figura do senhor de engenho, desta feita como o engenho sendo uma rua da zona sul da capital pernambucana, onde é o proprietário da maioria dos imóveis desta localidade. Sendo o coronel deste pedaço da cidade, replicando neste espaço seu poder e liderança da fazenda que herdou de seus pais; contando com subserviência e o medo de todos.

O “*Som ao redor*”, é um filme de ficção que narra a chegada de um grupo de vigilantes noturnos nesse bairro da classe média e, por conseguinte, as mudanças no cotidiano de seus moradores. Com um início musical exalando tensão; com fotos que exibem os traços da herança cultural escravagista, cenas da casa grande, do abismo social, da crueza da vida dos trabalhadores, da simplicidade, do que é severo; o filme evoca, em vários segundos, questões da brasilidade e relações de força de poder que atravessam os grandes centros urbanos hoje. Desta forma, o filme permite, ainda, estabelecer conexões mais amplas, que se estendem ao urbanismo, à especulação imobiliária, ao colonialismo, ao individualismo e à fragilidade das relações subjetivas numa sociedade marcada pelo consumo: “uma combinação sutil de elementos retratando o cotidiano, a vida e as relações da classe média brasileira” (Souto, 2012, p.45).

Aquarius é o segundo longa-metragem do cineasta Kleber Mendonça Filho. O filme mostra um recorte local sobre Recife/PE, mas que revela a especulação imobiliária que ocorre em grandes centros urbanos do Brasil. Uma moradora de um velho edifício localizado na avenida beira mar da praia de Boa Viagem é forçada a vender seu apartamento, já que é a última moradora que ainda resiste aos apelos da expansão imobiliária e urbanização, que os empresários da construção teimam em nomear como modernização da cidade, que tem uma história marcada por um câncer. A empresa após ter comprado todos os outros

apartamentos daquele prédio passa a tentar de todas as maneiras que Clara, a protagonista vivida por Sônia Braga, uma jornalista e escritora aposentada, aceite vender o seu imóvel. Ao continuar resistindo a vender, ela passa a ser alvo de uma série de assédios, mas persiste em manter seus vínculos com o apartamento onde vive há mais de 30 anos. Clara revive suas memórias através de seu apartamento, com seus discos e suas lembranças, associando ideias e valores a esses objetos e/ou espaços que assumem uma função simbólica e representativa, funcionando como perpetuação de identidade e valores (Gonçalves, 1988).

Ao serem analisados os discursos constantes nas imagens dos filmes, os sentidos vão se estabelecendo através de uma ligação com as memórias produzidas, mantidas e perpetuadas pela sociedade. Nesse contexto, o presente trabalho pretende verificar se os discursos dos filmes analisados replicam, em pleno século XXI o imaginário social do século XIX.

2. OBJETIVOS

2.1. GERAL

Analisar no discurso fílmico a influência e a importância da liderança autocrática na sociedade de uma metrópole nordestina no século XXI, através dos filmes o Som ao redor e Aquarius.

2.2. ESPECÍFICOS

- Identificar as características da liderança autocrática no filme;
- Analisar o contexto da sociedade pernambucana no século XXI e no que ela se parece com a do século XIX.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A realização entre cinema, filosofia, psicologia e outras áreas do conhecimento constituiu-se objeto de reflexão para muitos teóricos, desde o surgimento do cinematógrafo em 28 de dezembro de 1895, em Paris, com os irmãos Louis e Auguste Lumière e Méliès, um ilusionista francês, deu uma nova dimensão ao cinema, “uma máquina capaz de criar sonhos, de transformar em realidade visível, partilhável pelos demais espectadores, as mais mirabolantes fantasias da mente humana” (Araújo, 1995, p.11).

No contexto científico, um dos primeiros teóricos a estudar a relação entre cinema e psicologia foi Hugo Münsterberg, em 1916, sucedido por dois outros importantes teóricos: Rudolf Arnheim e Maurice Merleau-Ponty. O primeiro, nos anos 1930, falou sobre como a percepção no cinema estimulava o espectador a um processo de recriação mental; o segundo teórico, em 1948, argumentou sobre a importância da percepção na significação no cinema. Já em 1962, Edgar Morin partiu da teoria de que o realismo suscitado pelo cinema era resultante de um processo de reprodução mecânica da realidade, isso em um primeiro momento, e também produto da subjetividade do olhar do espectador, da participação desse espectador no processo de significação do que é visto. Assim, a objetividade e a subjetividade são atuantes processos de significação fílmica (Nova & Copque, 2009).

3.1. A ANÁLISE DO DISCURSO E AS METÁFORAS

A Análise do Discurso (AD) rediscute a noção de sujeito, trazendo-a de volta para o centro das discussões sobre a linguagem. Ao elaborar uma teoria não-subjetiva, Pêcheux (1998: p.14) entende o sujeito, não como indivíduo empírico, mas como um sujeito social construído no universo discursivo. Para ele, “o sujeito não é dono de seu discurso”, portanto, a AD rejeita a ideia de um sujeito estrategista, intencional, que tem a liberdade de falar o que quer; ao contrário, para o campo de saber em questão, o discurso do sujeito é pautado tanto pela ordem da língua como pela ordem sócio-histórico ideológica. Seus dizeres são controlados, selecionados e organizados por vários procedimentos de controle social. Pêcheux (1998: p.14) afirma que é necessária uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores ao campo da Linguística, a fim de entender a língua como base para processos discursivos ligados a condições de produção sócio-históricas. É preciso, portanto, articular a língua às práticas sociais e políticas.

A produção do sentido se dá, portanto, em uma tensão dialética entre dispersão e regularidade, entre repetição e deslocamentos. Esse caráter heterogêneo do discurso leva à necessidade de se pensar na interdiscursividade, de tomar como objeto de análise as relações entre o intradiscorso e o interdiscurso, a fim de compreender as inter-relações entre a estrutura e o acontecimento. Um outro ponto metodológico importante diz respeito ao fato de que a descrição e a interpretação não são dois momentos separados da análise. Elas são, nas palavras de Pêcheux (1998) um batimento, já que o discurso é estrutura e acontecimento e, por isso, o histórico está amalgamado nos implícitos, nas elipses, nas diversas formas marcadas na materialidade discursiva.

Além disso, a AD não trabalha com modelos prontos de análise, pois entende que um modelo analítico não é capaz de dar conta do discurso em toda sua complexidade. Sobre o método da teoria em questão, Fernandes & Santos (2007: p.16) afirmam que esse método não é ‘modelo’ para a compreensão e interpretação dos discursos; ele não existe pronto, pré-fabricado, não aceita ‘encomendas’. Ele precisa ser, a cada procedimento de análise, construído, trabalhado, em parceria indissociável com a teoria crítica onde é forjado.

Já as metáforas operam como pontes, conduzindo conexões mentais de alto nível entre entidades (Beck, 1987). Metáforas expressam sentidos que são impossíveis de traduzir em linguagem literária (Gibbs Jr. e Hall, 1987). Por vezes consideradas como sistemas imperfeitos e perigosos de comunicação, as metáforas foram recentemente reabilitadas como formas fundamentais de manifestação de processos cognitivos (Morgan, 1980, 1996).

Morgan (1996) argumenta que a teoria das organizações pode ser analisada em termos de quatro amplas visões de mundo refletidas em diferentes grupos de suposições metateóricas sobre a natureza da ciência, a dimensão subjetivo-objetiva, e a natureza da sociedade, a dimensão da regulação-mudança radical. Esses quatro paradigmas (funcionalista, interpretativista, humanista radical e estruturalista radical) representam uma rede de escolas de pensamento relacionadas, diferenciadas na abordagem e na perspectiva, mas compartilhando suposições comuns fundamentais sobre a natureza da realidade de que tratam. O termo paradigma é geralmente usado para descrever os fundamentos das concepções básicas coexistentes nas teorias. Morgan (1980), conceitua paradigma como a visão de mundo aceita amplamente em uma disciplina e que determina a direção e os métodos de seus pesquisadores. Significa dizer que é um conjunto de visões relacionadas ao homem, à sociedade e à maneira de agir para se alcançar a verdade.

3.2. SOCIEDADE PATRIARCAL NO BRASIL

O sistema patriarcal instituiu-se no Brasil como estratégia de colonização portuguesa, tendo como bases institucionais de dominação a “família rural ou semirrural” e o regime de escravidão. Uma base agrária, escravocata e híbrida apresentaram-se, então, como elementos estruturantes para a formação da sociedade brasileira que sob as mãos dos senhores de engenho concentraram-se terras, homens e mulheres. A casa-grande e a senzala, símbolos da formação patriarcal, representaram todo um sistema econômico, social, político, de produção (a monocultura latifundiária), de trabalho (a escravidão), de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (Freyre, 2006, p. 36).

Casa Grande e Senzala (CGS) é o primeiro livro de sua grande obra intitulada Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Publicado em 1933, tornou-se um clássico da sociologia brasileira, destacando-se juntamente com Evolução política do Brasil (1934), de Caio Prado Júnior, e Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, obras marcantes na análise da formação da sociedade brasileira. Darcy Ribeiro destacou a importância de CGS, e comparou seu reconhecimento ao lado de Os sertões (1902), de Euclides da Cunha.

Ainda dentro deste sistema patriarcal, desenvolveu-se o costume da primogenitura, em que o filho mais velho herdava todas as terras do pai. Se a família fosse composta de mais de um filho, os outros seriam encaminhados aos estudos para se formarem médicos, advogados ou mesmo padres, caso sua formação fosse religiosa. (COTRIM, 2005, p.54)

Como “a realidade é construída socialmente” (Berger, 1976, p. 132) e sendo que “as ideias da classe dominante são também as ideias dominantes de cada época, ou, em outras palavras, a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência espiritual dominante” (Marx; Engels, 1986, p.11), pode-se inferir que o papel da mulher na sociedade foi construído pelo homem, classe dominante desde os primórdios da humanidade, em virtude da força física. Avançando no curso da história, a bipolar divisão dos espaços femininos e masculinos se faz presente no surgimento da sociedade industrial.

Uma discussão mais inovadora sobre a família patriarcal é a de Durval Albuquerque (2003), que propõe uma análise da invenção do conceito de patriarcalismo, ou seja, a “historicidade do conceito”. O autor chama atenção para o fato de que os conceitos nunca dirão plenamente as coisas; pois é necessário entender que as condições históricas que possibilitaram a emergência de um determinado conceito, o fundamento que este conceito teve, e que relações de poder esteve ligado, num dado momento histórico (Albuquerque Júnior, 2003).

Para ele, o patriarcalismo surge como uma reação do “discurso tradicionalista” ao processo que o identificava como “feminização da sociedade”, no início do século XX. Durval Albuquerque afirma que, em Freyre, esse conceito não pretende apenas descrever um modelo de família ou a forma de relação entre os gêneros. Ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares (Ibidem)

Ademais, a estrutura familiar patriarcal também pode ser compreendida sob a abordagem burocrática enquanto organizações fundamentadas em características racionais,

analíticas e instrumentais, frequentemente associadas com o estereótipo masculino na sociedade ocidental. “Assim, o patriarcado opera como um tipo de prisão conceitual, produzindo e reproduzindo estruturas organizacionais em que predominam o sexo e os valores masculinos” (Morgan, 1996).

3.3. CASA GRANDE E SENZALA

Em 1933 Gilberto Freyre lança uma das mais debatidas obras da historiografia brasileira: *Casa grande e Senzala*. Logo, tornou-se um clássico, foi adaptado ao teatro, tomou forma no enredo do carnaval de 1962, pela escola de samba Mangueira, além é claro, de ter sido traduzido em diversos idiomas e comentado por ilustres autores e críticos sociais. Foi como que uma planta fertilizada com julgamentos e admirações o que garantiu sua notoriedade. Uma ramificação do projeto de pesquisa: “Os alicerces da casa grande e da senzala: análise historiográfica das notas de rodapé”, o presente trabalho ocupar-se-á em fazer reflexões concernentes à escrita freyriana e o método de pesquisa documental que o autor utilizou para corroborar seus ideários em *Casa Grande e Senzala*. No que tange ao âmbito das ciências sociais, uma crise assombrou a fortaleza dos historiadores, desde os anos de 1960 com a crítica narrativista, abalando as remotas certezas como a objetividade e validade do conhecimento na ciência histórica, a experiência do passado, a racionalidade. Como observou Roger Chartier (Chartier, 1994: 97-113), essa crise epistemológica foi responsável por um tempo de incerteza entre os historiadores. Leenahrtdt salienta ainda que outro elemento que pode ser vislumbrado nos prefácios e introduções de Freyre, é que este reivindica para si ser parte do assunto estudado. Para isso, transcorre sobre as mudanças que ocorreram de um sistema patriarcal e individual para outro “familiar” e público. Salienta que em sua obra, Freyre não oferece respostas gerais a essas mudanças em nível metodológico.

Freyre apresenta a miscigenação como um valor. No pensamento de Gilberto Freyre, a própria estrutura arquitetônica da Casa-Grande expressa o modo de organização social e política que se estabeleceu no Brasil, qual seja o do patriarcalismo. Tal estrutura seria capaz de incorporar os vários elementos que comporiam a propriedade do Brasil colônia. Do mesmo modo, o patriarca da terra era tido como o dono de tudo que nela se encontrasse como escravos, parentes, filhos, esposa, etc. Este domínio se estabelece de maneira a incorporar tais elementos e não de excluí-los. Tal padrão se expressa na Casa-Grande que é capaz de abrigar desde escravos até os filhos do patriarca e suas respectivas famílias (Burke, 2000).

Casa-Grande & Senzala surge, portanto, neste contexto conturbado explicitado acima, sendo fruto de intensa pesquisa que procurava compreender a formação da Nação brasileira, assim como o Estado e o Homem brasileiro. Desde sua primeira edição em 1933, Freyre publicou mais vinte e quatro edições, nas quais modificou e acrescentou diversas discussões, principalmente em seus prefácios e notas de rodapé. Desde sua publicação a obra é alvo de diversas críticas e elogios que, segundo Albuquerque (2003), se refere à sua epistemologia e até mesmo sua ideologia.

3.4. RAÍZES DO BRASIL

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, sua principal obra, foi publicada em 1936, e causou grande impacto. Apenas três anos antes, Gilberto Freyre havia revolucionado a historiografia brasileira ao lançar *Casa Grande e Senzala*. A obra de Sérgio divergia muito

tanto da historiografia que vinha sendo feita quanto da obra de Freyre. Neste livro, discute o choque entre a tradição e modernidade na sociedade brasileira. Para tal, ele busca nas raízes desta sociedade uma explicação para o atraso social existente no país, produzindo, ao mesmo tempo, hipóteses para uma possível superação deste retrocesso. Segundo ele, a formação do Brasil contemporâneo está diretamente ligada às origens da sociedade brasileira, ou seja, está atrelada à colonização e ao seu legado cultural, político e institucional. Assim, o tradicionalismo da política brasileira vem de seu passado ibérico, ou seja, de suas raízes (Dias, 1998).

De acordo com José Carlos Reis (1999, p.117), na década de 30 “a história se aproximou das ciências sociais, querendo pesquisar a ‘realidade brasileira’ em seu aspecto econômico-social-mental e não mais só político”. É nesse contexto que Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda constroem sua visão crítica da sociedade brasileira. Sérgio Buarque criticava a adoção de uma única perspectiva, que tinha raízes no positivismo, para estudar os fenômenos sociais brasileiros.

Sérgio Buarque de Holanda opta pela busca do “meio-termo” através da oposição de duas teses. Como não aprova generalizações, constrói uma visão do Brasil através do confronto entre pares opostos, chegando a uma visão “média” do aspecto abordado. É o que acontece quando ele opõe: o ladrilhador e o sementeiro, ou seja, o espanhol, previdente e adepto do planejamento, e o português, desprovido dessas características; o trabalhador e o aventureiro, tipos ideais, sempre presentes, em maior ou menor medida, no indivíduo; o rural e o urbano; o estilo urbanizador espanhol e o português; o Estado e a família, pertencentes à esfera do impessoal e ao pessoal, respectivamente; burocracia e caudilhismo etc. Para Robert Wegner (2000), é possível detectar dois eixos principais na argumentação construída por Sérgio Buarque em *Raízes...*: um é o que diz respeito ao nosso tradicionalismo, e o segundo fala da nossa revolução, que aponta para a urbanização do Brasil e para a constituição de um Estado burocrático em oposição à sociedade personalista que o precedia.

Sérgio Buarque de Holanda busca nas nossas raízes ibéricas os fundamentos para as relações de mando e subserviência. Tais fundamentos estariam baseados na cultura da personalidade que marcou, tanto na Espanha quanto em Portugal, e também no Brasil colônia, a falta de coesão e de princípio de hierarquia na vida social (Wegner, 2000).

3.5. SOCIEDADE PATRIARCAL NO SÉCULO XXI

De acordo com Goldner (1985), não é mais necessário comprovar a existência do patriarcado, dada sua evidente influência na estruturação da família pequeno-burguesa ocidental. No Brasil, estudiosos (Canevacci, 1987; Figueira, 1986; Reis, 1985; Saffioti, 1979; Xavier, 1998) entendem que a história da instituição familiar teve como ponto de partida o modelo patriarcal, importado pela colonização e adaptado às condições sociais do Brasil de então, latifundiário e escravagista. Na família colonial, o patriarca era o detentor das poses, não apenas de seu latifúndio, mas de sua família, de seus agregados e de seus escravos.

No mundo governado pelo consumo excessivo, herança do capitalismo acelerado, podemos verificar que o que está realmente importando não é o ser com o qual está se convivendo em família, mas o ter enquanto característica principal do modo capitalista de produção. Historicamente, o homem vem passando por transformações em decorrência

dos avanços sociais, e a mulher passa a assumir papéis que, anteriormente, eram de exclusividade dos homens. (Dalbério, 2007, p.46).

O patriarcado contemporâneo encontra eco no sistema de dominação e/ou exploração que se perpetuam, atualizando-se ao invés de serem extintos, conseguindo se atualizar mesmo em momentos de profundas mudanças. Se as mulheres e outras classes menos favorecidas do ponto de vista social ao longo da história conseguiram fazer valer seus direitos, o pensamento patriarcal não foi destruído, conforme explica Saffioti (2014) ao esclarecer que não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas ou políticas que eram privilégio dos homens, qualquer que seja a profundidade da dominação / exploração a natureza do patriarcado continua a mesma.

3.6. O SOM AO REDOR

O foco é na contemporaneidade brasileira e pernambucana, mas a lembrança não, ou pelo menos o que ela evoca não. Remédios e bebidas são vícios mostrados como sintomas atuais. Os também atuais edifícios enormes, imponentes e onipresentes; grades e muros em todos os lugares; a indústria de segurança, vem reforçar que existe um poder a parte; é a frieza e a insegurança da vida urbana nos grandes centros. Complementando o cenário paredes invisíveis; a Casa Grande e a Senzala no século XXI que continuam sem poder se misturar estão presentes em várias cenas. Demarcações sociais, como empregadas e babás com seus respectivos uniformes brancos dão tom do que estar por vir. É uma obra de ficção, mas é muito mais que isso. Acontece que a ficção obriga uma racionalização da apresentação dos fatos e de seus vínculos. Nela existe uma decantação de nossos modos de percepção e de explicação das coisas. (Rancière, 2007, p. 54).

Por um lado, algumas cenas têm um simbolismo cortante. Elas evidenciam: a violência de tratar o outro como invisível que gera uma violência maior; o fato de ignorar o diferente; um certo incômodo de uma classe média com a ascensão de alguns vizinhos; as falsidades cotidianas; a indignação seletiva de alguns; a hipocrisia latente; o abismo social. Por outro lado, algumas ocasiões demonstram problemas atuais. Como a favela, sem infraestrutura e com habitações precárias, em meio aos edifícios que ajudaram a levantar (como bem canta Zé Ramalho na música “Cidadão”, composta por Lúcio Barbosa). A empregada que é trocada e a vida que segue sem nenhum alarde. A cena da criança negra que passa pelo corredor em uma analogia cortante ao quadro “O jantar no Brasil” de Debret. Segundo Rancière (1996), a ordem policial configura os padrões sociais e organiza uma contagem de todos os que participaram da vida em comum. Para o autor, o mundo social é articulado entre uma ordem policial, que define os sujeitos alocados em grupos nomeados por nascimento, lugar conquistado e interesses e que tem suas funções, espaços ocupados e modos de ser articulados em um mundo invisível, e uma ordem política, que traz à visibilidade um grupo de pessoas não situadas na contagem feita pela polícia.

A fala brasileira está bem verossímil. Uma coisa que incomoda são pessoas mais simples chamando seus “superiores” de “doutor”. Sempre soou como uma atualização de títulos de nobreza como seus contrerrâneos conde, visconde, etc. No filme Kleber Mendonça, metaforicamente, escancara o cerne da sociedade brasileira, através de Recife, com todos os seus ranços, fazendo a atualização do passado feudo-colonial em meio à modernidade. Em uma reunião de condomínio, tipos da sociedade atual temos o exemplo. Vemos a clássica mesquinha que reclama de receber a Revista Veja fora da sacola plástica, o que parece violar mais que um invólucro, parece violar o espaço que é destinado apenas para o que a classe média considera dela. O poder simbólico sustenta o consenso em torno das

condições necessárias à hegemonia do capital financeiro, pela transformação de interesses privados em estilo de vida e prestígio e futuro desejável. (Ribeiro, 2007, p. 107).

A trama é direta, e ainda assim mantém uma beleza leve e sutil, ao conseguir demonstrar o real deixando as tensões no ar; mostrando pessoas adentrando espaços que, hierarquicamente, não são os delas; descortinando riquezas que foram construídas com sangue alheio; retratando a uniformização dos prédios, da vivência. É tudo tão igual que, em uma cena, um cidadão se perde pelas ruas. Os latidos do cachorro do vizinho, a música alta na rua, a sirene da viatura da polícia, a furadeira sendo usada em uma pequena reforma. Em todos estes barulhos há a representação de algo maior, em uma análise um pouco mais ousada, eu diria que eles são a própria narrativa. Os sons (e mesmo as imagens) são no fim das contas mais significativos do que as histórias fragmentadas de cada um dos personagens. Como ensina Guattari (1992), a cidade é uma supermáquina produtora de subjetividades individuais e coletivas.

3.7. AQUARIUS

Uma cena marcante no filme "Aquarius", a personagem principal, Clara, vivida por Sônia Braga, após visitar o túmulo do marido no cemitério, observa dois coveiros retirando os restos mortais de uma cova para desocupá-la. A imagem, que apenas exemplifica uma ação comum aos coveiros e sua atividade funerária diária, dura em torno de um minuto, contudo consegue resumir boa parte do drama da própria Clara e da essência do filme de Kleber Mendonça Filho e norteia o que se discute na nova obra desse autor pernambucano, a troca do velho pelo novo; melhor, a troca do velho pelo novo para reforçar o velho.

O olhar de estranhamento da protagonista para aquela cena tem justificativa. Clara se enxergou ali. Logo ela, que sempre foi uma mulher avançada, jornalista, uma mãe que deixou os filhos com o marido durante dois anos para morar fora do país. Logo ela, que se define como "uma mistura de velhinha com criança". No contexto de "Aquarius", essa mulher moderna, que sempre soube driblar muito bem a herança secular de um Nordeste ainda preso a vícios familiares, virou uma peça de museu.

Mas é mais que isso. A recusa de Clara quanto às propostas de venda de seu imóvel, mesmo com intimidações e ameaças das mais variadas, exaltam o poder da mulher mesmo em meio a um nordeste patriarcal ainda carregado de tantos preconceitos. Em cada gesto ou diálogo da personagem principal do filme, o drama consegue expor de maneira contundente a força dessa mulher, que carrega uma história tensa e densa, que, mesmo sob toda pressão, inclusive familiar, resiste as "expulsões cotidianas" que todas sofrem ainda no século XXI. Entretanto, as soluções dos impasses reforçam o homem cordial.

4. METODOLOGIA

A estrutura metodológica desta pesquisa está apoiada na abordagem qualitativa, na qual estão inseridos os estudos observacionais direto e indireto. Para a realização de um estudo observacional na modalidade indireta, foram selecionados os filmes comerciais "O som ao redor" e "Aquarius".

Foi feita uma opção de usar esses dois filmes, do mesmo autor, como fonte para uma análise da sociedade. Para Bernadet & Ramos (1988) só é possível fazer uso do filme como fonte para compreensão da sociedade se não simplificarmos a relação entre a obra de arte

e o retratado, pois associações mecânicas impedem que a obra nos ajude a entender os conflitos que seu tempo enfrenta ou enfrentou. Isto é, faz-se necessário aprofundar as questões para se chegar à compreensão do que Bernadet chama de “as epistemes que regem o imaginário de uma sociedade” (Bernadet & Ramos, 1988, p. 8).

Tal empenho é balizado pela noção de que nas inverossimilhanças sociais da história podem ser percebidos os mecanismos que constroem as relações de dominação, rompendo com uma abordagem positivista, estritamente documental, do uso da ficção. O corolário dessa abordagem é a promoção de uma leitura que coloca como essencial a negociação entre o mundo social e a intriga ficcional (Chartier, 1998). Porém, é preciso estar consciente de que essa realidade não está explícita no filme, pois, ela vem mediada pela estética naturalista, que se apresenta como reflexo da realidade e cria a ilusão de ver o que se passa na tela como se fosse verdadeiro, pelo menos durante a projeção. Esta estética faz uso de todos os procedimentos técnicos necessários para fazer desaparecer os aspectos artificiais, de modo a apresentar o cinema a reprodução do real.

A análise fílmica, segundo Vanoye & Goliot-Lété (2001), é uma prática que deve sempre ser situada em seu contexto de demanda, porque a definição do mesmo é indispensável, para o enquadramento da análise. Enquanto o procedimento técnico, ela é obstaculizada por entraves, como, por exemplo, o de ordem material. Este diz respeito ao fato de que, no campo da linguagem, a materialidade da análise (texto escrito) e o objeto analisável (audiovisual) são feitos de linguagens diferentes. Essa diferença traz problemas de ordem metodológica, o que implica um dispositivo de observação do filme muito claramente descrito e que se delimitem as redes de observação que foram fixadas e organizadas segundo os eixos escolhidos. A proposta da análise aqui apresentada pode ser definida como uma utilização do filme para esboçar o quadro de uma sociedade (Vanoye, Goliot-Lété, 2001, p. 53).

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As cidades modernas passaram a ser uma nova interpretação da senzala, ou seja, uma nova versão da sociedade rural colonial, devido a ali viverem pessoas de estratos sociais diversos que estão organizados e hierarquizados sob a liderança do *capo*, que se na época da escravidão tinha autonomia de rei, hoje ainda mantém status de soberano.

A ideia da cidade replicando uma fazenda do século XIX, ganha força quando se considera que, além da autoridade do Sr. Francisco em um filme e dos empreendedores da construtora no outro, e das relações de dependência que dele emanam, são verificadas relações horizontais de sociabilidade entre aqueles diferentes estratos. A tensão fica latente. A desarmonia cotidiana do século em que vivemos retoma de maneira inequívoca o paternalismo feudal.

A análise fílmica mostrou que o líder, Sr. Francisco, foi desafiado em seu “engenho”, ou seja, na rua em que era proprietário da maior parte dos imóveis e que detinha com as outras pessoas uma relação de liderança baseada em nos valores retratados por Gilberto Freyre na sua obra Casa Grande e Senzala. Os donos dos apartamentos do edifício Aquarius da mesma forma, desafiados por uma velha senhora, que não cedeu as ofertas de vender seu imóvel, sentindo-se afrontados em não serem atendidos prontamente também mostraram suas verdadeiras faces repugnantes.

Importante trazer à tona um pensamento que tem causado controvérsia, e até espanto, que é do Sociólogo brasileiro Jessé de Souza, onde traz uma nova maneira de pensar sobre

essas obras entendidas como fundamentais do SER brasileiro, e analisa o livro “Raízes do Brasil” como tendo um espírito liberal-consevadador, diz ele:

“Nas primeiras décadas deste século, quando uma geração de pensadores de extraordinário talento se dedicava a procurar interpretar o Brasil na sua especificidade cultural, a comparação implícita ou explícita com os EUA passou a ser uma preocupação central. Podemos, inclusive, perceber como a recepção de Max Weber por parte destes pensadores possibilita uma ruptura importante nos nossos estudos culturais, com a superação do paradigma racial antes predominante. Sérgio Buarque de Holanda [...] é um caso típico do que afirmei. No seu Raízes do Brasil, nossa tradição cultural é contraposta à herança nórdica protestante. O autor introduz um eixo temático que irá tornar-se dominante no nosso pensamento social a partir de então: a nossa mentalidade é avessa ao associativismo racional típico dos países protestantes, especialmente dos calvinistas”. (Souza, 1998).

Se em “Aquarius” Kleber Mendonça apura a clareza de sua obra, em “Som ao redor”, a produção mais simples retratando um fato tão presente na realidade de Recife (e dos outros grandes centros urbanos também), ajuda ainda mais a criar um clima desconfortável com as retratações feudais expostas em sua primeira obra. A memória que rege a linha narrativa também ajuda a envolver o espectador em “O Som ao Redor”. É um filme relativamente fácil de acompanhar, sem tantas mensagens cifradas como em “Aquarius”, onde o grande talento do filme foi trazer suas discussões para o primeiro plano, de maneira direta, que convida a quem assiste ao filme a uma reflexão. O movimento Ocupe Estelita, que foi um dos mais inovadores movimentos sociais que atuaram na luta pelo direito à cidade no Brasil, influenciando o filme e sendo influenciado por ele, já que foram contemporâneos em suas construções. Fizeram parte desse movimento diversos setores da sociedade civil parar para pensar saídas alternativas para o Cais José Estelita (que fica a poucos quilômetros do Edifício Oceania, onde se passa o filme Aquarius), em que instâncias diversas do poder econômico e político da cidade eram contestados por artistas, ambientalistas, jornalistas, cineastas, etc. para preservar o que resta dos armazéns que existem e resistem naquele cais. No panorama das lutas pelos direitos à cidade e no imaginário de como pode ser a Nova Babilônia e as nossas metrópoles do futuro, certamente o Ocupe Estelita tem grande impacto (Souza; 2014).

O Cinema político de Kleber, exposto de maneira ainda mais contundente em “Aquarius”, critica um status quo pernambucano, nordestino, brasileiro e também confronta um estado de espírito contaminado por velhas verdades e muitas dependências. O filme, que levanta a bandeira da política misturada à arte, tem eco em alguns dos maiores jornais e revistas do mundo como o Britânico “The Guardian”, que aponta semelhanças ao que aconteceu com a situação política atual do Brasil, se referindo principalmente ao afastamento da presidente Dilma Rousseff, ou ainda o Francês “Le Monde” que apontou o filme através da resistência dos personagens aos agentes capitalistas, como uma evidente menção a realidade brasileira dos anos 2010, ou mesmo o Americano “The New York Times” que publicou entrevista de Kleber Mendonça falando abertamente sobre o golpe que teria deposto a presidente Dilma Rousseff e fazendo um paralelo com a história de resistência da personagem Clara, representante da classe média formada nos movimentos civis dos anos sessenta e setenta, e, que, ironicamente, também é uma proprietária, e que também, mesmo sem se dar conta, repete ainda que em uma intensidade muito menor, ações que colocam em lados opostos o Capital x Trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kleber Mendonça consegue retratar em pouco mais de um quarteirão três séculos de história em Pernambuco e no Brasil. Recife, capital de Pernambuco, é a capital de um estado em que a presença dos engenhos foi muito marcante e por consequência do modo de “liderar” de seus senhores. A metáfora da capital pernambucana sufocada pelo urbanismo constante, por sua verticalização, criando “castelos neofeudais”, que se divide em duas áreas distintas, que convivem lado a lado e se opõe a todo o momento. Uma área é entendida como área civilizada e a outra é a área selvagem; com a primeira se sentindo ameaçada pela segunda, que por sua vez se sente oprimida pela primeira. O Asfalto e contraponto à favela, assim como a Casa Grande à senzala.

Neste contexto a capital pernambucana consegue expor bem este dilema. A capital que o manguabeat cantou suas mazelas, que procura voltar ao papel de protagonista regional que lhe surge como possível novamente após um crescimento econômico acima da média, a cidade Maurícia, a outrora promissora Capitania hereditária, ainda apresenta ares de província feudal.

O senhor Francisco e sua família, assim como os empreendedores, são os integrantes da Casa Grande, com a senzala sendo representada pelos demais participantes da trama em um filme e pela personagem Clara no outro. O paralelo entre a sociedade atual e a época da escravidão, onde mesmo com toda a informação que circula, a desigualdade se mantém como na época dos escravos; onde o senhor branco e sua família tem acesso aos melhores bens e são proprietários de outros tantos, fazendo valer o papel de líder autoritário, onde a disputa de líder e liderado se visualiza na relação patrão x empregado (senhor de engenho x escravos); é a sociedade brasileira que desde seu período colonial se divide entre os que aprenderam a mandar e os que se acostumaram a obedecer, o século XIX em pleno século XXI, perpetuando a violência contra os que não estão no topo da pirâmide. A violência contra seus sonhos, contra sua dignidade, contra seus direitos. A história se repete numa nova dimensão quando os agregados, representados na figura de Clara, atuam (colocando na mesa do empresário uma caixa de maribondo como “vingança”) de forma afetiva no difícil movimento da mobilidade social numa sociedade onde o que importa é o poder econômico.

Clara, a personagem principal do filme “Aquarius” nos representa? Não por ser uma heroína, uma mulher maravilha brasileira, e sim por ser uma mulher de verdade, movida por sentimentos, com seus medos, dramas e falhas; que pode passar sem ser notada no meio das multidões dos centros das grandes cidades brasileiras, mas que não passam despercebidas pela história. Somos todos Clara como metáfora do “homem cordial” brasileiro?

REFERÊNCIAS

- [1] ALBUQUERQUE, Jr. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2003.
- [2] ARAÚJO, I. **Cinema: o mundo em movimento**. São Paulo: Scipione, 1995.
- [3] AUMONT, Jacques; MARIE, Michel (1999), **L'Analyse des films**. Nathan, 2. ed. [original, 1998].
- [4] BERNADET, J; RAMOS, A. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

- [5] BECK, B. E. F. **Metaphors, cognition and artificial intelligence**, In: HASKELL, R. E. (Ed.). *Cognition and symbolic structures: the psychology of metaphoric transformation*. Ablex: Norwood, 1987.
- [6] BERGER, P. L. **Perspectivas Sociológicas** – uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.
- [7] BURKE, P. Uma história da intimidade. In: **Folha de São paulo/Mais**, 12 de março de 2000, p. 15.
- [8] CHARTIER, R. **A história hoje: dúvidas, desafios, propostas**. In: Revista Estudos Históricos. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p.97-113.
- [9] COTRIM, G. **Fundamentos da filosofia: História e Grandes Temas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- [10] DALBÉRIO, O. **A família e sua constituição social**. In: JOSÉ FILHO; M. DALBÉRIO, O. (org.), *Família: conjuntura, organização e desenvolvimento*. Franca: Ed. Unesp/FHDSS, 2007.
- [11] DIAS, M. Política e Sociedade na Obra de Sérgio Buarque de Holanda. In: CÂNDIDO, Antônio (org.). **Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- [12] FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. Dos. (orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos: Claraluz, 2007.
- [13] FREYRE, G. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.
- [14] GIBBS JR., R. W.; HALL, C. K. What does it mean to say that a metaphor has been understood? In: HASKELL, R. E. (Ed.). **Cognition and symbolic structures: the psychology of metaphoric transformation**. Ablex: Norwood, 1987.
- GOLDNER, V. The treatment of violence and victimization in intimate relationships. **Family Process**, 37, 263-286, 1988.
- [15] GONÇALVES, J. R. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.
- [16] GUATTARI, Félix. **Restauração da cidade subjetiva**. In: Caosmose: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: ed. 34, 1992. p. 167-179.
- [17] MARX, K.; ENGELS, F. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global, 1986.
- [18] MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- [19] MORGAN, G. Paradigms, metaphors and puzzle solving in organization theory. **Administrative Science Quarterly**, v. 25, n. 4, p. 605-22, 1980.
- [20] NOVA, C. C. Da, & COPQUE, H. L. F. **Cinema e psicologia. Processos biológicos básicos à luz das teorias cinematográficas**. (Inter) Subjetividades, 1 91)-69, 2009.
- [21] PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso** (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (org). Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michael Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: ed. 34, 1996.
- [22] REIS, J. **As identidades do Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 1999.
- [23] RIBEIRO, Ana Clara Torres. Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos. **Cadernos do PPG//AUF AUFBA**, número especial Resistência em Espaços Opacos. Salvador: Editora UFBA, 2007.
- [24] SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- [25] SOUTO, Mariana. **O que teme a classe média brasileira? Trabalhar cansa e o horror no cinema brasileiro contemporâneo**. In: Revista Contracampo, n. 25, dez. De 2012. Niterói: Contracampo, 2012. p. 43-69. Disponível em <http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/293/123>. Último acesso em: 03 jun. 2017.
- [26] SOUSA, Wesley. Jessé Souza é um liberal contra os neoliberais - Resenha de 'A Elite do Atraso'. Diário liberdade, [s. l.], 6 out. 2018. Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/brasil/item/252698-jesse-souza-e-um-liberal-contra-os-neoliberais-resenha-de-a-elite-do-atraso.html>. Acesso em: 04 outubro 2023.

- [27] SOUZA, Diego Inglez. **O que há por trás do Ocupe Estelita?** Revista Select, disponível em: <http://migre.me/oKJW4> – acesso em 11 de junho de 2017.
- [28] VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- [29] WEGNER, R. **A Conquista do Oeste – A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Capítulo 7

Silenciamento da memória periférica e a narrativa constitucional: uma análise da (incômoda) visita de Flávio Dino ao Complexo da Maré

Nelson Camatta Moreira

Rodrigo Bandeira de Mello Ribeiro

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Reparei que na periferia a maioria dos moradores são de gente pobre, carentes de cultura própria. O terceiro mundo tem sido cruel. Eu vejo as marcas do sofrimento no rosto do brasileiros. É Sabotage, cada pessoa tem na sua história, o respeito é tu que faz. Vai na fé nego”¹

O trecho acima é uma pré introdução presente na música “No Brooklin”, renomado rapper paulista. É um relato da cantora de rap uruguaia chamada Satia, que Sabotage conheceu em uma festa e a apresentou a favela do Canão, onde foi criado.

Satia se impressionou com o ambiente e seu relato foi introduzido na canção onde o rapper narra a vivência da vida periférica e suas particularidades. Uma das observações feitas por ela, quando diz que o povo pobre é “carente de cultura própria”, na realidade, explicado posteriormente, quer dizer exatamente o contrário: A cultura que explode no ambiente periférico, tão própria e tão rica, não recebe nenhum tipo de incentivo público ou de visibilidade. Um verdadeiro silenciamento.

Na época em que foi escrita a música, nos inícios dos anos 2000, o Brasil vivenciava uma outra realidade. Hoje, elevado ao patamar de país com economia emergente, o sofrimento estampado no rosto periférico e a ausência de incentivo e de atenção pública à cultura e a história das comunidades, observados por Sátia, seguem presentes.

Prova disso, é o fato de que, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, diariamente, dois milhões de moradores da região metropolitana precisam se deslocar até a capital para acessarem oportunidades não só de emprego, mas também de cultura e lazer, de acordo com o infográfico da desigualdade, realizado em 2018 pela Casa Fluminense.²

Quando se nega a alguém a sua própria história, a sua própria vivência, automaticamente se constrói uma cortina na frente das injustiças sociais que ela e seus antepassados enfrentaram, privando-os da oportunidade de compartilhar suas próprias experiências, o que é uma das formas mais agressivas de violência e uma forma de perpetuação da desigualdade com consequências devastadoras, não só para as vidas humanas afetadas, mas como para a sociedade coletivamente.

A Constituição Federal de 1988, inclusive, tem o apelido de cidadã exatamente por ter incluído e valorizado aqueles que sempre estiveram excluídos, na medida em que estabelece direitos fundamentais, promove a democracia, busca reduzir a desigualdade social e garantir o acesso à justiça, além de estabelecer direitos constitucionais para a classe trabalhadora e demais populações vulneráveis.

O texto constitucional, ao abranger questões, direitos e garantias tão fundamentais, marcou um avanço grandioso e uma esperança forte de mudança. Agora, ainda nos dias atuais, percebe-se que o esforço do poder público para fazer cumprir o que está estabelecido e relembrar e documentar histórias, dores e angústias de quem mais precisa de suporte, causa um enorme incômodo nas demais camadas sociais. Afinal de contas, esse

¹ Sabotage. No Brooklin. In: **Rap é compromisso!** [S.l.]: Cosa Nostra, 2001. 1 CD. Faixa 5.

² Infográfico da Desigualdade Um Réveillon por dia - Casa Fluminense, 2018

tipo de política incomoda os que sempre estiveram por cima, alimentados pela dor humana. (Rocha, 2016) ³

No presente capítulo, pretendemos lembrar um fato recente e que serve como um exemplo cirúrgico de atenção pública com uma população socialmente vulnerável, que foi a visita do Ministro da Justiça Flávio Dino, em março de 2023, ao Complexo da Maré, comunidade extensa no Estado do Rio de Janeiro, e a imensa repercussão negativa que houve em determinadas classes sociais e políticas, e analisar esse fenômeno a partir da teoria da memória, sob as lentes de Walter Benjamin.

Para tanto, demonstraremos que a atenção pública aos silenciados pelo próprio Estado, é uma forma de recuperar a voz daqueles que são historicamente vencidos e silenciados, para que seja possível contornar uma série de injustiças históricas.

2. A PERIFERIA OBSERVADA FORA DAS PÁGINAS POLICIAIS: A VISITA DO MINISTRO FLÁVIO DINO AO COMPLEXO DA MARÉ E O INCÔMODO SÓCIO-POLÍTICO

No dia 13 de março de 2023, o Ministro da Justiça do Brasil, Flávio Dino, fez uma visita institucional no Complexo da Maré, e foi conhecer de perto as dependências da ONG Redes da maré.

Dino foi o primeiro Ministro de Estado a visitar a Organização, que foi fundada em 2007 e que, atualmente, conta com uma equipe de 160 pessoas e desenvolve projetos que incluem eixos como educação, arte, cultura, comunicação e segurança pública por meio de integrações que contribuem para o desenvolvimento do Complexo da Maré e diminuição da violência no local, utilizando como base os Direitos Humanos, para atender um público composto 90% por moradores das 16 favelas que compõem o complexo. ⁴

A visita do Ministro não mobilizou um aparato policial exagerado, mas apenas o de praxe, com dois veículos e apoio velado de agente das forças de segurança pública. O fato de o Estado ter se feito presente em uma comunidade periférica, que só chega ao conhecimento público através de páginas policiais noticiando tragédias, confrontos, tiroteios com mortes, e que só tem a atenção do poder público através de operações policiais violentas e letais, chocou uma parcela da população brasileira.

Diversos cidadãos e representantes políticos se manifestaram absolutamente assustados com o fato de um Ministro de Estado adentrar um território periférico sem um aparato ostensivo de segurança e sem se envolver em confronto armado.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro, por exemplo, publicou em seu twitter “Flávio Dino, o ministro que entra na Maré, complexo de favelas mais armado do Rio, com apenas dois carros e sem trocar tiros”, e acrescentou que o integrante do Planalto seria convocado pela Comissão de Segurança Pública da Câmara para explicar o nível de envolvimento dele e do Presidente Lula com o crime organizado carioca.

Muito embora a agenda tenha sido pública pela pasta no dia seguinte do encontro, com fotos e vídeos de divulgação, o deputado ainda questionou as razões da visita, que de acordo com ele teria sido um “episódio absurdo”, e de fato Flávio Dino foi convocado, por

³ Rocha, C. C. "O que incomoda a elite brasileira: as cotas em debate". SINPRO-DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/artigo-o-que-incomoda-a-elite-brasileira-as-cotas-em-debate-por-cristino-cesario-rocha/>. Acesso em:

⁴ Mare Online. Um campus educacional chamado Maré. Disponível em: <https://mareonline.com.br/um-campus-educacional-chamado-mare/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

diversas vezes, para prestar esclarecimentos aos Deputados integrantes da comissão de segurança pública.

No que diz respeito à garantia de direitos fundamentais, como saúde, cultura, lazer, dentre outros, a sociedade normalizou a ausência do Estado, de forma que a presença de um representante do governo federal em um território periférico, por qualquer outro motivo não violento e combatente, causa estranheza e até mesmo revolta.

É ignorado, por exemplo, o fato de que, nas comunidades que compõem o complexo da maré, residem aproximadamente 140 mil pessoas, existem 46 escolas, clínicas de família, milhares de empreendimentos econômicos, centro de artes, dentre outras estruturas que tornam o complexo muito maior do que apenas um palco de combates sangrentos e local de sofrimento (Carvalho, 2021).⁵

As milhares de famílias que ali residem são absolutamente carentes de atenção estatal e não veem se materializar aquilo que está escrito no texto constitucional, e que deveria ser garantido para todos os cidadãos brasileiros. A deficiência estatal em oferecer aquilo que a Constituição assegura, faz com que apenas as classes economicamente favorecidas tenham acesso, através da compra, daqueles direitos que deveriam ser oferecidos à toda população.

Aliás, nos países periféricos, como o Brasil, se formou um “silêncio eloquente” (Streck, 2004)⁶ acerca do significado de constituição, naquilo que ela tem de “norma diretiva fundamental”. O “constituir” da constituição é relegado por este silêncio que, muito mais grave do que existir, é não receber a devida importância.

Mesmo com tanto espaço territorial, estruturas, moradores, as pessoas que ali estão, são historicamente silenciadas. Suas dores, seus problemas, angústias, carências, histórias, não são ouvidas por quem efetivamente pode e deve fazer alguma coisa para mudar essa realidade: O poder público.

E pior, em qualquer manifestação mínima do poder público de tentar contornar essa situação e entender de perto o que se passa em algum território periférico, parcelas da sociedade civil e política não conseguem digerir e se forma um verdadeiro escândalo em torno desse movimento.

O caráter histórico desse silenciamento e a necessidade de se revisitar o passado constitucional para que entendamos seus efeitos e possamos afetar o presente, que procedemos agora uma breve análise acerca da teoria da memória, de Walter Benjamin.

3. TERRITÓRIO MUDO: O SILENCIAMENTO PERIFÉRICO SOB UMA ABORDAGEM BREVE DA MEMÓRIA EM WALTER BENJAMIN

O silenciamento histórico da população periférica é perpetrado pela perda do direito de narrar suas histórias. Pela ausência nos espaços públicos, nas tomadas de decisão. Quando um indivíduo não é capaz de repassar aquilo que vive, que sente, a tendência é que ele e suas particularidades sejam relegados ao esquecimento.

⁵ Carvalho, Edu. "Um campus educacional chamado Maré". Mareonline, [s.d.]. Disponível em: <https://mareonline.com.br/um-campus-educacional-chamado-mare/>. Acesso em: 06.02.2024

⁶ Streck, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

A impossibilidade periférica de falarem e serem ouvidos é evidente e se manifesta diária e claramente. Os direitos fundamentais mais básicos como lazer, saúde, meio ambiente e segurança são sumariamente ignorados nesses territórios, e, por lá, a atenção do poder público e resume na repressão estatal.

Em um ciclo vicioso, a situação de barbárie social acaba por contribuir cada vez mais para a decadência de experiências e consequentemente com a perda da arte de narrar, contar e compartilhar.

Em 1936, Walter Benjamin já identificava essa tendência e abordou o tema em seu ensaio intitulado “O narrador: Reflexões sobre a obra de Nikolai Leskov”. Logo no início, ele enfatizou que a arte de narrar estava ameaçada de extinção, com o número cada vez menor de indivíduos que realmente possuíam a habilidade de narrar adequadamente. Era como se tivéssemos perdido a capacidade segura e infalível de compartilhar experiências. (Benjamin, 1987)⁷.

Essa troca de experiências e a prática de contar histórias, que são essenciais para a construção e preservação do conhecimento, sofrem um impacto devastador quando a barbárie atinge aqueles que são responsáveis por transmiti-las. Consequentemente, isso empobrece o papel do narrador.

Benjamin faz essa observação ao perceber o silêncio absoluto de algumas pessoas que retornaram da primeira guerra mundial, incapazes de expressar suas vivências.

O empobrecimento de experiências comunicáveis é analisado por Walter Benjamin após a Primeira Guerra Mundial, com o avanço da racionalidade voltada à finalidade bélica, quando, de acordo com a sua percepção, as pessoas que retornavam do campo de batalha estavam mudos, incapazes até mesmo de relatar as suas próprias experiências com a guerra, pois estavam mais pobres de experiências comunicáveis, já que nunca houve experiência mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material [...] (Benjamin, 1987, p. 198).

Se analisarmos a realidade das comunidades, não só cariocas, mas em todo Brasil, percebemos que aqueles que lá residem vivenciam uma situação análoga a uma verdadeira guerra. Violência, repressão estatal, mortes, sofrimento, são elementos comuns no dia a dia e que contribuem para o empobrecimento de experiências que já era observado por Benjamin desde a primeira guerra, observando o comportamento dos sobreviventes.

As consequências do progresso selvagem, juntamente com a escassez de experiências trazida pelo período de guerra, inevitavelmente, provocam um distanciamento entre os narradores e os membros da sociedade.

A carência de vivências e o gradual desaparecimento da arte da narrativa afetam de forma abrangente, atingindo as duas classes de narradores abordados por Benjamin em seu ensaio “O narrador”: Os marinheiros comerciantes, que enriquecem suas experiências ao percorrer o mundo, e os camponeses sedentários, que perpetuam conhecimentos

⁷ Benjamin, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. 3. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1987. v. 1.

tradicionais e desenvolvem suas experiências através da repetição das tarefas diárias. (Benjamin, 1987, p. 199).⁸

A incapacidade de compartilhar experiências é um problema generalizado, e por isso impacta a sociedade como um todo e torna-se uma forma predominante de dificuldade. No ensaio “Experiência e Pobreza”, Benjamin (1987) destaca que, nos idos dos anos 20, os europeus tentaram reviver seus princípios recorrendo a antigas práticas como o ioga, astrologia, espiritualismo, em uma tentativa de suprir a ausência das experiências materiais, com as espirituais, mas que não conseguiram preencher essa decadência de vivência, que atinge os indivíduos na modernidade.

Agora, quando essa escassez de experiências consequentemente ultrapassa o âmbito individual e afeta a comunidade, ela toma uma forma de mendigo medieval (Benjamin, 1987), o que simboliza uma condição de privação e desamparo que surge quando experiências importantes não mais podem ser compartilhadas.

A sociedade contemporânea, dominada pela pressa e pela superficialidade das informações, encontra-se carente de experiências enriquecedoras dignas de serem compartilhadas. Benjamin já observava que o homem moderno parece aspirar a exibir sua pobreza externa e interna de maneira tão pura e clara que, talvez, algo de decente possa emergir dessa exposição (Benjamin, 1987).

Nesse contexto de barbárie, os indivíduos estão cada vez mais imersos em suas obrigações profissionais, como apontado por Bauman (1999)⁹, o que os priva da busca por cultura e experiências autênticas, as quais parecem estar reservadas exclusivamente à elite econômica e intelectual.

Apesar disso, Benjamin oferece uma perspectiva nova e positiva sobre essa barbárie no mesmo ensaio, ao sugerir que a escassez de experiências comunicáveis pode impulsionar o ser humano a buscar recomeços, a avançar e a construir com recursos limitados, livrando-se das distrações externas. Essa barbárie pode, de fato, se tornar um poderoso impulso para recomeços, para se contentar e construir com pouco (Benjamin, 1987).

Dentro do contexto dessa situação caótica que permeia o indivíduo moderno, a imaginação surge como uma esperança, uma luz no fim do túnel. Ela se revela como uma capacidade que vai além do mero domínio técnico, agindo como um refúgio contra o desgaste constante da vida diária. Mesmo diante das dificuldades cotidianas, o ser humano encontrou na expressão artística, nos sonhos e na imaginação a capacidade de imaginar uma forma de escape, de reinício.

Nessa perspectiva, aparece como destaque a figura do narrador periférico. O indivíduo que possui a habilidade de se desvencilhar das amarras da rotina, muitas vezes penosa, para sonhar, para desejar. Assim, narra suas experiências e aborda tanto as dificuldades sociais que o afeta quanto suas próprias realizações.

Ao narrar, ele busca capturar a atenção de quem o ouve, e a partir daí almeja fazer com que sua narrativa tenha um impacto na realidade, contribuindo para uma maior compreensão dos desafios enfrentados e, via de consequência, inspirando mudanças positivas.

⁸ ibidem

⁹ Bauman, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.

4. O NARRADOR PERIFÉRICO E SUA CAPACIDADE DE REMEMORAR PARA RECONSTRUIR O PASSADO E IMPACTAR O PRESENTE

A partir do momento em que memórias que sempre estiveram silenciadas são narradas, elas são rememoradas, e trazem consigo uma conscientização das injustiças passadas (Lowy, 2001)¹⁰. E a rememoração não apenas recorda eventos passados, mas também traz à tona as ambições, os sonhos e o espírito de determinado momento histórico.

A partir disso, é possível que se recrie uma imagem do passado de uma maneira mais fiel a como ele se deu, além de revigorar as possibilidades de futuro que estavam nele contidas, mesmo que não realizadas.

A rememoração é redentora, sob um duplo sentido: profano, ao remeter a reparação de injustiças passadas; e teológico, como possibilidade de redenção messiânica, de restauração de um suposto “paraíso perdido”, estado originário de harmonia entre os indivíduos humanos e a natureza (Pereira, 2008)¹¹.

Ou seja, de maneira comum, rememorar nos auxilia a corrigir mazelas passadas, e de maneira religiosa, apresenta uma ideia de redenção. Dentro desse último contexto, rememorar se refere a possibilidade de salvação, de maneira messiânica, como uma forma de voltar a um suposto momento perfeito chamado de “paraíso perdido”, que de acordo com Bolz (1992)¹² se cristaliza em uma sociedade sem classes.

Esse “paraíso perdido” seria um tempo em que tudo estava em harmonia, tanto entre as pessoas quanto com a natureza. Assim, a rememoração é vista, para além de uma maneira de consertar injustiças passadas, como uma esperança de restaurar um estado de harmonia e perfeição.

Para executar este importante ofício de rememorar, é que entra a figura do narrador periférico. A partir dele, é possível resgatar e preservar as memórias suprimidas, para assim desafiar a narrativa dominante, questionar as estruturas de poder estabelecidas e, de fato, impactar o passado, fazendo valer princípios estabelecidos. A memória, dessa forma, atua como um alerta para os perigos do esquecimento histórico, permitindo que lidemos com o presente de maneira a evitar, na medida do possível, as injustiças do passado.

A tese número II, de Walter Benjamin, se refere à dimensão política da memória. Ao analisá-la, em sua obra “Meia-noite na história”, Reyes Mate observa que Benjamin se preocupa em pensar e ativar o presente, compreender o que aconteceu e o que levou a humanidade até o momento presente (Mate, 2011)¹³.

Ou seja, a ideia de Benjamin não é tão somente a recuperação de tradições, indiferente às transformações trazidas pela modernidade, mas sim trazer à baila as vozes dos historicamente mudos, dos silenciados, para, a partir daí, criar uma nova tradição que tenha a capacidade de efetuar esse resgate.

¹⁰ Löwy, M. 2001. Walter Benjamin: Avertissement d’incendie – **Une lecture des theses “Sur le concept d’histoire”**. Paris, PUF, p. 137

¹¹ Andrade Pereira, Marcelo. **Repensar o passado-recobrar o futuro: história, memória e redenção em Walter Benjamin**. História Unisinos, v. 12, n. 2, p. 148-156, 2008.

¹² Bolz, N. 1992. É preciso teologia para pensar o fim m da história? **Revista USP**, Dossiê Walter Benjamin, 15(3):26-32.

¹³ Mate, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Beniamin sobre o conceito de história. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2011.

A partir desse resgate e da observação desta nova tradição, se torna possível começar a entender a realidade e a desfazer as injustiças cometidas no plano da consciência quando contamos e transmitimos que, aquilo que foi esquecido por todos, representa uma injustiça (Mate, 2011).

Articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo como ele de fato aconteceu. Significa apropriar-se de uma recordação como ela relampeja no momento do perigo. Benjamin exige do historiador presença de espírito para este ato tanto epistemológico como político (Selingmann-Silva, 2007)¹⁴

Quer dizer, a tarefa do historiador vai além de relatar eventos passados de forma objetiva e factual, não só reconstituir o passado, mas compreendê-lo em seu contexto mais amplo. A verdadeira compreensão do passado só pode ser alcançada quando estamos conscientes do impacto que esse passado tem sobre o presente, pois a história se apresenta relevante e significativa quando somos capazes de fazer conexões entre os eventos passados e as questões e desafios contemporâneos.

O narrador periférico, portanto, tem a árdua e importante missão de “escovar a história a contrapelo”, quer dizer, de contar o passado e a maneira como ele se reflete no presente de maneira desvinculada às interpretações convencionais e dominantes, instigando a investigação histórica das margens, das narrativas e ângulos esquecidos e detalhes negligenciados.

Escovar a história a contrapelo, ao se tomar distância dos vencedores e ao provar o terror diante da barbárie, é liberar a história do pressuposto mais profundo do historicismo que é a crença no progresso pelo desenvolvimento. A revolução, para Benjamin, não é uma obra, mas uma greve geral proletária que produz um bloqueio da política. (Goldshmit, 2010, p. 275)¹⁵

Através dessa abordagem de revelação de vozes silenciadas e lembrança de eventos esquecidos, é possível que se lance luz sobre as complexidades e contradições históricas, o que pode levar a uma compreensão mais profunda e mais genuína do passado, para, por meio do desafio às narrativas dominantes que perpetuam a opressão e a injustiça, o presente seja modificado de alguma maneira.

5. CONCLUSÃO

O ato de relembrar, contar e resgatar as memórias dos derrotados históricos desempenha um papel fundamental na luta contra o silenciamento imposto pela sociedade e pela própria narrativa histórica oficial. A visita do Ministro da Justiça Flávio Dino ao Complexo da Maré, em contraste com a reação negativa de certas camadas sociais e políticas, destaca a importância de confrontar o “silêncio eloquente” que historicamente marginalizou as vozes das comunidades periféricas.

Não só de se confrontar, mas principalmente compreender. O silenciamento das vozes e das vidas periféricas, assim como a desigualdade social que a permeia, não é algo natural, tampouco ingênuo. Se recapitularmos a história do Brasil e da formação das castas sociais

¹⁴ Selingmann-Silva, Márcio. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 29, p. 228, 2007

¹⁵ Goldschmit, Marc: “**L’Écriture du messianique**: la philosophie secrète de Walter Benjamin”. Paris: Hermann Éditeurs, 2010.

modernas, é possível compreender que esse cenário serve a uma lógica muito bem estruturada.

A teoria da memória de Walter Benjamin oferece uma perspectiva valiosa para compreendermos como as memórias suprimidas e silenciadas têm o poder de impactar o presente e moldar nossa compreensão da história. O papel do narrador periférico, aquele que traz à luz as experiências e vivências esquecidas, ganha destaque como um agente de transformação social, capaz de desafiar as narrativas dominantes e abrir espaço para uma nova compreensão do passado.

A visita do Estado brasileiro, na pessoa do Ministro Flávio Dino, ao complexo da maré, um território periférico sumário e historicamente silenciado, e a ida na mais importante ONG da comunidade pela primeira vez desde sua criação, é um exemplo de que lembrar e documentar histórias e dores, mesmo em meio a um cenário de violência e adversidade, faz com que seja possível vislumbrar a possibilidade de romper com a normalização da ausência do Estado e da marginalização das comunidades periféricas.

Agora, a reação negativa de parcela da população e representantes políticos, ao mesmo tempo nos mostra que não é fácil buscar romper com uma desigualdade posta, concretizada, que, ao silenciar parcial ou completamente as vidas humanas que ali estão, fazem um papel de limpeza social que agrada a determinados grupos.

A dimensão política da memória nos lembra que a luta pela rememoração é crucial para promover justiça social e reconhecimento, permitindo que as histórias outrora silenciadas possam encontrar ressonância no presente.

Portanto, ao desafiar o "esquecimento histórico" e confrontar a barbárie da exclusão, as vozes das comunidades periféricas podem não apenas revitalizar as narrativas do passado, mas também influenciar positivamente as mudanças no presente.

REFERÊNCIAS

- [1] ANDRADE PEREIRA, Marcelo. **Repensar o passado-recobrar o futuro: história, memória e redenção em Walter Benjamin**. História Unisinos, v. 12, n. 2, p. 148-156, 2008.
- [2] BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999.
- [3] BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. Brasília: Editora Brasiliense, 1987. v. 1.
- [4] BOLZ, N. 1992. É preciso teologia para pensar o fim m da história? **Revista USP**, Dossiê Walter Benjamin, 15(3):26-32.
- [5] CARVALHO, Edu. "Um campus educacional chamado Maré". Mareonline, [s.d.]. Disponível em: <https://mareonline.com.br/um-campus-educacional-chamado-mare/>. Acesso em: 06.02.2024
- [6] GOLDSCHMIT, Marc: **"L'Écriture du messianique: la philosophie secrète de Walter Benjamin"**. Paris: Hermann Éditeurs, 2010.
- [7] Infográfico da desigualdade. Um Revellion por dia. Casa Fluminense, 2018.
- [8] LÖWY, M. 2001. Walter Benjamin: Avertissement d'incendie – **Une lecture des theses "Sur le concept d'histoire"**. Paris, PUF, p. 137
- [9] MATE, Reyes. **Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Beniamin sobre o conceito de história**. Porto Alegre: Editora Unisinos, 2011.
- [10] Mare Online. Um campus educacional chamado Maré. Disponível em: <https://mareonline.com.br/um-campus-educacional-chamado-mare/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

- [11] Rocha, C. C. "O que incomoda a elite brasileira: as cotas em debate". SINPRO-DF, [s.d.]. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/artigo-o-que-incomoda-a-elite-brasileira-as-cotas-em-debate-por-cristino-cesario-rocha/>. Acesso em:
- [12] SABOTAGE. No Brooklin. In: **Rap é Compromisso!**. [S.l.]: Cosa Nostra, 2001. 1 CD. Faixa 5.
- [13] Sonar a escuta das redes. In: **O globo.com**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-dasredes/post/2023/03/eduardo-bolsonaro-faz-acusacoes-falsas-sobre-envolvimento-com-o-crime-organizado-apos-agenda-de-dino-na-mare.ghtml>. Acesso em: 01 de agosto de 2023
- [14] SELIGMANN-SILVA, Márcio. Walter Benjamin: o estado de exceção entre o político e o estético. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 29, p. 228, 2007
- [15] STRECK, Lenio Luiz. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Capítulo 8

Violência conjugal: os fatores que levam a mulher a permanecer na relação

Nubia Costa Nascimento

Agnaldo Junior Santana Lima

Resumo: A violência contra a mulher é reconhecida como causa de adoecimento, sendo considerada uma questão de saúde pública em nível global. Como objetivo esta pesquisa realizou, em artigos científicos, o levantamento das principais razões que levam a mulher a se manter numa relação de violência perpetrada por parceiro íntimo. O presente estudo se classifica como qualitativo, do tipo pesquisa bibliográfica e utilizou a plataforma Scielo para busca de artigos. Foram selecionados dezoito artigos, identificando doze motivos, organizados em três categorias: Fatores Ambientais 1 - Vulnerabilidade socioeconômica, 2 - Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio, 3 - Ausência e/ou influência negativa da rede social, 4 - Falta de apoio familiar; Fatores Culturais: 1 - Transgeracionalidade da violência doméstica, 2 - Naturalização da violência conjugal, 3 - Estereótipo e pressão em torno da maternidade e Fatores Psicológicos: 1 - Dependência afetiva, 2 - Rebaixamento da autoestima, 3 - Sentimento de culpa, 4 - Sentimento de medo e 5 - Depressão e dependência química. Verificou-se que o motivo mais citado foi a vulnerabilidade socioeconômica, no entanto, há mais motivos psicológicos a serem superados, além disso, as razões se interrelacionaram, influenciando significativamente na decisão da manutenção do relacionamento pautado pela violência. Cabe a rede social, profissionais, instituições, executores e elaboradores de políticas públicas compreender a complexidade da questão para que colaborem e atuem de forma a acolher, auxiliar e orientar as pessoas envolvidas, principalmente, as mulheres em situação de violência conjugal a se tornarem proprietárias e protagonistas de suas próprias vidas.

Palavras chave: violência contra mulher, violência conjugal, violência doméstica.

1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é reconhecida como uma das principais causas de adoecimento, sendo, por isso, considerada como uma questão importante de saúde pública em nível global. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma em cada três mulheres em todo o mundo sofre violência física ou sexual (ONU, 2021). Segundo Porto (2006), a condição de ser mulher é principalmente uma construção social, que destaca aspectos de vulnerabilidade e submissão ao gênero oposto, que pode ser o parceiro, ex-parceiro, o pai, o padrasto ou outro familiar masculino.

A violência doméstica e familiar contra a mulher se configura como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Lei nº.11.340, 2006, art 5º, p. 16). Enquanto o termo violência conjugal está relacionado essencialmente a uniões conjugais que se manifestam por atos de abuso entre os cônjuges, “as relações conjugais violentas estão por vezes tão enraizadas que se tornam invisíveis e podem ser entendidas como práticas pertencentes ao modo de funcionamento daquelas pessoas” (Petersen et al., 2019, p. 4).

Apesar do longo período de luta pelos direitos da mulher e igualdade de gênero, a luta contra a violência começou a angariar conquistas a partir da metade do século passado. Não devemos esquecer que a alienação da autoidentificação da mulher como um ser submisso e servil foi construída e durou milênios, sendo ainda hoje defendida por grupos conservadores. No Brasil, as leis e estruturas que protegem e defendem as mulheres contra as agressões foram conquistadas há praticamente duas décadas, sendo a mais importante a Lei 11.340 de 2006 (2006), a Lei Maria da Penha.

Mesmo com essa revolução, ainda nos dias atuais, muitas mulheres não conseguem romper o vínculo com seus abusadores. A maior parte das agressões e feminicídios ocorrem no domicílio das vítimas, onde o perpetrador tem fácil acesso e está escondido do olhar repressivo da sociedade (Meneghel & Portella, 2017; Paixão et. al., 2015).

Entender os aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais das relações de gênero, possibilita visualizar a origem das questões de desigualdades nas relações conjugais. Mas compreender o motivo da manutenção do vínculo ao qual mulheres em vivência de violência conjugal preferem permanecer, será uma luz a mais dentro de uma realidade que é extremamente complexa e requer um amplo conhecimento para desenvolver um atendimento psicoterápico voltado principalmente para as questões de ligação e vulnerabilidade, como também para se elaborar e efetivar condutas e políticas públicas com a finalidade de dirimir o problema da violência contra a mulher.

Neste contexto, esta pesquisa traz como motivação compreender os possíveis motivos, indicados nos artigos científicos, que levam a mulher em situação de violência conjugal a procrastinar a ruptura, ou manter o vínculo, com o seu cônjuge agressor. E, como objetivo principal, verificar as principais razões que levam a mulher a se manter numa relação de violência perpetrada por parceiro íntimo. Para alcançar tal finalidade pretende-se identificar e categorizar estas razões que colaboram para manutenção da relação permeada pela violência, descrever os fatores e categorias encontradas na pesquisa.

Com base nessas informações os profissionais da área de apoio formal, como profissionais da área de saúde mental e física, da área da segurança pública, da área jurídica e demais pessoas da rede social, poderão compreender e conduzir de forma mais assertiva o acompanhamento, tendo uma ideia de quais caminhos poderão nortear a atuação. Além disso, as instituições da rede de atenção formal poderão elaborar políticas

públicas mais precisas, além de possibilitar a estrutura necessária para que a mulher em situação de violência consiga assumir o protagonismo das suas escolhas.

2. MÉTODO

O presente estudo se classifica como qualitativo, do tipo pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi realizada utilizando a plataforma SciELO. A pesquisa aos artigos foi realizada de julho a outubro de 2023, utilizando o descritor “violência por parceiro íntimo” com o qual foram encontrados 154 artigos. A busca dos artigos tinha como principal finalidade elencar os motivos em que as mulheres em situação de violência conjugal não conseguem romper o vínculo com o seu agressor e por isso, muitos artigos que abordavam outras questões relacionadas com a violência conjugal não foram considerados. Como critério de exclusão, os artigos relacionados unicamente com a prevalência da violência, consequências da violência, a perspectiva masculina e de profissionais da área da saúde ou jurídica sobre a violência conjugal foram dispensados, restando apenas 18 artigos que foram publicados do ano 2010 até 2023.

Os artigos foram analisados e sistematizados por meio da Análise de Conteúdo Qualitativo (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021). Os motivos foram identificados e organizados em três grupos: fatores ambientais, fatores culturais e fatores psicológicos, e, dentro destes, categorias que serão apresentados no item resultados e discussão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência conjugal se refere a um fenômeno amplo, complexo e multideterminado, em uma perspectiva relacional, podendo pressupor agressões mútuas (Rosa; Falcke, 2014), apesar de se manifestarem em tipos e intensidades diferentes.

Para Casique e Furegato (2006), a violência de gênero, que pode ser descrita e interpretada como violência conjugal, é o “resultado das relações de dominação masculina e de subordinação feminina, em que o homem pretende evitar que a mulher lhe escape, pois não deseja separar-se, mantendo-a sujeita a uma submissão sem escapatória” (Casique & Furegato, 2006, p. 03).

Os dezoito artigos utilizados para fazer o levantamento das razões que dificultam o rompimento da relação da mulher em situação de violência com o perpetrador estão apresentados no Quadro 1. Os artigos foram catalogados com nome dos autores e ano, tipo de pesquisa, número de colaboradores e os motivos, apresentados como categorias, relacionados ao não rompimento do vínculo.

Quadro 1 - artigos utilizados no estudo sobre o levantamento das principais razões que levam a mulher em situação de violência conjugal a procrastinar a ruptura do vínculo com o seu cônjuge

Autor/ano	Pesquisa	Participantes	Categoria
Batista et al. (2020)	Quantitativa Descritiva	136 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Ausência e/ou influência negativa da rede social - Estereótipo e pressão em torno da maternidade - Dependência afetiva - Rebaixamento da autoestima - Sentimento de medo - Depressão e dependência química
Camicia, Silva & Schmidt, (2016)	Qualitativa Estudo de caso	1 mulher	- Transgeracionalidade da violência doméstica - Naturalização da violência conjugal
Carneiro et al. (2019)	Qualitativa	38 mulheres	- Ausência e/ou influência negativa da rede social - Transgeracionalidade da violência doméstica - Naturalização da violência conjugal
Carneiro et. al. (2020)	Qualitativa	29 mulheres	- Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio - Falta de apoio familiar
Carvalho et al. (2022)	Qualitativa Exploratório descritivo	16 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio - Falta de apoio familiar - Naturalização da violência conjugal - Depressão e dependência química
Gomes et al., 2022	Qualitativa Estudo descritivo	29 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Naturalização da violência conjugal - Dependência afetiva - Rebaixamento da autoestima
Grihom, Metz e Thevenot (2022)	Qualitativa	36 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Estereótipo e pressão em torno da maternidade - Transgeracionalidade da violência doméstica - Dependência afetiva - Sentimento de medo
Guimarães, Diniz e Angelim (2017)	Qualitativa	20 mulheres	- Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio - Dependência afetiva
Haack e Falcke (2020)	Qualitativa	600 pessoas	- Transgeracionalidade da violência doméstica - Naturalização da violência conjugal - Dependência afetiva
Jong, Salada e Tanaka (2008)	Qualitativa	12 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Estereótipo e pressão em torno da maternidade - Dependência afetiva - Sentimento de culpa - Sentimento de medo
Krenkel e Moré (2017)	Qualitativa	33 artigos	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio - Ausência e/ou influência negativa da rede social - Falta de apoio familiar - Sentimento de medo
Paixão et. al. (2015)	Qualitativo Social estratégica	19 mulheres	- Transgeracionalidade da violência doméstica - Naturalização da violência conjugal
Razera et al. (2021)	Qualitativa Explanatória	304 casais	- Transgeracionalidade da violência doméstica - Depressão e dependência química

Quadro 1 - artigos utilizados no estudo sobre o levantamento das principais razões que levam a mulher em situação de violência conjugal a procrastinar a ruptura do vínculo com o seu cônjuge (continuação)

Autor/ano	Pesquisa	Participantes	Categoria
Rocha, Galeli e De Antoni (2019)	Qualitativa, Exploratório descritivo	5 mulheres	- Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio - Ausência e/ou influência negativa da rede social - Falta de apoio familiar - Sentimento de culpa
Santos e Carmo (2023)	Quantitativo	9.950 mulheres Registros Sinan	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira)
Santos e Moré (2011)	Qualitativa Exploratório descritivo	10 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Falta de apoio familiar - Estereótipo e pressão em torno da maternidade - Transgeracionalidade da violência doméstica - Dependência afetiva - Rebaixamento da autoestima - Sentimento de culpa - Sentimento de medo
Silva e Leite (2020)	Qualitativa	330 mulheres	- Vulnerabilidade sócio econômica (Dependência financeira) - Naturalização da violência conjugal
Sousa et al. (2018)	Qualitativa Exploratória	12 casais	- Naturalização da violência conjugal - Sentimento de culpa

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A decisão de uma mulher em situação de violência conjugal manter o vínculo com o seu companheiro agressor pode ser influenciada por uma série de fatores complexos e individuais. Os principais motivos foram organizados nos grupos: fatores ambientais, fatores culturais e fatores psicológicos, e estes apresentam categorias, sendo que estas podem ser observadas no Quadro 2.

Quadro 2 - categorização dos principais motivos que colaboram para manutenção da relação permeada pela violência

Fatores	Categorias
Ambientais	1 - Vulnerabilidade socioeconômica (Dependência financeira) 2 - Despreparo e/ou preconceito do suporte formal de apoio 3 - Ausência e/ou influência negativa da rede social 4 - Falta de apoio familiar
Culturais	1 - Transgeracionalidade da violência doméstica 2 - Naturalização da violência conjugal 3 - Estereótipo e pressão em torno da maternidade
Psicológicos	1 - Dependência afetiva 2 - Rebaixamento da autoestima 3 - Sentimento de culpa 4 - Sentimento de medo 5 - Depressão e dependência química

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

As questões que envolvem a permanência da mulher em uma situação de violência conjugal são multicausais e de difícil solução. Grihom, Metz e Thevenot (2022) destacam que durante séculos, e ainda hoje em muitas situações, a passividade das mulheres foi amplamente imposta pela família, comunidade, igreja, leis, instituições de saúde e culturais, pois essas tinham como interesse a manutenção do modo de vida patriarcal (Rosa & Falcke, 2014; Paixão et. al., 2015). No entanto, gradualmente, a visão da sociedade está mudando e o que era culturalmente aceito, hoje está sendo amplamente questionado.

Os artigos estudados não apresentam uma organização e classificação claras, citando motivos ora de forma profunda, ora de forma generalista e superficial. Com base na análise de conteúdo (Cardoso, Oliveira & Ghelli, 2021), pode-se vislumbrar que as categorias poderiam ser organizadas em: fatores ambientais, considerando como motivos que possuem uma existência para além do corpo e mente da mulher que vivencia a situação de violência e que de alguma forma pode ser observada de forma material; fatores culturais, que relacionam as crenças, tradições e costumes de um grupo social sendo transmitidas de forma horizontal e vertical, e fatores psicológicos, em que os resultados de tais influências ambientais estão ocultos na cognição e sentimentos, podendo ser observados apenas através da comunicação verbal e não verbal da própria protagonista da história de vida relatada.

As razões encontradas nos artigos pesquisados que colaboram para a permanência ou tardia ruptura dos relacionamentos perpetrados pela violência estão indicados e explicitados a seguir:

3.1. FATORES AMBIENTAIS

Os fatores ambientais envolvem razões que atuam como âncoras situacionais no universo feminino promovendo a permanência da mulher na situação de violência conjugal. Os fatores ambientais envolvem questões como características socioeconômicas e sociodemográficas, relacionais e familiares, e serão apresentados a seguir:

3.1.1. VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA (DEPENDÊNCIA FINANCEIRA)

Analisando os principais artigos utilizados nesta pesquisa, o motivo mais citado foi a dependência financeira ou vulnerabilidade socioeconômica, nove entre os dezoito pesquisados, esta atravessa várias categorias, sendo portanto, um dos mais expressivos para a continuidade da mulher na relação conjugal pautada pela violência.

Na pesquisa realizada por Carvalho et al. (2022), as mulheres apontam que a sujeição financeira que possuem do companheiro é um dos principais elementos para a permanência na relação, sendo que esta situação é agravada pela baixa escolaridade, existência de filhos e suporte insuficiente do governo quanto a programas de renda como o Bolsa Família (programa de transferência de renda do governo brasileiro para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza). A pesquisa realizada por Silva e Leite (2020) observou uma maior prevalência de violência psicológica e física em mulheres com menor renda familiar e baixa escolaridade, respectivamente.

Neste ponto podemos vincular o nível de escolaridade ao salário recebido por estas mulheres (Silva & Leite, 2020). Um estudo quantitativo que analisou os registros de violência perpetrados por parceiro íntimo no estado de Goiás, realizado por Santos e Carmo (2023), verificou que o maior número de registros de violência ocorreu com

mulheres sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (3.220 casos), seguidos de mulheres com fundamental completo e ensino médio incompleto (1577), ensino médio completo e superior incompleto (1368) e ensino superior completo (218). A escolaridade está atrelada tanto a um melhor salário, o que proporcionaria maior liberdade financeira para mulher, quanto a autoestima e esclarecimentos relacionados aos seus direitos (Santos & Carmo, 2023, Silva; Leite, 2020).

De acordo com Silva et al. (2023), a queda de renda, o desemprego e outros são alguns dos responsáveis pela potencialização do agravamento dos conflitos domésticos, bem como a não separação. Essa informação também é observada nos artigos de Jong, Salada e Tanaka (2008). Mesmo as mulheres que possuem alguma atividade remunerada, ou uma renda familiar baixa, que não chega a dois salários-mínimos, se desvincular do parceiro traria uma situação de insegurança de satisfação das necessidades básicas como alimentação e outros recursos essenciais como pagar as contas de água e energia (Gomes et al. 2022; Santos & Moré, 2011). Algumas descrevem uma total dependência ao companheiro, desde o alimento da família até a bebida e cigarro que consomem (Carvalho et al., 2022).

Somada a esta questão também se tem como relevante empecilho para separação conjugal o fato da mulher e seus filhos não terem casa própria. Um dos pontos indicados na pesquisa de Krenkel e Moré (2017), com mulheres saídas de casas abrigo, citam que os principais obstáculos para que estas consigam se reinserir socialmente são: a dificuldade financeira, de moradia e de trabalho. Ao descrever a história de vida de algumas mulheres, Grihom, Metz e Thevenot (2022) que, por não ter para onde ir, como ocorre com meninas que saem ou são expulsas de casa, acabam permanecendo ao lado dos seus agressores, faz com que muitas mulheres adotem uma postura passiva diante da violência.

Como estratégia para contornar essa realidade estão incluídas na rede formal de apoio do combate de violência contra a mulher as casas de apoio, ou casas abrigo, que são espaços temporários, sigilosos e seguros que têm como finalidade assegurar a integridade física, psicológica e emocional de mulheres que enfrentam situações de violência e ameaças de morte (Secretaria de Políticas para as Mulheres [SPM], 2011). As atividades realizadas nesses locais abrangem diversos aspectos, incluindo: atendimento para mulheres e seus filhos, abordando áreas como assistência social, jurídica e psicológica; proporcionando condições para a reintegração social das mulheres após deixarem a casa-abrigo, oferecendo suporte para emprego, moradia, cuidados infantis e acesso a serviços de saúde; além de informar as mulheres sobre seus direitos e como exercê-los; criando um ambiente acolhedor que promove a autonomia e a proteção da autoestima, atuando como um recurso crucial no combate à violência contra a mulher (SPM, 2011). Portanto, as casas de acolhimento, ou casas abrigo, são muito mais do que um simples local de proteção, é um espaço onde mulheres que vivem uma mesma realidade podem se ouvir, se entender, se apoiar, formando laços que fortalecem a decisão da ruptura do cotidiano de violência conjugal.

3.1.2. DESPREPARO E/OU PRECONCEITO DO SUPORTE FORMAL DE APOIO

As estruturas institucionais de apoio a mulher vítima de violência doméstica podem ser tanto uma alavanca para que esta se liberte da relação mediada pela agressão, quanto a falta de conhecimento, ausência ou despreparo dos profissionais pode favorecer a permanência da mulher na convivência abusiva, se caracterizando como uma violência institucional ou programática (Rocha, Galeli & De Antoni, 2019).

Muitas mulheres relatam se sentirem criticadas e julgadas por profissionais da área de saúde e segurança pública, quando estas vão à procura de atendimento, orientação ou ajuda. Experienciar essas situações fazem com que as mulheres não reconheçam a rede formal como espaços eficazes para compreendê-las, auxiliá-las ou proporcionar um suporte, pois afeta de forma negativa a autoestima fazendo com que estas descreditem no potencial de apoio que as instituições poderiam oferecer, e pior, por vergonha, evitem procurar novamente ajuda (Carvalho et al, 2022).

Os profissionais da justiça, por exemplo, exigem um posicionamento das mulheres quanto à suspensão ou continuidade do processo judicial, sendo que não é oferecido um tempo para reflexão, explicação ou orientação sobre as decisões e nem levado em consideração que a mulher pode estar vivenciando uma dissonância cognitiva. Tal conduta faz com que muitas se sintam pressionadas, induzindo a um arquivamento do processo (Guimarães, Diniz & Angelim, 2017).

Segundo a pesquisa de Guimarães, Diniz e Angelim (2017), durante as audiências os profissionais envolvidos nos processos costumam perguntar as denunciante vítimas de violência conjugal: “Você tem certeza de que quer denunciar/continuar o processo?”, “Você sabe o que pode acontecer com ele?”; “Você tem certeza de que quer processar o pai de seus filhos?” (Guimarães, Diniz & Angelim, 2017, p. 9), tais questionamentos evidenciam o despreparo desses profissionais em lidar com a situação, pois com essa condução apenas alimenta as incertezas da mulher, estimulando-a a desistir do processo e/ou da separação.

Carneiro et al. (2020) aponta que a falta de conhecimento acerca dos trâmites legais e o longo período dos processos jurídicos podem ser fatores de risco para desistência de processos contra o agressor. Considerando essa situação, as devidas orientações e esclarecimentos são essenciais para que as mulheres que vivenciam um cenário de violência conjugal deem seguimento a ação jurídica e façam uso de todos os seus direitos.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres orienta uma série de políticas públicas voltadas a emancipação da mulher, como também destaca um conjunto de serviços direcionados à promoção de direitos e assistência às mulheres vítimas da violência (Carneiro et al. 2020).

Faz parte da rede de atenção e proteção a mulher órgãos públicos da saúde, assistência social, segurança pública e justiça, entre estes podemos citar os postos de saúde, hospitais, casa da mulher brasileira, casas de passagem, casas abrigo, Centros de Atenção a Mulher (CAM), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), varas judiciais, promotoria, defensorias públicas, delegacias e Delegacia de Defesa da Mulher (DEAM). Além destes ainda há a Central de Atendimento à Mulher - 180, que funciona 24 horas, e que pode ouvir e orientar mulheres em situação de violência (Krenkel & Moré, 2017; Delzियो et al. 2022). Destaca-se que, por formarem uma rede, esses setores devem atuar de forma integrada e articulada possibilitando a identificação da violência, o acolhimento no momento do atendimento e os devidos encaminhamentos (Carneiro et al., 2020).

Independentemente da situação de violência, ter uma escuta acolhedora e compreensível faz uma significativa diferença nos próximos passos que serão adotados de quem está fragilizada pela situação e as instituições formais de apoio são fundamentais para que a mulher consiga melhorar a própria realidade.

3.1.3. AUSÊNCIA OU INFLUÊNCIA NEGATIVA DA REDE SOCIAL

As redes sociais são formadas por todas as relações significativas, capazes de proporcionar apoio ou ajuda nos momentos de crise. Estão incluídas na rede social a família, que neste estudo terá uma atenção a parte, os amigos, os vizinhos, colegas de trabalho, grupos religiosos e outros que conhecem diretamente a pessoa em questão (Sluzki, 2003; Rocha, Galeli & De Antoni, 2019).

Ainda segundo Sluzki (2003), a rede social de um indivíduo é uma peça-chave para seu bem-estar, influenciando diretamente os cuidados com a saúde e promovendo comportamentos corretivos e práticas de cuidado, o que, por consequência, se relaciona positivamente com a longevidade, pois contribuem dando um sentido a existência humana favorecendo a estruturação da identidade pessoal. A rede social é uma vertente que pode auxiliar a mulher a se desvincular de uma relação de violência, ou pode fortalecer a permanência nela.

Existem países que, por motivos culturais e religiosos, a emancipação da mulher é vista como uma transgressão social e uma contravenção familiar (Carneiro et al., 2019). No Brasil, de um modo geral, ainda perpassa por costumes patriarcais que sustentam a ideia do homem como ser superior, viril e forte, enquanto a mulher é incentivada a se comportar de modo submisso, frágil e servil (Carneiro, 2019). Alguns grupos culturais reforçam mais o comportamento de submissão da mulher do que outros, como determinados grupos religiosos, regionais ou étnicos, como por exemplo, alguns grupos religiosos que alegam que se a mulher estudasse e ficasse mais inteligente, poderia se tornar a responsável pela família, causando o fracasso matrimonial (Soares, 2019), reforçando o estereótipo de gênero e de família.

Os diversos traços considerados como características intrínsecas de homens e mulheres são resultantes da construção histórico-social que perpetua a desigualdade de gênero, validando a subordinação das mulheres e a superioridade social e sexual dos homens. Essas discrepâncias promovem relações íntimas abusivas, expondo as mulheres a riscos de violência conjugal e incentivando a permanência em relacionamentos violentos por longos períodos (Carneiro, 2019).

A mulher isolada socialmente tem muita dificuldade para romper o vínculo com cônjuge agressor (Carneiro, 2019). Os parceiros abusadores muitas vezes exercem controle sobre as vítimas, isolando-as de amigos e familiares, impedindo-as de continuar os estudos ou exercerem um trabalho. Essa falta da rede social faz com que as mulheres se sintam mais vulneráveis e sem recursos para sair da situação de violência (Carneiro, 2019).

As relações de amizade são mais significativas e efetivas, pois há um compartilhamento de alegrias e tristezas, mesmo existindo um distanciamento físico, enquanto a redução da rede torna a mulher mais dependente da atenção do cônjuge, contribuindo para manutenção da violência, alimentando ainda mais o ciclo (Krenkel & Moré, 2017).

A ampliação e fortalecimento das relações de amizade é observado como um fator fundamental para qualidade de vida, que estimula a autoconfiança e empoderamento da mulher. No entanto, é essencial que se tenha atenção quanto as funções que desempenham, o grau de compromisso no relacionamento e o significado que é atribuído a cada pessoa da rede de apoio social, incentivando aquelas que podem promover uma mudança, e provocar uma reflexão sobre as amizades que colaboram para manutenção do relacionamento abusivo (Krenkel & Moré, 2017).

3.1.4. FALTA DE APOIO FAMILIAR

O apoio familiar e da rede social são consideradas fundamentais para proteção, suporte e é um fator diferencial para encorajar a mulher a denunciar as agressões e se libertar da situação de violência perpetrada por parceiro íntimo. Em um estudo realizado por Rocha, Galeli e De Antoni (2019), verificaram que mulheres com uma rede social pequena tem até 5 vezes mais chance de apresentar depressão; que a maioria das vítimas que formalizam a ocorrência em delegacias estão acompanhadas por familiares ou amigos; que após uma agressão grave, 40% das mulheres procuram abrigo na casa de familiares, e que portanto, o apoio da família e outros colaboram com a saúde mental e atua como fator de proteção para mulher que está em situação de perigo.

Carneiro et al. (2020) realizou uma estudo cujo objetivo era desvelar as estratégias de enfrentamento utilizadas por mulheres que vivenciaram violência conjugal e um dos pontos importantes foi o apoio familiar. Enquanto o suporte familiar afetivo e/ou financeiro contribui para a decisão feminina de se libertar da relação pautada pela violência, a falta do apoio da família colabora para a permanência ou regresso da mulher ao relacionamento abusivo, comprometendo a ruptura do ciclo e favorecendo o risco de suicídio. De acordo com o estudo realizado por Krekel e Moré (2017), os familiares são os primeiros a serem procurados com o objetivo de darem principalmente apoio emocional e ajuda material, no entanto, em muitos casos, os familiares desvalorizam os sentimentos da mulher, diminuem a gravidade da situação ou as responsabilizam pela situação de violência ocorrida.

A falta do apoio familiar pode estar associada a conflitos de convivência, dificuldades financeiras ou devido a crenças culturais de que o casamento é uma união permanente e, portanto, indissolúvel, devendo então, a mulher permanecer na relação, mesmo que esta lhe cause profundo sofrimento (Carneiro et al., 2020, Silva & Leite, 2020).

Um estudo internacional realizado com mulheres casadas no Afeganistão revelou que, por acreditar ser atribuição da mulher manter a harmonia da casa, a família tende a responsabilizá-la pela violência sofrida, apoiando o homem que se utiliza de meios agressivos para cobrar comportamentos e padrões entendidos como normais (Carneiro et al., 2019).

A falta do suporte familiar fragiliza a mulher na resolução de se desvincular da relação conjugal abusiva (Santos & Moré, 2011). Dificilmente a mulher em situação de violência, que não tem o apoio familiar, consegue fazer a denúncia ou romper a relação (Krenkel & Moré, 2017).

3.2. FATORES CULTURAIS

Os fatores culturais estão principalmente relacionados as crenças, ao conhecimento, a moral e aos costumes de um povo (Laraia, 2001). Refere-se ao modo de ser, viver e pensar das pessoas que compartilham o ambiente social com essa mulher, estando portanto, em uma transição entre o fator ambiental e psicológico. Os fatores culturais encontrados na pesquisa bibliográfica foram:

3.2.1. TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A transgeracionalidade refere-se aos processos que são passados de uma geração para a seguinte, perdurando ao longo da trajetória familiar. Ela se relaciona com os padrões de

interação que se reproduzem, mesmo quando as pessoas envolvidas não estão conscientes disso. Nesse contexto, os indivíduos transportam e transferem para os relacionamentos que constroem uma carga emocional originada em experiências passadas, que podem incluir tanto elementos positivos quanto negativos (Camicia, Silva & Schmidt, 2016; Santos & Moré, 2011; Paixão et. al., 2015).

Como observado por Haack e Falcke (2020), a exposição à violência na infância pode ser um indicativo de envolvimento em relacionamentos violentos no futuro. Neste contexto, é importante destacar que a qualidade do relacionamento conjugal pode ser influenciada significativamente pela dinâmica das relações com figuras maternas e paternas (Carneiro et al, 2019; Santos & Moré, 2011). Uma característica observada é que o uso de álcool, violência perpetrada pelos pais, sentimento de desamparo e perda de entes queridos são comumente observadas em mães que agredem os filhos ou que são agredidas pelos companheiros (Razera, 2021).

Ao analisar as experiências na família de origem, sobre o ciúme e a violência conjugal, Haack e Falcke (2020) identificaram um comportamento de possessividade no relacionamento dos pais, indicando uma transmissão transgeracional deste comportamento, ou seja, o ciúme entre os pais influencia a relação amorosa dos filhos. Pais que demonstram relações íntimas disfuncionais têm uma probabilidade maior de influenciar seus filhos a adotarem modelos de relacionamento que envolvem diversas formas de violência (Santos & Moré, 2011). Por outro lado, pais que desfrutam de um relacionamento conjugal mais harmonioso, marcado pela coesão e flexibilidade, proporcionam aos seus filhos configurações de relacionamento mais adaptativos e saudáveis ao longo das gerações. As sequelas decorrentes de problemas na infância podem causar danos duradouros ao desenvolvimento físico, emocional e social, com efeitos ambientais devastadores que perduram por muitos anos (Haack & Falcke, 2020).

Em um estudo realizado por Grihom, Metz e Thevenot (2022) com 36 mulheres, observaram que 1/4 das participantes tiveram uma infância traumática devido a convivência violenta proporcionada pelos pais. Para os pesquisadores, o vínculo da mulher ao seu agressor seria uma atuação poderosa inconsciente que a faz repetir o que viveu, além da existência de uma fantasia de reparar sua própria história, sendo, portanto, um processo intrafamiliar e intergeracional.

Uma pesquisa que aplicou entrevistas com mulheres em situação de violência traz diversos relatos de que as mães passam para as filhas a mensagem de que a agressão dentro do casamento é algo normal, porque com elas foi assim, e que a esposa tem que fazer pelo casamento, pois o próximo pode ser pior, já os irmãos preferem não se envolver (Carneiro et al. (2019), ou seja, a família orienta que a mulher deve fazer “por onde para manter o casamento”, da mesma forma que a mãe fez durante sua vida (Carvalho et al, 2022; Santos & Moré, 2011). Tal orientação deixa de ser uma transmissão transgeracional inconsciente, se caracterizando como cultural e consciente, sendo, portanto, muito mais violenta.

Os padrões familiares relacionados à violência são persistentes por meio de particularidades intergeracionais indiretas, manifestando-se em formas de agressão física ou verbal, bem como em ações emocionais, como choro ou silêncio, ao longo das diferentes gerações (Santos & Moré, 2011; Camicia, Silva & Schmidt, 2016). É um ponto delicado de ser desenvolvido, mas os filhos de relações violentas tem uma maior probabilidade de reproduzir o comportamento agressivo do pai, no caso dos meninos, ou reproduzir o comportamento de violência da mãe com os filhos e/ou submissão com os

parceiros, no caso das filhas (Santos & Moré, 2011; Camicia, Silva & Schmidt, 2016; Haack & Falcke, 2020; Paixão et. al., 2015).

Analisando a história de vida de mulheres que são vítimas de violência doméstica e principalmente conjugal, é recorrente observar que muitas passaram sua infância e adolescência em uma família disfuncional, onde a violência entre pais era recorrente (Silva; Leite, 2020). Tal vivência pode ser interpretada de forma inconsciente na vida adulta, sendo assim, se a mulher é controlada, humilhada ou maltratada pelo companheiro, isso pode não causar a estranheza que deveria, já que fez parte do cotidiano da sua vida, dificultando ainda mais um ato de protesto ou insubordinação quando o ato de violência é perpetrado pelo cônjuge.

Uma pesquisa realizada por Paixão et. al. (2015, p. 876) com 19 mulheres, verificou que estas estavam inseridas em um ciclo transgeracional em que: “presenciaram violência entre os pais; sofreram as repercussões da violência entre os pais; indignaram-se com a submissão da mãe ao companheiro; e estavam reproduzindo a violência conjugal” sem entender o porquê.

As experiências vivenciadas na família de origem que podem impactar os relacionamentos futuros das crianças englobam: a ocorrência de violência física por parte dos pais ou cuidadores durante a infância; a disfuncionalidade psicológica dos pais, incluindo problemas emocionais; estilos parentais, especialmente a negligência física, e a aliança parental, que se refere à relação entre os pais no que diz respeito à criação dos filhos, incluindo potenciais situações de violência conjugal (Razera et al. 2021; Carneiro et al., 2019; Paixão et. al., 2015).

3.2.2. NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Enquanto a transgeracionalidade refere-se a repetição de comportamentos familiares, a naturalização da violência, preconceito, discriminação ou racismo perpassa não apenas pela visão familiar, como também de membros da sociedade de um modo geral. Não representa a realidade, mas é interpretada pelo indivíduo como algo banal, sem importância, ao invés de um produto histórico social (Camicia, Silva & Schmidt, 2016; Paixão et. al., 2015).

A violência psicológica é a primeira a se manifestar em um relacionamento abusivo, materializando-se na forma de ciúme, no proibir de conversar com familiares e amigos, no controlar a maneira de se cuidar e vestir, dando a entender que seria por zelo, no entanto a mulher está tão desejosa de ter um amor, uma família, um protetor, que nem percebe que tal comportamento já é uma agressão ao jeito dela de ser e de viver (Gomes et al., 2022).

O ciúme, por exemplo, é uma temática recorrente na vida cotidiana, bem como em músicas, poesias e na literatura, é frequentemente retratado como uma demonstração de amor e preocupação, sendo percebido como um sentimento de cuidado que é interpretado dentro de contextos sociais e culturais. Dessa forma, ele pode se tornar um elemento integrado naturalmente nas relações íntimas, às vezes disfarçando a série de situações que podem levar à ocorrência de violência conjugal (Haack & Falcke, 2020).

Em uma pesquisa realizada por Sousa et al. (2018), ficou evidente que certas ações violentas não são percebidas de forma consciente, tanto em mulheres, como também nos homens, como o xingar e o gritar. Essa falta de percepção impede que reflitam a sua

condição de sujeitos oprimidos e opressores em relacionamentos desiguais. Isso ocorre, em parte, devido à tendência das mulheres em justificar o comportamento dos homens, atribuindo a responsabilidade dos atos violentos ao estresse, preocupações ou consumo de álcool. Essas situações indicam que, em alguns casos, as mulheres também internalizaram a ideia da submissão feminina, dessa forma, elas continuam a ser tratadas como objetos na relação, em vez de sujeitos com controle sobre suas próprias vidas (Sousa et al. 2018).

É importante ressaltar que em muitas situações o que parece ser a naturalização da violência, como a postura apática da mulher frente ao cotidiano de violência, trata-se, na verdade, de uma estratégia que visa evitar a ocorrência de novos episódios de agressão. Esses comportamentos de proteção, caracterizados como calar, evitar, recolher ou privar-se, podem aparentar passividade, mas o não discordar da conduta do companheiro, pode ser uma estratégia de defesa afim de evitar novos episódios de violência, inclusive o feminicídio, já que a separação não é uma opção considerada na perspectiva de vida delas no corrente momento (Gomes et al., 2022).

3.2.3. ESTEREÓTIPO E PRESSÃO EM TORNO DA MATERNIDADE

Batista et. al. (2020) indica que os filhos estão incluídos entre um dos principais motivos para que muitas mulheres continuem em um relacionamento abusivo, porém, também são a principal razão para que estas consigam se libertar do ciclo de violência.

Muitas mulheres não denunciam a agressão ou retiram a queixa no meio do processo porque acreditam que a denúncia pode prejudicar a segurança e bem-estar dos filhos, privando-os de um lar, ou seja, da presença de um pai que possa protegê-los e mantê-los (Jong, Salada & Tanaka, 2008; Santos & Moré, 2011). É frequente o relato de mulheres que preferem se manter em um relacionamento violento do que ver os filhos passando fome, e quando estas tinham um trabalho fora, pouco podiam contar com o auxílio de vizinhos ou parentes para cuidar das crianças (Santos & Moré, 2011).

Outro ponto de vulnerabilidade emocional ocorre com mulheres que sofreram abandono na infância, principalmente pela figura paterna. Estas expressam a preocupação de que seus filhos também passem pelas mesmas faltas, dificuldades e sofrimentos, não conseguindo perceber que conviver em um ambiente violento é tão danoso para formação da criança quanto não ter um pai presente (Grihom, Metz & Thevenot, 2022).

3.3. FATORES PSICOLÓGICOS

Os fatores psicológicos referem-se as crenças, a forma que a mulher vê o mundo, os outros, a si e ao futuro. Enquanto os fatores ambientais necessitam de uma readaptação externa e/ou social, os culturais necessitam de uma evolução comportamental coletiva, os psicológicos demandam uma reflexão, ressignificação e reestruturação de questões cognitivas e emocionais que estão disfuncionais na mulher. Os fatores psicológicos encontrados na pesquisa bibliográfica foram:

3.3.1. DEPENDÊNCIA AFETIVA

Todas as pessoas têm necessidade de carinho e atenção. Muitas mulheres não conseguem identificar o que seria um relacionamento saudável e respeitoso, e acabam interpretando

comportamentos caracterizados como violência psicológica como um indício de amor.

Gomes et al. (2022), ressalta que no início do relacionamento devido ao estreitamento dos laços afetivos e idealizações, é difícil a mulher perceber traços de um relacionamento abusivo, isso porque nesta etapa, muitas mulheres geram a expectativa de ser o centro do universo para o parceiro, de que ele nutre um amor incondicional e que formarão uma família feliz e perfeita (Gomes, et al., 2022).

Viver uma relação paradoxal entre amor e violência deixa as mulheres extremamente confusas sobre o sentimento e o tipo de vínculo que possuem com os parceiros, principalmente quando estes prometem mudar, reforçando a ilusão de que um dia a relação irá melhorar ou ser como antes, atuando como uma anestesia aprisionando a mulher (Guimarães, Diniz & Angelim, 2017).

Segundo Gomes et al. (2022), muitas mulheres decidem pôr um fim na relação abusiva, mas reatam algum tempo depois devido aos pedidos de desculpas e promessas, isso porque elas têm como importantes valores o casamento, a união da família e o bem-estar dos filhos, contribuindo assim para manutenção da violência conjugal (Santos & Moré, 2011). Essa expectativa pode ser reforçada por momentos de carinho ou arrependimento por parte do cônjuge, fazendo com que a mulher acredite que o relacionamento ainda pode ser salvo. Elas acreditam que podem controlar os episódios de violências ou mudar o companheiro sendo uma boa esposa, pagando as contas e fazendo o possível para agradar, no entanto, isso apenas demonstra ao agressor o quanto seu domínio sobre a outra pessoa está mais intenso, fazendo com que este amplie as restrições e violência (Gomes et al., 2022).

Segundo Walker (1979), a agressão conjugal contra a mulher segue um ciclo de três fases: fase 1 – o agressor fica irritado e tenso por coisas insignificantes, tem acesso de raiva, destrói objetos e faz ameaças; fase 2 – é a fase em que há violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial e fase 3 – onde ocorre o arrependimento do agressor, ele diz que vai mudar e a mulher acredita.

Mesmo manifestando o abuso psicológico, verbal ou físico, muitas mulheres têm uma crença alicerçadas no arrependimento do companheiro, acreditam que é uma situação temporária, que o companheiro pode mudar, ou que pode controlar os episódios de violência (Gomes et al., 2022; Carneiro et al., 2019). Para essas mulheres não se trata apenas de se separar do companheiro agressor, mas também desistir do amor e do casamento idealizados.

Existem situações em que a mulher utiliza o recurso da queixa contra o companheiro numa tentativa de controle, para que ele não realize mais agressões e cumpra o seu papel na família (Jong, Salada & Tanaka, 2008; Sousa et al. 2018). É uma estratégia legítima para conseguir o que considera como um direito, no entanto, muitas pessoas e autoridades não conseguem perceber, fazendo um julgamento raso. Na percepção da mulher, manter a denúncia pode levar à ruptura da família já que irá atingir a figura do protetor e mantenedor. O objetivo do registro da ocorrência é principalmente evitar novas agressões, pela intimidação através da figura do delegado. (Jong, Salada & Tanaka, 2008).

De acordo com Jong, Salada e Tanaka (2008), muitas mulheres desistem do processo contra o cônjuge justificando a afetividade que sentem pelo companheiro e pelo desejo de manter a família. Mesmo sendo vítima de violência física extrema, chegando as portas do feminicídio, o ouvir “eu te amo”, “me perdoe” é o suficiente para tentar novamente, para quem não recebeu muito carinho durante a vida, tais palavras fazem uma grande diferença

(Grihom, Metz & Thevenot, 2022). Tal postura por parte do agressor causa em muitas mulheres, principalmente naquelas que sofreram algum tipo de experiência de abandono na infância, uma determinada sensação que muitos buscam, a sensação de pertencimento, de ser desejada e de não estar sozinha no mundo.

A mensagem propagada de amor romântico e casamento idealizado, tão divulgadas nos contos infantis, filmes e novelas e que de forma subliminar passa a ser um objeto de desejo para felicidade plena e utópica de muitas pessoas, compromete a decisão de renunciar ao casamento infeliz, ou ao sonho não realizado. Também não podemos esquecer que tais idealizações foram construções de uma cultura machista, no qual a mulher deveria ser submissa ao pai e ao marido para que a harmonia familiar fosse plena. No entanto, uma convivência “pacífica” onde não se pode falar, fazer ou ser, é apenas submissão e medo. Assim, mesmo diante da violência conjugal, muitas vezes, elas preferem silenciar a terminar a relação (Batista et al., 2020).

3.3.2. REBAIXAMENTO DA AUTOESTIMA

Muitos agressores manipulam emocionalmente as vítimas, minando sua autoestima, fazendo-as sentir-se culpadas ou convencendo-as de que ninguém mais as amará. Isso pode levar à crença de que não há alternativa além de permanecer no relacionamento abusivo.

Uma pesquisa que se dedicou a examinar o discurso sobre a dependência afetiva de mulheres que enfrentam violência conjugal revelou que, em muitos casos, as mulheres podem permanecer submissas aos agressores devido a motivos emocionais. Isso inclui sentimentos de inferioridade e comportamentos que levam a não priorizar o seu próprio bem-estar (Batista et al., 2020).

Após o controle das relações sociais, a mulher em situação de violência começa a ter sua autoestima rebaixada, deixando de acreditar que é capaz de fazer e conquistar algo ou que ainda é uma mulher atraente (Gomes et al., 2022). O comprometimento da saúde psíquica promove o desenvolvimento de uma dissonância cognitiva nutrida pelo companheiro, fazendo com que a mulher fragilizada aceite o cotidiano de violência conjugal, retroalimentando a relação abusiva (Gomes et al., 2022).

Entre as ações que contribuem para o rebaixamento da autoestima de mulheres em situação de violência conjugal estão as ridicularizações, humilhações, depreciações e desqualificações de seu corpo, essas situações geram sentimentos de ansiedade, vergonha, isolamento e necessidade de agradar aos outros (Gomes et al., 2022; Santos & Moré, 2011). O sentimento de incapacidade, impotência e desvalorização faz com que as mulheres aceitem o cotidiano de violência já que não se sentem capazes de reagir e mudar a própria realidade. Essa manipulação psíquica por parte do companheiro, aliena e distorce a percepção da realidade da mulher de tal forma que muitas passam a acreditar que são merecedoras dos “castigos” sofridos (Gomes et al., 2022).

Diante do quadro da baixa autoestima, ou seja, sem força psicológica, dominada pelo sentimento de desamparo e somada a outras fragilidades, a mulher se vê sem a perspectiva de mudança de vida, restando-lhe se submeter às vontades e instabilidades do companheiro (Santos & Moré, 2011).

3.3.3. SENTIMENTO DE CULPA

O sentimento de culpa que algumas mulheres experimentam em relacionamentos abusivos pode ser influenciado por vários fatores psicológicos e emocionais. As mulheres em situação de violência conjugal frequentemente carregam um sentimento de culpa e vergonha, muitas vezes acreditando que a situação de violência é sua responsabilidade ou que é um reflexo de sua própria falha como esposa, muitas vezes sentindo-se culpadas pela violência que sofreram por não terem cumprido certas "obrigações" conjugais, como servir o jantar ou manter relações sexuais (Sousa et al. 2018). Outras sentem culpa pelo fato de, caso venham a se separar, estarem privando os filhos do convívio com o pai (Jong, Salada & Tanaka, 2008).

Há relacionamentos em que a agressão masculina se volta inteiramente para a companheira. O fato de não agredir as crianças faz com que a mulher se submeta por mais tempo ao lado do agressor achando que essa decisão será melhor para o presente e futuro dos filhos (Santos & Moré, 2011). Outro tipo é a culpa social ou cultural, pois, em algumas culturas ou comunidades, pode haver pressão social para que as mulheres mantenham seus relacionamentos a qualquer custo, pois a separação seria uma vergonha para a família (Sousa et al. 2018). Outra situação é a culpa por estar causando preocupação aos familiares (Rocha, Galeli & De Antoni, 2019), principalmente se estes forem idosos ou com problemas de saúde.

3.3.4. SENTIMENTO DE MEDO

As mulheres em situação de violência podem temer represálias físicas, emocionais ou financeiras do parceiro agressor se tentarem terminar o relacionamento, fazendo com que a mulher se sinta presa e com medo das consequências (Grihom, Metz & Thevenot, 2022; Jong, Salada & Tanaka, 2008).

Em um estudo realizado por Batista et al. (2020) com mulheres de homens apenados foi observado que estas se submetem por medo, a práticas que as expõem a riscos físicos e psicológicos, a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e a gravidez indesejada. Na percepção delas, se o parceiro é violento, sendo que elas não deram motivo, imaginam que será bem pior se não obedecerem, se reagirem à violência física, ou se denunciarem.

Como citado, o medo também está presente no momento de registrar a ocorrência de agressão. Há um certo receio de que o companheiro se torne mais violento, mas há também um receio pelo que possa vir a acontecer com ele, e por isso expressam arrependimento por terem formalizado a acusação, justificando a desistência do processo (Jong, Salada & Tanaka, 2008).

As ações controladoras do parceiro, principalmente as que se utilizavam de ameaças, geram consequências mais danosas à saúde mental das mulheres podendo gerar uma depressão ou Transtorno de Estresse Pós Traumático (Batista et al., 2020).

Krenkel e Moré (2017) citam que as mulheres em uma relação pautada pela agressão têm uma tendência a se isolar de outras pessoas, com as quais o parceiro não quer que elas se relacionem, para evitar novas situações de violência, por vergonha, mas principalmente por medo das ameaças de morte.

Questões legais como a custódia dos filhos também dificulta a separação. Muitas mulheres temem que, com a separação, percam a guarda dos filhos, além do medo de ficarem sozinhas (Santos & Moré, 2011). Neste e em outros sentidos a lei valida o que acha ser

melhor para criança, em termos de estrutura e presença de ambos os pais, por exemplo, mesmo estando sob medida protetiva, o pai ainda tem o direito de estar com os filhos, pois, só através de estudo psicossocial que comprove que a criança está em risco, pode ocorrer a suspensão da visitação paterna, conforme o Inciso IV do artigo 22 da Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha (Lei nº.11.340, 2006).

3.3.5. DEPRESSÃO E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Outro estado emocional que pode contribuir para a permanência da mulher em um relacionamento pautado pela violência conjugal é a depressão (Batista et al., 2020). A depressão é uma condição de saúde mental séria que pode afetar significativamente a qualidade de vida de uma pessoa e sua capacidade de funcionar no dia a dia.

A depressão é uma condição caracterizada por um estado persistente de tristeza profunda, falta de interesse ou prazer em atividades que normalmente seriam benéficas, alterações no sono, no apetite e na energia, sentimentos de desespero, desamparo e culpa, dificuldade de concentração e pensamentos de autolesão ou suicídio (DSM-V).

Em um estudo citado por Batista et. al. (2020), com 613 mulheres, as ameaças utilizadas como ações controladoras desencadeiam depressão e distúrbios de estresse pós-traumáticos fazendo com que elas busquem frequentemente os serviços de saúde.

Muitas mulheres acabam adotando como estratégia de enfrentamento o uso de substâncias lícitas ou ilícitas. Na pesquisa de Carvalho et al. (2022) com mulheres que consomem álcool ou drogas, estas e outras substâncias como cigarros e medicamentos sem orientação médica, são utilizados como uma fuga do problema, no entanto, essas mesmas substâncias tornam as mulheres passivas diante da relação abusiva, o que de uma forma indireta colabora para permanência da mulher na situação de violência (Carvalho et al., 2022).

Em pesquisas citadas por Razera et al. (2021), observou-se que a escolha do cônjuge incluía o critério de consumir álcool, o que possibilitou a repetição do histórico familiar. Batista et al. (2020) destaca que o uso de álcool e outras substâncias por mulheres pode representar um indicativo de violência conjugal, pois o uso dessas drogas pode ser uma tentativa de minimizar a angústia do cotidiano de violência (Carvalho et al. 2022).

Mesmo depois de anos, vivenciando um relacionamento violento, muitas mulheres declaram ter esperança de um dia o companheiro mudar e que estarão juntos como família se amando e respeitando.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os motivos que levam a mulher a permanecer em uma relação abusiva são multideterminados, interrelacionados e complexos, ou seja, se atravessam constantemente, sendo então, um processo interacional, na qual as diversas categorias envolvidas se afetam e se retroalimentam. Apesar do esforço, nem todas as possibilidades foram encontradas nos artigos científicos pesquisados. Algumas razões que não foram citadas e por isso não foram categorizadas incluem: negligência ou abusos sexual na infância ou adolescência; a valorização excessiva atribuída ao companheiro, interesse financeiro relacionado aos bens familiares, o status e projeção social, problemas de saúde, idade/envelhecimento, deficiências, além de outras possibilidades pertencentes a subjetividade e história de vida de cada uma. Alguns destes fatores são citados na cartilha

do Ministério da Saúde (2002), e outros foram constados através de relatos clínicos, em conferências ou citados em palestras.

Na presente pesquisa foram encontrados cinco fatores ambientais, três fatores culturais e cinco psicológicos que influenciam na permanência da mulher na relação pautada pela violência conjugal.

Considerando os fatores ambientais, a vulnerabilidade socioeconômica, é um dos principais entraves que mantém a mulher subjugada à situação de violência doméstica, principalmente a conjugal, sendo o ponto mais citado na maioria dos artigos. Ressalta-se que este ponto é ancorado por outras questões que influenciam a decisão da mulher, como: baixa escolaridade, instabilidade de renda e falta de moradia. Um passo importante rumo a ruptura da relação seria avaliar a estrutura socioeconômica da pessoa, estimulando que ela busque uma autonomia financeira através de estudos, como cursos profissionalizantes, aperfeiçoamentos, formação básica entre outros, elevando assim a autoestima. É importante também estimular a procura de um trabalho ou ofício, que a faça se sentir dona das suas escolhas, e a busca de um local que possa residir em paz, seja na casa de algum parente, com recursos próprios ou através do auxílio dado pelo governo, como as casas abrigo, sendo que este último é temporário, mas um valioso instrumento para consolidação do desapego da relação abusiva.

A apropriação dos direitos e conhecimento sobre a estrutura do suporte formal de apoio também é um importante passo. Os profissionais destas instituições devem estar aptos a compreender a realidade da mulher vítima de violência e também capacitados para fazer um bom atendimento, acolhendo, esclarecendo e orientando durante todo o processo de uma forma empática e sem julgamento. Outro ponto fundamental é que as escolas sejam incluídas na rede formal de apoio. O cotidiano da violência doméstica gera distorções cognitivas e crenças de que a submissão ou violência é uma forma social ou familiar de lidar com as pessoas mais próximas, isso graças a naturalização da violência. A escola pode ter um papel fundamental na identificação desses padrões, possibilitando aos filhos que convivem em relações abusivas uma psicoeducação que traga reflexões e consiga romper o ciclo de violência intergeracional. Mas para isso, precisa ter servidores que tenham uma atenção e formação profissional que os habilite a identificar, encaminhar e/ou psicoeducar, quanto a violência doméstica e outras que prejudicam o desenvolvimento psicossocial das crianças e adolescentes.

Nos artigos pesquisados foi verificado que a rede social é um dos elementos que mais colaboram para o protagonismo das mulheres que não desejam se separar ou empoderamento daquelas que desejam, sendo assim, é fundamental estimular a mulher que está vivenciando uma relação abusiva a ter novas conexões sociais, se possível com pessoas que vivenciaram ou vivenciam a mesma realidade. Atualmente existem grupos nas redes sociais que compartilham além das experiências, suas dores e superações. Indicar palestras, possibilitar psicoterapia individual e/ou em grupo, cursos ou eventos voltados para temática possibilita a mulher o despertar para que esta perceba que não é a única a estar nesta situação e como muitas outras fizeram, também podem mudar a própria realidade.

Quanto as relações familiares, são construções históricas pautadas em uma série de acontecimentos. É essencial avaliar quando uma aproximação seria positiva ou não, quando deveria ser estimulada ou evitada. A família, através do seu apoio afetivo, estrutural e material, pode ser uma porta importante para retirar da mulher do cotidiano de violência, ou uma grade fazendo com que esta permaneça no cárcere da situação.

Considerando os fatores culturais, é essencial considerar o contexto relacional em que está inserida esta mulher, buscando promover reflexões que possibilitem diferentes padrões e soluções alternativas que quebrem a repetição transgeracional e a naturalização da violência favorecendo atitudes e comportamentos mais coerentes e adaptativos, que sejam sentidos e refletidos nas relações parentais atuais.

Tantos séculos aprendendo que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” ou “ruim com ele, pior sem ele” tornaram as pessoas, precisamente as relações sociais, distanciadas afetivamente do que estava ocorrendo com a vida de outros, mas hoje tais ditados populares causam estranhamento e revolta. A sociedade está evoluindo, aprendendo a olhar a dor do outro, possivelmente assim, no futuro, as pessoas possam adquirir uma qualidade de vida e desenvolvimento de relacionamentos mais saudáveis.

Sobre a categoria estereótipo e pressão em torno da maternidade, é uma característica de muitas mães priorizar o bem-estar dos filhos, algumas vezes, em detrimento ao delas, comportamento este estimulado culturalmente, em que a mulher é ensinada e cobrada a ser a principal responsável pelos filhos. Variáveis relacionadas à prole que podem pesar na decisão do rompimento da relação abusiva são: número de filhos, quanto maior o número de filhos, maior o receio de conseguir manter e cuidar deles sozinha; idade das crianças, quanto mais dependente de cuidados, maior é o receio da separação devido a dificuldade de ter com quem deixar a criança para trabalhar; e estado de saúde, caso os filhos tenham algum problema de saúde físico e/ou cognitivo, a dependência a um parceiro que possa dividir as responsabilidades se torna cada vez mais significativa. Entre os artigos pesquisados, não foi encontrado nenhum que citasse essas possibilidades, sendo aqui relatado com base nos depoimentos clínicos, relatos de casos e convivência social com mulheres que vivenciaram a violência conjugal.

O lidar com os fatores psicológicos requer muito mais empatia, cuidado e compreensão. Pode existir um abismo de diferenças entre a realidade da pessoa que está acolhendo e da pessoa em situação de violência que está sendo acolhida, sendo assim, a visão de mundo desta mulher fragilizada não deve ser menosprezada, nem minimizada.

Considerando a dependência afetiva, o rebaixamento da autoestima, o sentimento de culpa, de medo e a depressão, é fundamental o apoio da rede social, entre esta, se possível a familiar, o acompanhamento do suporte formal de apoio, entre este o psicológico, para que a mulher em situação de violência conjugal se aproprie de sua vida e seja protagonista da sua história, afim de romper a cultura da violência familiar possibilitando uma nova expectativa de vida para si e para os seus filhos.

Para que a mulher se sinta segura quanto a reflexão sobre os fatores ambientais, culturais e psicológicos é importante que esta tenha uma situação econômica satisfatória, uma moradia estável e adequada, apoio da rede social, principalmente a familiar, e se possível e necessário, acompanhamento da rede formal de atenção à mulher em situação de violência. Mas principalmente, é importante que esta mulher tenha um acompanhamento psicológico que possa orientá-la na sua vida e na educação dos filhos, tornando o ambiente familiar mais harmonioso e afetivo. É fundamental que a mulher se perceba em outro contexto histórico que a possibilite romper com os moldes patriarcais historicamente impostos, principalmente na posição de inferioridade e submissão na esfera social.

Por ser uma questão extremamente complexa e multifacetada, a violência contra a mulher é uma luta que envolve reestruturação de valores e crenças do casal, da família, da sociedade e das instituições diretamente relacionadas.

Mudar a realidade da violência conjugal e doméstica é uma luta de todos e todas, cabe a rede social, aos profissionais da saúde física e mental, de segurança pública e judicial, as instituições, aos executores e aos elaboradores de políticas públicas, compreender a complexidade da questão para que colaborem e atuem de forma a acolher, auxiliar e orientar as pessoas, principalmente, as mulheres em situação de violência conjugal a solucionar ou romper com essa realidade.

Analisando as vitórias quanto aos direitos iguais e proteção e respeito quanto a mulher, estamos evoluindo. É uma batalha que ainda tem um longo caminho pela frente, mas que está avançando de forma consciente e fortalecida. Finalizo essas considerações com uma frase citada na Cartilha sobre violência doméstica contra mulheres, publicada pela UFSC: “Não existe mulher que gosta de apanhar, o que existe é mulher humilhada demais para denunciar; machucada demais para reagir e com medo demais para acusar” (Delziovo et al. 2022, p. 19).

REFERÊNCIAS

- [1] Batista, V. C., Marcon, S. S., Arruda, G. O. de., Teston, E. F., Monteschio, L. V. C., Godoy, F. J. de., Cardelli, A. A. M., & Silva, E. S.. (2020). Fatores associados às práticas de violência conjugal em mulheres de apenados. *Acta Paulista De Enfermagem*, 33, eAPE20190150. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AR01505>
- [2] Lei nº.11.340, de 7 de agosto de 2006 (2006). Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>.
- [3] Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. (2011). Diretrizes Nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência Brasília, DF. Disponível em https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigo-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia.
- [4] Camicia, E. G.; Silva, S. B. & Schmidt, B. (2016). Abordagem da transgeracionalidade na terapia sistêmica individual: um estudo de caso clínico. *Pensando fam. Porto Alegre*. Vol.20 no.1.
- [5] Cardoso, M. R. G; Oliveira, G. S. & Ghelli, K. G. M. (2021). Análise de conteúdo: Uma metodologia de pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.98-111.
- [6] Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Campos, L. M., Silva, A. F. da., Cunha, K. S. da., & Costa, D. M. D. S. C. D.. (2019). Understanding marital violence: a study in grounded theory. *Revista Latino-americana De Enfermagem*, 27, e3185. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.3116.3185>
- [7] Carneiro, J. B., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Paixão, G. P. do N., Romano, C. M. C., & Mota, R. S.. (2020). UNVEILING THE STRATEGIES USED BY WOMEN FOR CONFRONTING MARITAL VIOLENCE. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 29, e20180396. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0396>
- [8] Carvalho, M. R. da S., Oliveira, J. F. de., Gomes, N. P., Matheus, F. A. V., Silva, A. F. da., & Carvalho, C. da S.. (2022). VULNERABILITY ELEMENTS FOR PERMANENCE IN MARITAL VIOLENCE: SPEECHES OF WOMEN WHO CONSUME ALCOHOL/DRUGS. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 31, e20180516. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0516en>
- [9] Casique Casique, L., & Furegato, A. R. F.. (2006). Violence against women: theoretical reflections. *Revista Latino-americana De Enfermagem*, 14(6), 950–956. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000600018>
- [10] Delziovo, C. R., Taquette, S. R., Carvalho, M. G. O., Coelh, E. B. S., Oliveira, C. S., Warmling, D. & Bolsoni, C. C.(2022). Cartilha Violência Contra Mulheres: rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica. Florianópolis, UFSC, 35 p.
- [11] Gomes, N. P., Carneiro, J. B., Almeida, L. C. G. de., Costa, D. S. G. da., Campos, L. M., Virgens, I. da R., & Webler, N.. (2022). PERMANÊNCIA DE MULHERES EM RELACIONAMENTOS VIOLENTOS: DESVELANDO

O COTIDIANO CONJUGAL. *Cogitare Enfermagem*, 27, e78904. <https://doi.org/10.5380/ce.v27i0.78904>

[12] Grihom, M.-J., Metz, C., & Thevenot, A.. (2022). Femmes dans un lien conjugal violent. Passivité-détresse dans les liens premiers et entraves de la subjectivation. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 25(3), 619–642. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n3p619.7>

[13] Guimarães, F. L., Diniz, G. R. S., & Angelim, F. P.. (2017). "Mas Ele Diz que me Ama...": Duplo-Vínculo e Nomeação da Violência Conjugal. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 33, e3346. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3346>

[14] Haack, K. R., & Falcke, D.. (2020). Seria o Ciúme Mediador entre as Experiências na Família de Origem e a Violência Física na Conjugalidade?. *Psico-usf*, 25(3), 425–437. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250303>

[15] Jong, L. C., Sadala, M. L. A., & Tanaka, A. C. D. A.. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Da Escola De Enfermagem Da USP*, 42(4), 744–751. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342008000400018>

[16] Krenkel, S., & Moré, C. L. O. O.. (2017). Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 37(3), 770–783. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000192016>

[17] Laraia, R. B. (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed., Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. <https://petarquiteturaufmg.files.wordpress.com/2013/04/laraia-cultura-um-conceito-antropolc3b3gico.pdf>

[18] Meneghel, S. N., & Portella, A. P.. (2017). Feminicídios: conceitos, tipos e cenários. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 3077–3086. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>

[19] Ministério da Saúde (2002). Violência intrafamiliar – orientações para a prática em serviço. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 8, (Série A – Normas e Manuais Técnicos, n. 131). Brasília, DF. 96p.

[20] ONU. Organização das Nações Unidas. (2021) OMS: uma em cada 3 mulheres em todo mundo sofre violência. <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%A2ncia#:~:text=%E2%80%9CA%20viol%C3%A2ncia%20contra%20as%20mulheres,%2C%20diretor%2Dgeral%20da%20OMS>

[21] Paixão, G. P. do N., Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Lira, M. O. de S. C. e., Carvalho, M. R. da S., & Silva, R. S. da .. (2015). Women experiencing the intergenerationality of conjugal violence. *Revista Latino-americana De Enfermagem*, 23(5), 874–879. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0010.2626>

[22] Petersen, M. G. F., Zamora, J. C., Fermann, I. L., Crestani, P. L. & Habigzang, L. F. (2019). Psicoterapia cognitivo-comportamental para mulheres em situação de violência doméstica: *Rev Sist. Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 31, n.1, p. 145 – 165.

[23] Porto, M.. (2006). Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 26(3), 426–439. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000300007>

[24] Razera, J., Bedin, L. M., Oliveira, E. L. de., Mosmann, C. P., & Falcke, D.. (2021). Experiences within the Family of Origin and Intimate Partner Violence: A Dyadic Model Analysis. *Paidéia (ribeirão Preto)*, 31, e3122. <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3122>

[25] Rocha, R. Z., Galeli, P.R. & De Antoni, C. (2019). Rede de apoio social e afetiva de mulheres que vivenciaram violência conjugal. *Contextos Clínicos – Vol. 12, n. 1*. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.121.06>

[26] ROSA, L. W & FALCKE, D. (2014). Violência conjugal: compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 17-32.

[27] Santos, A. C. W. dos., & Moré, C. L. O. O.. (2011). Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 31(2), 220–235. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200003>

[28] Santos, J. dos., & Carmo, C. N. do .. (2023). Characteristics of intimate partner violence in Mato Grosso do Sul state, Brazil, 2009-2018. *Epidemiologia E Serviços De Saúde*, 32(1), e2022307. <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000100019>

- [29] Silva, R. de P., & Leite, F. M. C.. (2020). Intimate partner violence during pregnancy: prevalence and associated factors. *Revista De Saúde Pública*, 54, 97. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002103>
- [30] Soares, I. (2019). Bispo Edir Macedo diz que mulher não pode ter mais estudo que o marido. *Correio Braziliense, Revista Eletrônica*. <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/09/24/interna-brasil,789307/bispo-edir-macedo-diz-que-mulher-nao-pode-ter-mais-estudo-que-o-marido.shtml>.
- [31] SOUSA, A. S. de, OLIVEIRA, G. S. de & ALVES, L. H. (2021). A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.64-83.
- [32] Sousa, A. R. de ., Gomes, N. P., Estrela, F. M., Paixão, G. P. do N., Pereira, Á., & Couto, T. M.. (2018). Domestic violence: the discourse of women and men involved in criminal proceedings. *Escola Anna Nery*, 22(1). <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2017-0108>
- [33] SLUZKI, C. E. (2003). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- [34] WALKER, Lenore. (1976). *The battered woman*. New York: Harper and How.

Capítulo 9

Harriet Martineau, a mulher e a sub-representação do feminino na religião: uma questão de natureza estrutural em análise

Lívia Denise Castro Duarte

Susane Patrícia Melo de Lima

Resumo: Trata-se de analisar a sub-representação do gênero feminino nas manifestações religiosas, e no Brasil, expressões marcadas por religiões hegemônicas, como o Cristianismo, desde o mais tradicional até os de vieses renovados, como o pentecostalismo. Assim, este trabalho elucida as convergências e divergências entre o pensamento de Harriet Martineau e a realidade brasileira que se exprime no bojo das manifestações religiosas da contemporaneidade. Evidencia-se então a circunscrição e as limitações do papel e lugar da mulher no exercício da religiosidade, seja em posição de liderança ou mesmo no desenvolvimento cotidiano da prática religiosa, em que se estabelece o lugar dos gêneros como estruturas patriarcais predefinidas no interior das eclessias.

Palavras-chave: Harriet Martineau, gênero, patriarcalismo, Brasil.

1. INTRODUÇÃO: O CONTEXTO RELIGIOSO BRASILEIRO E AS INFLUÊNCIAS DAS ESTRUTURAS PATRIARCAIS

O presente estudo visa analisar a relação entre a obra pioneira de Harriert Martineau – considerada uma das fundadoras da sociologia, e as estruturas religiosas patriarcais no Brasil, à luz do pensamento feminista de Martineau. Trata-se de uma escritora e pensadora britânica do século XIX que deixou um legado significativo para as ciências humanas e sociais sob a perspectiva do movimento feminista. Sua abordagem inovadora e crítica às estruturas sociais de sua época oferece um prisma interessante para examinar as complexidades das instituições religiosas brasileiras e sua interação com as questões de gênero. Este trabalho busca explorar as convergências e divergências entre o pensamento de Martineau e a realidade brasileira que se manifesta no bojo das manifestações religiosas.

Nascida em Norwich, Inglaterra, em uma família de classe média, Martineau enfrentou desde cedo desafios com a deficiência auditiva parcial. Diante das circunstâncias a jovem se tornou uma escritora profícua a partir da prática da observação da sociedade, sendo uma das pioneiras na aplicação de métodos sistemáticos de observação social, enfatizando a importância da observação direta e a coleta de dados empíricos para a compreensão da sociedade, logo, uma mulher com trabalho relevante no fazer científico formal e sistematizado.

Martineau, em sua obra *How to Observe Moral and Manners* (1838), estabeleceu os primeiros métodos das ciências sociais. A perspectiva da socióloga vai de encontro a visão patriarcal da época, sendo uma das pensadoras a refletir sobre o “ser mulher” em meio às desigualdades de gênero presentes desde a sua época.

O pensamento e a prática colonial outrora estabelecidos oficialmente pelo Estado no Brasil, nas terras tupiniquins, foram fundamentados pela cultura cristã católica. Com o desenvolvimento da Constituição de 88, a Carta Magna Brasileira, aponta a instauração de um regime democrático sob a égide de um estado laico o qual permite que haja liberdade religiosa de crença e pensamento. Isto expressa, enquanto fenômeno, o quanto o povo brasileiro em si é místico e religioso, e diverso. O Estado é Laico e por isso permite que sob a normatividade da lei se instaure sob sua vista a permissão e liberdade de religião. O fato é que as leis são, também, uma expressão da religiosidade brasileira, e mais do que nunca, estas expressões religiosas necessitam ser analisadas, não somente sob a ótica constitucional, mas pelo prisma da crítica e da visão analítica, sob as múltiplas dimensões tanto das multifacetadas práticas religiosas, quanto da própria lei.

A secularização é um ponto de divergência entre o pensamento de Martineau e a realidade brasileira contemporânea. A socióloga previa que haveria um declínio gradual da religião na sociedade, enquanto no Brasil, aproximadamente duzentos anos depois de suas observações há uma eclosão do sentimento religioso em algumas esferas. Há um aumento da influência religiosa na esfera pública e principalmente representado na política direitista, através do conservadorismo religioso, patriarcal, que são dos exemplos que direcionam o contraditório no pensamento de Martineau, posto que no Brasil, as religiões de matriz cristã aliam-se diante desta eclosão desafiando assim as previsões da secularização, que mencionavam uma redução de adesão às manifestações religiosas com o estabelecimento da vida pública distinguindo-se da vida privada enquanto esfera do religioso. O fato é que esta progressão do sentido religioso e da prática expansionista deste sentido religioso para além da vida privada e para além do lugar sagrado, ou mesmo

da instituição igreja adiciona-se a esta complexidade a análise das estruturas patriarcais religiosas no país.

Martineau (1837) observava a sociedade vitoriana contextualizada pela transição da idade contemporânea. Ela identificava que as estruturas patriarcais religiosas eram utilizadas para justificar a submissão das mulheres. Esta subordinação nada mais é do que um meio de subjugar as mulheres e reduzi-las a uma esfera de marginalização e opressão (Martineau, 1837, p. 292). A relação disto com a religiosidade brasileira é que se fomenta uma restrição do papel da mulher dentro dos moldes estabelecidos do tradicionalismo religioso patriarcal.

Um retorno à religião é um reforço representativo a este papel de idealização da mulher, o qual a reduz somente e apenas à maternidade, do lar e a uma figura de fragilidade. Os valores adotados e as práticas eclesiais ditarão as diferenças entre os gêneros, sacralizando ou profanando as ideias populares de grande parte dos brasileiros, ou seja, a noção do homem e da mulher é sacralizado e transferido às esferas públicas e privadas de como tais sujeitos devem agir ou serem tratados, ou mesmo, com papéis restringidos, circunscritos e limitados. Sendo assim, as relações de gênero são configuradas a partir do *lôcus* religioso e a ausência de mulheres em cargos de liderança das principais religiões cristãs brasileiras, fato que reflete o quanto é urgente a análise do papel da mulher no espaço social, sob as lentes de Martineau.

2. A SUB-REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM LIDERANÇAS RELIGIOSAS: ARQUÉTIPOS BASILARES

A questão de que uma mulher não poder ser um padre, uma sacerdotisa, figura mediadora entre Deus e a humanidade, não são os únicos exemplos de restrição à ideia de gênero ligado ao transcendente. As igrejas Testemunhas de Jeová não permitem que mulheres orem antes das refeições caso haja um homem à mesa, dando-lhe a primazia na intercessão ao divino. Nas igrejas batistas e presbiterianas fundamentalistas o estudo teológico é predominantemente masculino, circunscrevendo as mulheres ao ensino infantil, quase como pedagogas cristãs e ensino de mulheres, havendo um estranhamento àquelas que queiram se dedicar ao estudo teológico. Também nestas não se pode trazer um sermão dominical primordialmente sendo uma atividade desenvolvida por homens, os sacerdotes ou aqueles que são escolhidos para tal ofício. Mulheres não podem cursar doutoramento em teologia em determinadas faculdades, estando restrito aos homens pastores, todavia as igrejas pentecostais, como a Assembleia de Deus, por exemplo, podem ser ordenadas pastoras caso o seu marido seja ordenado conjuntamente, além desta, igrejas pentecostais em sua diversidade incluem mulheres ao pastorado mormente como título a quem é esposa de pastor, não estando ligado à uma formação para tal.

Todos estes exemplos são reflexo de um entendimento que advem da leitura judaica do Apóstolo Paulo que ao escrever uma carta à Timóteo, bispo da Igreja de Éfeso, disse que “Não permito que a mulher ensine, nem que exerça autoridade sobre o homem, mas esteja em silêncio (Bíblia, 2002, 1 Timóteo 2:12), reflexo do seu tempo, no início da Era Cristã quando se dizia que a mulher não poderia falar na eclésia, e caso tivesse dúvidas, deveria fazer mediada por seu marido. Há um contexto histórico que deve ser aplicado como base para interpretação do texto supramencionado, contudo, ao longo de dois milênios no ocidente não se quis saber do contexto e a ideia acerca da mulher foi sendo cristalizada. Por conseguinte, não são só os textos paulinos que apresentam distinções de gênero.

O Xintoísmo possui a visão de uma deusa chamada de Amaterasu como ancestral da família imperial japonesa. Conforme Picken (2011) historicamente as práticas xintoístas da religião japonesa limitam o papel das mulheres em certos rituais e posição de liderança. A essência do budismo prega a igualdade entre homens e mulheres no âmbito espiritual, contudo ao longo da história, interpretações culturais do budismo marginalizam e incubem às mulheres, práticas monásticas e secundárias da religião (Müller, 1881).

O texto do Alcorão afirma a igualdade espiritual entre homens e mulheres quando menciona que "Na verdade, os muçulmanos e as muçulmanas, os crentes e as crentes, os devotos e as devotas, os verazes e às verazes [...] para todos eles Allah preparou perdão e magnífica recompensa" (Alcorão, 33:35, 2005). Contudo, interpretações que regem a prática tradicional da lei islâmica atribui delimitadamente papéis distintos e, em alguns casos, uma condição não só espiritual como social e legal diferente para homens e mulheres. As religiões mundiais, por vezes, contêm elementos que afirmam a dignidade e o valor da mulher, entretanto suas interpretações históricas e culturais levaram a práticas que limitaram os papéis das mulheres na vida religiosa e social, neste sentido, a vida social passa a emanar das práticas religiosas estabelecidas em cada contexto.

3. SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA EM CONTEXTOS RELIGIOSOS: UMA QUESTÃO DE DADOS

O Instituto Datafolha em 2020 realizou um estudo transversal revelado pelo Jornal O Globo que as mulheres continuam sendo maioria entre os fiéis em todas as religiões mencionadas: 50% no Catolicismo, 31% no Protestantismo, 3% no Espiritismo, 2% nas religiões afro-brasileiras e 0,3 % judaica (O Globo, 2020).

No Brasil, em 2021, dados divulgados pelo IBGE apresentam mudanças significativas na distribuição religiosa. A Comunidade Nacional de Bispos Brasileiros apresenta um pequeno aumento na participação feminina nos cargos de liderança, chegando a 23%, contudo o sacerdócio ainda é masculino (CNBB, 2023). Uma pesquisa do Instituto Datafolha em 2020 divulgada pela Revista Veja indica que 58% dos fiéis protestantes, especialmente os evangélicos, são mulheres (Veja, 2020).

Estudos recentes realizados sobre gênero e religião no Brasil, conduzido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Rosado-Nunes; Machado, 2023), mostraram que 40% das mulheres religiosas entrevistadas dizem ter experimentado alguma forma de discriminação de gênero em seus contextos religiosos pelo menos nos últimos cinco anos. Neste estudo ainda se pôde identificar que 65% das mulheres religiosas entendem que suas comunidades de fé deveriam fazer mais para promover a igualdade de gênero. Além do mais, 58% das entrevistadas afirmaram que interpretações machistas dos textos sagrados ainda são o grande problema para a plena participação feminina em suas religiões.

Considerando tais dados e a relação com o pensamento de Harriet Martineau pode-se observar que desde a sociedade britânica do século XIX o patriarcalismo fora uma construção, que como fato social, perpetuou-se e se exprime como tal, até os dias atuais. Todos os dados apresentados anteriormente corroboram e evidenciam que não é somente uma grande religião hegemônica ou outra denominação, mas todas, tanto as de origem ocidental quanto as orientais desconsideram a liderança religiosa feminina de alguma maneira.

Há uma tendência lenta da participação das mulheres nas posições de liderança religiosa no Brasil, isto é reflexo da racionalidade complexa estruturada em forma de organização social que persiste em promover desigualdade de gênero em inúmeros graus, que se manifestam de modo desigual em ambientes religiosos como diversos.

Em *Eastern Life: Present and Past* (1848) Harriet Martineau relata suas viagens pelo Oriente Médio e sua observação sistemática sobre a cultura e também religião. Os costumes sociais, bem como o papel das mulheres também no islamismo em países como a Turquia, Egito, Síria e Palestina são analisados. Martineau argumenta que "as interpretações religiosas frequentemente refletem e reforçam as estruturas de poder existentes" (Martineau, 1848, p. 156, tradução independente).

A ênfase de questionar estruturas patriarcais e promover educação e a independência econômica das mulheres, bem como reinterpretar textos religiosos de forma crítica e contextualizada oferece às ciências sociais e humanas ferramentas argumentativas de raciocínio que podem ser valiosas para os movimentos feministas contemporâneos no Brasil a medida que tais textos são estudados nas Universidades, permitindo leituras diversas e o reconhecimento do papel relegado às mulheres na formação histórica social. Tais textos servem como referencial a longa história da luta pela igualdade de gênero e também são importantes para que sejam operados exames críticos desta intersecção entre religião e estruturas espaciais patriarcais.

Ainda que haja posturas progressistas no ambiente brasileiro em relação ao papel da mulher, também existem correntes conservadoras resistentes, que perpetuam a cultura da submissão e papel de sub-representação feminina, e ressalte-se, com o consentimento feminino. Estas situações não eram previstas especificamente nos lugares, pessoas e circunstâncias analisadas por Martineau, mas tais observações acerca do reforço das estruturas de poder por meio do discurso religioso são elementos em comum com o contexto brasileiro, recente e o papel da mulher.

Em "*Society in America*", ela observa: "As mulheres são frequentemente julgadas por padrões morais mais rígidos que os homens, uma disparidade frequentemente justificada por argumentos religiosos" (Martineau, 1837, p. 315, tradução independente). A crítica de Martineau à hipocrisia social, especialmente em relação às expectativas sobre o comportamento feminino, encontra paralelos interessantes no contexto brasileiro e ressoa, segundo Biroli (2018), quando "as mulheres ainda enfrentam julgamentos morais mais severos, especialmente em questões relacionadas à sexualidade e ao comportamento social" (Biroli, 2018, p. 189).

No senso comum uma mulher que anda na rua e caso seja violentada sexualmente será responsabilizada porque incitou o abusador com a roupa que estava vestindo. Ou quando morta, deve ter cometido algum ato que desagradou seu algoz. A ideia de castidade em torno da mulher ainda é muito forte, principalmente com o retorno à religiosidade. A questão de que se o homem trai, é porque ele é homem, a mulher perdoa, mas se a mulher trai, o homem deve deixá-la porque ela se constitui adúltera. São ideias no seio brasileiro que refletem medidas diferenciadas em relação à representação de gênero.

Muitas mulheres ainda deixam seus sonhos e projetos de estudo ou carreira profissional em prol da realização do homem. Rosado-Nunes (2015, p. 41) aponta que "apesar dos avanços na educação feminina, as estruturas religiosas ainda exercem uma influência significativa na formação dos papéis de gênero, muitas vezes em detrimento da plena realização das mulheres".

Martineau (1837, p. 301) menciona que "A exclusão das mulheres da vida pública é não apenas injusta, mas prejudicial ao progresso social". De acordo com os dados do Tribunal Eleitoral (2020) somente 5% dos cargos eletivos no país são ocupados por mulheres, refletindo uma disparidade que Martineau criticava veementemente. A crítica de Martineau à exclusão das mulheres das esferas públicas e políticas também encontra ressonância no cenário brasileiro. No Brasil, apesar dos avanços, a sub-representação feminina na política e em posições de liderança religiosa permanece um desafio significativo. Esta constatação ressoa do conservadorismo existente na política brasileira que enfatiza o papel primaz do homem e da mulher como coadjuvante perante o protagonismo masculino.

Em "*Society in America*", Martineau argumenta que "a atribuição de características 'naturais' a homens e mulheres serve principalmente para justificar desigualdades socialmente construídas" (Martineau, 1837, p. 287, tradução independente), esta perspectiva encontra reflexo nas análises feministas contemporâneas sobre o discurso religioso no Brasil. Machado observa que "certas interpretações religiosas ainda são utilizadas para justificar a divisão tradicional de papéis de gênero, limitando as oportunidades das mulheres" (Machado, 2018, p. 412).

A crítica de Martineau à naturalização dos papéis de gênero, fortemente arraigada nas estruturas religiosas de sua época, continua relevante no Brasil contemporâneo. Estas interpretações engessadas, sem de fato realizar uma dialética adequada com a realidade, perpetua a restrição das mulheres a cargos de liderança religiosas.

A autora em seus escritos já questionava a prática de separar homens e mulheres em lugares de culto. Este ponto é um aspecto do pensamento de Martineau que merece atenção no contexto brasileiro é sua crítica à segregação de gênero em espaços religiosos pois apenas reforça a ideia de desigualdade entre homens e mulheres. Ainda que algumas denominações tenham abordado uma questão mais inclusiva algumas denominações religiosas ainda mantêm práticas de segregação de gênero.

A ênfase de Martineau na importância da participação feminina em todas as esferas da sociedade também é relevante para o contexto brasileiro ainda hoje. Ela argumentava que "a exclusão das mulheres de qualquer área da vida social é prejudicial não apenas para elas, mas para a sociedade como um todo" (Martineau, 1849, p. 134).

Em "*Household Education*", chega a argumentar que "a limitação das mulheres à esfera doméstica é uma forma de opressão" (Martineau, 1849, p. 156, tradução independente). No Brasil, apesar das mudanças sociais, a divisão desigual do trabalho doméstico persiste e a visão patriarcal se vale disso para que apenas os homens ocupem os espaços de trabalho ou melhores lugares nos setores e empresas de mercado. As mulheres brasileiras ainda dedicam-se quase o dobro do tempo aos afazeres domésticos em comparação com os homens, uma disparidade frequentemente justificada por argumentos religiosos e culturais quanto ao papel que a mulher deve desempenhar no lar, na sociedade e como ela é vista a partir da sociedade.

Neste ambiente de submissão muitos ambientes religiosos acabam por reforçar a violência doméstica, por tentar preservar a imagem de igrejas e seus líderes na sociedade. O índice de violência contra mulher é altíssimo e muitos sítios religiosos, na tentativa da preservação de si mesmos, acabam por reforçar a cultura do silêncio. Martineau (1849) em seu pensamento critica a naturalização da violência contra mulher. Esta crítica ressoa fortemente no Brasil, onde, apesar dos avanços legislativos, a violência contra as mulheres permanece um problema grave.

Argumenta ainda que "interpretações literais e descontextualizadas frequentemente servem para perpetuar desigualdades" (Martineau, 1837, p. 318). A fé é subjetiva e a experiência religiosa é tanto individual quanto coletiva, passando por uma série de interpretações a depender do grupo do qual se faz parte. No Brasil, essa questão é particularmente pertinente no debate sobre a interpretação de textos sagrados em relação aos papéis de gênero.

Religião sem hermenêutica não existe, pois esta é a arte de interpretação e aplicação dos textos sagrados. Gebara (2017, p. 156) argumenta que "a hermenêutica feminista tem desempenhado um papel crucial na reinterpretação de textos religiosos no contexto brasileiro, desafiando leituras patriarcais tradicionais".

Por fim, acreditava que "uma religião verdadeiramente ética deveria promover a igualdade e a justiça para todos" (Martineau, 1848, p. 223, tradução independente). De acordo com a socióloga a religião é sim uma força propulsora de transformação social, todavia precisa estar liberta de estruturas patriarcais que ainda se perpetuam em diversas compreensões e práticas que oprimem a mulher. Tal visão oferece uma perspectiva interessante para o cenário brasileiro e encontra-se em ressonância com movimentos religiosos progressistas no Brasil. Segundo Rosado-Nunes (2020), "tem havido um crescimento de correntes religiosas no Brasil que buscam conciliar fé e feminismo, promovendo uma espiritualidade mais inclusiva e igualitária" (Rosado-Nunes e Machado, 2020, p. 189).

4. PONDERAÇÕES FINAIS

A análise da obra de Harriet Martineau em relação às estruturas religiosas patriarcais no Brasil revela tanto convergências quanto divergências significativas, no sentido de que o que se previa como desgaste, a saber, a perda da força da religião, esta ganha uma ampla difusão em cenários contemporâneos, incluindo o Brasil.

Pode-se dizer que o pensamento pioneiro de Martineau sobre a intersecção entre religião, gênero e sociedade oferece *insights* valiosos para compreender e criticar as estruturas patriarcais que persistem no cenário religioso brasileiro. Suas observações sobre a utilização da religião como instrumento de controle social, a importância da educação e da independência econômica para a emancipação feminina, bem como a necessidade de questionar interpretações religiosas que perpetuam desigualdades de gênero encontram eco nas lutas feministas contemporâneas no Brasil.

O contexto brasileiro apresenta complexidades que em sua totalidade não se alinham plenamente com as análises de Martineau, estas são divergências encontradas. O ressurgimento da influência da religião na esfera pública e a diversidade religiosa no Brasil apresentam mulheres no espaço religioso ora corretamente inseridas, mas em sua grande maioria ainda sub-representadas e limitadas em um campo de desigualdade social, expressa pela desigualdade de gênero. A necessidade de uma reforma na racionalidade religiosa brasileira é urgente e adiciona nuances à discussão deste tema, questões como biopoder e biopolítica são eixos importantes na discussão.

Embora o elemento *pístico*, ou seja, de fé, seja um fator da subjetividade, Martineau ao analisar a sociedade questiona as estruturas patriarcais, a interpretação dos textos sagrados, a restrição da mulher à ideia do lar e a restrição de atuação como liderança religiosa são ferramentas valiosas que oferecem recursos argumentativos para um exame entre a religião e as estruturas sociais patriarcais. Deste modo ela coopera com a luta pela

igualdade de gênero e sua voz necessita ser ecoada não no reconhecimento de sua obra no meio patriarcal da sociologia tradicional, tamanha a convergência anunciada com o tempo do agora, mas também dando voz a mulher brasileira para que assuma seu papel e lugar nas lideranças religiosas e alcance lugar nas estruturas sociais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- [1] ALCORÃO. Tradução do sentido do Nobre Alcorão para a língua portuguesa. Tradução: Dr. Helmi Nasr. Medina: Complexo do Rei Fahd, 2005.
- [2] BÍBLIA. Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional. São Paulo: Vida, 2002.
- [3] BIROLI, F. Gênero, "valores familiares" e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M. D. C.; VAGGIONE, J. M. (Orgs.). Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 135-188.
- [4] BIROLI, F. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- [5] CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). Relatório Anual sobre Participação Feminina na Igreja. Brasília: CNBB, 2023.
- [6] GEBARA, I. Mulheres, religião e poder: ensaios feministas. São Paulo: Terceira Via, 2017.
- [7] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- [8] MACHADO, M. D. C. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000200003> Acesso em 22 de outubro de 2024.
- [9] MACHADO, M. D. C. Pentecostais, sexualidade e família no Congresso Nacional. *Horizontes Antropológicos*, v. 23, n. 47, p. 351-380, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832017000100012>
- [10] MARTINEAU, H. *Illustrations of Political Economy*. London: Charles Fox, 1832.
- [11] MARTINEAU, H. *Society in America*. New York: Saunders and Otley, 1837.
- [12] MARTINEAU, H. *Eastern Life: Present and Past*. Philadelphia: Lea and Blanchard, 1848.
- [13] MÜLLER, F. M. (Trad.). *The Dhammapada*. Oxford: Clarendon Press, 1881.
- [14] O GLOBO, G1. Portal de Notícias da Globo. Pesquisa Nacional de Religião e Gênero. São Paulo: Instituto Datafolha, 2020. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 22 de outubro de 2024.
- [15] PICKEN, S. D. B. *Historical Dictionary of Shinto*. Lanham: Scarecrow Press, 2011.
- [16] ROSADO-NUNES, M. J.; MACHADO, M. D. C. Gênero e Religião no Brasil: Persistências e Mudanças. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.
- [17] VEJA, Revista. Censo Religioso Brasileiro 2020. São Paulo: Instituto Datafolha, 2020. <https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos/mobile>. Acessado em 23 de outubro de 2024.

Capítulo 10

Atualidade do materialismo histórico-dialético como método para a pesquisa em história da educação: breves comentários gnosiológico, epistemológico e ontológico¹

José Ribamar Lima Silva

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar a atualidade do Materialismo Histórico-Dialético como método para a pesquisa em História da Educação. Neste escopo, tece-se breves comentários alicerçados nos fundamentos gnosiológico, epistemológico e ontológico dialogando com um Julgamento de Confluência Tríplice apontado em direção a Historiografia da História da Educação brasileira. Este tinha como finalidade a desconstrução e o rechaçamento dos modos que operavam os delineamentos do conhecimento no campo, sob o argumento que haviam sucumbido conjuntamente às referências de sociedades que lhes sustentavam. Metodologicamente, utilizou-se a pesquisa bibliográfica recorrendo aos escritos de Marx e Engels e teóricos que defendem, presentemente, esse método interpretativo para compreensão e explicação da realidade.

Palavras-chave: método de pesquisa, materialismo histórico-dialético, história da educação brasileira, historiografia da história da educação brasileira, julgamento de confluência tríplice.

¹ O presente artigo é uma compilação da tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

1. INTRODUÇÃO

O Materialismo Histórico Dialético (MHD) é uma teoria de interpretação da sociedade e um método crítico de abordagem da realidade capitalista. Para demonstrar a adequação junto à pesquisa em História² da Educação (HE) tece-se comentários gnosiológico, epistemológico e ontológico, dialogando com um Julgamento de Confluência Tríplice (JCT) remetido à Historiografia da História da Educação brasileira (HHEb) contemporânea, composto pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), pelo Grupo de Trabalho de História da Educação (GT-HE) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e pela pesquisadora Miran Warde que o sistematizou na forma de artigo, externalizações que se principiaram em 1984³, apesar disso, admite-se difícil estabelecer uma cronologia precisa, mostrando-se mais como uma tendência.

Este momento firma-se com importante do ponto de vista do questionamento da atualidade teórica e do papel social do conhecimento em HE. De acordo com o Dicionário Larousse Cultural (1992, p. 104), atualidade é: “1) qualidade daquilo que acompanha o momento presente; 2) conjunto dos conhecimentos atuais”; sobre o papel social da HE, destaca-se como uma singularidade inserida numa totalidade mais abrangente, pressupondo em sua estruturação a divisão da sociedade em classes, com interesses econômicos e político-ideológicos antagônicos em uma luta inconciliável.

O JCT e o ulterior alargamento deu-se sob forte influência do paradigma pós-moderno orientado por 4 componentes capitais: relativismo epistemológico, subjetividade do pesquisador, fragmentação e desreferencialização do real, sua finalidade pode ser indicada como contundente contraposição ao MHD, isto porque, este último, ancorado nas categorias dialética materialista, mediação, contradição, luta de classes, revolução etc. elaboradas a partir das observações econômicas, sociais e políticas e à vista de compreender e explicar a sociedade por sua totalidade, passa a ser rejeitado para examinar o processo histórico educacional. Essas categorias emergiram de um longo e complexo esforço inteligível do pensamento de esquadrihar o sistema capitalista, precisamente por este empenho foram acusadas de antiquadas.

Sendo o método condição imprescindível para a História Científica (HC), faz-se expressivo explicitar a essência filosófico-científica em função da justificação intencional da escolha consciente de sua utilização. A seleção dos meios de estudos em HE deve elucidar a interpretação, compreensão e explicação sociais da educação. Num contexto de inconformidade com a historiografia, cuja missão é desconstruir e rechaçar o MHD como método apropriado para interpelar a marcha educacional, asseveramos a importância de demonstrar sua **hodiernidade** como contributo para o fortalecimento, a autonomia e a consolidação do campo.

²Nesta pesquisa distingue-se a *h*istória (com *h* minúsculo) como sendo os próprios fatos e/ou acontecimentos, da *H*istória (com *H* maiúsculo) como conhecimento dos fatos/acontecimentos, seguindo a proposição a seguir: “Em nossa língua buscou-se contornar a ambiguidade grafando a história *rerum gestarum* com *H* maiúsculo e a história *res gestae* com o *h* minúsculo. Evidentemente que tal procedimento não é suficiente para diferenciar o fato histórico da ciência que o estuda, mas a discussão possibilita que se pense que o termo designa duas faces de uma mesma e única moeda, mas permanecendo a ambiguidade etimológica da palavra” (Lombardi, 2004, p. 2).

³ Há de se considerar que anteriormente a 1984 a pesquisadora Warde já vinha se inquietando com a temática dado seu artigo se constituir resultado de uma pesquisa sobre a produção historiográfica, portanto, inclui levantamento da produção e análise, o que demanda tempo para realização.

Os problemas centrais indagam: *o aporte filosófico-científico do MHD como método guarda atualidade para a pesquisa em HE? Os sujeitos pesquisadores indagam e compreendem as contradições da sociedade em que se encontram inseridos?* Conjectura-se que concebido através do valor filosófico-científico afiança-se comportar as exigências asseguradoras da análise enquanto HC e, pressupondo a realidade social dividida em classes com interesses contraditórios, sobre os pesquisadores, adverte-se para um julgamento acrítico em relação à sociedade brasileira.

2. HISTORIOGRAFIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – JCT: INEP, GT-HE/ANPED E WARDE

A HE se concretiza pela ação da(o) pesquisadora/pesquisador ao produzir o conhecimento, esse desempenho descreve a projeção do campo colaborando para situar os contornos assumidos ao longo da expansão, através da verificação dos tipos de pesquisas. No Brasil, sob alegações de uma escolha intencional e justificada do método, o JCT sistematizado por Warde (1984) e dirigido à HHEb, é uma síntese analítica das produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação, com status de mestrado e doutorado, quatorze anos após a implantação no final da década 1960.

O Inep com objetivo de incrementar a HEb alegou uma rasa reflexão na área e sinalizou às novas epistemologias históricas como itinerário para o aperfeiçoamento. Preconizando o anacronismo dos caminhos em curso no país direciona lhes um combate enfático e, propôs no seu lugar, as novas disponibilidades da HC como salvacionistas da HE. Esta divergência se implementou emblemática no debate brasileiro por ter se evidenciado com vista a desmontar e repelir os predominantes.

A constatação de que a renovação teórico-metodológica apresentada pela pesquisa educacional e as modificações ocorridas na historiografia brasileira não redundaram em significativo número de estudos em história da educação levou o INEP a planejar uma série de eventos com o objetivo de estimular a pesquisa histórica na área e a reflexão mais aprofundada a respeito do assunto. (Em Aberto, 1984, p. s/p).

Buffa (2015), ao analisar três balanços que abordam o GT-HE da ANPED, desde sua instauração (1984), dissertando sobre o realizado por Vidal e Faria Filho, pronuncia-se:

Para os autores (expressando o entendimento de Vidal e Faria Filho, *acrécimo nosso*), o GT-HE criado, em 1984, no interior da principal instituição científica da área, a ANPED, utilizando muito positivamente deste lugar e do apoio auferido, tornou-se, rapidamente, o principal espaço nacional de aglutinação de pesquisadores, de crítica historiográfica e de difusão de novos horizontes de investigação na área, como a história das mentalidades, o pós-estruturalismo e a história cultural, influenciando vários centros de ensino e pesquisa brasileiros (Buffa, 2015, p.10).

De posse do balanço acima mencionado Buffa assegura:

Tal tendência, segundo Vidal e Faria Filho, é, nas produções do grupo, constantemente associada ao paradigma pós-moderno e à história cultural e sua recusa afirma um **viés** (grifo meu) marxista de análise

histórica. Pela primeira e talvez única vez (porque depois este debate foi praticamente silenciado no GT) reconheceu-se que, no campo da história da educação brasileira, havia dois grupos distintos, ambos significativos, que usavam em suas análises, referenciais teórico-metodológicos opostos. (Buffa, 2015, p.10).

A polarização com a HHEb orientou-se segundo a sistematização do JCT, realizada por Warde, pela designação de “mazelas”, as quais, na visão da autora, vinham sendo postas em prática na escalada do campo e precisavam ser superadas pelas novas matrizes teóricas com vigor na HC, “[...] aquilo que chamei de mazelas da quarta tendência (e que são também da segunda) a fim de que, aprofundando a reflexão sobre elas, se possa pensar em termos prospectivos (Warde, 1984, p. 5), a quarta tendência é uma referência direta ao MHD.

É considerado “mazela” a reflexão histórico-educacional atender no seu diagnóstico às “[...] determinações econômicas, sociais e político-ideológicas [...]” (Warde, 1984, p. 5), recomendando substituí-las pelo enfoque cultural de feição pós-moderna, propondo a permutação das prescrições em vigência pelo poder simbólico e defendendo o tratamento analítico particularizado do objeto, em suma, a proposta de superar os supostos empecilhos deu-se pelas impugnações da concepção política que lhe conduzia, pelo trato epistêmico empregado nas análises e pela rejeição da ontologia da totalidade. Em síntese, propunha um combate aos moldes vigorantes na época: Positivismo e MHD, por predominância deste último, defronta-se, pontualmente, com ele.

Em meio ao projeto de condução da averiguação educacional para o enlace com às novas epistemologias históricas, a edição nº 31/1986, da revista *Em Aberto*, publicação do Inep, revelou nitidamente uma das disputas que nortearia as futuras abordagens. De um lado, Goergen (1986), mencionando os “desafios e perspectivas” da pesquisa educacional brasileira, detecta um deslocamento das questões de amplo alcance para o âmbito da especificidade da escola, proporcionado pela reestabelecimento da democracia na sociedade brasileira, reconhecendo o teor do conflito proferido pelo JCT.

[...]. Na nova fase política que vivemos percebe-se, em termos de educação, uma valorização do dia-a-dia, ou seja, em termos bem concretos, uma valorização da ação do professor, das dificuldades dos nossos alunos, da escola pública. Equivale dizer, o abandono das “grandes obras educacionais” que serviam, antes de mais nada, para ocultar a miséria da escola pública, onde se encontra a grande maioria das crianças brasileiras, seja no campo ou na cidade. (Goergen, 1986, p. 10).

Ao abrigo de outro prisma, posicionam-se os textos de Kuenzer (1986) e Damasceno (1986), situando-se na contramão do JCT, equilibram o deslindamento do processo histórico educacional como inerente ao da sociedade, discutindo a própria finalidade da ciência na sociedade. Ambas as autoras demonstram a educação articulada com o econômico, social e político, momento da HEb contemporânea que acentua a rivalidade entre as novas óticas Históricas e o MHD.

Para superar essa limitação é preciso que a produção da ciência em educação avance para além da imediatividade do real, tentando captar a sua articulação com a totalidade do desenvolvimento social, buscando apreender-se e apreendê-lo como um momento do processo de

constituição da sociedade em seu processo histórico. Em resumo, é preciso que a pesquisa em educação tome a realidade objetiva do ser social como ponto de partida, reconhecendo que o processo de produção do conhecimento ocorre a partir dos homens em sua atividade real, no seu processo de desenvolvimento em condições determinadas. (Kuenzer, 2016, p. 22).

Concordando com o acima assinalado, escreve Damasceno:

Quer dizer, este processo de reelaboração deve colocar a teoria social a serviço da maioria da sociedade, de forma que estes grupos possam usá-la (com auxílio de seus intelectuais orgânicos) como ferramenta para análise crítica da realidade, com suas múltiplas determinações, e enxergar os caminhos adequados para a transformação social. Nessa perspectiva, a investigação social é visualizada como atividade de reflexão teórico-metodológica e como prática política. [...]. (Damasceno, 1986, p. 33).

O artigo apresentado por Warde delimitou o período do exame, entre os anos de 1970 a 1984 e, denunciou fragilidades nocivas (mazelas) à historiografia que precisavam ser suplantadas por novos preceitos teóricos, capazes de reinventar a pesquisa e escrita da HE. Dentre as debilidades destacou 3: (i) predomínio de uma HE politicamente ideologizada; (ii) especificidade do objeto da HE; (iii) ausência das novas epistemologias da HC na construção da HEb.

A incisiva pretensão de refutar à HHEb em tramitação esboçou concorrentes cooperações para a demarcação da configuração nos dias atuais, sendo este, um dos julgamentos que balizaram o desenvolvimento nacional. Como reação muitos intelectuais e grupos de pesquisadores⁴ se posicionaram claramente contrários em suas intervenções. Dissensões acentuadas por divergentes compreensões ontológicas, gnosiológicas e epistemológicas apresentaram diferentes funções políticas e sociais para a História e, continuam nos dias que correm, a fomentar indagações diversificadas para criar a HE.

3. MÉTODO E METODOLOGIA: ENFATIZANDO O MHD

Discutir o “método” MHD implica caracterizar a natureza do uso do termo como oportunidade de questionar a pertinência do contributo filosófico-científico para a realização investigativa, indagando, a autenticidade em relação ao escrutínio. A conformidade deve cogitar o grau de correspondência entre o objeto averiguado e a apuração do pensamento ao apreendê-lo epistemologicamente através da dialética materialista, Magalhães e Souza destacam o fato do termo se apresentar sinônimo de metodologia na literatura científica, esse desalinhamento se constitui “[...] uma confusão entre os roteiros de determinados tipos de pesquisas e a lógica à qual eles se filiam”, Magalhães e Souza (2012, p. 683), assim, igualam a metodologia aos procedimentos operacionais, e o método, a um diálogo com a externalidade, significação de método destacada para uso nesta exposição.

⁴ Dentre os grupos destaca-se o HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil, de orientação marxista criado em 1986, desde então vem se posicionando de modo enfático no campo da História da Educação fazendo oposição as posturas desconstrucionistas.

O campo movimenta-se a partir de dessemelhantes opções de métodos incidindo em uma unidade de contrários, e trazem concernentes a sua compleição um núcleo norteador salientado por uma gnosiologia e uma(s) epistemologia(s), vinculada(s) a concepções ontológicas, no conjunto, essas questões se revestem de conteúdos centrais para explicitar a robustez do que estar sendo edificado no campo de conhecimento. “A unidade não é lógica e dedutiva. Ela envolve a multiplicidade das determinações, a existência de graus, esferas ou níveis do real, cuja especificidade se integra na totalidade do universo [...]” (Lenin, 2011, p. 73).

Tem-se que a formulação mais geral de método explicita o(s) eixo(s) filosófico-científico(s) que sustenta(m) o conhecimento, tanto na manifestação apriorística (metafísica/idealista) como na histórico-social (MHD). “Isto posto, compreender o Método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional” (Pires, 1997, p. 87). Marx e Engels não redigiram uma obra exclusiva para abordar a questão do método, contudo, no conjunto dos seus escritos reside a oportunidade de inferir seu estatuto, tarefa ordenada pelos estudiosos da teoria, daí, em grande medida, a diversidade de interpretações.

Heterogêneas são as inadequações que lhes são direcionadas destacando a desqualificação da procedência do ser e, conseqüentemente, do conhecer, não se tratando de contraditar este ou aquele marxismo, mas sim, suas constatações mais gerais: a ontologia histórico-social a teoria do conhecimento. A validação do método para a HE exige rebater as confrontações enfatizadas genericamente de incompatibilidade, aplicando-se a própria apresentação teórica de sua sustentação, à vista disso, ressalta-se o debate brasileiro das bases teóricas constitutivas e da abrangência do alcance da realidade, se total, incluindo natureza e sociedade, ou somente social. Na tessitura da teoria do conhecimento o questionamento recai sobre o suporte teórico de sua concepção, dado inquerir a assimilação ou não de outras teorias em sua inauguração; quanto a abrangência, se institui no terreno ontológico, por se preocupar com o ser da realidade. A partir do entrelaçamento de vigorosas posições foram colocados três estudiosos em diálogos para situar as convicções: Lombardi (1993), Paulo Netto (1998) e Chasin (2009), buscando clarificar as controvérsias e pontos de convergências entre eles.

Acerca das bases integrantes da estruturação despontam duas posições antagônicas: de um lado, Lombardi (1993) e Paulo Netto (1998) situam a emergência dessa matriz derivando de um diálogo evolutivo reconstruído a partir do entrosamento da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico anglo-francês e da economia política clássica inglesa, relacionando-se com os avanços realizados na alçada da ciência. Ambos os autores, ressaltam não se tratar de um ecletismo teórico e, sim, um diálogo reconstruído criticamente que permitiu seu aparecimento.

Em outra apropriação, Chasin (2009), realça uma completa ruptura com as teorias que lhes antecederam, e o apresenta absolutamente diverso de qualquer uma das três concepções certificadas por Lombardi e Paulo Netto, e invoca o equívoco do “[...] tríplice amálgama originário [...]” Chasin, (2009, p.30), remetendo-se à conjunção das determinações históricas citadas acima, coloca-as responsáveis por uma ontologia simplista. Ao abrigo desse olhar, para além da derivação peculiar dessas matrizes, defende a tese de uma ontologia originária proveniente de regulamentações externas. Para ele, ao se aderir a um gotejamento atinente a outras teorias, ocorre a “[...] desqualificação da rota constitutiva a mero aglomerado de vicissitudes [...]” (Chasin, 2009, p.30). Posição adversa acata Paulo Netto (2011, p. 19) e escreve: “O método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação”.

Na mesma inclinação, Lombardi (1993), escreveu: “[...] foi sendo elaborada por uma progressiva integração crítica das contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa (Lombardi, 1993, p. 333-334).

Contrariando o ponto de vista acima, posiciona-se Chasin (2009):

Seja como for, o importante é que a ideia do amálgama tríplice se fixou e fez carreira, sob feições diversas, desde as mais taxativas até as puramente evanescentes, como que reduzidas a uma alusão pacífica, embora nunca pensada e resolvida, mas que vai restando, ao longe, na qualidade de um cômodo suposto residual, cuja crítica parece que convém sempre deixar de lado, porque trabalhosa e, talvez, indutora de embaraços. (Chasin, 2009, p. 29).

A respeito da abrangência as posturas voltam a desdobrar-se e situam posições díspares. Lombardi (1993) explica uma concepção geral, em vista disso, aplicável, simultaneamente, à sociedade e à natureza em sua unidade indissociável. Para este autor, não há uma ontologia específica do ser social. Paulo Netto (2011) adverte para uma teoria social traçada para dar conta de uma ocasião histórica específica: “A gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa” Paulo Netto, (2011, p. 17); Chasin (2009), da mesma maneira, compreende como uma ontologia de circunscrição limitada ao social, divergente da que se encarrega em defender Lombardi (1993), cujo alcance é a universalidade do real. Para Paulo Netto (2011), ao escrutinar o *antes* e o *depois* do capitalismo - se houver um *depois* - previne que para a utilização além da sociabilidade originada pela ascensão da burguesia à condição de classe dominante, far-se-á necessário a metodização de uma outra teoria social, com outro arcabouço categorial e conceitual, porque o fornecido pelo MHD não será suficiente.

Relativo ao suporte epistemológico constitutivo, aderimos ao juízo de que se legitima a partir de relações intrínsecas a outras teorias estabelecidas e ressignificadas pela ciência, atuando num diálogo ininterrupto com a realidade; quanto a abrangência, tendemos a concordar que é uma teoria social. Da densidade das ponderações acerca da fundação teórica e abrangência, estima-se que sua concepção social de mundo não é originada do encadeamento lógico das ideias e, menos ainda, uma consequência de ordem natural, mas sim, procedente das relações concretas condicionadas historicamente e inseparáveis dos homens ao produzirem e reproduzirem materialmente as condições de existência, podendo ser verificadas na prática social.

No reconhecimento da objetividade da prática social o MHD funda a ontologia (visão de mundo), esta ancoragem permite ao pensamento via o método acessar à realidade. O resguardo metodológico dos enfoques de amplo alcance coloca-se como condição de abranger as singularidades, que por sua vez, não podem abstrair das totalidades mais extensivas para se exprimirem (Lowy, 2015). Isto posto, a educação do ponto de vista da HC, privilegiando o cotidiano escolar como inquietação precípua da HE, conforme defendido pelo JCT, só pode se realizar em relação direta com a sociedade instituída, como singular, é anunciada pelo ordenamento da sociedade, por conseguinte, não pode abstrair dos encaminhamentos desta o trabalho do pesquisador.

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. [...]. A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente

entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. [...] (Marx; Engels, 2007^a, p. 93).

3.1. ONTOLOGIA MHD

Ontologia é disciplina filosófica e problematiza o ser da realidade, neste caso, social, simplificadamente, pode-se dizer, verifica se é fruto da consciência do sujeito ou se apresenta independente, porém, passível de ser retida pelo pensamento. Para os *idealistas subjetivistas* não existe realidade independente da consciência, toda ela deriva da especulação subjetiva, Lobo e Santos, esboçando a filosofia kantiana, escrevem, “Sua teoria sobre o sujeito transcendental propôs que o sujeito (e não o objeto) é o centro em torno do qual gravita o conhecimento” (Lobo; Santos, 2019, p. 17). Os *idealistas objetivistas* afixam a existência de ideias objetivas se realizando através do espírito absoluto. “O espírito humano busca a autoconsciência de si mesmo [...]; já a matéria, seu oposto, tem a sua substância fora de si. O espírito, [...], gira em torno de si mesmo” (Lobo; Santos, 2019, p.24).

Estas interpretações tem em comum o predomínio das ideias na determinação da realidade. Os *materialistas histórico-dialéticos* asseveram verídica a objetividade do real, todavia, discordante dos idealistas objetivistas, atestam-na inteiramente independente da consciência do sujeito. Argumenta Marx, que Hegel havia invertido a dialética de ponta à cabeça, restando o trabalho de recoloca-la devidamente no seu lugar, “[...] Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. [...]” (Marx; Engels, 2007^a, p. 93).

As condições materiais nas quais os homens produzem e reproduzem a vida situam-se como pilar da organização da sociedade, sendo a vida prática quem determina e condiciona a verdade na história. Marx e Engels abonaram, reiteradas vezes, no percurso da formulação teórica, que a base material da sua teoria social se encontra atrelada ao contexto forjado na própria prática social. De acordo Anderson *apud* Amadeo, “[...] definiram as condições de suas descobertas intelectuais como a aparição de determinadas contradições de classe da sociedade capitalista; não simplesmente como um ‘estado ideal de coisas’, mas sim como algo originado pelo ‘movimento real das coisas’”. (Anderson *apud* Amadeo, 2015, p. 13).

O materialismo histórico colocou a matéria na origem da ontologia social e ponto de partida filosófico para elucidação da realidade. “[...] o conceito objetivo das coisas constitui o fundamento mesmo das coisas; ele exige que correspondam - para falar de modo materialista - ao aprofundamento real do nosso conhecimento do mundo” (Lenin, 2011, p. 102). Como teoria científica de interpretação crítica da sociedade capitalista, não concebe à construção de uma inteligibilidade singular apartada das condições concretas da sociabilidade, sendo está o terreno fértil no qual a teoria pode germinar, “Isso significa que a relação entre singular e universal remete à relação entre todo e partes. O singular é parte de um todo. Esse todo, o universal, se cria e se realiza na interação das partes singulares” (Pasqualini; Martins, 2015, p.4).

A ontologia marxista coloca-se decisiva em face ao modo operativo da teoria do conhecimento: gnosiologia e epistemologia. À primeira, impõe uma relação preservando a autonomia do sujeito e do objeto; quanto a segunda, situa uma construção científica consecutiva das demonstrações concretas e sucessivas de aproximação do pensamento ao objeto sob a lógica da dialeticidade do concreto. Marx (2008), no esboço da concepção

materialista da história, no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, se referiu às práxis sociais brotando das relações materiais, atestando a impossibilidade de serem compreendidas a-históricas, ao fazê-lo, demonstra a notoriedade das relações históricas para reflexionar as singularidades, no que se inscreve a construção da HE.

[...]; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, [...]. [...]. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. [...] (Marx, 2008, p. 47).

Após a autoridade do idealismo objetivista de Hegel na história da filosofia, o MHD é uma possibilidade de retorno do homem à condição concreta de civilidade através da compreensão histórica de produção da existência. O resolutivo da sociedade na vigência do idealismo – o pensamento, a consciência – no materialismo, passou a ser balizado pelas condições materiais, viabilizando uma completa inversão ontológica, argumentando que a realidade não pode ser extraída da consciência pura especulativa, mas sim, respalda-se no movimento dialético da dinâmica social.

3.2. GNOSIOLOGIA MHD

Gnosiologia se robustece na filosofia como parte da teoria do conhecimento e problematiza a relação *objetividade* versus *subjetividade*, de máxima importância porque trata de discernir se o peso decisivo sob o ato cognitivo repousa no sujeito, no objeto, ou ainda, numa interação entre ambos, colocando-se em torno das clássicas problematizações: quem é o sujeito cognoscente? O que é objeto cognoscível? O que é o conhecimento como produto do processo cognitivo? (Schaff, 1983). O ato cognitivo garante-se pela mediatização da construção, e se consolida na presença de uma relação que justifica as concepções de sujeito e objeto. Consoante o ensinado por Abbagnano (1998), o substantivo “*relação*” implica:

[..]. Modo de ser ou de comportar-se dos objetos entre si. Esta definição não passa de esclarecimento verbal do termo, que não pode ser definido em geral de outro modo, ou seja, fora das interpretações específicas que os filósofos lhe deram. Esta é, aliás, a definição retificada que Aristóteles deu da R.: como aquilo “cujo ser consiste em comportar-se de certo modo para com alguma coisa” (Cat., 7, 8 a 33), o que coincide substancialmente com a definição de Peirce: “R. é um fato em torno de certo número de coisas” (Coll. Pap., 3-416). (Abbagnano, 1998, p. 858).

De acordo com o ensinamento de Abbagnano o substantivo “*relação*” só pode ser compreendido pelo conteúdo que expõe, quando se fala em sujeito e objeto existentes em distintas relações, tem-se cada uma exteriorizando uma cognição inerente com características específicas, cientificando conteúdos diversos, inclusive, antagônicos. Por conseguinte, não são tomados igual e puramente, mas sim, imbuídos de significações teórico-metodológicas e sociais. De acordo com Schaff (1983), reservadas as terminológicas, ocorre numa tríade emergente em “[...] todas as análises do processo do conhecimento [...]: o sujeito que conhece, o objeto do conhecimento e o conhecimento como produto do processo cognitivo” (Schaff, 1983, p. 72). De acordo com o autor, abstraindo-se o lado psicológico, essa é a “*problemática gnosiológica*” (Schaff, 1983, p. 72)

da teoria do conhecimento que se fraciona em três modelos: “construção mecanicista do reflexo”, “idealista e ativista” e “interação sujeito e objeto” (Schaff, 1983, p.73).

O nosso primeiro modelo subentende a construção mecanicista do reflexo. Seguindo esta concepção, o objeto do conhecimento atua sobre o aparelho perceptivo do sujeito que é agente passivo, contemplativo e receptivo; o produto desse processo - o conhecimento - é o reflexo, a cópia do objeto, reflexo cuja gênese está em relação com a ação mecânica do objeto sobre o sujeito. É por isso que qualificamos esse modelo de mecanicista (Schaff, 1983, p. 73).

[...] no segundo modelo idealista e ativista: a predominância, se não a exclusividade, volta ao sujeito que conhece, que percebe o objeto do conhecimento como sua produção. Este modelo concretizou-se em diversas filosofias subjetivistas-idealistas e - no estado puro - no solipsismo (Schaff, 1983, p. 74).

[...] no domínio do terceiro modelo que, ao princípio da preponderância de um dos elementos da relação cognitiva - do objeto - (primeiro modelo) ou do sujeito (segundo modelo) - opõe-se o princípio da sua interação. [...]. Propõe em troca do enquadramento de uma teoria do reflexo modificada, uma relação cognitiva na qual tanto o sujeito como o objeto mantêm a sua existência objetiva e real, ao mesmo tempo que atuam um sobre o outro. Esta interação produz-se no enquadramento da prática social do sujeito que aprende o objeto na - e pela - sua atividade. [...] (Schaff, 1983, p. 75).

Da escolha de um dessas três modelos de relação advém “[...] consequências importantes [...]” (Schaff, 1983, p. 76) e deliberativas de toda a atitude de construção da ciência, “[...] em particular para a nossa concepção de verdade [...]” (Schaff, 1983, p. 76). O terceiro modelo princípio da interação sujeito-objeto é imputado ao MHD, neste, ambos preservam suas autonomias e qualquer deles impõem-se preponderante no curso da interação, em vista disso, considera a verdade pertencente aos dois em diálogo, que se relacionam interativamente.

[...]. O conhecimento é o reflexo da natureza pelo homem. Mas não é um reflexo simples, imediato, total; este processo consiste em toda uma série de abstrações, de formulações, de formação de conceitos, leis etc. - e estes conceitos, leis etc. [...]. O homem não pode abarcar = refletir = reproduzir toda a natureza, na sua “totalidade imediata”; pode somente aproximar-se dela eternamente criando abstrações, conceitos, leis, um quadro científico do universo etc. (Lenin, 2011, p. 159).

A interação sujeito e objeto se materializa de forma ativa para ambos por intermédio da mediação, não havendo a submersão de um pelo outro, só é possível se relacionarem se preservadas suas independências, diversamente do julgamento, no qual o objeto é absorvido passivamente pelo sujeito ativo negando-lhe a objetividade (independência).

Quando falamos da relação cognitiva enquanto relação interveniente entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, é evidente que as nossas palavras dependem em grande medida, senão na totalidade, do sentido que atribuímos à expressão “sujeito que conhece”. As concepções aqui presentes são a concepção individualista e subjetivista, de um lado, a concepção social e objetiva, do outro (Schaff, 1983, p. 77).

No segundo e terceiro modelos gnosiológicos, o sujeito da relação é “ativo” no ato de conhecer, no entanto, no “Idealista e Ativista” é ativo em relação a um objeto completamente passivo; no princípio da “Interação”, um e outro são, concomitantemente, ativos. Esta distinção serve para situar com clareza às justificações filosófico-científicas de cada uma das relações de subjetividade *versus* objetividade, deixando explícito suas formas de conhecer a realidade.

3.3. EPISTEMOLOGIA MHD

Como parte da teoria do conhecimento a epistemologia como teoria científica traz como problema específico a evidência da verdade, parafraseando Coutinho *apud* Silva (2019) as “soluções” epistemológicas não são mais que avizinhamento da objetividade do ser. É “[...] dever de inventário [...]” (Berthelot, 2005, p.20) do pesquisador extremar as opções para laboração da pesquisa a fim de depreender as implicações sociais subsequentes. É o trabalho identificador das diversas teorias que operam à produção, trata-se de uma “[...] epistemologia da elucidação [...]” (Berthelot, 2005, p.20), com vista ao aclaramento da verdade científica.

A epistemologia na condição de expressão científica da verdade gira em torno da construção de um saber ou disciplina acadêmica, cuja movimentação é nucleada pelo “[...] conjunto da realidade, que, no seu desenvolvimento se demonstra como necessidade [...]” (Lenin, 2011, p. 144). “É preciso deduzir as categorias (e não tomá-las arbitrária ou mecanicamente) [...], partindo das mais fundamentais (ser, nada, devir) (para não mencionar outras) - aqui, ‘neste germe, está todo o seu desenvolvimento’”. (Lenin, 2011, p. 103).

Bottomore no Dicionário Marxista, explicita o termo “[...] ‘verdade’ normalmente significa ‘correspondência com a realidade’, ao passo que o critério para a avaliação das pretensões à verdade é ou envolve a prática humana”. (Bottomore, 2010, p. 631). Lombardi (1993), reportando-se a HHEb contemporânea no marco da implantação da pós-graduação, referindo-se ao transcurso temporal executado por Warde e incluindo um período posterior, reclamou da baixa incidência das pesquisas sobre os caminhos investigativos, sobre a temática explicita seu posicionamento:

[...] sem nenhum exagero, pode-se facilmente ‘contar nos dedos’ os principais trabalhos elaborados e que tratavam *descritiva ou analiticamente* (grifo nosso) a produção em história da educação, conforme segue (em ordem cronológica): Ribeiro, 1978; Alves, 1981; Warde, 1984; Ghiraldelli Jr. 1994, 1991; Lombardi, 1993; Barreira, 1995; Bontempi, 1995; Nunes, 1996; Stein, 1998 (Lombardi, 1999a, p. 8).

A HC com seus suportes filosóficos coloca-se como delineamento para pensar a HE, mantendo válido o entendimento pronunciado por Carr (2002), Schaff (1983), Paulo Netto (1998), Severino (1999) e Lombardi (1993; 1999), segundo o qual, toda epistemologia reserva em sua organização uma filosofia que lhe autentica na condição de teoria. A elucidação da natureza histórica do processo educacional não pode privar-se desse pressuposto em sua composição. Assim, não se constitui simplesmente como um sistema de ideias, mas uma intervenção político-ideológica nos conflitos educacionais do seu tempo.

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (Marx, 2008, p. 258).

A epistemologia dialética materialista se caracteriza pelo esforço de apreender o sistema social pelo pensamento para além da aparência empírica, procurando-o no movimento concreto produzido pelas relações materiais e históricas objetivas. À procura de um acesso epistemológico seguro levou Marx à superação das posições idealistas assumidas por Hegel, apresentando a dialética materialista preocupada com os conceitos, categorias e leis dos fenômenos, nesse sentido Pires (1987), anuncia:

[...]. Para o pensamento marxista, importa descobrir as leis dos fenômenos de cuja investigação se ocupa; o que importa é captar, detalhadamente, as articulações dos problemas em estudo, analisar as evoluções, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem. Isto, para este pensador, só foi possível a partir da reinterpretação do pensamento dialético de Hegel. A separação sujeito-objeto, promovida pela lógica formal, não satisfazia a estes pensadores que, na busca da superação desta separação, partiram de observações acerca do movimento e da contraditoriedade do mundo, dos homens e de suas relações (Pires, 1987, p. 85).

Florestan Fernandes (2012), ao se referir ao pensamento de Lênin diz que o fenômeno só pode ser cientificamente conceituado no contexto social do seu advento, esse pressuposto fica bem definido na passagem abaixo:

Lênin [...] sempre realizou suas investigações e análises tendo em mente os objetivos cognitivos e práticos do socialismo revolucionário. [...]. Doutro lado, o marxismo forneceu-lhe [...] – uma teoria da ciência social e uma metodologia para investigação e a explicação dos fenômenos sociais. Nenhuma história das ciências sociais é completa se não considerar as suas contribuições e a importância que elas tiveram dentro e fora dos círculos socialistas (Florestan Fernandes, 2012, p. 239).

Faz-se imperativo anunciar que todas as ações desencadeadas no seio da sociedade – os produtos intelectuais não fogem à regra - implicam, inelutavelmente, uma relação direta com a sociedade instituída, no sentido de prosseguimento ou transformação material e da consciência. Resta problemático definir qual o conjunto da realidade (Lenin, 2011) é o mais significativo e imprescindível à demarcação de uma singularidade. A reflexão marxiana-engelsiana é uma teoria social interpretativa do capitalismo e figura à sociedade, a mais ampla das totalidades, nada podendo existir fora do seu universo e, somente no seu interior, as particulares singulares conseguem se expressarem sem negar a sua natureza geral, operando-se sucessivamente em direção “[...] a totalidades cada vez mais inclusivas [...]” (Bottomore, 2010, p. 168).

A epistemologia MHD assenta-se objetivamente na realidade material tomada pela totalidade social, negando o idealismo e o real fragmentário, e coloca em evidência um

sistema educacional fundado na dialética relacional das totalidades, que consiste em operar o singular decorrente de múltiplas determinações históricas e socioculturais.

A contribuição de Rosar, Cabral e Sousa (2012), em apoio a atualidade epistemológico do MHD, objetando-se ao fechamento conceitual anunciado nos apelos teóricos desconstrucionistas e reprodutivistas, a cada dia, vem tornando-se mais necessária em razão da constatação que as novas pesquisas se encontram fortemente identificadas com os indicativos da pós-modernidade.

Apesar das afirmações e reiteraões da necessidade de admitir-se uma diversidade epistemológica que esteja mais receptiva às leituras contraditórias e plurais das diferentes histórias singulares, de certo modo, tem se gestado um aprofundamento de abordagens desconstrucionistas. Em seu âmbito, tornou-se questionável a relevância teórica e metodológica do materialismo histórico-dialético, na medida em que suas categorias fundamentais – tais como classes sociais, revoluções, estrutura e superestrutura, sujeitos históricos e totalidade, igualdade, contradição, entre outras – são consideradas como não pertinentes para a análise das realidades históricas, dada sua fragmentação. [...] (Rosar: Cabral; Sousa, 2012, p. 94).

4. ATUALIDADE DO MÉTODO MHD PARA A PESQUISA EM HE

Com vista a demonstrar a magnitude, nesta época, do MHD como método para a pesquisa em HE dialoga-se com as “mazelas” sugeridas pelo JCT, amplamente acatadas nos anos vindouros e destacadas como obstáculos ao crescimento da área, e tece-se comentários empregando-se os argumentos: gnosiológico, epistemológico e ontológico.

Com isto queremos dizer que assumir conscientemente e com intencionalidade o método a ser utilizado na pesquisa traz implícitas exigências de posicionamento de caráter ontológicos, gnosiológicos, epistemológico, metodológico que identificam efetivamente um modo de aproximar-se da realidade e de se construir o conhecimento (Ferrater-Mora, 1975; Sánchez Gamboa, 2007 apud Magalhães; Souza, 2012, p. 684).

A primeira “mazela” da HHEb anunciada foi a propensão ideológica na defesa de determinados interesses de quem as praticava, impondo-se esta preocupação de ordem política. Segundo M. Lowy (2015), Marx nunca faz referência à “Ideologia Proletária”, exatamente porque essa classe não tem ambições a serem acobertados sob o véu de uma pseudoconsciência, logo, a sua visão de mundo não se constrói como uma ideologia, mas sim, como uma ciência da práxis social. Para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, e se refere à consciência desfigurada da realidade que se dá através da dominação de classe burguesa via o processo de alienação do trabalho: as ideais das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. (Lowy, 2015, p. 19).

Ainda admitindo a presença da ideologia como componente teórico do MHD, este se configura pela probabilidade prospectiva (uma visão de futuro) de concretização de uma nova sociedade (natureza ideológica da teoria), ocasionada por uma ação revolucionária da sociedade pelos trabalhadores, dando-se pela superação da ordem burguesa alterando o curso dos fatos, referenciada por uma nova ontologia com ênfase em um futuro

admissível, passível de interferência ancorada na visão filosófico-científica dos problemas da realidade presente, cujo ao passado se concatena umbilicalmente.

Seu assentamento científico focaliza em extrair dialeticamente através da história a estrutura e funcionamento da sociedade capitalista e sua superação, o que foi realizado com firmeza em termos de método e metodologia, possibilitando criar categorias, conceitos e leis removidas da própria realidade para nela intervir. À HEB se impõe, cientificamente, o diálogo com as determinações econômicas, sociais e políticas de sua constituição. Ao ser formulada não pode omitir as relações concretas e contraditórias da história mais geral do Brasil. Estando a sociedade brasileira montada por classes sociais em disputas, essa constatação reverbera na educação através da relação singular-universal, estabelecendo a verdade científica como uma correspondência entre a realidade e o grau de assertividade da mesma com alusão ao critério da prática social, logo, a elaboração da HE não pode negar esses indicativos estruturantes nas suas reflexões.

A segunda “mazela” registra - necessidade de questionar o objeto da HE - é de disposição gnosiológica porque discute a peculiaridade do objeto. Este intento apregoa que as visões vigentes ao privilegiarem macro recortes da educação sob a influência de grandes panoramas históricos, o faziam sem avaliar as particularidades e subjetividades da escola, nesta empreitada o foco se volta para as necessidades do chão desta instituição e as vivências mais próximas que a envolve. Propõe o abandonado das grandes abordagens do real, a partir de então, postas inadequadas para compreender o processo educacional em sua singularidade, acerca disso, frisamos que a proposta se pautou no padrão *Idealista e Ativista* de cunho cultural-simbólico.

[...]. Assim, paradoxalmente, enquanto a disciplina formalmente adquiria especificidade, materialmente sua especificidade se diluía. Com efeito, será que fazer a história do cotidiano escolar, das representações dos atores escolares, das relações de gênero nas escolas é fazer história da educação? Não parece que, estudando esses objetos nós estamos estudando algo que está *na* educação, que se situa *em torno* dela deixando, com isso, de estudar a educação propriamente dita? (Saviani, 2005, p. 83, grifos do autor).

No horizonte da fragmentação do objeto, a visão ontológica idealiza o *tudo* social instituído de microrrealidades não conexas, existindo sem mediações (conexões intermediárias) e relações causais necessárias entre os fatos históricos. A explanação da conjuntura volta-se para os acontecimentos recortados através da subjetividade, renunciando à objetividade e a contraditoriedade ao negar a contextualização. A postura metodológica de recortar o objeto em microrrealidades corresponde a idealização pós-moderna de sociedades múltiplas, diversificadas e líquidas, muito rapidamente se alternam em outra(s) nas quais os tempos históricos são variados, não mais admitindo existir um ancoradouro respeitante ao qual o campo estaria ligado e, colocando-o, como autossuficiente em relação ao todo social. Tem-se que o objeto capturado na sua especificidade foi confundido com o isolamento metodológico do contexto de integralidade.

[...]. Mais ainda, penso que em nome de um combate ao positivismo e também ao materialismo histórico (que não eram assim declinados) e por influência da Escola dos Annales, deixou-se de lado a preocupação em compreender a educação no todo social e foi-se priorizando o estudo de

objetos singulares. Em seguida, seria a vez de a história cultural exercer hegemonia no GT. Voltaremos a estas questões. (Buffa, 2015, p. 15).

Para Sanfelice (2008), por mais singular, inexistente objeto interditado para o pesquisador comprometido com a visão de totalidade histórica, os objetos são o que são e anunciam-se pela sua aparência e/ou essência. Explicitando com maior precisão este posicionamento de construção da HE, salienta “[...]. O alcance e os limites de cada abordagem se diferenciam e, em alguns casos, se esgotam já na constatação tão somente da aparência”, (Sanfelice, 2008, p. 12), “A questão da relevância do que se produz, como já dito uma questão controversa, não inibe a área. O mesmo se pode dizer quanto aos distintos interesses pelos quais os pesquisadores trabalham” (Sanfelice, 2016, p. 153).

[...]. As agências de fomento à pesquisa, com os seus financiamentos, induzem temas-objetos e problemas aos pesquisadores da área. Com frequência os temas-objetos e problemas correspondem aos interesses de grupos de pesquisadores que obtiveram hegemonia junto às próprias agências. Enfim, a produção do conhecimento histórico está condicionada a uma vasta gama de interferências externas. (Sanfelice, 2016, p. 152).

A terceira “mazela”, mas não menos importante, talvez carente de maior destaque porque foi primordialmente sob a qual as preocupações sobrevieram nos anos seguintes, reafirma o fazer contemporâneo da HEb inadequado do ponto de vista epistemológico, defendendo a HC em suas novas e diversificadas concepções de história para fundamentação. A objeção deu-se amparada na introdução da história cultural e, posteriormente, incrementada com “novas olhares”, invocando um fazer especializado em si mesmo: história das mentalidades, do cotidiano, das mulheres, do negro, do professor, da didática, dos livros e práticas leitoras etc., apelando à pós-modernidade, funda-se nas filosofias da consciência.

O alongamento do julgamento deu-se perseguindo o intento inicial de inseri-la no âmbito das novas ciências da história, ocupando-se amplamente da assertiva de superação do “[...] mito da objetividade histórica [...]” (Nunes, 1990, p. 37) e da “[...] estereotipagem presente na historiografia da educação brasileira [...]” (Nunes, 1990, p. 37). Seguindo à amplificação das vozes contrárias aos métodos vigentes, Louro (1990), acusa o positivismo de fazer a História com obsessão pela comprovação documental, pela neutralidade científica e pela perseguição à exatidão. Destacou que adotava fontes válidas apenas os documentos escritos, preferencialmente produzidos pelo Estado, pactuados como capazes de guardar fidedignidade, indicando que as correntes marxistas e a escola francesa do *Annales*, ainda se valendo de outras fontes, mantêm nas documentais sua maior recorrência, denunciado nestas teorias uma prática historiográfica de cunho empirista, nesses lugares sinaliza uma crença.

[...] a partir dos movimentos mais recentes (das chamadas Nova História, História das Mentalidades, História do Privado e História das Mulheres) que fontes não escritas serão valorizadas. Ao lado do reconhecimento de alguns tipos de registro escrito até então quase ignorados — diários, cartas pessoais, cadernos domésticos (com receitas, remédios caseiros, conselhos), revistas e jornais escolares, agendas, álbuns, etc. — passa-se a valorizar também fontes orais e iconográficas, como a fotografia. (Louro, 1990, p. 22).

Lopes (1990), abraçando o desdobramento do JCT, procedeu o amparo da História das mentalidades, situando-a num patamar criativo e inventivo capaz de ressignificação da HE, revelando-se apropriada para alcançar contextos inacessíveis aos meios investigativos vigentes na predominância da operacionalização desse saber. O termo Mentalidades, para a autora, além da história das ideias e do pensamento, caracteriza o sentimento concreto dos comportamentos proporcionando determinadas “visões de mundo”. “[..]. Buscando heranças, por exemplo, de onde, de quem, de quando vem esse gesto ou essa expressão? Nesse ponto cruza-se, a meu ver, [...], com a História da Educação. (Lopes, 1990, p.29).

Dentre outros escritos encarregados de proporcionar a difusão da inconformidade à HHEb -- Nunes (1990), Louro (1990) e Lopes (1990), todas com forte influência no campo e ligadas ao GT-HE da ANPEd – tornaram-se legítimas propagadoras reiterando a superação das marcas influentes, em geral, sob o argumento de terem sucumbido com seus arquétipos explicativos de sociedades, em decorrência, validam a apologia das novas potencialidades epistemológicas, referenciadas no esquema analítico proposto pela terceira geração da escola dos Annales: novas olhares, novos problemas, novos objetos, sem, contudo, fazer o ajuizamento do que estava sendo admitido como “novo” no contexto nacional.

A primeira e mais considerável lição a ser extraída do marxismo é trata-se de uma apreciação radical das contradições da sociedade capitalista, ou seja, torna factual uma ontologia porque se dirige ao ser da sociedade, e esta constatação tem sérias implicações para o uso da ciência, inclusive para o processo educacional do ponto de vista da HC, e o faz, localizando-se objetivamente em oposição ao liberalismo econômico, instituindo uma análise que desnaturaliza as relações econômico-sociais, propondo o enfrentamento à economia clássica inglesa, frisada como uma ontologia da consciência (Idealista), “[...]. O que Marx alcança é um conjunto de categorias ontológicas nucleares que permitem a reprodução ideal do movimento real da sociabilidade” (Paulo Netto, 1998, p. 54).

A modernidade desse raciocínio pode ser examinada no texto *Manifesto Comunista*, redigido em 1848, “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes. [...], em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, [...].” (Marx; Engels, 2008, p. 8). A ontologia MHD apresenta os argumentos mais consistentes da essência histórica do ser social, estatuidando-se pela lógica da dialética do concreto e pelos pressupostos históricos das contradições de classes ao fundar-se inerente à prática social. Decorrente da alteração ontológica do idealismo para o materialismo, os teóricos produziram um arcabouço categorial-conceitual constitutivo de uma forte aptidão analítica, revelando-se imprescindível para examinar as diversas problemáticas subsequentes dessa sociabilidade, abrangendo o fazer histórico educacional. A opção pelo método subscreve-se dentre as diversas demandas do fazer pesquisa e concretiza-se na exteriorização do(a) pesquisador(a) em relação aos embates correntes, em última instância, se liga à sociedade instituída, portanto, abona o rigor e a função social da HE.

[...]. A questão da teoria, ou mais exatamente, da reprodução ideal do movimento real, remete diretamente à questão do método. Eu creio que isso nos interessa particularmente, aceitemos ou não os supostos com os quais Marx trabalha. [...] Isso se explica pelo fato de que nele o interesse epistemológico está subordinado à direção ontológica da sua reflexão. Quando ele discute método ele o faz sempre conectando a discussão do método a um objeto preciso” (Paulo Netto, 1998, p. 56).

A questão do método ao se tornar central para a ciência solicita sua clarificação através dos seus próprios argumentos com vista a afastar o obscurantismo da perquirição, esclarecimento indispensável para escolha consciente da opção de elaboração da HE. Nenhuma pesquisa pode abster-se dessa exigência ao se chegar ao objeto. O JCT apoia-se em uma gnosiologia idealista e ativista, pautada na autoridade da consciência do sujeito agindo livre e ativamente sobre o objeto, epistemologicamente, em derivação, o sujeito avoca a capacidade total de dizer a verdade alusiva ao objeto; em contrapartida, o MHD ao refletir o real, assinala qual sujeito e objeto se relacionam a partir das condições socialmente emergentes e, se modificam pela interação entre ambos mantendo as autonomias, ao tempo que se reconstroem historicamente no devir, a verdade reside no grau de correspondência enunciado em relação ao objeto, tendo na prática social o critério verificação.

A expressão singular da HEb não pode abdicar as mais abrangentes, com as quais deve dialogar por força da dialética do concreto, não podendo dissociar-se do universo da qual surgiu, nem tampouco, desprezar as mudanças e contradições tecidas no vir a ser histórico projetado pela sociedade capitalista, sistema gerador de uma sociabilidade específica ainda em voga. De acordo com Paulo Netto (1998, p. 52), “[...] toda Teoria da História pressupõe necessariamente um substrato filosófico” que, inescapavelmente, subsidia a operação científica.

Os atos históricos só podem ser entendidos segundo o MHD como vivos, posicionando a apuração da ciência sempre em aberto no vir a ser, na trama das contradições e na historicidade humana posta na relação espaço, tempo, movimento e transformação. A educação como prática social evidencia inúmeras contradições, a HE no seu esforço de deslindar o processo histórico educacional deve explicita-las. A ontologia proposta por Marx e Engels e a qualidade do instrumental interpretativo daí subsequente, não pode exprimir o processo histórico educacional desgarrado do social, como algo encerrado em si mesmo. Devendo ser tratado no contexto de uma construção que se viabiliza em face ao estágio atual do capitalismo. Traçar a ordenação da HE por intermédio de uma síntese analítica “[...] é colocar a própria prática historiográfica no centro do debate [...]” (Nicolazzi; Araújo, 2008, p.8).

O JCT e sua dilatação não se direcionou em linha reta ao marxismo de Marx e Engels ou a outro marxismo em específico. As interpretações do pensamento marxista, sem embargo, produziram concepções diversas de marxismos, basta para esta constatação as diferenças entre Lênin, Gramsci, Althusser, Thompson, Fontana, Dosse, Sartre etc. O fato de não ajuizar essa diversidade no trabalho da contestação revelou forte fragilidade argumentativa, à medida que não considerou as divergências que os caracterizam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conflitantes opções gnosiológicas e epistemológicas atreladas a distintas concepções ontológicas fomentaram distintos fazeres histórico-educacionais. À aceitabilidade do MHD exposto por Marx e Engels e amplificado por seguidores para uso na HE? respondemos afirmativamente. Esta constatação regula-se pela identificação do comprometimento de uma análise fortemente entrelaçada com a objetividade pautada na práxis social, ou seja, no princípio que o homem produz e reproduz coletivamente a sociedade ao engendrar materialmente o estar no mundo, assentado na tensão concorrente e irreconciliável das classes sociais, claramente expostos pelos representantes dessa matriz teórica. Do descontentamento com o relevo da produção da

HHEb, sobressai uma proposta de HE produzida com base nos quatro elementos nucleares da pós-modernidade, que sem terem as terminologias explicitadas na contextura do JCT emergem implícitos na escolha teórica seguida.

O relativismo histórico e a subjetividade do pesquisador decidindo-se pelas múltiplas narrativas colocam todas os fazeres Históricos válidos e na mesma importância, logo, a História das memórias de um professor ou de um sistema educacional assumem concordantes significados, além disso, desloca a verdade para uma posição sofística, segundo a qual, é defendida pelos desejos subjetivos ou de grupos, retirando toda a objetividade do fazer Histórico.

A descentralidade indica a inexistência de um centro com a potencialidade de convergir as aspirações da maioria social. Subsistindo microssociedades em suas vivências emancipadas e sem conexões, restando para o conhecer, as particularidades. É uma tentativa de convencimento histórico negada pela prática social, em virtude de uma sociedade estruturada em classes os anseios apresentarem-se em confronto direto e indesejável, convertendo-se em uma luta plenamente central e objetiva.

A fragmentação e desreferencialização do real apoiam-se em repelir os amplos recortes do objeto e combater as metanarrativas históricas, efeito de uma argumentação contrária à totalidade do real, acusando-a de ter se perdido em suas buscas e não favorecer, significativamente, para pensar a educação na sua cotidianidade escolar e seu entorno, a partir das micronarrativas defende uma demonstração particularizada da educação em relação à história mais geral.

Estes elementos indicam para o protótipo individualista do ser humano em suas teleologias, fazendo-o coincidir com a essência metafísica do capitalismo, negando frontalmente a histórico-social exercida através da produção e reprodução material da vida, concedendo por vocação e mérito do indivíduo as “conquistas merecidas”, quando sabemos, as aquisições pessoais não são decorrentes da meritocracia ou do talento, e sim, de oportunidades.

O JCT se apresentou de ordem gnosiológica e epistemológica, contudo, avaliamos que na ausência de uma alegação assertiva dos(as) autores(as) o alcance foi ontológico, embora eles(as) não tenham necessariamente pretendido isso, porque apresentou uma concepção de ser social segmentado para o fazer historiográfico, indicando a substituição dos vínculos sociais. Esse deslocamento propôs no lugar de uma examinação da educação referenciada pelas condições materiais, a cultural-simbólica como a mais relevante a ser destacada no primeiro plano histórico educacional. Desencadeou-se nos anos seguintes um confronto nacional girando em torno de amplas intervenções intelectuais, situando que às proposições consideradas mazelas em sua gênese, não foram prevaletentes e continuam vivificando a pesquisa nos dias atuais, salvaguardando a atualidade da análise por parte do MHD.

A HE não pode passar ao largo do problema de acesso de classes e frações de classes à educação, sob pena de incorrer em uma atitude filosófico-científico-social e política vil, proposta historiográfica adotada pelo JCT, assumida ao reduzir a percepção do real ao cultural-simbólico da escola/ensino, desprezando as questões estruturais do capitalismo na promoção ao direito à educação. Abandonar estas peculiaridades em qualquer exame da educação brasileira é, no mínimo, uma tentativa de o sujeito silenciar o objeto e abandonar o compromisso epistêmico com a materialidade histórica, incorrendo numa filosofia da história de cunho idealista, em desacordo com o escopo do que deve arquitetar

o saber Histórico na qualidade de ponderação teórica pautada nas relações prático-sociais.

Quanto ao momento contemporâneo da história brasileira, marcado por retrocessos nas conquistas sociais dos trabalhadores, trabalhadoras e seus filhos a patamares de exploração em crescente ascensão, atingindo a educação em plenitude através da precarização do acesso e permanência na escola, pela presença de pedagogias e metodologias de ensino reprodutivistas, que afastam a educação da rota civilizatória e humanizadora do homem, tornou-se essencial escorarmos, criticamente, o MHD para a pesquisa do processo histórico educacional, relacionando as dimensões gnosiológica e epistemológica em conexão a ontologia histórico-social, por esta representar o resgate do caráter humanizador do homem.

REFERÊNCIAS

- [1] ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- [2] AMADEO, Javier. **Notas sobre o Marxismo: a tradição ocidental**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- [3] ANPed – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis
- [4] ARAÚJO, Valdei Lopes; NICOLAZZI, Fernando. “A história da historiografia e a atualidade do historicismo”. In: ARAÚJO, Valdei Lopes; DA MATA, Sergio, MOLLO, Helena; VARELLA, Flávia Florentino. (Orgs). **A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008. p.7-14.
- [5] BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. [S. l.]: Zahar. 2010. *Ebook*.
- [6] BERTHELOT, Jean-Michel. **Sociologia, História e Epistemologia**. Ijuí: Unijuí, 2005.
- [7] BUFFA, Ester. **OS 30 ANOS DO GT HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO**. 37ª Reunião Nacional da ANPed – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis
- [8] CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- [9] DAMASCENO, Maria Nobre. Questões Teóricas e Práticas da Pesquisa Social e Educacional. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1986
- [10] FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- [11] GOERGEN, Pedro. A Pesquisa Educacional no Brasil: Dificuldades Avanços e Perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1986
- [12] INEP. **Em Aberto** – Inep, Brasília, a. III, n. 23, set./out. 1984.
- [13] INEP. **Em Aberto** – Inep, Brasília, a. V, n. 31, jul./set. 1986
- [14] KUENZER, Acácia Zeneida. A Pesquisa em Educação no Brasil: Algumas Considerações. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 31, jul./set. 1986
- [15] LAROUSSE, Cultural. **Dicionário da língua portuguesa**. São Paulo – SP: Nova Cultural, 1992.
- [16] LENIN, Vladímir Iltch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2011
- [17] LOMBARDI, José Claudinei. 1993. **Marxismo e história da educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação/UNICAMP, Campinas, 1993.
- [18] LOMBARDI, José Claudinei. **Historiografia Educacional Brasileira e os Fundamentos Teórico-metodológicos da História**. In. Lombardi, José Claudinei (Org.). Pesquisa em Educação: História, filosofia e temas transversais. Campinas-SP: Autores Associados, 1999.

- [19] LOMBARDI, José Claudinei & Nascimento Maria Isabel M. (Orgs). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2004
- [20] LOPES, Eliane Marta Teixeira. Uma Contribuição da História para uma História da Educação. **Em Aberto**, Brasília. n. 47, 1990. P. 29-36
- [21] LOURO, Guacira Lopes. A História (oral) da Educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, Brasília. n. 47, 1990. p. 21-28
- [22] NUNES, Clarice. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: ESPAÇO DO DESEJO. Revista *Em Aberto*. v. 9 n. 47 (1990): Contribuições Das Ciências Humanas Para A Educação: A História.
- [23] LOWY, Michael. **Ideologias e ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2015.
- [24] MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira e SOUZA, Ruth Catarina Cerqueira R. de. **A Questão do Método e da Metodologia: uma análise da produção acadêmica sobre professores(as) da Região Centro-Oeste/Brasil**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 669-693, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufgrs.br/edu_realidade>. Acesso em: 17/04/2024
- [25] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007^a
- [26] MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- [27] MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013a
- [28] NETTO, José Paulo. **Relendo a teoria marxista da história**. In: Lombardi; Saviani; Sanfelice (Org.). História e História da Educação. Editora: Autores Associados. Campinas-SP, 1998.
- [29] NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Inep. Brasília, n. 47, 1990.
- [30] PASQUALINI, J. C. & MARTINS, L. M. **DIALÉTICA SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL: IMPLICAÇÕES DO MÉTODO MATERIALISTA DIALÉTICO PARA A PSICOLOGIA**. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362>. Acesso em: 01/06/2024
- [31] PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997
- [32] ROSAR, Maria de Fátima. **Categorias Fundamentais para a Historiografia da Educação na Segunda Década do Século XXI**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 4, n. 2, p. 25-45, dez. 2012
- [33] SANFELICE, José Luís. A Ciência da História e a História da Educação. **Revista Exitus**, Santarém, v. 6, n. 1. p. 151-159, jan./jun. 2016.
- [34] SAVIANI, Dermeval. **Ensino, pesquisa e organização do campo da História da educação brasileira**. MONARCHA, Carlos; NÓVOA, António (Orgs.). **História da educação brasileira**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2005.
- [35] SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1983
- [36] WARDE, M.J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em Aberto**, Brasília, Inep, v. III, n.23, set./out.1984.

Capítulo 11

A sociedade São Vicente de Paulo e o desenvolvimento social do Brasil¹

Angela Maria de Oliveira

Resumo: Este artigo aborda a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) no contexto do desenvolvimento social no Brasil, um processo complexo que busca melhorar as condições de vida da população, reduzir as desigualdades e promover a inclusão social. Embora o país tenha registrado avanços nas últimas décadas, impulsionadas por uma série de programas e ações governamentais que visam atender às demandas da população, ainda enfrenta muitos desafios que exigem a implementação de políticas públicas eficazes, a inclusão social e o combate à desigualdade. Esses elementos são importantes para garantir um futuro mais justo e sustentável para todos os brasileiros. Nesse cenário, a SSVP desempenha um papel vital na promoção do desenvolvimento social. Através de suas ações, a organização oferece suporte a indivíduos em situação de vulnerabilidade, proporcionando não apenas assistência material, mas também apoio emocional e espiritual. A análise das raízes da exclusão social no Brasil revela uma realidade complexa e multifacetada. Os autores Jessé Souza, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Oliveira Viana e Schwartzman, oferecem contribuições significativas para a compreensão das dinâmicas sociais no Brasil. Esses autores reforçam que a sociedade brasileira é marcada por uma estrutura complexa de exclusão que se manifesta em diversas áreas, como no acesso a direitos básicos, oportunidades econômicas e sociais. Compreender essas questões é fundamental para a formulação de políticas públicas e a promoção da inclusão social, visando uma sociedade mais equitativa e justa.

Palavras-chave: Desigualdade social, São Vicente de Paulo, impacto social.

¹ Trabalho Final da Disciplina Estado, Sociedade e Desenvolvimento no Brasil, ministrada pelo Professor Doutor Luiz Alexandre Gonçalves Cunha do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado mudanças sociais e econômicas importantes, impulsionadas por uma série de programas e ações governamentais que visam atender às demandas da população. Iniciativas como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Sistemas de Cotas nas Universidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) têm sido fundamentais para reduzir a pobreza e promover o acesso a serviços essenciais, como educação e saúde. Entretanto, os desafios permanecem, uma vez que o país ainda lida com questões como a falta de oportunidades, o desemprego e a exclusão social.

Essa dinâmica de inclusão e exclusão social tem reflexos diretos no desenvolvimento social. Para avançar de forma significativa, é necessário não apenas reconhecer essas complexidades, mas também promover um diálogo contínuo sobre as melhores práticas e políticas que podem trazer mudanças positivas.

Nesse cenário, a SSVP contribui significativamente para a redução da pobreza e a promoção da dignidade humana. Sua atuação é importante no combate às consequências da desigualdade e da exclusão, promovendo ações que visam à inclusão social, ao acesso a direitos e ao fortalecimento de redes comunitárias, ajudando na transformação estrutural da sociedade, sendo fundamental que a SSVP mantenha parcerias com o governo e outras instituições da sociedade civil para maximizar seu impacto.

A análise das raízes da exclusão social no Brasil revela uma realidade ampla e diversificada. Autores como Jessé Souza, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Oliveira Viana e Schwartzman, em suas obras, exploram como os fatores históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais moldaram as experiências das diferentes camadas da população brasileira. Para os autores a estrutura de exclusão social e as classificações baseadas em raça, classe e status continuam a impactar a sociedade brasileira.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO BRASIL

O desenvolvimento social no Brasil pode ser analisado por meio de diversas dimensões que influenciam o bem-estar e a qualidade de vida da população, podendo ser citado: a desigualdade social, a pobreza e exclusão social, programas sociais/políticas públicas, educação, habitação, saneamento básico, saúde, emprego e renda, violência e segurança pública, meio ambiente e a diversidade cultural. Como desafios, pode-se citar o impacto da pandemia de COVID-19 que agravou problemas sociais existentes, aumentando a pobreza e a vulnerabilidade de muitos brasileiros, a degradação ambiental e as mudanças climáticas também afetam o desenvolvimento social, especialmente nas regiões mais vulneráveis do país e também a violência é uma questão crítica, com taxas de homicídio elevadas, especialmente entre jovens negros e pobres.

3. AÇÕES E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO

- Políticas de Assistência Social – Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Saúde – Sistema Único de Saúde (SUS) e Programa Farmácia Popular;

- Educação – FUNDEB, criação e expansão de universidades federais e institutos federais, sistemas de cotas;
- Habitação – Programa Minha Casa Minha Vida
- Trabalho e Renda – Formalização do Emprego. Porém informalidade ainda é uma realidade para uma parte significativa da população e o salário mínimo.
- Políticas de Inclusão e Igualdade – Políticas de cotas (Brasil, 2024).

Souza (2003) examina como os elementos (históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais) interagem para perpetuar a desigualdade e a subcidadania no país. Sendo alguns dos principais fatores que contribuem para a exclusão social no Brasil:

- herança colonial e escravocrata - história da escravidão e estrutura de propriedade da terra;
- industrialização e urbanização desigual - crescimento econômico excludente;
- educação - sistema educacional desigual;
- políticas públicas e Estado - Estado capturado pelas elites e ineficiência;
- discriminação e preconceito - racismo estrutural e desigualdade de gênero;
- capital social e cultural – reprodução das elites.

Sendo necessário ter um olhar mais crítico sobre as estruturas de poder e de exclusão, cuja pobreza e exclusão social são mantidas por uma elite que utiliza o Estado para perpetuar seus privilégios, onde a ascensão social no Brasil está profundamente condicionada pelo capital cultural e social. Havendo necessidade de mudanças estruturais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária (Souza, 2003).

Através do conceito de subcidadania Souza (2003) descreve a condição de uma grande parcela da população que, apesar de viver em um regime democrático, não usufrui plenamente dos direitos e oportunidades que deveriam ser garantidos a todo o cidadão. Essa subcidadania é caracterizada por uma exclusão social sistemática, onde os indivíduos são marginalizados e têm acesso limitado a recursos básicos como educação, saúde e emprego.

Os formuladores de políticas precisam reconsiderar suas abordagens para combater a desigualdade e promover a inclusão social, implementando políticas públicas que tratem das causas estruturais da subcidadania, em vez de se concentrarem apenas em soluções paliativas.

4. A SOCIEDADE SÃO VICENTE DE SÃO PAULO

A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização católica internacional dedicada à assistência social e à promoção do bem-estar de comunidades em situação de vulnerabilidade. Fundada em 1833 por um grupo de jovens leigos liderados por Antônio Frederico Ozanam e seus colegas em Paris, França. Seu objetivo principal é a prática da caridade cristã, oferecendo apoio e serviços em diversas áreas.

A primeira reunião ocorreu em 23 de abril de 1833, na sede do Jornal A Tribuna Católica, de propriedade de Emanuel Bailly. Junto com ele, estavam os jovens Antônio Frederico Ozanam, Auguste Le Taillandier,

Jules Delvaux, Paul Lamache, François Lallier e Félix Clavé (Sociedade São Vicente de Paulo, 2024a).

Antonio Frederico Ozanam tinha 20 anos quando se reuniu com um grupo de amigos e transformou a Conferência de História em Conferência de Caridade, nasce então a Sociedade São Vicente de Paulo. Cujas,

maior bandeira de luta de Frederico Ozanam e que norteou sua vida foi a defesa da igreja, muito atacada, na época pelo ateísmo e materialismo, pelo racionalismo e positivismo. Para tanto usou de todos os recursos, como jornalista, escritor, político e professor universitário. Esteve presente nos grandes momentos da História da França, principalmente na Revolução de 1848 (Biernaski, 2009, p. 30).

De acordo com Biernaski (2009, p. 31) “Frederico Ozanam inicia sua trajetória como monarquista (legitimista) e acaba como republicano, defendendo a democracia”.

Numa França perturbada, anticlerical e há pouco refeita de horrores da Revolução, Ozanam reinventou a caridade e sensibilizou os burgueses para a onipresença da miséria. A igreja dilacerada encontrará neste jovem professor da Sorbonne um apoio e um promotor de sua doutrina social (Rivières, 1996, p. 13).

A sociedade é guiada por valores como solidariedade, fraternidade, respeito, amor ao próximo e compromisso com a justiça social. Ela promove não apenas a ajuda material, mas também a construção de relacionamentos de respeito e dignidade entre os assistidos e os voluntários.

A assistência deve ser realizada sem considerar o ser humano como um nada ou como objeto. Para Frederico Ozanam (*apud* Pugioli, 2008, p.21-22) “há duas espécies de assistência, das quais uma humilha os assistidos e outra os honra”.

Frederico Ozanam (*apud* Pugioli, 2008, p.27-28) afirma que:

não foi nosso primeiro objetivo socorrer os Pobres, não: socorrer os Pobres foi apenas um meio. Nossa intenção foi de manter-nos puros na fé católica e testemunhá-la para os outros por meio da Caridade. As Conferências de São Vicente de Paulo não tem, por objetivo o engajamento político em si; a opção partidária esta expressamente dela excluída; seu objetivo aponta somente para uma direção: santificar os seus membros mediante o exercício da Caridade a favor do Pobres, os quis procuram assistir em suas necessidades.

Internacionalmente, a Sociedade de São Vicente de Paulo é membro associado da UNESCO e participa como consultora especial do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC).

4.1. SÃO VICENTE DE PAULO

São Vicente de Paulo (Vincent de Paul, em francês) foi um sacerdote católico francês, nascido em 24 de abril de 1581, em Pouy, na França, e falecido em 27 de setembro de

1660, em Paris. Ele é amplamente reconhecido por seu trabalho caritativo e pela fundação de várias instituições dedicadas ao serviço dos pobres e necessitados.

No século XVII, Vicente de Paulo, percebendo o abandono pastoral e o estado de miséria reinantes na cidade e no campo, consagrou-se inteiramente ao serviço dos Pobres. Dentro de uma percepção da íntima ligação entre a evangelização e o serviço aos Pobres, foi ao encontro das mais variadas formas de pobreza, diagnosticou as doenças de seu tempo, buscou soluções adequadas e criativas e mobilizou uma grande legião de pessoas para o serviço aos pobres (Pugioli, 2006, p. 5).

Estabeleceu várias instituições de caridade, incluindo hospitais, orfanatos e casas de acolhimento para idosos e doentes mentais. Organizou campanhas de ajuda aos pobres das áreas rurais e aos refugiados das guerras religiosas.

São Vicente de Paulo foi canonizado pelo Papa Clemente XII em 1737. Sua festa litúrgica é celebrada em 27 de setembro.

4.2. HISTÓRIA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO NO BRASIL

A SSVP chegou ao Brasil em 1872, sendo fundada no Rio de Janeiro. Desde então, a organização se expandiu para várias regiões do país, estabelecendo diversas conferências e obras de caridade, promovendo ações de caridade e justiça social, participando ativamente do desenvolvimento social e comunitário do Brasil.

Existem cerca de 20 mil Conferências no Brasil, que reúnem aproximadamente 153 mil voluntários (Sociedade São Vicente de Paulo, 2024b).

4.3. CONTRIBUIÇÕES DA SSVP PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

- apoio a comunidades carentes/ assistência direta: desde sua chegada ao Brasil em 1872, a SSVP tem se empenhado em ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade. Suas ações incluem doações de alimentos, roupas e medicamentos.
- educação e capacitação: promove programas educativos e de capacitação profissional, visando proporcionar aos indivíduos as ferramentas necessárias para que melhorem suas condições de vida. Muitas vezes, são criados centros de educação e formação profissional em comunidades carentes, além de fornecerem bolsas de estudo e suporte educacional para estudante de baixa renda.
- assistência médica e campanhas de saúde: além de administrar clínicas e hospitais que oferecem serviços de saúde gratuitos ou a baixo custo para a população necessitada, também realiza campanhas de conscientização e prevenção de doenças, além de promover vacinação e outros cuidados preventivos.
- habitação: participa de programas de construção e reforma de moradias para famílias em situação de pobreza. Assistência na regularização de terrenos e propriedades, garantindo a segurança da posse para famílias de baixa renda. Também oferece suporte e acolhimento a pessoas em situação de rua, proporcionando abrigos e programas de reinserção social.

- inclusão social e trabalho: trabalha para promover a inclusão social, ajudando a integrar as pessoas marginalizadas à sociedade. Isso inclui o apoio a grupos vulneráveis, como pessoas em situação de rua, moradores de comunidades de baixa renda e outros grupos que enfrentam discriminação. Mantém programas de recuperação e reintegração social para dependentes químicos. Oferece cursos de capacitação profissional e programas de qualificação para ajudar pessoas a ingressarem no mercado de trabalho. Estimula e apoia iniciativas de pequeno negócios e empreendedorismo comunitário. Apoio Psicológico e Social: Oferece serviços de apoio psicológico, orientação social e jurídica para famílias em situação de vulnerabilidade. Programas de Inclusão: Iniciativas para inclusão de pessoas com deficiência e idosos, promovendo a integração social.
- enfrentamento de crises: em situações de emergência, como desastres naturais ou crises econômicas, a SSVP mobiliza suas equipes e recursos para oferecer ajuda imediata e suporte a longo prazo, incluindo a reconstrução de habitações e a restituição de serviços essenciais.
- atuação voluntária: é composta por voluntários que se dedicam a servir suas comunidades. Essa mobilização da sociedade civil é fundamental para o fortalecimento do capital social e da solidariedade, essenciais para o desenvolvimento social.
- parcerias e colaborações: frequentemente colabora com outras organizações da sociedade civil, governo e iniciativa privada para ampliar o impacto de suas ações e promover o desenvolvimento sustentável em várias regiões do Brasil (Sociedade São Vicente de Paulo, 2023).

4.4. IMPACTO SOCIAL DA SSVP

O trabalho da Sociedade de São Vicente de Paulo tem gerado um impacto significativo na vida de milhões de brasileiros ao longo de sua história. Seus programas e iniciativas ajudam a aliviar a pobreza e a exclusão social, oferecendo esperança e oportunidades para aqueles que mais precisam. A SSVP contribui não só para a assistência imediata, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No contexto do desenvolvimento social no Brasil, as ideias de Souza, quando relacionadas à prática de organizações como a Sociedade São Vicente de Paulo, podem ajudar a entender tanto os desafios enfrentados pelas populações em situação de subcidadania quanto as formas de intervenção que podem melhorar suas realidades.

Se de um lado a SSVP oferece uma resposta imediata às necessidades dos marginalizados, Souza (2003) fornece uma crítica estrutural e propõe soluções de longo prazo para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Sobre combate à pobreza tanto a SSVP quanto Souza enfatizam a necessidade de combater a pobreza e a exclusão social, embora com abordagens diferentes - a primeira através da caridade e assistência direta, e a segunda, através de reformas estruturais e políticas públicas.

Para Franco (1997), a pobreza e a exclusão eram estruturais e integradas à ordem social e econômica do período escravocrata.

Na educação e na capacitação tanto a SSVP, Souza (2003) e Franco (1997) reconhecem a importância dessas como meios essenciais para entender e combater as estruturas de poder e exclusão, assim quebrando o ciclo da pobreza e promover o desenvolvimento social.

Por outro lado Schwartzman (1988) destaca como a herança colonial, a desigualdade social, a cultura política autoritária e as influências externas contribuíram para a perpetuação do autoritarismo no Brasil. Em contraste ao autoritarismo, a Sociedade São Vicente de Paulo, com suas atividades de assistência social e promoção da solidariedade, desempenha um papel imperativo no combate a pobreza e a exclusão, e promovendo a inclusão e a dignidade.

As ações da Sociedade São Vicente de Paulo vem contrapor ao autoritarismo brasileiro, na medida que promove a cidadania, reduz a desigualdade e fomenta o acesso aos direitos.

Oliveira Viana (1973) em seu estudo examinou as características sociais e culturais das populações do Sul e Sudeste do Brasil, explorando as particularidades que influenciam o desenvolvimento social nessas regiões. Ele argumentou que as diferenças regionais são essenciais para entender as dinâmicas sociais e as adversidades enfrentadas pelas comunidades.

A atuação da Sociedade São Vicente de Paulo nas Populações Meridionais do Brasil se conecta com a análise de Viana (1973) de várias maneiras:

- foco nas necessidades locais: ao trabalhar diretamente com comunidades, leva em consideração as especificidades regionais que Viana destacou, adaptando suas ações às necessidades locais;
- estratégias de combate à desigualdade: promove iniciativas que visam mitigar as desigualdades observadas por Viana, criando oportunidades para populações que enfrentam exclusão.
- promover a coesão social: Os esforços da SSVP para construir redes de solidariedade e apoio vão ao encontro da visão de Viana sobre a necessidade de um fortalecimento do tecido social para superar divisões regionais e culturais.

4.5. DESAFIOS DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO

- recursos limitados: a dependência de doações e voluntários pode limitar sua capacidade de resposta em emergências ou em projetos de maior escala.
- aumento da demanda: com o aumento da pobreza e da desigualdade no Brasil, a demanda por seus serviços tem crescido, exigindo esforços constantes para se adaptar e atender a todos que precisam.
- integração com políticas públicas: a tarefa de se alinhar e complementar as políticas públicas é determinante, mas também desafiadora, já que requer diálogo e cooperação entre diferentes órgãos e entidades.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento social no Brasil é um tema complexo que envolve diversas dimensões, incluindo economia, educação, saúde, meio ambiente, cultura e políticas públicas. Ao

longo dos anos, o Brasil tem enfrentado desafios, mas também tem mostrado progresso em várias áreas.

A exclusão social no Brasil é resultado de uma herança histórica de escravidão, colonialismo e políticas econômicas que perpetuaram desigualdades, desigualdades estas reforçadas por um sistema educacional desigual, discriminação racial e de gênero, e um Estado que não serve aos interesses dos excluídos. A desigualdade ocorre também por meio da falta de acesso a capital social e cultural, que limita as oportunidades para grupos marginalizados.

Para um desenvolvimento social mais inclusivo, é necessário implementar políticas públicas eficazes que abordem as diferentes dimensões da exclusão social, cujo fortalecimento da participação cívica e da inclusão social é determinante para enfrentar as desigualdades históricas e promover um progresso social sustentável.

As ações da SSVP e de outras organizações da sociedade civil são essenciais para enfrentar as desigualdades históricas e promover a inclusão social no Brasil. A combinação de esforços da sociedade civil, do setor privado e do governo é fundamental para construir uma sociedade mais justa e solidária. O desenvolvimento social é um processo contínuo que requer comprometimento e ações integradas para superar os desafios estruturais e garantir direitos a todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- [1] BIERNASKI, L. Frederico Ozanam no contexto histórico. In: BIERNASKI, L. (org.). **Frederico Ozanam: mobilização dos leigos**. 2.ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2009, p. 23-38.
- [2] BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Ações e Programas do Governo Federal**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- [3] FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- [4] PUGIOLI, M. D. **As conferências vicentinas**. Curitiba: Curitiba: Ed. Vicentina, 2008.
- [5] PUGIOLI, M. D. **Serviço de assessoria à família vicentina**. 2.ed. Curitiba: Ed. Vicentina, 2006.
- [6] RIVIÉRES, M. **Ozanam: um sábio entre os pobres**. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- [7] SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- [8] SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. **Fundadores**. 2024a. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/fundadores/>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- [9] SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. **Regra**. São Paulo: SSVP, 2023.
- [10] SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. **SSVP**. 2024b. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/a-ssvp/>. Acesso em: 30 jun. 2024.
- [11] SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- [12] VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Capítulo 12

Intervenção no Parque Itaimbé, distrito criativo de Santa Maria RS: a paisagem do ponto de vista de gênero e envelhecimento

Marina Belloli Pedroso

Ricardo de Souza Rocha

Resumo: A presente pesquisa visa fundamentar a elaboração de uma proposta de intervenção urbana e na paisagem do Parque Itaimbé, inserido no Distrito Criativo (DC) Centro - Gare, localizado no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A proposta se desenvolve desde uma perspectiva que leva em consideração o envelhecimento e as questões de gênero dentro da paisagem das cidades. Para tanto, busca-se demonstrar a relevância da região do DC para o município, tendo em vista tanto seu viés sociocultural, quanto a importância do patrimônio e de sua paisagem. Além disso, é apontada a urgência em se pensar a respeito do tema do envelhecimento populacional dentro das cidades, especialmente devido ao seu crescimento acelerado em países em desenvolvimento, bem como a responsabilidade dos espaços públicos no que tange essa questão. Também são levantadas problemáticas referentes à crise dos cuidados e à falta de representatividade feminina no âmbito do planejamento urbano e da paisagem, refletida tanto na apropriação dos espaços públicos pelas mulheres, quanto nos altos índices de violência no país. Ademais, assinalam-se as congruências entre estas questões e as dificuldades elencadas pela própria população na região escolhida para a intervenção. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo propor ambientes e paisagens que promovam um acesso mais equitativo aos espaços relevantes dentro do município, como é o caso do Parque Itaimbé, inserido no Distrito Criativo Centro - Gare.

Palavras-chave: distrito criativo, envelhecimento, gênero.

1. INTRODUÇÃO

As cidades, e sua paisagem, para além de sua vertente física, podem ser compreendidas como um produto dos grupos sociais que atuam sobre elas, e, portanto, não podem ser analisadas sem uma compreensão da sociedade a qual estão atreladas. Conforme defendido por Henri Lefebvre (2001), o espaço urbano é resultado dos interesses de seus agentes sociais, isto é, das intenções, histórias, padrões e economia de uma determinada sociedade, de forma a refletir no ambiente construído as relações de poder e desigualdade social.

Dessa forma, a morfologia urbana encontra-se em constante transformação, de acordo com as mudanças de interesses desses diversos agentes de produção do espaço. Além de um caráter econômico, essa reprodução permanente do espaço está fortemente atrelada a um viés social, ou seja, ultrapassa a barreira da mercadoria, sem deixar de incorporá-la, mas expandindo-se para as esferas da vida privada, do lazer, e do habitar.

Assim, por seu caráter, o espaço urbano deve ser capaz de acolher diferentes grupos sociais, criar ambientes propícios para manifestações políticas e práticas diversas, bem como promover a apropriação dos espaços pela comunidade. Para isso, cada espaço deve ser capaz de responder às diferentes demandas específicas que emergem de seus territórios. Quando pensados com sensibilidade, levando em consideração suas realidades socioeconômicas e seus processos históricos, podem agir em níveis coletivos, como na diminuição da criminalidade e violência, no incremento da sustentabilidade, e, principalmente, no fomento de um melhor convívio social e qualidade de vida para os habitantes locais.

Dessa forma, segundo Ferreira et al (2023), desde 2010, os Distritos Criativos surgem em cidades da América Latina como mecanismos de inovação urbana, que tem como principal intuito a melhoria do território e o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Essa forma de habitar fortalece a integração da população com o cenário urbano (townscape), e se propõe a manter viva a memória e a paisagem das cidades. Nesses espaços, a diversidade cultural e a criatividade são as bases da transformação territorial, bem como a participação da comunidade no processo de formação dos distritos.

Ao mesmo tempo, sabe-se que o envelhecimento populacional é um fenômeno que ocorre de forma acelerada em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Uma projeção feita pelo IBGE (2022) indica que, no período de dez anos, a parcela da população com 60 anos ou mais passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões, na qual as mulheres são maioria expressiva. Além disso, estima-se que até o ano de 2050 o país terá cerca de 66,5 milhões de pessoas nesse grupo etário.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2008, cunhou os termos Envelhecimento Ativo e Envelhecimento Saudável, presentes no seu Guia Global: Cidade Amiga do Idoso. Esses processos são pautados pela otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, como também pela manutenção da capacidade funcional. Além de estarem relacionados a fatores biológicos intrínsecos a cada indivíduo, também são de responsabilidade do ambiente físico no qual são realizadas as vivências e relações interpessoais. Por conta disso, os espaços urbanos têm alta responsabilidade em fornecer instrumentos apropriados que auxiliem a promover um melhor estilo de vida para os idosos, tal como para todos.

Não obstante, essa transição demográfica acelerada é responsável pela gênese da crise dos cuidados, referente à incapacidade do estado e da sociedade civil em elaborar

soluções articuladas para as necessidades específicas da população, a curto, longo, e médio prazo (Torralbo et al., 2020). Como consequência direta, os trabalhos com cuidados são deixados para as famílias e, dentro delas, para as mulheres, que historicamente são responsáveis pelo trabalho reprodutivo da sociedade, e encontram-se sobrecarregadas no cenário atual.

Ainda segundo Torralbo et al. (2020), a introdução de políticas públicas referentes à pessoas idosas tardou a levar em consideração a questão do gênero, resultando em leituras androcêntricas das cidades atuais. É fundamental, portanto, ter em mente que gênero e idade são categorizações intrínsecas às relações humanas, responsáveis por formar a base das identidades pessoais e a forma como as relações sociais afetam o curso de toda a vida.

O conceito de gênero, fruto de uma construção social, é responsável por designar papéis referentes ao cuidado e ao trabalho doméstico às mulheres, enquanto aos homens foi destinado usufruir das esferas públicas e coletivas (Federici, 2019). Esses processos, juntamente com a sub-representação das mulheres no âmbito político, torna evidente o predomínio masculino no que diz respeito aos estudos e planejamento do espaço urbano, como comentado por Paula Motta, vice-presidenta do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RS).

Esse desequilíbrio é visível tanto na materialização do desenho urbano, quanto na interação da sociedade com o ambiente público. Essa desigualdade, inevitavelmente, encontra-se refletida nos dados referentes a violência de gênero, no qual o Brasil ocupa a quinta posição como país com maior número de feminicídios (ONU, 2016). Muito distante de uma questão de segurança genérica, como aponta Rolnik (2017), esses dados sugerem um estigma cultural que resulta na dificuldade em se fazer valer do direito básico de usufruir do espaço público pelas mulheres, visto que a segurança está diretamente ligada à capacidade do indivíduo de se apropriar desses ambientes.

Nesse sentido, O Distrito Criativo (DC) Centro - Gare, localizado no bairro Centro do município de Santa Maria, RS, foi oficializado no mês de abril de 2022, e contempla, em boa parte de sua extensão territorial, o centro histórico do município. Por conta disso, é um local que guarda a memória da cidade, seus valores, e sua identidade, através de seu patrimônio histórico e cultural. Em meio às 25 ruas e duas avenidas contidas no perímetro do Distrito Criativo estão abarcados diversos marcos históricos do desenvolvimento da cidade, como a Rua do Acampamento, a Vila Belga e o Parque Itaimbé. Grande parte desses espaços, atualmente, serve de suporte para a economia criativa do município, além de ser palco de eventos culturais, tais como o Brique da Vila Belga e a Feira do Livro de Santa Maria.

A participação popular nesses eventos não apenas demonstra a vontade de manter viva a memória da cidade, mas também representa a necessidade de se pensar em ambientes/paisagens seguros e de qualidade para uma comunidade que é amplamente pautada pelo seu viés criativo. Ainda, as problemáticas dispostas no sumário executivo disponibilizado pelo Distrito Criativo, levantadas e entre janeiro e março de 2022, na etapa de análise de problemas e soluções do plano de ação, vão diretamente ao encontro das principais questões que tangem os temas de gênero e cuidado dentro das cidades, especialmente no que diz respeito à dimensão da paisagem enquanto espaço natural e construído.

Em função disso, nota-se a necessidade de pensar espaços de grande significância para a cidade, como é o caso do Distrito Criativo, sob uma ótica que permita a aproximação dessas paisagens por toda a população, promovendo maior inclusão social. Esse fato

torna-se ainda mais claro com a compreensão de que as cidades, atualmente, são os principais agentes capazes de auxiliar na solução das problemáticas levantadas (Montaner; Muxí, 2021).

2. EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1. DISTRITOS CRIATIVOS

O advento da globalização, com seu forte enfoque no crescimento de tecnologias de informação, maior relação mundial, e emergência de grandes empresas detentoras do capital 3 global, trouxe consigo uma série de desigualdades e explorações. Milton Santos (2007), geógrafo baiano, baseou parte de suas críticas ao “globalitarismo” na teoria dos dois circuitos, através da qual explica que a cidade é resultado de um circuito moderno, classificado por ele como global, e um circuito não moderno, chamado de local. O circuito moderno, compreendido como superior, está relacionado às atividades ligadas ao setor terciário superior, enquanto o circuito não moderno, ou inferior, é composto por serviços tradicionais intensivos e de baixa tecnologia.

Em países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, a relação entre esses dois circuitos é capaz de representar grande imposição do setor global sobre o local, criando uma relação de dependência, tanto do setor global, quanto de relações externas. Dessa forma, os Distritos Criativos surgem ao redor do mundo como uma resposta aos desafios impostos pela globalização, principalmente no que diz respeito a homogeneização cultural e perda de identidade local. Isso ocorre pois, além dessa forma de organização estar pautada na preservação da história local, também contribui para uma forma de economia mais solidária e colaborativa, baseada na cooperação, bastante presente no “setor local”.

2.2. ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Uma das transformações sociais mais relevantes do século atual, o envelhecimento populacional afeta diversas áreas da sociedade, como a saúde, a economia, a mobilidade urbana, e a habitação. Em função disso, diversas pesquisas surgiram ao longo dos últimos anos, especialmente no campo do urbanismo, com o objetivo de compreender se a realidade proporcionada pela atual configuração das cidades condiz com as demandas para um envelhecimento saudável.

O processo de envelhecimento populacional é caracterizado pelo aumento da proporção da população idosa em relação à população total de cada país, ocasionando diversos desafios econômicos e sociais. Essa transição demográfica gera uma mudança considerável no perfil das cidades brasileiras, que deve ser acompanhado pelas funções sociais das mesmas. Compreender a velhice, portanto, torna-se essencial para que o trato com o idoso seja adequado.

A bioética, campo da ciência que trata acerca das implicações morais relacionadas à vida humana, está cada vez mais tentando estabelecer uma relação com a questão do envelhecimento (Ferrari, 2004). Em sua obra original intitulada “Princípios da ética biomédica”, de 1979, o filósofo Tom Beauchamp e o teólogo James Childress definem princípios que auxiliam a identificar condutas eticamente aceitáveis, como a autonomia, a não maleficência e a justiça.

Além disso, em seu livro intitulado “Velhice”, Simone de Beauvoir (2018) indica que, atualmente, grande parte das pessoas crê, erroneamente, que o mais benéfico para os idosos seria limitar sua convivência apenas entre si, mantendo-se longe das pressões do mundo, da juventude, e da concorrência. Entretanto, reabilitar os mais velhos para conviver em sociedade como iguais não é um sistema considerado lucrativo. A solução mais difundida atualmente são as casas de repouso, onde os idosos sentem-se escamoteados por serem colocados escondidos dos olhos dos outros, e excluídos do convívio social, afetando diretamente sua autonomia e autoestima (Burger, 1969).

Mesmo sendo cada vez mais numerosos, os idosos participam gradativamente menos da vida em sociedade. O termo “Age-Ism”, traduzido como “etarismo”, foi cunhado pelo médico americano Robert Butler, no ano de 1969, e refere-se à experiência popular do conflito entre gerações. No caso dos idosos, o imaginário coletivo é responsável por relacioná-los com uma maior dependência, impotência, doenças, dentre outros aspectos negativos (Butler, 1969). Além disso, a pouca atenção dada à velhice pelas ciências auxilia no processo de invisibilização dos idosos em diversas áreas sociais, e fomenta essa forma de discriminação, que acaba por generalizar as necessidades e demandas de todos os idosos, sem considerar outros aspectos fundamentais à identidade pessoal de cada um.

Com relação ao processo biológico, de maneira geral, o envelhecimento está pautado tanto em fatores psicocognitivos, relacionados às alterações que ocorrem no âmbito da mente humana, quanto funcionais, que dizem respeito à mudanças fisiológicas (Magagnin, 2018). Ambos fatores estão diretamente conectados a um aumento significativo de riscos de acidentes, especialmente no meio urbano. Segundo dados da OMS (2005), 28% a 35% das pessoas com mais de 65 anos sofrem algum acidente por queda a cada ano, principalmente devido à vulnerabilidade por funções cognitivas e equilíbrio corporal do idoso combinados com uma cidade despreparada para adaptar-se às suas necessidades.

Além disso, em 2008, a OMS também cunhou o conceito de envelhecimento ativo, processo pautado por diversos determinantes que permeiam o curso de vida das pessoas, e que são capazes de reconhecer a heterogeneidade do grupo formado pelos idosos. A organização afirma, também, que o declínio causado pela idade pode ser remediado a partir de políticas públicas engajadas em fornecer ambientes amigáveis aos idosos.

2.3. CRISE DOS CUIDADOS

Em outra instância, o processo de envelhecimento populacional auxilia no agravamento da crise dos cuidados, compreendida como um problema socioeconômico atual que afeta a população como um todo, e que está pautado em uma desestabilização do modelo prévio de divisão de responsabilidades sobre os cuidados e a sustentabilidade da vida (Orozco, 2012). Segundo Torralbo et al (2020), o cuidado pode ser compreendido como um processo multidimensional e cotidiano, e que pode ser separado em três formas de exercício prático: o cuidado direto relacionado às pessoas, a manutenção física do espaço, e o trabalho de parentesco.

A família, o estado, e a comunidade, são os atores sociais responsáveis por desempenhar papéis na prestação de cuidados com os idosos. Na atual conjuntura, a crise do cuidado acaba deixando essas funções apenas à encargo da família, no âmbito da vida privada e da intimidade familiar. Nesse sentido, as mulheres acabam sendo as principais responsáveis, dentro e fora das famílias, por esses serviços. Assim, compreende-se que a combinação do capitalismo com o patriarcado destinou para as mulheres o trabalho reprodutivo, ligado

à esfera do núcleo familiar, e, para os homens, o produtivo, voltado ao mercado. A divisão sexual do espaço físico ocorre ao perceber que esses papéis são efetuados em ambientes distintos: enquanto o papel de produção social se dá na esfera pública, o de reprodução ocorre no âmbito privado (Koetz, 2017).

Essa separação física faz com que o espaço público tenha uma predominância masculina, causando sensação de exclusão entre as mulheres. Se considerarmos que o espaço público e a paisagem são políticos por excelência (Vianna, 2014), compreende-se a hierarquização entre essas esferas, que limita as mulheres ao espaço “apolítico” das casas “paisagem doméstica”), onde não são capazes de opinar sobre assuntos essenciais para o planejamento urbano e da paisagem. Essa divisão do espaço, alinhada com os padrões de deslocamento das mulheres dentro das cidades, foi chamada por Inés Sánchez de Madariaga de mobilidade do cuidado. O termo refere-se a como os trajetos feitos pelas mulheres dentro dos municípios são fragmentados em idas ao mercado, farmácia, escola, entre outros. É uma forma de mobilidade ligada diretamente às atividades não remuneradas voltadas à terceiros, e que compõem 40% dos deslocamentos das mulheres, e só 8% dos homens (Ribeiro et al, 2023).

2.4. A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O aumento da longevidade trouxe novos desafios relacionados à habitação, à acessibilidade e à segurança, além de agravar desigualdades socioeconômicas já existentes. Em uma sociedade patriarcal, onde crianças já nascem sob a influência da construção social do gênero, mulheres de todas as idades possuem acesso mais restrito à alimentos nutritivos, educação e trabalho significativo, por exemplo (OMS, 2008). Além disso, o serviço de reprodução destinado à mulher faz com que elas sejam mais suscetíveis à pobreza e problemas de saúde ao longo da vida.

Entretanto, mulheres mais velhas contam com mais ferramentas sócio-relacionais, consideradas “tradicionalmente femininas”, como, por exemplo, a manutenção de laços sociais, o que pode auxiliar no suporte de necessidades referentes à velhice. Os homens, por sua vez, apresentam menor tendência em cultivar redes de apoio, ficando dependentes, principalmente, de suas parceiras durante a velhice. Esse fato pode ser corroborado pelo dado que aponta que a mortalidade de um homem aumenta consideravelmente no primeiro ano de viuvez, o que não acontece entre as mulheres (Knodel e Ofestál, 2003, apud Torralbo et al., 2020).

2.5. DESIGN INTERSECCIONAL

Nesse sentido, a criação de espaços públicos adequados e seguros para todas as pessoas é de incumbência direta do planejamento urbano e da paisagem. Publicações como “Cidade amiga do idoso”, feita pela ONU em 2008, e “Parques para Todas e Todos - Sugestões para a implantação de parques urbanos com perspectiva de gênero” do Instituto Semeia, publicado no ano de 2020, indicam caminhos a serem seguidos em prol de garantir paisagens mais apropriadas para essas comunidades em específico.

Ao mesmo tempo, o termo interseccionalidade foi cunhado pela professora e advogada Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989, referindo-se à intersecção entre as diferentes formas de opressão, e como estas se manifestam de forma simultânea nos processos legais dos Estados Unidos. Segundo Crenshaw, o aparato judicial falha ao tentar aplicar justiça

sem considerar as complexas intersecções entre os sistemas de opressão contemporâneos. (Molina et al, 2022). Ou seja, muitos indivíduos enfrentam diferentes formas de discriminação de forma simultânea ao longo da vida. Seres humanos são capazes de carregar uma série de identidades, que tornam cada experiência única, e que não devem ser consideradas de forma independente, pois estão sob constante interação (Baldwin, 2023).

O design interseccional, portanto, é uma forma de projetar que leva em consideração a forma como esses fatores de identidade interagem entre si, incorporando experiências de diferentes comunidades, e adequando propostas e políticas públicas em prol do bem-estar de todos de forma mais inclusiva e equitativa. Para tanto, foi realizada uma comparação entre os dados levantados a respeito do envelhecimento populacional e das questões de gênero, a fim de elaborar eixos temáticos capazes de compreender esses dois assuntos de forma simultânea. A partir dessa análise, foram elaborados seis princípios sintéticos (Tabela 1), envolvendo as questões abordadas pelas publicações citadas anteriormente.

Tabela 1: Eixos sintéticos para o planejamento urbano a partir de uma perspectiva interseccional de gênero e envelhecimento

Eixo 01 - Participação	Eixo 02 - Segurança
- Promover reuniões com usuários do local sobre os usos do espaço público; - Promover a participação da comunidade em tomadas de decisão através de consultas públicas; - Promover reuniões com organizações responsáveis, e incluir debates de gênero e envelhecimento nelas; - Fornecer canais de comunicação entre a população e os órgãos responsáveis pelos ambientes públicos; - Disponibilizar informações em sites, páginas, e mídias acessíveis a todos os públicos; - Buscar a paridade de gênero nos cargos administrativos dos espaços públicos; - Oferecer empregos e capacitações para idosos;	- Promover iluminação eficiente, principalmente para pessoas não motorizadas; - Cuidar para vegetação e mobiliários não criarem barreiras visuais; - Presença de guardas no local; - Disponibilizar mapas indicando acessos e saídas e locais onde é possível solicitar ajuda; - Evitar espaços que sirvam de esconderijo; - Sempre que possível, ampliar o campo de visão, através de materiais permeáveis, etc.; - Controlar deslocamentos previsíveis, e ofertar outras possibilidades de trajetos; - Disponibilizar horários de funcionamento do comércio local e do entorno; - Disponibilizar telefones públicos para o caso de ser necessário pedir ajuda; - Evitar muros "cegos"; - Ofertar ouvidorias e centros de acolhimento;
Eixo 03 - Comunicação	Eixo 04 - Mobilidade
- Linguagem e iconografia que abarquem representações diversas; - Reservar espaços para fixação de campanhas contra discriminação e violência; - Nomear os locais homenageando pessoas diversas, e oferecendo informações sobre suas biografias; - Fornecer informações claras, em frases curtas e sem termos de difícil compreensão; - Utilizar cores para tornar as informações mais fáceis de compreender; - Divulgar informações em mídias que incluam idosos, bem como representá-los de forma positiva e não-estereotipada; - Formatação amigável ao idoso através de letras grandes;	- Calçadas largas e adequadas para carrinhos de bebês, carrinhos de compras, cadeiras de rodas, etc; - Pavimentação antiderrapante; - Maior oferta de locais para descanso, como bancos, ao longo dos espaços, em intervalos regulares; - Propor faixas antiderrapantes em cruzamentos; - Propor meio-fio rebaixado; Integrar os espaços públicos às rotas de transportes públicos; - Promover sinalização em rotas e equipamentos; - Posicionar barreiras que impeçam a invasão do espaço de pedestres por veículos automotores; - Maior oferta de transporte público, de rotas e horários; - Valores de transporte acessíveis e passes para acompanhantes; - Ofertar serviços especializados para idosos;

Tabela 1: Eixos sintéticos para o planejamento urbano a partir de uma perspectiva interseccional de gênero e envelhecimento. Elaborado pela autora, 2024. (continuação)

Eixo 05 – Infraestrutura	Eixo 06 - Planejamento
• Criar maior diversidade no uso dos espaços; • Projetar ambientes que contemplem diferentes atividades e idades; • Prever espaços para acompanhantes, que contemplem sombra e locais para descanso; • Prever áreas cobertas que possam servir de abrigo em caso de mau tempo • Prever banheiros públicos e acessíveis, de fácil uso, com portas leves e com espaço para troca de fraldas; • Fornecer equipamentos necessários para as práticas de atividades • Fornecer equipamentos que incentivem rotina física para pessoas idosas • Propor bicicletários, pontos de água, sistema de coleta de resíduos;	• Presença de espaços verdes bem conservados e seguros; • Definir usos para espaços ociosos • Planejar eventos em diferentes horários para incentivar a presença de pessoas em todos os turnos; • Propor eventos com horários adequados ao público idoso; • Compra de ingressos acessível; • Preservar a higiene do espaço; Incentivar a participação de empresas e organizações com mulheres e idosos em cargos técnicos; • Incentivar a variedade de preços nos serviços ofertados no espaço; • Avaliação periódica das questões enviadas por usuários pelos canais de comunicação disponíveis; • Coleta e análise de informações sobre o público que utiliza o espaço;

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

3. CONTEXTO

Para uma melhor compreensão acerca da área de estudo, a etapa de contexto propõe elencar informações relevantes a fim de auxiliar na elaboração das diretrizes norteadoras do projeto. Santa Maria é uma cidade de porte médio, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul (RS). Segundo Benaduce (2007), seu modelo espacial é linear e policêntrico, sendo o Centro Histórico, no bairro centro, o ponto mais ativo e densificado da cidade. Com relação ao seu histórico, desde o século 17 o terreno onde hoje está localizada a cidade de Santa Maria já era habitado pelo povo indígena Tape. Em 1885, devido às condições geográficas estratégicas do município, as ferrovias chegaram à Santa Maria, ocasionando um salto no seu desenvolvimento socioeconômico, e consolidando seu tecido urbano.

Esse crescimento acelerado aumentou a demanda por equipamentos públicos de qualidade, mas não foi acompanhado por políticas públicas que as suprissem. Nesse contexto, houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), instituição pública que tinha como intuito facilitar a construção e aquisição de casas por pessoas de baixa renda. Além disso, o BNH poderia também intervir em obras de infraestrutura urbana. Apesar das inúmeras críticas ao seu funcionamento, uma das formas de inserir-se em financiamentos de obras urbanas foi o programa CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada), proposto pelo BNH. A intenção era a de propor equipamentos urbanos para áreas parcialmente habitadas.

Em 1973, a Lei Municipal nº 1.684 de 31 de dezembro de 1973 autorizou o Poder Executivo Municipal de Santa Maria a firmar convênios e contratos com o BNH. No município, o Programa CURA recebeu o nome de Projeto Sinuelo, e teve como objetivos a melhoria dos serviços urbanos, a redução de lotes urbanos ociosos, e o auxílio a um desenvolvimento urbano mais homogêneo. A partir disso, foram delimitadas três áreas para a aplicação do programa, dentre as quais encontra-se o Parque Itaimbé. (Albarelo, 2012).

3.1. ESPAÇO NATURAL E MORFOLOGIA DE SANTA MARIA

A forma do município de Santa Maria surge em decorrência tanto de fatores geopolíticos, quanto da morfologia do seu território. Ao Norte, além do terreno ser limitado pelos morros, a Estação da Gare encontra-se fisicamente próxima ao núcleo de formação da cidade, de forma que não ocorreu grande expansão territorial nesse sentido. Ao Sul, a BR-392 conecta o município ao restante do estado, criando uma expansão territorial longa e estreita, que acompanha a ferrovia. Já no eixo leste-oeste não existem barreiras geográficas para a expansão física, além de haverem elementos atratores nos dois sentidos: a Base Aérea e o Distrito Industrial).

Atualmente, a cidade carrega alguns problemas advindos de sua concepção, principalmente em decorrência da ocupação irregular do seu solo. Esse fato pode ser percebido, principalmente, na divisão do seu sistema de espaços livres, no qual estão inseridos as praças e os parques, que encontra-se desconectado e com lacunas de distribuição no perímetro urbano (Lautert; Pippi, 2019).

3.2. O PARQUE ITAIMBÉ

Localizado em meio a zona urbana, o Parque Itaimbé ocupa a região central da cidade de Santa Maria, estando limitado ao norte pelo parque de manobras da Estação Férrea e, ao sul, pela Avenida Nossa Senhora das Dores, onde está alocada a antiga rodoviária da cidade, servindo como um potencial eixo verde entre esses locais. Possui cerca de 1,2 quilômetros de comprimento, apesar de seu perímetro não estar definido em nenhum documento oficial (Benaduce, 2007), o que acaba por levantar diferentes interpretações acerca dos equipamentos que integram, ou não, o parque.

O Parque é resultado do capeamento do Arroio Itaimbé, um dos afluentes do Arroio Cadena, que nasce nas encostas das zonas altas em que a cidade se localiza. Seu projeto deu-se em uma época sanitaria, na qual os cursos de água urbanos eram cobertos para dar lugar a avenidas e espaços públicos. Em função disso, o local encontra-se em cota inferior às vias adjacentes, e apresenta um declive significativo em todo o seu comprimento. Em 1980 a região foi incluída no zoneamento urbano da cidade e, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo, configura uma “Área Especial de Conservação Natural” (PMSM, 2018). De acordo com o primeiro parágrafo do capítulo 15 da Lei Complementar 117, de 26 de julho de 2018:

“Áreas Especiais de Conservação Natural, particulares ou públicas: são aquelas onde podem conviver homens e ecossistemas, sem grandes impactos ou traumas ambientais, destinadas ao turismo ecológico, atividades culturais, educacionais, recreativas, de lazer e loteamentos, desde que respeitem os recursos naturais.” (PMSM, 2018, p.11).

Como forma de compreender a relação da área de estudo com o seu entorno, uma paisagem dentro de outra, foram elaborados mapas de cheios e vazios, usos do solo, gabarito de alturas, e de topografia, como demonstrado através da Figura 1.

Figura 1: Mapas de cheios e vazios, usos do solo e topografia do entorno imediato do Parque Itaimbé

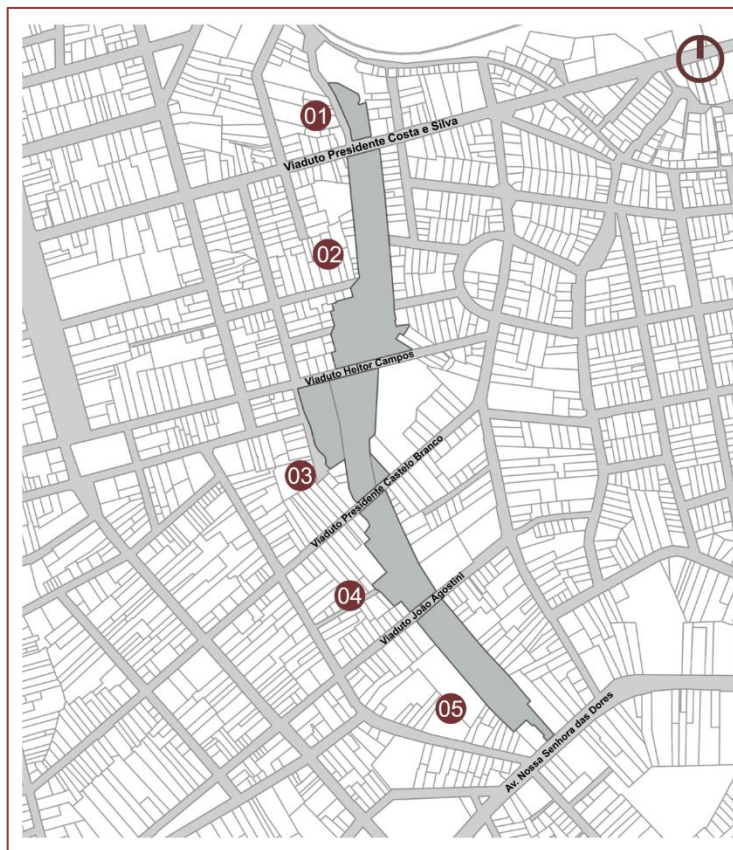


Fonte: elaborado pela autora, 2023

Com relação aos cheios e vazios, é possível notar como o entorno do parque é uma área bastante densa, em contraste com o grande vazio do Itaimbé e da Estação Férrea. Já no que diz respeito aos usos do solo, a maior parte das edificações possui caráter residencial. Dentre essas, algumas apresentam térreo comercial, sendo classificadas como construções mistas. No que tange a topografia, o parque apresenta desnível total de 35 metros, resultando em uma inclinação de aproximadamente 3% no sentido longitudinal. Em contrapartida, no sentido transversal, o Itaimbé apresenta topografia mais acentuada em função de ter sido construído sobre a área do leito do arroio Itaimbé, podendo transmitir a sensação de uma paisagem um tanto “enclausurada”.

No projeto original, de 1978, o Parque Itaimbé foi fragmentado em cinco setores (Figura 2), cada um com equipamentos destinados a usos específicos e diversos, que serviriam para a identificação de cada um dos trechos. Os setores, ou micro-paisagens, são definidos pelas quatro vias que atravessam o parque transversalmente, cada uma configurando um viaduto: a rua Silva Jardim, que gera o viaduto Presidente Costa e Silva; a rua Venâncio Aires, que gera o viaduto Heitor Campos; a rua Tuiuti, que gera o viaduto conhecido como Presidente Castelo Branco; e, por fim, a rua Pinheiro Machado, que gera o viaduto João Agostini. De forma a conectar os setores/ micro-paisagens, há um eixo de circulação, que ora encontra-se no centro do desenho do parque, ora encontra-se em sua borda, na Avenida Itaimbé.

Figura 2: Delimitação dos cinco setores, de acordo com o Projeto Sinuelo



Fonte: elaborado pela autora, 2023

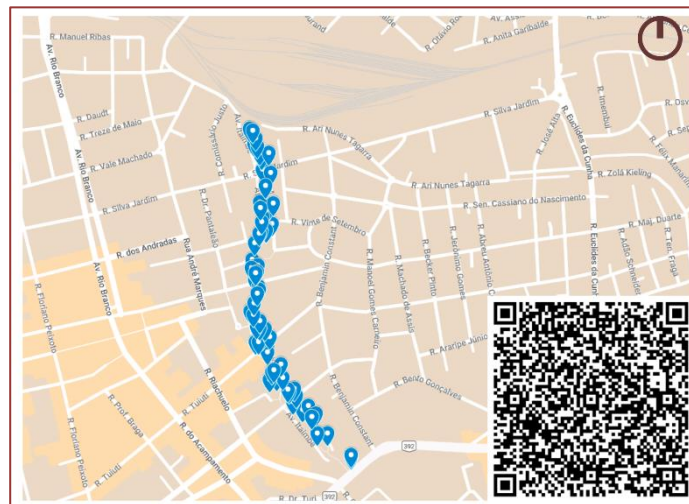
Com o intuito de comparar o projeto original com a atual situação do Parque Itaimbé, foi feita uma visita ao local para análise e catalogação da infraestrutura, através da qual foi possível comprovar a degradação de todos os trechos/ micro-paisagens do parque. Além disso, foram demarcados os acessos, pontos de iluminação, e construções localizadas no entorno do parque, como ilustrado pela Figura 3, que indica o levantamento do setor 2.

Figura 3: Mapeamento do setor/micro-paisagem 2

De maneira geral, em todos os setores/ micro-paisagens nota-se a precariedade da infraestrutura do parque. Não há acessibilidade em praticamente nenhum acesso, e nem no eixo transitável. As calçadas encontram-se estragadas devido à falta de manutenção e uso de materiais inadequados, além dos estragos causados pelas raízes de árvores. Em mais de um quilômetro de extensão foi notada a presença de pouquíssimos bancos e postes. Destes, boa parte dos bancos encontra-se inacessível, e boa parte dos postes de iluminação estão estragados ou sem lâmpadas. Em dias de sol, quando o parque se encontra mais movimentado, muitos usuários optam por levar cadeiras para o local.

Há diversos espaços ao longo do parque que podem servir de esconderijo, especialmente acerca dos viadutos, que são mal iluminados. Apesar de haver três parques infantis no local, todos encontram-se em situação precária, e sem uma área de descanso adequada para acompanhantes, com bancos ou sombreamento. Outra questão interessante a ser analisada é o fato de as regiões com usos definidos, como as quadras e a concha acústica, apresentarem menor adesão da população quando comparadas, por exemplo, às áreas verdes livres. Para uma análise mais completa, foi realizado um levantamento fotográfico de toda a extensão do Parque Itaimbé, que pode ser acessado pelo QR code presente na Figura 4.

Figura 4: Mapeamento elaborado no site MyMaps, com levantamento fotográfico de toda a extensão do Parque Itaimbé. Pode ser acessado pelo QR Code presente na imagem



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

3.3. QUESTIONÁRIO COM A POPULAÇÃO

Uma das características comuns à temática do envelhecimento e do gênero é a participação da comunidade no planejamento dos espaços públicos. Ouvir as demandas da população local é de fundamental importância para que o projeto seja realmente inclusivo. Nesse sentido, foi elaborado um questionário com o intuito de compreender melhor a percepção das pessoas ao frequentar o Parque Itaimbé atualmente, de maneira a traçar suas principais potencialidades e deficiências.

O questionário foi dividido em três sessões: a primeira, com o objetivo de caracterizar os usuários do parque, apresenta questões básicas como gênero, faixa etária e frequência de uso do local de estudo; a segunda, voltada para frequentadores do parque, conta com questões à respeito da segurança e manutenção dos equipamentos, além da infraestrutura do local; por fim, a terceira sessão é voltada para não frequentadores do Itaimbé, e conta com um número reduzido de questões a fim de tentar compreender os motivos que levam as pessoas a não frequentar esse ambiente.

As principais dificuldades levantadas pelos frequentadores do parque foram relacionadas à falta de mobiliários, falta de acessibilidade, sensação de insegurança, falta de higiene, falta de banheiros e risco de acidentes. Com relação aos não frequentadores, as principais motivações foram, mais uma vez, a sensação de insegurança, acompanhada de falta de manutenção dos espaços e falta de informações sobre o local. Além disso, o público também indicou possíveis melhorias e sugestões de atividades que poderiam tornar o espaço mais atrativo, como espaço para feiras gastronômicas e pontos de disponibilização de água.

4. PROPOSTA

Por meio da pesquisa bibliográfica e do diagnóstico da área de intervenção, traçaram-se diretrizes com intuito de auxiliar na elaboração de uma proposta de intervenção para o Parque Itaimbé, e também indicar as intenções projetuais que são consideradas essenciais

para atender o objetivo geral do trabalho: propor uma intervenção urbana e na paisagem do Parque Itaimbé, localizado dentro do Distrito Criativo de Santa Maria, a partir de uma perspectiva que considere questões relacionadas ao gênero e ao envelhecimento, de maneira a promover maior inclusão social. As diretrizes foram separadas em linhas de atuação diferentes, variando de acordo com a sua escala de aplicação. Para fins de organização, utilizaram-se os eixos sintéticos criados ao longo da fundamentação teórica, relacionando cada diretriz a um item específico.

Inicialmente, para o eixo 1 - Participação, a pesquisa realizada com a população foi fundamental para compreender as principais demandas existentes, bem como as potencialidades e deficiências do local a partir da ótica de quem conhece e frequenta, ou não, o espaço. A aplicação de políticas de gestão, bem como de propostas para a melhoria do parque, deve ser um processo inter-relacionado, elaborado com a participação da população interessada. Segundo Almeida (2020), os espaços públicos deveriam servir como ambientes democráticos, capazes de melhorar a relação entre a cidade e os indivíduos. Dessa forma, ouvir o que as mulheres e idosos da comunidade local têm a dizer acerca do parque serviu para nortear as diretrizes referentes aos outros eixos de maneira mais inclusiva.

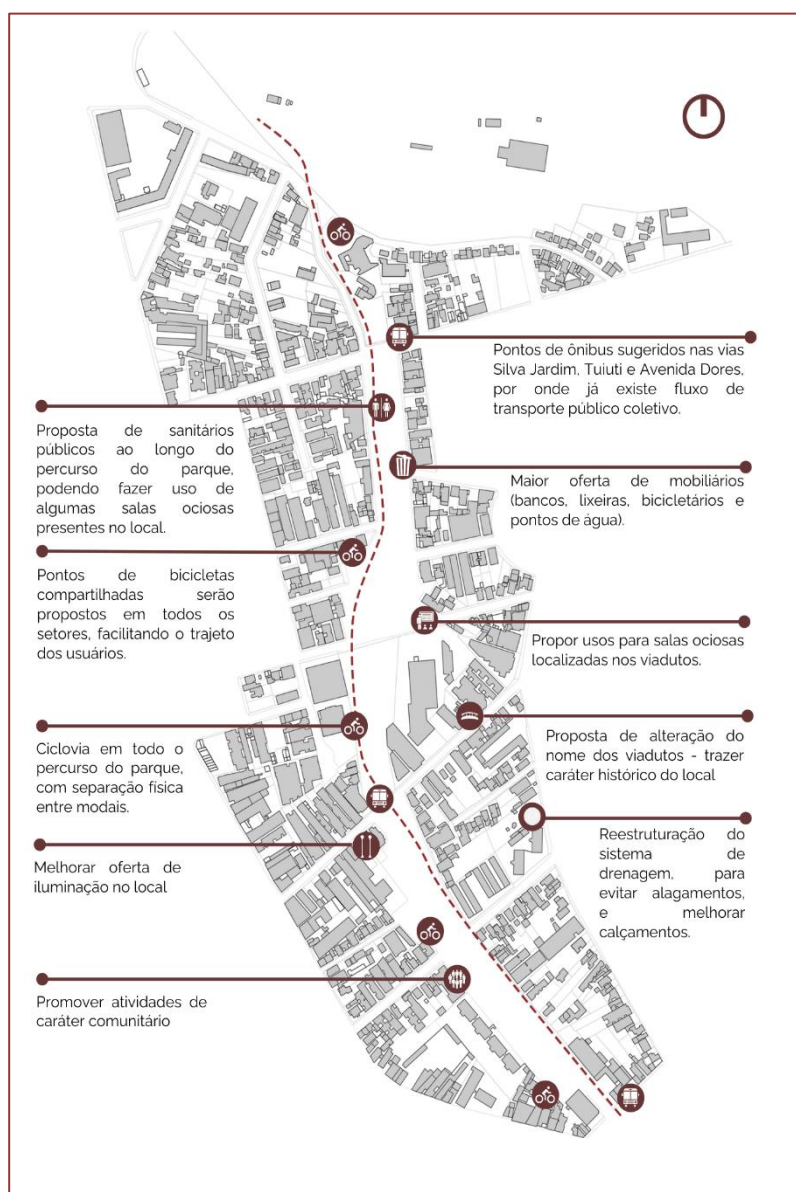
Com relação ao eixo 2 - Segurança, a principal deficiência levantada pela população que respondeu ao questionário foi relativa à falta de iluminação no parque, seguida pela falta de policiamento no local, o que gera forte sensação de insegurança para os usuários do espaço. Além disso, a presença de locais que podem servir de esconderijo, e a presença de fachadas cegas, entram também como problemáticas relativas ao eixo 2. Em Santa Maria, soluções como a Torre de Monitoramento instalada no Calçadão Salvador Isaías, que tem como objetivo aumentar a segurança dos cidadãos, são sugeridas para a proposta. No que diz respeito ao eixo 03 - Comunicação, foi verificado que o Parque Itaimbé não conta com um sistema de informações claras, nem com um mapeamento para auxiliar na orientação pelo local. Além disso, a falta de sinalização foi indicada na pesquisa realizada com o público como uma das principais dificuldades em usufruir do Parque Itaimbé por 52,9% das pessoas que responderam ao questionário.

No eixo 04 - Mobilidade, que trata a respeito da infraestrutura dos caminhos, pavimentação e locais de descanso, é onde foram encontradas as principais deficiências do parque. É importante salientar que as limitações físicas do espaço urbano são um forte agravante para que idosos e pessoas com limitações motoras sejam desencorajados a frequentar ambientes públicos, como ocorre com as calçadas quebradas e desniveladas do Parque Itaimbé. Esses fatores aumentam a sensação de isolamento e autopercepção de vulnerabilidade por parte da comunidade, levando a uma sensação de medo relacionada ao espaço público, que afeta a mobilidade de forma geral. Além disso, trajetos longos e sem locais de descanso, topografia muito acentuada, espaços sem sombreamento adequado, são outros itens que diminuem a apropriação dos espaços urbanos.

Relativo ao eixo 05 - Infraestrutura, outra questão bastante levantada pelos usuários do parque que responderam ao questionário foi a falta de diversidade nos usos oferecidos no Itaimbé. Esse é um fato de pode ser comprovado com visitas ao local, principalmente em comparação com o projeto original para o espaço, que contava com uma maior variedade de atividades. Além disso, a falta de mobiliários adequados foi citada como uma deficiência do parque por 76,5% das pessoas que responderam ao questionário. Cabe ressaltar que, dos mobiliários presentes, a maior parte encontra-se em péssimo estado de preservação, impedindo seu uso.

Por fim, o eixo 06 - Planejamento, refere-se à concepção e gestão do espaço e da paisagem. Dessa forma, são propostas elaboradas em uma escala mais abrangente, que podem depender do envolvimento de outros órgãos para sua aplicação. A partir da análise da área de estudo foi notada a alta presença de lotes ociosos no entorno do Parque Itaimbé. Essas áreas vazias auxiliam na estigmatização do local como espaço perigoso. Outro tópico que pode ser incluído nessa sessão é a da preservação do patrimônio local como forma de proteger a identidade cultural e ampliar o senso de pertencimento da comunidade. Além disso, outras problemáticas foram notadas durante a análise do local, como a presença de pessoas em situação de rua abrigando-se sob os viadutos. Essas diretrizes podem ser visualizadas através da figura 5, que traz a espacialização das mesmas, e também na tabela 2, onde estão organizadas por eixos.

Figura 5: Espacialização de diretrizes para o projeto de intervenção



Fonte: elaborado pela autora, 2023

Tabela 2: Diretrizes para a elaboração de proposta de intervenção, separadas por eixo

Eixo 01 - Participação	Eixo 02 - Segurança
• Manter um canal de comunicação aberto entre a comunidade e os órgãos responsáveis pelo parque, através do qual os usuários podem deixar feedbacks e sugestões para o local; • Disponibilizar informações relativas ao parque e eventos em mídias acessíveis à todos os públicos;	• Promover iluminação eficiente, principalmente para pedestres, de forma que não atrapalhe o ciclo da fauna e flora locais no período da noite; • Aumentar a permeabilidade visual, reduzindo espaços de esconderijo; • Oferecer maior variedade de trajetos, evitando deslocamentos previsíveis; • Prever mobiliários como “Abrigo Amigo”, e Torres de Monitoramento, que mantém as pessoas em contato com atendentes de call center 24 horas por dia, através de botões de emergência e câmeras de alta resolução.
Eixo 03 - Comunicação	Eixo 04 - Mobilidade
• Sinalizar os acessos, caminhos, e equipamentos presentes no Parque Itaimbé, fazendo uso de uma formatação clara e acessível, com o uso de cores variadas e fontes grandes, além de uma linguagem e iconografia não estereotipada, que abarque representações diversas. • Prever espaços para a fixação de panfletos divulgando atividades a serem realizadas no Parque Itaimbé, bem como campanhas de conscientização. • Fornecer totens com mapas, além de elementos táteis, para auxiliar os usuários a localizarem-se e moverem-se no espaço.	• Desenho universal inspirado pelo efeito curb cut; • Prever caminhos largos, sem impedimentos físicos, com pavimentação antiderrapante, e sem desníveis, adequados para cadeiras de rodas, carrinhos de bebê, etc. • Adequar as entradas do parque que não apresentam acessibilidade. • Remover caixas de passagem presentes no trajeto dos pedestres; • Prever locais de descanso com bancos em espaçamento adequado, alocados em áreas sombreadas. • Prever rebaixo em todos os meios-fios. • Prever separação física entre espaço para pedestres e espaço para ciclistas, de forma a evitar acidentes. • Posicionar barreiras próximas aos espaços de estacionamento, para evitar que os carros invadam o espaço dos pedestres. • Prever paradas de ônibus em vias onde já exista trânsito de veículos coletivos.
Eixo 05 - Infraestrutura	Eixo 06 - Planejamento
• Promover maior diversidade de usos no local, através de equipamentos voltados para todas as idades; • Revitalizar áreas verdes, que são as mais utilizadas pela população, como forma de estímulo à convivência; • Prever espaços para acompanhantes próximos aos equipamentos; • Prever bicicletários e sistema de bicicletas compartilhadas como forma de incentivo ao uso de modais alternativos. • Propor equipamentos como lixeiras, pontos de água, e modelos variados de bancos. • Propor banheiros acessíveis, abertos ao público, e com espaços para fraldários. • Propor um sistema de drenagem urbana e infiltração de água no subsolo no local, de maneira a evitar alagamentos. • Recuperar a relação do parque com a água, elemento natural característico do local. • Propor um sistema de coleta de água e irrigação, bem como de gestão de água e resíduos sólidos. • Propor mobiliários padronizados que auxiliem a leitura do espaço. • Propor melhorias no projeto paisagístico, de forma a respeitar a paisagem local.	• Prever usos temporários para lotes ociosos no entorno do Parque Itaimbé; • Propor a alteração do nome dos viadutos que passam sobre o local como forma de homenagear o aspecto histórico do município; • Revitalizar a Ponte de Pedra; • Utilizar o Centro de Atividades Múltiplas, atualmente abandonado, como equipamento de apoio para pessoas em situação de rua. • Promover grupos de voluntários para realizar caminhadas e outras atividades com pessoas idosas; • Melhorar a limpeza e gerenciamento de resíduos do parque; • Aumento das faixas de pedestres do entorno, bem como do tempo de travessia nos semáforos; • Melhorar a conexão do Itaimbé com o Parque da Estação e entorno. • Promover atividades como oficinas criativas, de forma a capacitar pessoas em situação de vulnerabilidade, e gerar novas formas de economia. • Propor usos para as salas abandonadas localizadas no viadutos, de forma a tornar o espaço mais atrativo e seguro.

Fonte: elaborado pela autora, 2024

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estando a análise sociológica do ambiente intimamente ligada ao projeto arquitetônico, urbanístico, e da paisagem, a realização deste trabalho tornou clara a importância da abordagem interseccional de gênero e envelhecimento voltada ao planejamento dos espaços públicos urbanos.

As cidades contemporâneas enfrentam desafios complexos que demandam uma abordagem integrada e multidisciplinar. O aumento da população idosa exige atenção especial em políticas urbanas, especialmente por evidenciar a necessidade de repensar o espaço urbano e as práticas de cuidado. A intersecção entre gênero e cuidado merece destaque, assim como o reconhecimento das experiências vividas pelas mulheres no espaço público, que é fundamental para o desenvolvimento de políticas urbanas equitativas. Tendo isso em mente, estruturou-se um conjunto de premissas voltadas à gestão e ao projeto dessas paisagens, com o intuito de torná-las mais inclusivas, levando em consideração esta abordagem.

Compreendendo a importância da qualificação dos espaços públicos e o incremento das paisagens como forma de combater o isolamento e a solidão, fatores comportamentais crescentes tanto na comunidade feminina, quanto na comunidade idosa, foi feita a escolha do Parque Itaimbé como área de intervenção dentro do Distrito Criativo de Santa Maria. A partir do diagnóstico do recorte de estudo, junto com questionário sobre seu uso, potencialidades e deficiências, somados às premissas anteriores, foi possível gerar um conjunto de diretrizes e estratégias capazes de transformar o parque em uma paisagem mais inclusiva, e de incentivar a economia criativa no local. A espacialização das diretrizes serviu para auxiliar na elaboração do programa de necessidades e zoneamento por setor/micro-paisagem que deverão nortear o desenvolvimento final da proposta.

REFERÊNCIAS

- [1] ALBARELLO, TALES HENRIQUE. **O Programa Cura em Santa Maria** (1979-1985). In: XI Encontro Estadual de História: Anais eletrônicos, Rio Grande, p. 1056-1072, 23 jul. 2012.
- [2] ALMEIDA, Maria Eduarda Vasconcelos de. **O desenho urbano e o envelhecimento populacional: reflexões sobre o Plano Piloto de Brasília**. Brasília: [s. n.], 2020. 148 p. ISBN 978-65-87823-19-5.
- [3] BALDWIN, Eric. **Intersectional Design: Rethinking Architecture for the Future**. Archdaily, [s. l.], 17 set. 2023. ISSN 0719-8884. Disponível em: Acesso em: 21 setembro, 2023. BEAUCHAMP. Tom L.
- [4] BEAUCHAMP. Tom L. CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. 7. ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2012. 480 p. ISBN 978-0199924585.
- [5] BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- [6] BENADUCE, Marcia Isabel de Vargas. **Parque Itaimbé-Santa Maria/RS: gênese de um espaço público/privado**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- [7] BURGER, Robert E; Garvin, Ricahard. **Quem cuida das pessoas idosas?** Saturday Review, 25 de janeiro de 1969.
- [8] BUTLER, Robert N. **Age-ism: Another form of bigotry**. The gerontologist, v. 9, n. 4_Part_1, p. 243-246, 1969.
- [9] DE ALCÂNTARA, Marina et al. **COLLAGE DE AFETOS**. PIXO-Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 7, n. 26, p. 218-231, 2023.
- [10] FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante,

2023.

- [11] FERRARI, Maria Auxiliadora Cursino. **Envelhecimento e Bioética: O Respeito à autonomia do idoso**. Volume 15, n 31. SESC, São Paulo, setembro de 2004.
- [12] FERREIRA et al. **Economia criativa na América Latina: Contribuições dos Distritos Criativos para as cidades**. Novo Hamburgo: Brazilian Creative Industries Journal, 2023.
- [13] IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Sociais. **Cidades e Estados**. Disponível em:. Acesso em: outubro de 2023.
- [14] KOETZ, Vanessa. **Nas ruas e nas praças!** in Direito à cidade: uma visão por gênero - São Paulo, Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico - IBDU, 2017.
- [15] LAUTERT, Alice Rodrigues; PIPPI, Luís Guilherme Aita. **Parques de bairro na cidade média de Santa Maria, RS, Brasil: planejamento urbano e percepção dos usuários**. Terr@ Plural, v. 13, n. 3, p. 201-216, 2019.
- [16] LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.
- [17] MAGAGNIN, Renata Cardoso; SILVA FILHO, N. G.; ROSSETTO, Heloisa de Freitas Zanella. **O processo de envelhecimento e os problemas de mobilidade em espaços públicos e edificados**. Rosio Fernández Baca Salcedo; Maria Solange Gurgel de Castro Fontes (eds.). Pesquisa em arquitetura e urbanismo: Desafios Urbanos. Cultura Acadêmica. São Paulo, 2018.
- [18] MOLINA, Irene; GALLEGUILLOS, Ximena; GRUNDSTROM, Karin. **Ciudad, vivienda y género desde una mirada incluyente e interseccional**. Revista INVI, Santiago , v. 37, n. 104, p. 1-9, maio 2022.
- [19] MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Política e Arquitetura: Por um urbanismo do comum e ecofeminista**. São Paulo: Olhares, 2021.
- [20] OMS - Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento Ativo: Uma política de saúde**. Brasília, 2005.
- [21] OMS - Organização Mundial da Saúde. **Guia Global: Cidade amiga do idoso**. 2008
- [22] OMS - Organização Mundial da Saúde. **Relatório global da OMS sobre prevenção de quedas na velhice**. In: Relatório global da OMS sobre prevenção de quedas na velhice. 2010. p. 64-64.
- [23] ONU - Organização das Nações Unidas. **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior no mundo; diretrizes nacionais buscam solução**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/72703-onu-taxa-de-feminicídios-no-brasil-é-quinta-maior-do-mundo-diretrizes-nacionais-buscam#:~:text=nacionais%20buscam%20solução-,ONU%3A%20Taxa%20de%20feminicídios%20no%20Brasil%20é%20quinta%20maior,mundo%3B%20diretrizes%20nacionais%20buscam%20solução>> . Acesso em agosto, 2023.
- [24] OROZCO, Amaia Pérez. **Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico**. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo: SOF, p. 51-93, 2012.
- [25] RIBEIRO et al. **Cidade das mulheres: planejamento ignora aspectos cruciais para cidades equitativas**. Archdaily, [s. l.], 8 abr. 2023. ISSN 0719-8906 Disponível em: Acesso em 18 abr. 2023.
- [26] ROLNIK, Raquel. **Até quando nós mulheres teremos medo de andar nas ruas?** Disponível em<<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/03/09/ate-quando-nos-mulheres-teremos-medo-de-andar-nas-ruas/>>. Acesso em agosto, 2023.
- [27] SANTA MARIA. **Lei Complementar nº 117, de 26 de julho de 2018. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário do Município de Santa Maria**. Curitiba: Câmara Municipal, [2007]. Disponível em: . Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, [2018]. Acesso em: 15 out. 2023.
- [28] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- [29] TORRALBO, Herminia Gonzálvez; LARRAZABAL, Sofia; GUIZARDI, Menara. **Envejecimiento, género y cuidados: Debates para situar las políticas públicas**. Sociedade e Cultura, v. 23, 2020.
- [30] VIANNA, F. **Mulheres na cidade: A invisibilidade e a exploração da condição da mulher no espaço urbano**. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 201

Autores

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ADRIANO IZHAR CANSANÇÃO

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (2022), Mestre em Gestão Pública pela Universidade Federal de Pernambuco (2018), pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Guararapes (2016) e graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (2004). Trabalha no serviço público desde 2010 e realiza aulas e orientações sobre comunicação organizacional.

AGNALDO JUNIOR SANTANA LIMA

Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente no curso de Psicologia no Centro Universitário Maurício de Nassau e Psicólogo na Fundação Cidade Mãe, Prefeitura de Salvador/BA. Pós-graduado em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Centro Universitário Amparense. Seus interesses de pesquisa incluem: Psicologia do desenvolvimento, Psicologia clínica, Psicologia da saúde e hospitalar.

ANGELA MARIA DE OLIVEIRA

Bibliotecária da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Biblioteconomia e Ciência da Informação pelo Programa UFPR/PUCCAMP.

ARY LUIZ DE OLIVEIRA PETER FILHO

Áreas de atuação principal - Administração (com foco em Gestão de Pessoas) e Previdenciária (Legislação e Benefícios previdenciários). Professor de diversas disciplinas (TGA, Marketing, Empreendedorismo, Gestão de Processos, gestão de Projetos, Gestão da Inovação, legislação Previdenciária, Estágio I, II e III, etc). Ministrei aulas nos cursos de Administração, Economia, Serviço Social, Pedagogia e Enfermagem. Ministrei aulas em Pós graduação. Orientei artigos, monografias, dissertações e teses.

DEISE SANTOS SALDANHA

Mestre em Geografia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. GEOCERES/CAICÓ

HEITOR COSTA LIMA DA ROCHA

Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade da Beira Interior/Covilhã/Portugal (2015), Doutorado em Sociologia (2004) e Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1989), Graduado em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1983). Atualmente é Professor Associado do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco e desenvolve pesquisa com bolsa de Produtividade do CNPq.

JOÃO MANOEL DE VASCONCELOS FILHO

Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus de Caicó.

JOSÉ RIBAMAR LIMA SILVA

Graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (1999), em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2011) e Bacharel em Direito pela Faculdade Florence. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2007) e Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2022). Professor de filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Campus Pinheiro.

LÍVIA DENISE CASTRO DUARTE

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduada em Ciências Teológicas. Membro do Grupo de Pesquisa OIKOUMENE - NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM RELIGIÃO, CULTURA E IMAGINÁRIO

LUIZ EDUARDO DE ARAUJO

Doutorando em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor efetivo do curso de Administração da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

NELSON CAMATTA MOREIRA

Pós-doutoramento em Direito pela Universidad de Sevilla (bolsa CAPES). Pós-doutoramento em Direito em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Direito pela Unisinos, com estágio anual na Universidade de Coimbra (bolsa CAPES). Mestre em Direito pela Unisinos (bolsa CAPES). Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (doutorado e mestrado) e da graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (FDV-ES). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Teoria Crítica do Constitucionalismo, da FDV. Profesor Invitado, adjunto al Programa Academic Visitor de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Miembro del Grupo de Investigación Antagónicos de la Facultad de Derecho de la Universidad de Sevilla (2015/16). Colaborador en Seminarios con la Cátedra Abierta de Derecho y Literatura de la Universidad de Málaga (2015/16). Bolsista de Produtividade em Pesquisa FAPES (2023-). Presidente (biênios 2019/20 e 2021/22) e Membro Honorário Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL). Coordenador do Projeto de Extensão Café, Direito e Literatura (FDV-ES). Ex-diretor da Escola Superior de Advocacia do Espírito Santo (OAB-ESA/ES), triênio 2010/12. Ex-professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Ex-coordenador adjunto do IPA-Metodista (IPA-RS), 2005. Tem experiência em gestão de curso acadêmico e no Direito, com ênfase em Direito Público, especialmente nos seguintes temas: Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Hermenêutica, Filosofia do Direito, Ciências Criminais, Direito e Literatura e Direito e Psicanálise.

NÚBIA COSTA NASCIMENTO

Graduada em Psicologia pela UniNassau, abordagem TCC, Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS. Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Mestra em Ecologia e Biomonitoramento - UFBA. Atualmente atua como professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, campus Simões Filho, e como psicóloga. Tem como linha de pesquisa: Psicologia social, ensino e aprendizagem.

RAFAEL FERREIRA DANTAS SANTOS

Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela UFPE, Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE e Pós-Graduado em Gestão Pública pela UFPE. Atualmente é doutorando em Comunicação pela UFPE.

RODRIGO BANDEIRA DE MELLO RIBEIRO

Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (2020). Aprovado na Prova da Ordem dos Advogados do Brasil em dezembro de 2019. Atualmente é advogado associado - Escritório Gagno Advogados. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal. Pós graduado em Ciências Criminais e Mestrando em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV). Professor assistente da cadeira de Direito Processual Penal III e Teoria Geral da Solução de Controvérsias da Faculdade Multivix. Professor de processo penal 1 da CESV

SUSANE PATRÍCIA MELO DE LIMA

Docente na Universidade do Estado do Amazonas/UEA/ no Curso de Geografia/ENS. Doutora em Geografia, Mestre em Geografia, Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM, respectivamente no Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFAM. Atuação com ênfase em Geografia Humana - Geografia Urbana, Econômica, Regional, Política; Epistemologia da Geografia; Teoria e Método da Geografia; Sociedade, Cultura, Natureza e Ambiente, desenvolvendo temas centrais, como: cidades, rede urbana, regiões metropolitanas, região, regionalização, metropolização e urbanização. Líder e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/UEA e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço/UNIFESSPA.

THIAGO HENRIQUE LEITE

Doutor em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor temporário do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

VALTER LUIZ DE MACEDO

Geógrafo, mestre e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), professor do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG/UERJ) e do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB/III COMAER) e membro pesquisador do Grupo de Estudos do Território e de História Urbana (GESTHU/IPPUR/UFRJ).

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

